



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ANGELITA MARIA ROCHA FERRARI DA COSTA

**SOB O CALOR DAS CASACAS E DOS VESTIDOS BORDADOS:
a formação das elites brasileiras no século XIX**

Recife
2023

ANGELITA MARIA ROCHA FERRARI DA COSTA

**SOB O CALOR DAS CASACAS E DOS VESTIDOS BORDADOS:
a formação das elites brasileiras no século XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora. Área de concentração: Antropologia.

Orientador: Profº Dr. Alex Giuliano Vailati

Linha de pesquisa: Imagens, Patrimônio, Museus e Contemporaneidade

Recife
2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

F375s Ferrari, Angelita.
Sob o calor das casacas e dos vestidos bordados : a formação das elites brasileiras no século XIX / Angelita Ferrari. – 2023.
294 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Alex Giuliano Vailati.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Elites (Ciências sociais). 3. Sociedades, etc.. 4. Museu Mariano Procópio. 5. Brasil - Condições sociais - Séc. XIX. 6. Famílias. I. Vailati, Alex Giuliano (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-097)

ANGELITA MARIA ROCHA FERRARI DA COSTA

**SOB O CALOR DAS CASACAS E DOS VESTIDOS BORDADOS:
a formação das elites brasileiras no século XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Antropologia. Área de concentração: Antropologia

Aprovada em: 21/03/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alex Giuliano Vailati (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Antonio Carlos Motta de Lima (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr^a. Ana Maria Tavares Cavalcanti (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^o. Dr. Eduardo Sarmiento (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Rosane Carmanini Ferraz (Examinadora Externa)
Fundação Museu Mariano Procópio

Marcos e Pietro, obrigada pela contribuição de cada um.

AGRADECIMENTOS

Para que essa tese pudesse se tornar realidade foram decisivas as contribuições de diversas pessoas e instituições que, neste momento, gostaria de registrar publicamente alguns sinceros e especiais agradecimentos. De antemão, estando ciente do risco que corro de cometer alguma omissão involuntária ou esquecimento, peço desculpas.

A Deus por ter me dado forças para continuar.

À minha família: à minha mãe Zélia pelo dom da vida e que, agora com Doença de Alzheimer, está alheia às conquistas de suas filhas, ao meu pai Francisco Ferrari que adora ouvir, conversar e aprender sobre todos os assuntos, mesmo não tendo nem a antiga quarta série primária. Foi ele que construiu meu caráter a partir dos seus exemplos de honestidade, hombridade e de trabalho. Para minha irmã Elenita, meu cunhado Valmir e minha sobrinha Vitória, estamos longe, mas, estamos juntos.

À família que construí: Marcos Antonio, meu marido há 26 anos, meu amigo e meu amor, por todas as leituras, críticas, questionamentos e soluções, meu esteio para continuar nessa luta que foi terminar o doutorado, quando eu mesma não acreditava que conseguiria. Ao meu filho e o maior amor da minha vida Pietro Ferrari, que desde muito pequeno, participou da vida minha vida acadêmica e de seu pai, sempre disposto a ajudar da forma que pudesse, obrigada por se tornar este homem admirável. Ao serzinho que encontramos no posto de gasolina e quis fazer parte da nossa família trazendo muita alegria: Totti, o gatinho. E, para quem virá depois.

Para meus amigos-irmãos de Juiz de Fora aqueles que, como eu gosto de dizer, não completam os dedos de uma mão: Washington Pimenta, Valéria Fasolato, Renata Almeida e Deisi Pereira.

Não poderia deixar de agradecer ao colega de trabalho, Phelipe Oller, que com paciência, incentivou e verificou as regras da ABNT mil vezes.

A conclusão desta tese de doutorado não teria sido possível, também, se não fosse pela ajuda de muitas pessoas e instituições nos últimos anos: agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora em que fiz o mestrado e à minha orientadora Prof^a Dr^a Maraliz de Castro Vieira Christo sempre muito atenciosa; à Universidade Federal de Pernambuco e seus funcionários, aos colegas que de uma maneira ou de outra, me impulsionaram por meio das críticas positivas ou não ao meu tema. Ao colega Fagner Andrade, uma pessoa de coração bom e sempre com uma palavra carinhosa e disposto a ajudar lendo meus trabalhos, como também, ao colega Arlindo José Souza Neto que nem me conhecendo direito, me ajudou emprestando livros e se

disponibilizou a ler e dar orientações em meus trabalhos. Em especial, à amiga que fiz aqui em Recife: Beatriz Gusmão a quem agradeço muito pelas conversas, pela força, por ser essa pessoa generosa que você é. Obrigada por tudo.

De forma geral, aos funcionários sempre solícitos em atender às demandas dos alunos, e aos professores da Universidade Federal de Pernambuco que contribuíram e compartilharam seus conhecimentos nesta trajetória. Em especial, ao Prof^o Dr. Antônio Motta pelas palavras de incentivo e pela confiança de sempre, e, não poderia deixar de citar minha admiração pela elegante, simpática e competente Prof^a. Dr^a Roberta Bivar.

De modo muito especial, agradeço ao meu orientador Prof^o Dr. Alex Giuliano Vailati pelo aceite em me orientar, estou ciente do desafio que esse trabalho representou, foram muitas discussões até chegarmos a uma decisão final, pelas diretrizes, leituras, orientações, por sua seriedade, competência, pelo aprendizado construído e, principalmente, pela paciência, confiança e generosidade.

Agradeço à Gerente do DAT do Museu Mariano Procópio Vera Vargas e a todos os funcionários e amigos do nosso museu, minha gratidão. Em particular, aqueles que tenho contato direto e que os tenho como amigos: Rosane Ferraz, Sérgio Vicente, Priscila Pinheiro, Eduardo Machado e Aloysio Gerheim, sempre disponíveis para me ajudar com minhas dúvidas, com materiais (inclusive pessoais), com ideias. E mesmo morando em outra região do país, em nenhum momento, tive problemas em conseguir a atenção de vocês, obrigada pelo companheirismo e pelas conversas sobre os personagens das elites que compõem nosso museu, me sinto imensamente acolhida e agradecida.

Ao amigo Douglas Fasolato, ex-diretor superintendente da Fundação Museu Mariano Procópio, diretor da Casa da Marquesa de Santos - Museu da Moda Brasileira, você faz parte da minha trajetória acadêmica, sempre agregando grandioso conhecimento sobre as famílias das elites mineiras e cariocas. Obrigada por sempre me incentivar e acompanhar nessa caminhada.

Ao livreiro da Livraria D. Pedro II em Juiz de Fora, Jean Menezes do Carmo, presidente do Círculo Monárquico de Juiz de Fora, estudioso sobre a Família Imperial, colaborador em livros como os da historiadora Mary Del Priore e que, como eu, é indignado com a forma como o nosso patrimônio é tratado. Muito obrigada pelas indicações de leitura e material disponibilizado.

Aos membros da banca que se disponibilizaram a ler, questionar, sugerir mudanças para que este trabalho se realizasse da melhor forma. Agradeço a compreensão e o profissionalismo com que meu trabalho foi tratado.

Peço desculpas e agradeço àqueles que a memória não me permitiu citar.
À Capes, agradeço pelos recursos financeiros recebidos ao longo do curso.

Em Recife foi um alvoroço. O Imperador e a Imperatriz iriam chegar, e não se poupou esforço nos preparativos: nomeia-se comissão, iluminam-se as ruas, enfeitam-se as casas, bandeiras, missas e *Te-déum*, bandas de música, repique de sinos e lencinhos de cambraia agitando-se no ar. Para as acomodações da corte, mobiliário das mais nobres madeiras, pratarias, tapeçarias, sedas e veludos, cristais finíssimos e um belo faqueiro de ouro – tudo emprestado pelas mais abastadas famílias pernambucanas (SCHWARCZ, 2007, p. 358).

RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo antropológico-histórico sobre a formação das elites, no Brasil do século XIX e a sua influência para a sociedade do País. Os oitocentos foi um período com significativas mudanças políticas e sociais para a colônia brasileira, por conta da vinda da Família Imperial e parte da Corte, em 1808. Por meio da análise da literatura que abordou diários dos viajantes europeus, cartas pessoais, jornais da época e coleções museológicas se procurou compreender como as elites recém-chegadas se estruturaram e ditavam aquela sociedade. Nessa tese, evidenciamos o caso de uma família da elite mineira Ferreira Lage cujo capital financeiro se converte em capital cultural a partir da fundação do Museu Mariano Procópio. O Museu foi o primeiro criado em Minas Gerais, em 1915, por Alfredo Ferreira Lage para abrigar suas coleções e homenagear a memória do pai Mariano Procópio e aberto, definitivamente ao público, em 1921. No seu centenário, em 2021, conta com um acervo 53.000 objetos históricos, com características dos séculos XIX e início do XX e expõe, além do colecionismo de Alfredo, as coleções de um círculo de personalidades das elites, com temáticas ligadas à Família Imperial Brasileira; à história natural e artes plásticas de origem nacional e estrangeira; armas; indumentária; joias, moedas e medalhas; livros; mobiliário; peças sacras; cristais; louças e porcelanas. Pelas elites terem se consolidado em vários setores da sociedade, quer seja o político, administrativo, econômico ou cultural, formando grupos que se valeram de uma rede de sociabilidades que possibilitou a união das famílias, quer seja a partir de laços matrimoniais ou por interesses, a visibilidade de suas práticas reunidas em uma instituição iria garantir a manutenção simbólica das suas fortunas e posições de poder.

Palavras-chave: elites; sociedade; museu; Brasil; famílias.

ABSTRACT

This work consists of an anthropological-historical study on the formation of elites in Brazil in the 19th century and their influence on the country's society. This century was a period of meaningful political and social changes, because of the arrival of the royal family and part of the Court, in 1808. Through the analysis of the literature that addressed the diaries of European travelers, personal letters, newspapers of the time and museum collections, we sought to understand how the newly arrived elites were structured and dictated that society. In this thesis, we evidenced the case of a elite family from Minas Gerais, Ferreira Lage, that their financial capital converts in cultural capital since the foundation of Mariano Procópio Museum. The Museum was the first created in Minas Gerais, in 1915, by Alfredo Ferreira Lage to house his collections and honor the memory of his father Mariano Procópio, and it was definitively opened to the public in 1921. In his centenary, in 2021, it has a collection 53.000 historical objects, with characteristics from the 19th and early 20th centuries and exhibits, in addition to Alfredo's collection, the collections of a circle of elite personalities, with themes related to the Brazilian Royal Family; natural history and plastic arts of national and foreign origin; weapons; clothing; jewelry, coins and medals; books; furniture; sacred pieces; crystals; crockery and porcelain. Because the elites have consolidated themselves in various sectors of society, whether political, administrative, economic or cultural, forming groups that made use of a network of sociability that made it possible for families to unite, whether from marital ties or interests, the visibility of their practices gathered in an institution would guarantee the symbolic maintenance of their fortunes and positions of power.

Keywords: elites; society; museum; Brazil; families.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	O MUSEU MARIANO PROCÓPIO COMO CAMPO DE ESTUDO	15
1.2	A ANTROPOLOGIA HISTÓRICA.....	27
1.3	UMA ANTROPOLOGIA DAS ELITES	31
1.4	QUADRO TEÓRICO, QUESTÃO DE PESQUISA, OBJETIVOS E METODOLOGIA	34
1.5	OS CAPÍTULOS	39
2	A FORMAÇÃO DAS ELITES NO BRASIL	43
2.1	TEORIAS DAS ELITES	44
2.2	OS DIÁRIOS DOS VIAJANTES E CIENTISTAS EUROPEUS COMO FONTES DE PESQUISA	59
2.3	A VINDA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL.....	71
3	A FAMÍLIA FERREIRA LAGE E A CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO ..	88
3.1	A FAMÍLIA MACHADO COELHO	99
4	MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE: UM HOMEM TÍPICO DAS ELITES	107
4.1	O GOSTO PELA CRIAÇÃO DE CAVALOS PURO SANGUE	116
4.2	ESTRADA DE RODAGEM UNIÃO E INDÚSTRIA.....	121
4.3	ALFREDO FERREIRA LAGE E A OBSTINAÇÃO PELO NÃO ESQUECIMENTO DA MEMÓRIA FAMILIAR E DO IMPÉRIO	131
5	PRÁTICAS SOCIAIS DAS ELITES OITOCENTISTAS: A HOSPITALIDADE, AS REUNIÕES SOCIAIS, A RELIGIOSIDADE E A CARIDADE.	135
5.1	A HOSPITALIDADE.....	136
5.2	AS REUNIÕES SOCIAIS	140
5.3	A RELIGIOSIDADE E A CARIDADE	152
6	O COLECIONISMO E AS ELITES BRASILEIRAS	159
6.1	COLECIONAR COMO UMA FORMA DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE ELITES	159
6.2	O COLECIONISMO NO MUSEU MARIANO PROCÓPIO.....	165
6.2.1	<i>A Villa Ferreira Lage no Museu Mariano Procópio.....</i>	<i>171</i>
6.2.1.1	<i>As coleções da sala D. Pedro II na Villa Ferreira Lage.....</i>	<i>181</i>

7	AMÉLIA MACHADO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE: TRADIÇÃO, STATUS E O COLECIONISMO DA VISCONDESSA DE CAVALCANTI....	185
8	OS OBJETOS DA SALA D. PEDRO II COMO SÍMBOLOS DA NOBREZA E DO PODER DAS ELITES DO SÉCULO XIX	217
8.1	A MONARQUIA EXPRESSADA NOS BUSTOS DE D. PEDRO II E DA PRINCESA ISABEL	219
8.1.1	<i>O Busto do Imperador D. Pedro II.....</i>	<i>220</i>
8.1.2	<i>A Mão da Justiça.....</i>	<i>227</i>
8.1.3	<i>O busto da Princesa Isabel.....</i>	<i>236</i>
8.1.4	<i>A estatueta da princesa Isabel: a Redentora.....</i>	<i>248</i>
8.2	AS FARDAS IMPERIAIS DE GRANDE GALA DO IMPERADOR D. PEDRO II: O FARDÃO DA MAIORIDADE, O FARDÃO DO CASAMENTO E A VESTE DA COROAÇÃO	256
8.2.1	<i>O Fardão da Maioridade e o Fardão do Casamento.....</i>	<i>261</i>
8.2.2	<i>A veste da Coroação de D. Pedro II com sapatos.....</i>	<i>268</i>
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	272
	REFERÊNCIAS	277

1 INTRODUÇÃO

Quem percorre as ruas charmosas e repletas de ladeiras e curvas da cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata Mineira, bem próxima da divisa estadual com o Rio de Janeiro, pode observar as referências que remetem a um passado dos barões de café que ajudaram a construir uma cidade a partir de uma pequena vila perdida na antiga Estrada Real. A estrada é uma construção forjada por trabalhadores livres, braços de escravizados africanos, que depois foram substituídos pelas mãos dos imigrantes europeus e que a transformaram em uma das mais industriais e desenvolvidas da região, a ponto de ganhar a alcunha de “Manchester Mineira”, em alusão à famosa cidade homônima inglesa. Na cidade, também, encontra-se a primeira hidrelétrica de grande porte da América do Sul, a Usina de Marmelos Zero, empreendimento de 1889, e que tornou a cidade conhecida como “Farol de Minas”.

A cidade é cortada por linhas de trens que, inicialmente, transportavam tanto o povo, o ouro, quanto o valioso café até o porto do Rio de Janeiro e, hoje, seguem carregados de minério de ferro trazidos do centro do Estado de Minas Gerais, produto extrativista que representa uma das maiores fontes de renda para os governos e de emprego para a população. Atualmente, as estações de ferro centenárias apenas observam o ir e vir das composições, mas não recebem mais o público do passado, que dependia apenas desse meio de transporte.

Dessas estações, uma das mais representativas é a Estação Ferroviária Mariano Procópio, inaugurada em 1876 e que está localizada em um dos bairros mais populosos da cidade e onde está uma das principais atrações turísticas do município: o Museu Mariano Procópio. O nome do político e empresário Mariano Procópio Ferreira Lage designa, ainda, um grande bairro na região nordeste da cidade, escolas públicas e rua, o que reforça a sua presença no imaginário da população juiz-forana.

O Museu Mariano Procópio é o primeiro museu de Minas Gerais e da cidade de Juiz de Fora, e é, também, a antiga residência da família Ferreira Lage, que representada pelo poder econômico e político de parte de uma sociedade que dependia da monocultura cafeeira e das mãos escravizadas para acumular suas fortunas e se manter como dignos membros das elites oitocentistas.

O palacete da família Ferreira Lage, construído em frente à estação ferroviária e, atualmente, no centro de bairros industriais, pode ser visto à certa distância pelos moradores das imediações, pois está no alto de uma elevação, o que lhe garante a segurança contra intempéries ou pessoas de má índole, e possibilita, também, a visão de parte da cidade para os

visitantes. O local foi, ainda, um cartão de boas-vindas para aqueles que chegavam ao município e desembarcavam na Estação Mariano Procópio, pois a primeira paisagem que viam ao elevar o olhar era o imponente edifício.

A antiga residência se mantém, ainda hoje, cercada por árvores e por um parque com um lago, que suavizam a paisagem predominante de construções e do asfalto das ruas da vizinhança, e fornecem um espaço verde e de entretenimento para as famílias. A origem de sua construção e a quem serviu nem sempre é de conhecimento da população, que já se esqueceu da pujante economia do café e das pequenas fábricas que fizeram a riqueza de poucos, e proporcionavam a sobrevivência de muitos moradores.

Além de Mariano Procópio, outros nomes das elites estão ligados à cidade, como Henrique Halfeld, que elaborou o primeiro mapa da Província de Minas Gerais e que dá nome a uma praça-parque em uma das áreas nobres da cidade¹. A família Halfeld ainda possui descendentes na cidade que se orgulham de ostentar o nome famoso, símbolo de uma época de ouro do município.

Dos anos 1800, outras personalidades como a Viscondessa de Cavalcanti e Alfredo Ferreira Lage, também são homenageados com nomes de ruas e escolas, juntamente com nomes da Família Imperial Brasileira, como D. Pedro II e Princesa Isabel, que estão ligados à história da cidade e da região, e serão tratadas ao longo desse trabalho.

A sociedade oitocentista também dá o nome à própria cidade de Juiz de Fora, pois é uma referência a um cargo de magistrado nomeado pelo Coroa portuguesa para visitar locais onde não havia um juiz permanente.

Nascida e por muitos anos vivendo nessa cidade, sempre me entusiasmei com a história e com as referências dadas para os principais pontos da cidade. E procurei, cada vez mais, compreender quem eram esses vultos e a importância deles para a sociedade.

Nomes como Mariano Procópio bem como seus sucessores filhos, netos e parentes, além de homens e mulheres que faziam parte do círculo de relacionamento, tornavam um grupo de muita influência daquele local. Eram membros de elites da sociedade que cada vez mais se consolidava como detentora de poder político e econômico em suas áreas de interesse, limitadas por cidades, vilas e regiões geograficamente próximas, e ao alcance das determinações dessas pessoas. O município onde os poderosos residiam e tinham seus negócios eram centros irradiadores desse poder, que, muitas vezes, confundiam os seus desejos com os interesses públicos.

¹ DILLY, Roberto. Mérito Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sg/comenda_henrique_halfeld/biografia.php. Acesso em 18 abr 2023.

O poder econômico é representado pelos grandes detentores de fortunas, de terras e bens que os colocavam dentro de um estrato restrito de indivíduos influentes dentro da sociedade, respeitados mais por suas condições financeiras do que por linhagem familiar anterior ou capacidade moral ou intelectual.

Quanto ao poder político, esse está muito proximamente ligado ao econômico, e se refere àqueles que estavam em cargos eletivos, autorizados a formular leis e executar políticas públicas, ou que interferiam nas ações dos que exerciam esses cargos, que por sua vez dependiam do nome e dos recursos dos mais poderosos. Antes mesmo da vinda família real, em 1808, essa situação já era comum nas localidades brasileiras.

Essas elites já influenciavam as normas e os rumos que aquela sociedade iria tomar, segundo conceitos que outros membros das elites dos oitocentos, em outros locais, já concebiam como os mais apropriados para aquela sociedade.

Indivíduos e famílias tradicionais cada vez mais se tornavam a voz e o pensamento do desenvolvimento e do sucesso e firmavam o conceito sobre o que são as elites brasileiras. Em Juiz de Fora e na Zona da Mata Mineira isso não era diferente.

Então, em minha tese, instigada por esses nomes e seus legados, fossem eles positivos ou negativos para a memória da sociedade, resolvi estudar as elites mineiras, especificamente a do século XIX em Juiz de Fora, e suas formas de interação dentro e fora de seus grupos sociais. Quem eram essas pessoas? Qual foi a herança cultural e social? Entre outras questões que busquei responder.

Nesse contexto, dentro do conceito que Pierre Nora (1993) chamou de “Lugar de Memória”, o Museu Mariano Procópio reúne alguns desses legados materiais, composto pelo seu rico acervo, e outras tantas heranças imateriais que consolidaram o que eram as elites mineiras.

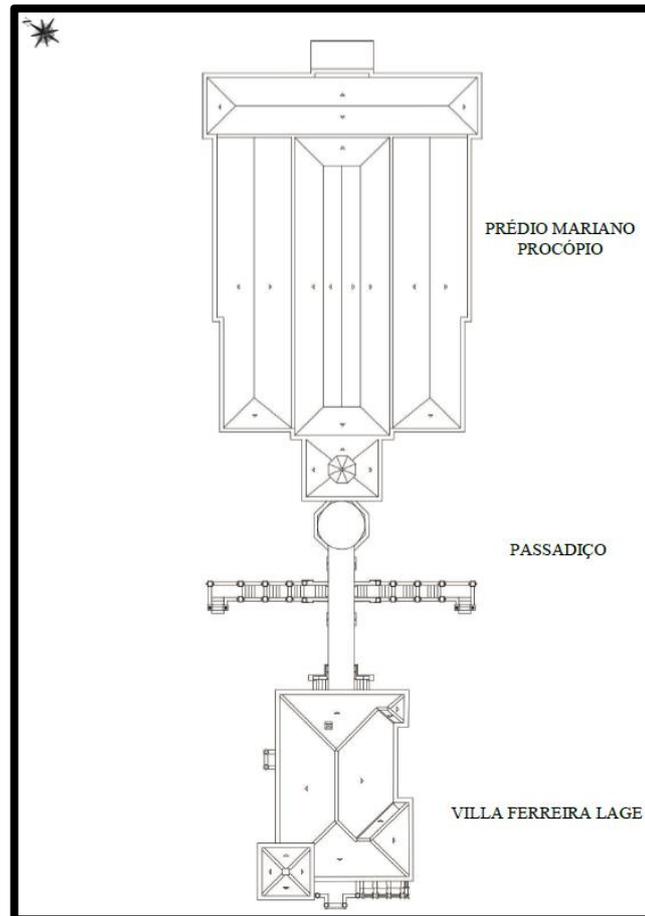
É nesse lugar que inicio o meu campo de estudo.

1.1 O MUSEU MARIANO PROCÓPIO COMO CAMPO DE ESTUDO

Em primeiro lugar, vamos entender como foi concebido o Museu Mariano Procópio que é uma das construções mais importantes da cidade de Juiz de Fora, tanto por seu projeto arquitetônico e artístico, como também, em nível nacional, por suas características urbanísticas, paisagísticas e museológicas. O conjunto arquitetônico é composto por dois prédios: a Villa Ferreira Lage e o Prédio Mariano Procópio. A Villa Ferreira Lage foi construída em 1861, como

residência para a família e, em 1915, Alfredo Ferreira Lage, além de residir, transformou o local em museu particular com o intuito de abrigar suas coleções. Com o aumento desse acervo, construiu-se um prédio anexo à Villa, em 1922: o Prédio Mariano Procópio (STEPHAN, 2015).

Figura 1 - Planta baixa do Museu Mariano Procópio



Fonte: STEPHAN, Lina. Imóveis tombados do conjunto arquitetônico do museu. 2015.

Os autores que seguem as linhas de pesquisa da Geografia Humanista declaram que as pessoas estabelecem relações afetivas com seus “lugares”, dessa forma, a definição da importância do “lugar de memória” para uns é diferente dos outros. Moreira e Hespanhol (2007) em “O lugar como uma construção social” falam sobre a questão do lugar: “O lugar, produto da experiência pessoal vivida, permeado de dimensões simbólicas, culturais, políticas e sociais, só adquire uma identidade e significado através das intenções humanas atribuídas a ele” (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 51). E, em relação à memória, em “Entre memória e História: a problemática dos lugares” Pierre Nora (1993) defende que ela nasce e vive dos sentimentos e é o repertório de tudo que nos é possível lembrar:

A medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe em que tribunal da história (PIERRE NORA, 1993, p. 15).

Então, o Museu Mariano Procópio como a escolha do meu campo de estudo surge a partir desse sentimento de pertencimento. Pertencer a algum lugar e construir nossa identidade ao longo de nossa trajetória tem um papel importante, feito por meio de sentimentos e identificação particular. Pensando na construção desse meu sentimento de pertencimento em relação ao museu e das histórias e famílias que envolvem sua criação, creio ser importante contar a minha trajetória.

Eu nasci na Santa Casa de Misericórdia da cidade de Juiz de Fora e até meus 14 anos morei com meus pais e irmã mais nova na cidade de Três Rios, no estado do Rio de Janeiro. Meus pais eram pessoas com poucos recursos financeiros, ele sapateiro e ela costureira, e não tinham nenhum outro meio para sobreviverem, que não fosse o próprio trabalho. Depois de muitos anos de casados e tantas tentativas de ter um filho, minha mãe, seguindo o conselho de seu médico foi parir seu primeiro bebê em Juiz de Fora, na Santa Casa de Misericórdia, e não em Três Rios, por conta dos sete abortos que ela teve antes de eu nascer.

A Santa Casa de Misericórdia fundada em 1854, que também faz parte da memória da cidade, pelo Barão de Bertioga e sua esposa, a Baronesa Maria José Miquelina da Silva, sempre foi referência em atendimento público, com mais recursos médicos, e meus pais sabiam que estariam seguros de que eu não seria a oitava criança a não sobreviver. Em 1984, quando meu pai resolveu sair do estado do Rio de Janeiro e se mudar de vez para Juiz de Fora, foi em busca de poder proporcionar para mim o antigo curso de Magistério para que eu me tornasse professora e tivesse uma profissão para que eu pudesse trabalhar. Com essas mudanças, busquei novas possibilidades de ligação com a minha cidade natal, Juiz de Fora, a qual tenho um orgulho imenso.

Muitos anos depois, na graduação e no mestrado em História estendendo-se ao doutorado em Antropologia, direcionei minhas pesquisas em um primeiro momento, ao colecionismo da Viscondessa de Cavalcanti e depois, busquei entender a construção das famílias das elites mineira que foram importantes na materialização do museu. As idas e vindas diárias ao arquivo, à reserva técnica, o contato com as museólogas e historiadores, com o diretor da época, um estudioso das famílias mineiras, fortaleceram ainda mais esse elo. Então, a minha afeição com a minha cidade e com o Museu Mariano Procópio se consolidaram nesse processo.

Os passeios ao museu vieram proporcionar alento aos momentos de rupturas entre a minha infância e adolescência, era para lá que eu ia, quase todos os domingos, passear pelo parque, sentir o frescor das alamedas floridas na primavera, o perfume e o gosto das jabuticabas que caíam do pé, o som do canto dos pássaros, o guinchar dos macacos, o grasnar dos patos, marrecos, cisnes brancos e pretos em meio aos passeios de pedalinho no lago, a subida e descida das ladeiras de pedra em busca das temidas, mas, fascinantes, teias de aranhas. É um local muito frequentado pelos moradores da cidade.

A subida íngreme e cansativa com calçamento de pedra que liga o parque ao palacete abriga um bosque com árvores e arbustos, o que torna a caminhada mais interessante. Ao longo do caminho, paradas estratégicas para recuperar o fôlego e ir conhecendo o nome e a história de cada árvore, de cada planta, distribuídos em placas de identificação. Além do lago com carpas e outros animais aquáticos, o bosque é composto com vegetação da Mata Atlântica, espécies exóticas e muitas árvores como as jaqueiras e jabuticabeiras, que alimentam os pássaros que vivem lá, os jacus, sanhaços, sabiás, saíras, e também as árvores de grande porte como sapucaias, jatobás e o pau-brasil.

Fazer esse percurso do bosque até o palacete é um misto de emoções, e circular por suas salas é um prazer indescritível para mim, pois em um centro urbano movimentado como da cidade de Juiz de Fora, com tantas construções, asfalto e paisagens cinzentas, ter uma área verde tão rica reduz parte da falta da natureza em outros ambientes do dia a dia. Eu sentia uma sensação ímpar ao caminhar pelos mesmos lugares que a família de Mariano Procópio Ferreira Lage e a Família Imperial caminharam, e assim ter o privilégio de compartilhar, um século depois, esse mesmo espaço. Olhar as paredes cobertas com papel francês e obras de arte, e imaginar que todo aquele espaço foi idealizado e cedido ao município por Alfredo Ferreira Lage e que, hoje, podemos usufruir em uma visita. Como pesquisadora, tive acesso a valiosos documentos que nos contam histórias do passado para que possamos entender o presente. Hoje em dia, não tenho mais o privilégio de usufruir desse espaço em meu cotidiano, mas, todas as vezes que volto para minha cidade é para lá que eu vou respirar e me reunir com um passado que tanto me fascina.

Esta sensação de pertencimento, faz parte da história de vida de outros pesquisadores do museu como declara Maciel Fonseca (2022)²:

² Maciel Fonseca é pesquisador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e fez suas pesquisas no Museu Mariano Procópio tanto no mestrado quanto no doutorado. Suas pesquisas abrangem as relações entre os agentes políticos de Juiz de Fora e associações voltadas para assistência à saúde: Filantropia e assistência à saúde em Juiz de Fora: as Irmandades dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia (1897-1927). Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppghistoria/wp-content/uploads/sites/157/2018/02/Maciel-Arquivo-Modificado-DEFINITIVO.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

Hoje eu venho compartilhar com vocês a minha relação com o Museu Mariano Procópio aqui em Juiz de Fora. Essa relação começou bem na minha infância quando eu ia visitar o parque do museu com a minha família, na ocasião, tinha diversos animais, tinha pedalinho, algodão doce, tinha muita pipoca e, posteriormente, subíamos até a casa onde fica guardado o acervo, a parte artística, a mineralogia, os animais empalhados o que era muito legal. Hoje, já adulto, eu tive acesso a esse material, a esse acervo do museu que, inclusive, é aberto a todos os pesquisadores que fizerem uma solicitação de acesso [...] (FONSECA, 2022)³

Como também, para Rogério Pinto (2008) em sua dissertação em “Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio”:

Entrar no Museu Mariano Procópio percorrendo seus espaços é uma experiência que encanta ao mais desavisado visitante, seja oriundo de Juiz de Fora ou turista que, desconhecendo a instituição, é pego de surpresa por tudo o que ela contém e apresenta. Se para um visitante comum, já é surpreendente, mais ainda o é para um historiador (PINTO, 2008, p. 14).

Figura 2 – Museu Mariano Procópio



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia. 2022

De início, a Chácara Mariano Procópio não foi planejada para ser um museu, e sim, para que a Família Ferreira Lage tivesse uma residência à altura do nome que se inseria dentro da burguesia da época. O Comendador Mariano Procópio contratou, então, o engenheiro alemão Carlos Augusto Gambs, que já era chefe dos engenheiros e arquitetos da Companhia União e Indústria, para erguer sua residência. Rogério Pinto (2008) destaca que a residência era em estilo renascentista, e a construção em nada ficou devendo às maiores e mais belas construções daquelas redondezas (PINTO, 2008):

³ Entrevista para a Websérie “Minha pesquisa no museu”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2SIf011zMVC>. Acesso em: 24 mai. 2022.

O sítio por que fez opção Mariano Procópio em erguer sua nova residência é uma colina que, toda replantada, tem ao seu entorno um exuberante parque. O palacete domina o cume da colina, dando um aspecto totalmente diferenciado à chácara. [...] A sede da Chácara Mariano Procópio, portanto, deve ser compreendida como a concretização de uma nova trama social, cultural e econômica que emergia na região, advindo da expansão do plantio do café, que passou a ocorrer de 1840 em diante (PINTO, 2008, p. 208-209).

Mais que uma moradia, a arquitetura do palacete e o parque ao seu entorno revelava além da ostentação da fortuna, o gosto, o prestígio e a elegância de seu proprietário.

No livro “Crítica da faculdade do juízo” o filósofo Immanuel Kant (2008) trata a questão do gosto relacionada a um sentimento de prazer, de sensações as quais o ser humano busca por meio de um juízo estético do belo, elementos que tragam uma qualidade de sensações agradáveis. Esse tipo de sentimento não quer dizer, necessariamente, que seja compartilhado por outros, pois, a princípio, diz respeito a um único sujeito e ao sentimento que ele relaciona a qualquer tipo de fenômeno, objeto, ação ou criação.

É um conceito complexo. Segundo Kant (2008), o gosto envolve quatro momentos relativos: à qualidade onde o juízo do gosto é desinteressado; à quantidade onde ele fala que o juízo estético é universal porque é harmônico; à relação onde significa que o juízo sobre o gosto é o momento final entre sujeito e objeto, não há uma busca por outros objetivos, apenas o sentimento da contemplação; e à modalidade que é a necessidade de que todos os outros sujeitos sejam capazes de julgar da mesma forma, mas, sem nenhum interesse.

Por serem complexas, não iremos nos aprofundar nas análises, apenas trazer esses dados, que são importantes para nos atentarmos para o conceito de gosto, que será apontado pelo viajante inglês Richard Burton em 1868.

Agradando a algumas personalidades como ao geógrafo e zoólogo suíço Louis Agassiz, que em sua viagem exploratória ao Brasil, se “mostrou encantado com o palacete” (PINTO, 2008, p. 209), há quem discordasse, em alguns aspectos, dessa “elegância”. Ao se referir ao palacete, em sua obra “Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho” o explorador e pesquisador britânico Sir Richard Burton (2001) relatou:

A parte mais agradável do dia foi passado no jardim e quintal do palacete. Eu antes me havia encontrado com seu proprietário, o Comendador Mariano Procópio Ferreira Laje; durante a minha segunda visita, ele estava, mais uma vez, na Europa. [...] Nosso exigente gosto inglês não encontrou defeito na casa e seu terreno, a não ser que a achamos um pouco extravagante, pois o contraste com a natureza era um pouco violento: é chocante ver-se uma vila

ajardinada italiana em uma floresta virgem⁴. O palacete que custou £30.000 ou £40.000, tem colorido e medalhões demais; além disso há uma ponte muito feia que leva a um pavilhão de estilo muito afetado, ambos de ferro batido, e a ponte lamentavelmente parecida com um viaduto. O pequeno lago, com ilhotas cobertas de moitas de bambu, pontes chinesas anãs, e um bote a remo, conduzido por negros, e não a vapor; a “Gruta da Princesa”, os grotescos caramanchões e assentos, e as artificiais figuras de madeira são enfeites excessivamente artificiais, e a ema e os veados não andando soltos no parque, mas engaiolados com os macacos e faisões prateados, fazem lembrar uma exposição de animais ferozes. As plantas europeias e as tropicais, porém, são magníficas, e medimos uma folha de arão de quase um metro e meio de comprimento. [...] Andamos pelo pomar cultivado ao ar livre, e encontramos nossas árvores favoritas; ali ficamos durante horas, sentados na relva, chupando tangerinas, gozando a sombra perfumada das jabuticabeiras e admirando os jovens pândamos e palmeiras (BURTON, 2001, p. 79).

Richard Burton (2001) observa e, com a visão de europeu, classifica a beleza e aponta as diferenças entre a construção e a paisagem brasileira com o que conhecia na sua terra natal e os lugares do Velho Mundo. Visão que reconhece como exigente, pois, para um inglês, o contraste entre a exuberância de um jardim desenhado baseado nos efeitos naturais da natureza eram incompatíveis com os muitos elementos na arquitetura do palacete. E, mais do que isso, Burton é munido de preconceitos típicos dos evolucionistas que não compreenderam outras culturas, nem mesmo outras naturezas que exprimiam um modo de criação da elite de outra sociedade, e a classificavam segundo seus próprios valores e interesses. Ele não foi o único a cair na tentação de diferenciar e hierarquizar o belo do feio, o original da cópia, o moderno do antiquado, segundo os parâmetros europeus. Dentre os muitos viajantes que deixaram suas impressões do Brasil oitocentista outros dignos membros da elite europeia, também, acabavam criando impressões de semelhante teor.

O engenheiro Carlos Gambs ergueu o palacete do Comendador Mariano Procópio utilizando materiais industrializados que conferia conforto e atendia aos anseios aristocráticos da época, mas não deixou de valorizar as paredes com papéis franceses e pinturas parietais⁵ nas paredes dos quartos e corredores. Como advertem Pinto (2008) e Rosane Ferraz (2016) em “A coleção de fotografias do Museu Mariano Procópio e as sociabilidades no Brasil oitocentista” pelas características paisagistas, a execução do jardim com mais de 88.200m² foi atribuída ao arquiteto francês Auguste François Marie Glaziou que veio ao Brasil, em 1858, a convite do Imperador D. Pedro II para coordenar a Diretoria de Parques e Jardins da Casa

⁴ Não era mata nativa. Foi feito um plantio.

⁵ Pintura parietal, pintura mural ou muralismo refere-se a pinturas executadas sobre uma parede, quer diretamente na sua superfície ou em painéis montados para uma exposição permanente.

Imperial, onde projetou a Quinta da Boa Vista e o Campo de Santana. No entanto, não há documentação comprobatória dessa autoria (PINTO, 2008) (FERRAZ, 2016).

Outra opinião sobre o jardim do palacete foi a do fotógrafo oficial da Família Imperial Revert Henrique Klumb, quando encomendada uma descrição da rota da Estrada União e Indústria que liga as cidades do Rio de Janeiro à cidade de Petrópolis, em 1872: “Doze horas em diligência”. O fotógrafo passou por Juiz de Fora e, diferentemente do britânico Richard Burton, as palavras do alemão Klumb enalteciam tanto o palacete quanto o jardim de Mariano Procópio: “Ha na eminencia à nossa direita um lindo castelinho, propriedade do finado Sr. Lage, graciosa amostra do estilo renaissance italiano” (KLUMB, 1872, p. 72).

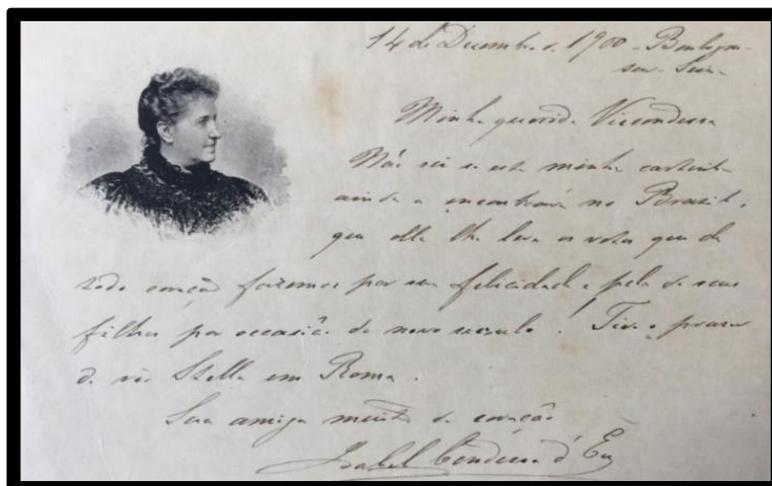
No entanto, Burton e Klumb concordam quanto a beleza do jardim:

[...] este castello é rodeado de um parque desenhado, plantado e conservado com um gosto que nos dá a ideia do que devia ser o proprietário: tanques de água límpida, onde nadão bellos cysnes brancos e pretos, ilhas de bambus, viveiros naturaes onde cantão e gorgeião milhares de passaros, jardins cheios de flores as mais curiosas e as mais raras plantas de interesse particular tornão esse domínio um pequeno paraíso terrestre (KLUMB, 1872, p. 72).

Depois de finalizado, o palacete abrigou a Família Ferreira Lage e, muitas vezes, recebeu membros da Família Imperial, como conta Klumb (1872, p.72): “Em junho de 1861, a Familia Imperial ahi residiu. Nada poderia descrever a magnificência das festas dadas pelo Sr. Lage aos seus Augustos Hospedes”. Reforçando a relação dos Ferreira Lage com os imperadores, mesmo em visitas não oficiais, como nos mostra a vasta correspondência abrigada nos arquivos do museu, em particular, da Princesa Isabel, que tinha grande apreço por Amélia, sobrinha e afilhada do Comendador, e futura Viscondessa de Cavalcanti, a quem chamava carinhosamente de “Minha querida Viscondessa”⁶:

⁶Cartão de felicitações da Princesa Isabel para a Viscondessa de Cavalcanti. Coleção Família Visconde de Cavalcanti. Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio. 1900.

Figura 3 - Cartão de felicitações



Fonte: Museu Mariano Procópio. Cartão da Princesa Isabel para a Viscondessa de Cavalcanti. 1900

14 de dezembro de 1900 – Boulogne-Sur-Seine

Minha querida Viscondessa:

Não sei se minha cartinha ainda a encontrará no Brasil, que ella lhe leve os votos que de todo coração fazemos por sua felicidade e pela de seus filhos por occasião do novo século. Tive o prazer de ver Stella em Roma.

Sua amiga muito de coração
Isabel Condessa d'Eu

O Museu Mariano Procópio teve como seu fundador Alfredo Ferreira Lage (1865-1944), que nasceu em Juiz de Fora, nessa própria residência. Alfredo teve pouco contato com seu pai, que faleceu em 1872, quando ele tinha 7 anos de idade. Foi empresário, político e colecionador. Após herdar a residência da família, em 1915, Alfredo iniciou o planejamento e montagem de um museu particular (FERRAZ, 2016).

Formado, inicialmente, pelos objetos colecionados pela Família Ferreira Lage e pelas coleções do próprio Alfredo que estavam em sua residência no Rio de Janeiro, o museu foi criado com caráter enciclopédico, como um gabinete de curiosidades, como nos diz Ferraz (2016):

[...] com um acervo composto por diversos ramos do conhecimento da história da humanidade, formado pelos próprios objetos da Villa Ferreira Lage e aqueles transferidos de sua residência no Rio de Janeiro, com características de um antiquário (FERRAZ, 2016, p. 65).

Segundo Ferraz (2016), Alfredo escolheu a cidade de Juiz de Fora, ao invés da capital federal Rio de Janeiro, talvez, no intuito de dar maior visibilidade ao museu, pois seria o

primeiro da cidade, como também, do estado de Minas Gerais. A instituição teve seu início na esfera da administração particular, mas com o tempo vai se tornando cada vez mais próximo da esfera pública.

Alfredo Ferreira Lage escolheu uma data significativa para a inauguração do Museu Mariano Procópio: o centenário de seu pai Mariano Procópio Ferreira Lage. A instituição abriu suas portas ao público em 23 de junho de 1921, com mais de 5.000 peças (FERRAZ, 2016).

Pinto (2008) destaca que a escolha da data ratificava o intuito de Alfredo de reverenciar e perpetuar a memória do pai e, conseqüentemente, o nome da família. Além da homenagem ao pai, nesse mesmo momento inaugurou-se a Galeria Maria Amália, nome da sua mãe, e a Sala D. Pedro II cômodo que, no passado, o Imperador pernitoiu. Outras salas foram inauguradas por Alfredo, todas enaltecendo a monarquia e a elite brasileira da época.

Logo na entrada, a espaçosa Galeria Maria Amália, encimada por uma claraboia que permitia a entrada da luz exterior, ali se encontravam obras de diversas escolas de pintura e nas vitrines, peças históricas e decorativas expostas ao visitante com o intuito de trazer uma primeira impressão que o deixaria absolutamente absorto. A Sala Maria Pardos, companheira de vida de Alfredo Lage e pintora premiada no Salão Nacional de 1918, entre outros objetos, trazia coleções de joias antigas, pratarias, peças em marfim e leques.

Na Sala Viscondessa de Cavalcanti, benemérita do museu, encontramos pinturas, como um óleo sobre tela de Jean-Honoré Fragonard, joias antigas, coleção de fotografias, cartões postais, peças egípcias, medalhas e moedas que faziam parte do seu “Catálogo de moedas e medalhas brasileiras e estrangeiras”. Havia, também, leques, entre eles, um contendo uma valiosa coleção de 68 autógrafos que se inicia com a assinatura de D. Pedro II e finaliza com a assinatura da própria viscondessa, e a magnífica coleção de pinturas em miniatura, onde aponte, em minha dissertação de mestrado, se tratar da maior coleção particular do Brasil. Já para a biblioteca doou missais, obras raras e manuscritos.

A Sala Duque de Caxias traz armas, objetos e uniformes militares, e seu propósito era de enaltecer a figura de Luís Alves de Lima e Silva na Guerra do Paraguai, lembrando que o Duque era aparentado distante de Alfredo.

A Sala Agassiz, botânico, viajante e admirador dos jardins do parque, foi criada para que recebesse todas as coleções científicas de Alfredo.

Na visão de Pinto (2008) entre todas as salas, notadamente, a escolha do nome do Imperador foi a confirmação de seu outro objetivo: homenagear a Família Imperial e a afirmar sua postura política monarquista e sua visão de mundo:

A abertura do museu significava uma homenagem ao pai e à visão de mundo representativa da elite brasileira de sua época, concentrando-se na manutenção da memória da família e da história do País, através do momento que considerava mais significativo – o segundo reinado (PINTO, 2008, p. 211).

De acordo Stephan (2015) em “Análise das intervenções arquitetônicas nos imóveis tombados do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora – MG” o conjunto arquitetônico e artístico está inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes de 1939⁷ e no Livro do Tombo Histórico do mesmo ano⁸, como “Coleções que constituem o Museu Mariano Procópio”. Em 1983 também passou a fazer parte dos bens tombados de Juiz de Fora, por meio do Decreto Nº 2861, de 19 de janeiro de 1983, que dispõe sobre o tombamento do Parque e Museu Mariano Procópio:

Art. 1º- Fica tombado o Parque e Museu Mariano Procópio, de propriedade do Município de Juiz de Fora, situado no Bairro Mariano Procópio, neste Município. Art. 2º- Fica autorizada a inscrição no Livro de Tombo, observando-se os seguintes termos: a. Tombamento do remanescente do jardim e do parque, com suas alamedas, arborização e demais complementos ornamentais; b. Tombamento total, externo e internamente do edifício denominado de “Castelinho”. c. Tombamento parcial do edifício anexo ao “Castelinho”, restringindo na manutenção de sua atual volumetria. d. Tombamento do tratamento da área imediata dos dois edifícios que abrigam o Museu, composto de canteiros, chafarizes, passadiço, caminhos e acessos (JUIZ DE FORA, 2002).

E segue explicando que, em 2002, por meio do Decreto nº 7477 de 26 de julho de 2002 acrescentou-se outros bens ao tombamento:

Art. 2º- Ficam tombados, integralmente, o prédio sede, seu interior, sua volumetria e suas fachadas, a conformação dos jardins defronte ao imóvel, a aleia de palmeiras da entrada principal e as palmeiras existentes ao longo da Rua Mariano Procópio, bem como a área delimitada às fls 07 do processo administrativo PJF nº 5321/97 (JUIZ DE FORA, 2002).

Em 28 de março de 2005, o “Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e o Acervo do Museu Mariano Procópio” teve o tombamento aprovado pelo IEPHA/MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. E, mais tarde, em 2015, foi aprovado o tombamento do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico” pelo Conselho Consultivo do Instituto Histórico do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e homologado pelo Ministro da Cultura (STEPHAN, 2015).

⁷ IPHAN. Nº inscr.: 236; Vol. 1; F. 041; Data: 16/02/1939. 2014.

⁸ IPHAN. Nº inscr.: 118; Vol. 1; F. 021; Data: 16/02/1939. 2014.

Contados a partir da sua inauguração em 1921, em 23 de junho de 2021 o Museu Mariano Procópio completou 100 anos e essa longevidade se deve a um público fiel e interessado. Por ser um museu municipal, depende de verbas públicas e das ações promovidas pela administração e pelo Conselho dos Amigos do Museu (CAM), criado em 1936, e que acabam refletindo nas dificuldades de manutenção do prédio e do acervo e ampliação de suas coleções, fatos que poderiam ter afastado os visitantes.

O museu foi fechado desde 2005 para reformas, especificamente, o Prédio Mariano Procópio em 2008 e a Villa Ferreira Lage em 2009. Seu fechamento está ligado à necessidade de mais recursos financeiros para a conclusão das obras de restauro. Desde 2005 o governo federal repassou R\$ 4,2 milhões e as doações privadas foram apenas de pouco mais de R\$ 1 milhão. O Museu Paulista, como comparação, obteve da iniciativa privada R\$ 170 milhões para seu projeto de restauração (O PHAROL, 2021).

No entanto, a população podia visitar, a partir das eventuais mostras uma fração de seu acervo, como em 2016, na gestão do então diretor do Museu Mariano Procópio, Douglas Fasolato, que após concluído o restauro da claraboia e do lanternim do núcleo original do edifício Mariano Procópio reabriu o espaço com a exposição “Esplendor das formas: as esculturas no acervo do Museu Mariano Procópio” esta exposição estava prevista para durar um ano, mas, se estendeu até 2020 quando foi fechado pela pandemia.

Em relação ao parque, foi reformado e está ativo atendendo ao público que, mesmo já conhecendo o local, faz desse lugar seu ponto favorito de visitação, atividades físicas e recrea o.

Hoje, está em processo de reabertura gradual. Em 07 de setembro de 2022 com a inaugura o da Exposi o “Rememorar o Brasil: a independência e a constru o do Estado-Na o, na Galeria Maria Am lia e salas do Primeiro andar do Prédio Mariano Procópio. Em 03 de março de 2023 com a inaugura o da Exposi o “Fios de memória: a forma o das cole es do Museu Mariano Procópio”, no segundo andar do Prédio Mariano Procópio, com dez salas expositivas. E está prevista a reabertura da Villa Ferreira Lage (residência da Família Ferreira Lage) para 31 de maio de 2023, marcando as comemora es do aniversário da cidade de Juiz de Fora⁹.

⁹ Informa es obtidas com a historiadora do museu Rosane Ferraz.

1.2 A ANTROPOLOGIA HISTÓRICA

Para uma historiadora como eu, que pretende realizar uma pesquisa antropológica sobre determinado tema, quase sempre se vê em dúvida como deve fazer a sua abordagem metodológica, pois vem à cabeça a possibilidade de empregar tanto o sincronismo quanto o diacronismo.

Uma das recomendações apresentadas pelo PPGA/UFPE, no início do semestre de 2021, para as pesquisas de mestrado e doutorado foi a questão da interdisciplinaridade, e então, procuramos trabalhar esta tese por meio de uma pesquisa metodológica interdisciplinar entre a Antropologia e a História.

Sem o objetivo de nos aprofundarmos em questões teóricas sobre a interdisciplinaridade em si, entendemos que, a proposta de pesquisas antropológica-históricas são relevantes, pois, apesar de suas particularidades no que tange à forma de pesquisa de ambas, ela estabelecerá conexões entre as diferentes perspectivas de abordagens que norteiam as duas disciplinas: a contribuição da praxe da observação antropológica, minuciosa e detalhista, que vai ampliar o campo de investigação e a reflexão e narração dos temas determinados pelos historiadores.

Nesse contexto, a Antropologia Histórica se apresenta como uma investigação científica muito promissora para o desenvolvimento desta tese.

A Antropologia Histórica não poderia ser tratada como uma junção entre as duas disciplinas, como acreditavam Marc Bloch e Julien Febvre, integrantes da chamada Escola dos Annales que junto com autores como Fernand Braudel e Jacques Le Goff, também franceses e historiadores culturais, desenvolveram uma série de trabalhos que consolidaram e divulgaram esse tipo de pesquisa. Ela é, na verdade, uma forma de pesquisa antropológica com foco nas culturas, nos símbolos, nos parentescos, nos envolvimento econômico e político das sociedades do passado. André Burguière a definiu como uma “história dos hábitos” dessas sociedades, ou seja, o estudo de seus usos no cotidiano, suas crenças e práticas, suas relações dentro e fora das famílias. Então, a Antropologia Histórica foi e é importante para antropólogos como Clifford Geertz, Claude Lévi-Strauss, Elizabeth Ten Dyke, entre outros, tanto quanto para historiadores, como Carlo Ginzburg, Peter Burke na abordagem relacionada a essa grande área temática.

O sincronismo é a metodologia que caracteriza a Antropologia desde que se realizaram as expedições etnográficas desenvolvidas por Franz Boas em 1883-1881, para observação direta dos nativos Inuit, em Vancouver, e que mais tarde possibilitou que lançasse “A mente do ser humano primitivo”, em 1911, onde aborda algumas questões que se tornaram pilares da

Antropologia, como a não existência de grupos humanos superiores a outros, originando o conceito de relativismo cultural.

Um pouco mais tarde, o antropólogo inglês Alfred Radcliffe-Brown, entre os anos de 1906 e 1908, realiza um estudo etnográfico sobre os nativos nos arquipélagos indianos das Ilhas Andaman descrevendo sua organização social, suas cerimônias, mitologias, materiais culturais, entre outras formas de expressão e, no ano de 1922, lança sua obra de referência “The Andaman Islanders: a study in social anthropology”. Seus estudos sobre as sociedades nativas da Austrália feito poucos anos depois, também proporcionaram novas formas de fazer essa Ciência.

Logo depois, Bronislaw Malinowski (1976) criou um método de observação participante junto às tribos nativas das Ilhas Trobriand, partindo da observação direta para um trabalho de campo em que o pesquisador iria compartilhar e viver os ritos, rituais e outros elementos culturais com aqueles povos. Em “Os argonautas do Pacífico Ocidental”, a Antropologia Social era fundada, e o antropólogo partia para compreender o seu objeto de estudo diretamente no seu campo. Esse método é um dos mais empregados em quase todos os trabalhos de tese presentes nos arquivos da pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco.

Além disso, outras formas de levantamento de dados, igualmente sincrônicos, como a descrição densa por Clifford Geertz (1960), realizada primeiramente em Java, no início dos anos 1950, contribuíram para retratar de forma fiel e neutra o campo etnográfico de vital importância para o Antropólogo, e que deram origem a obras como “Religion of Java”, de 1956. Geertz procurou compreender como determinadas sociedades interpretam sua própria cultura, e assim porque assumem comportamentos e atitudes segundo essa realidade.

Para o historiador, por outro lado, quase sempre estão presentes os métodos que privilegiam a diacronia, onde a História, conceitualmente, captura suas fontes no passado para elaborar suas pesquisas e construir o conhecimento.

Ressalvas, no entanto, devem ser feitas àqueles trabalhos elaborados sob o ponto de vista da História do tempo presente, ramo da disciplina que, mesmo dentro da comunidade de historiadores, ainda não alcançou a perfeita aceitação. No tempo presente, a diacronia praticamente dá vez à sincronia, com amplo uso da história oral e do acompanhamento de atores vivos que ainda constroem a narrativa histórica de determinado evento.

Mas, na maioria das vezes, a História está alinhada com a diacronia. O que não quer dizer que a Antropologia não possa empregar os métodos de pesquisa mais usuais dos historiadores e assim reforçar seus argumentos e testar suas hipóteses.

No nosso caso, como estudar as elites sem lançar mão da História? De que forma poderemos compreender a atualidade sem ir ao passado e resgatar as origens e raízes das questões sobre a formação de um pensamento e de práticas dentro de grupos que se estruturaram dentro de conceitos de distinção e seletividade?

Antes da incorporação, de fato, do sincronismo por parte da Antropologia, o uso do passado para estudar o outro era usual entre os antropólogos, pois aceitava-se o conceito do evolucionismo em seus objetos de estudo. Estudava-se fenômenos do passado com os “olhos do passado”, e assim caminhava-se dentro percepção natural de evolução da história da humanidade. Ou seja, havia a simples comparação entre as culturas, simplificando fenômenos que são, na verdade, complexos e particulares como os ritos, hábitos seculares e práticas que não eram compreendidas por outros povos, pois foram gestadas e traduzidas segundo as crenças dessas comunidades e, assim, acabavam sendo, erroneamente, interpretadas segundo a visão etnocentrista do ocidental que logo as rotulava como culturas atrasadas ou até classificando gradualmente como mais importantes ou menos importantes. O evolucionismo é identificando quando há essa visão de que os povos pesquisados ainda estão em um estágio cultural em construção, ainda aquém do que o ocidental considerava como belo ou avançado. É claro que essa percepção, antes comum nessa disciplina, ficou para trás, como também a História deixou para trás conceitos arraigados ao positivismo que servem hoje apenas para o estudo da própria historiografia, tratando sobre como essa disciplina evolui suas bases. A História hoje, não se preocupa apenas com o “por que aconteceu?”, que levava apenas em consideração fatos descritos em fontes escritas por autoridades e poderosos. Antes, deixava de questionar os documentos, considerando como verdade o que estava registrado. Hoje, a História procura analisar o “como aconteceu?”, empregando todos os tipos de fontes, sejam elas escritas, orais, objetos, imagens, entre outras. Questionar torna mais rico o entendimento e aprofunda o conhecimento.

Mas guardados os limites canônicos de cada disciplina, História e Antropologia podem trabalhar juntas para atingir seus objetivos, empregando os métodos similares e depurando as fontes de forma muito mais precisa. Edward Evan Evans-Pritchard (1950) afirmou em “Social Anthropology: past and present. The Marett Lecture, 1950” que a História pode contribuir para o conhecimento do presente, e dessa forma, a Antropologia não pode se furtar de conhecer a história de seu objeto de estudo, afirmação que nos deixa confortável em direcionar nossas intenções para essa pesquisa.

Nesse trabalho, não irei, e nem poderia abordar a Antropologia sob o paradigma do evolucionismo, pois estaria repetindo os erros que fizeram muitos antropólogos se afastarem da

História, uma ciência que pode contribuir com seus conceitos e metodologias de pesquisa enquadrados na história cultural ou das mentalidades. Minha intenção é compreender a formação das elites no Brasil, suas práticas e atores que, ao longo de anos, criaram uma estrutura de fazeres sociais tão comuns que, muitos desses costumes, saíram do círculo restrito e seletivo, para o uso comum do cotidiano. Marshall Sahlins (1986) em “Historical metaphors and mythical realities” apontou que é necessária a compreensão das estruturas do passado, pois nelas estão assentadas as do presente, ou seja, é no passado registrado por estudiosos ou simples e atentos observadores, que poderemos compreender muitas das práticas e dos pensamentos do que hoje enxergamos como parte de nossas vidas.

Então, fui aos arquivos, aos livros, aos objetos e outros documentos que foram selecionados para compor a História, onde viajantes, testemunhas, escritores, estudiosos e outras pessoas deixaram registrados em diário, cartas e documentos suas impressões sobre o comportamento social da época, algo que era próprio da natureza daquelas elites, que enxergava a diferença entre as culturas de sociedades dentro de conceitos evolucionistas, ou seja, que existem aquelas melhores ou mais avançadas que outras.

Nesse contexto, para essas pessoas que se aventuravam pelo país e pelas elites ainda em formação no Brasil, o modelo estava na Europa, com os hábitos praticados pelos nobres mais abastados ou que tiveram oportunidade de viver sob essas práticas. Os relatos, muitas vezes, expõem com clareza essa visão etnocentrista de comparação entre o que o viajante europeu estava acostumado em seu país com o que via no jovem Brasil. E assim, dessa maneira, foi possível fazer a etnografia de grupos que criaram uma própria natureza, a visão dita da elite, que por sua vez influenciou e influencia outros grupos sociais, materializando a distinção característica de sociedades desequilibradas socialmente e reconhecendo o papel social dessas elites, sem negar a importância de outros atores sociais.

Dessa forma, alteridade, a pedra angular da Antropologia será trabalhada juntamente com a História, dentro de um passado que se torna primordial para a compreensão do hoje.

A Antropologia Histórica será a metodologia principal que empregarei nesse trabalho, pois é a que melhor representa um elo entre as duas disciplinas. Nesta pesquisa, estarei em busca das formas de convívio e da visão de mundo de um grupo específico da sociedade brasileira do passado, procurando identificar: quais foram suas práticas e símbolos? Como viam a cultura nacional? De que forma se apropriaram de elementos culturais vindos de fora? Criaram novos elementos culturais? E esses foram duradouros? Questões que essa metodologia poderá responder, com a História investigando fontes registradas, mas pouco conhecidas, e a

Antropologia compreendendo como os significados desses elementos culturais, práticas e símbolos formaram uma natureza compartilhada pelos membros da elite brasileira.

1.3 UMA ANTROPOLOGIA DAS ELITES

As Ciências Humanas vêm estudando, há muitas décadas, os grupos humanos que não têm a possibilidade de testemunhar sua visão de mundo, de mostrar os seus modos de vida e de sobrevivência, caracterizados pela exclusão e invisibilidade que são causados, principalmente, por serem oprimidos pela estrutura social que lhes relega ao silêncio. Ainda que alguns deles sejam a maioria e participem ativamente das comunidades e do cotidiano em vários níveis sociais, seja nas paisagens urbanas ou nas áreas rurais, suas vozes ainda necessitam ser ouvidas.

São, por exemplos, os indígenas, que possuem distintas práticas de acordo com seus grupos étnicos e que estão distantes da compreensão de grande parte da população; as comunidades mais humildes, que vivem em locais esquecidos das grandes e pequenas cidades, sem o apoio do Estado e à mercê de desmandos de poderosos que redundam em um círculo de pobreza e esquecimento que perpetuam a miséria, e como os indígenas, são excluídos por aqueles que estão distantes dessa realidade; e tantos outros grupos que merecem visibilidade sobre suas vidas, organizações, culturas e estratégias.

Então, na elaboração dos objetivos dessa tese, visualizei que era necessário estudar esses grupos de elite, a fim de compreender suas estruturas, práticas e regras sociais, pois assim estaríamos ou poderíamos abranger um espectro da sociedade que acabou ficando à margem de grande parte dos estudos antropológicos.

Nesse contexto, compreendo que é necessária uma revisão e atenção para esse ramo, conhecido como Antropologia das Elites. A existência de grupos como militares, políticos, industriais, comerciantes, que podem ainda ser subdivididos em outros tantos grupos, formam uma grande comunidade de atores com pensamentos muito próximos entre si sobre os rumos das sociedades e sobre como devem se manter dentro das elites.

As subdivisões dos grupos ocorrem com o poder de influência compartimentado e estratificado segundo normas, costumes, capacidade econômica, liderança, entre outros. Sobre os militares, por exemplo, seus membros são dispostos em estratos ou níveis hierárquicos, de acordo com a sua patente, onde os menos graduados compõem a grande base do grupo, como os cabos e soldados. E os com maior patente, como os generais, estão em um pequeno grupo no topo da carreira, com um considerável poder em relação aos subgrupos subalternos. Cada

patente confere ao subgrupo direitos e deveres que diferem socialmente dos outros subgrupos, tornando-os mais seletos e característicos. No art. 15 do Estatuto dos Militares, ainda em vigor, há a observância legal dessa distinção: “Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo” (BRASIL, 1980, art. 15).

Essa além da subdivisão existente no interior desses grupos, há também a diferenciação oriunda de nomes de família, consolidados pelos costumes e tradições. Piero Leinier (2008) em “Sobre “nomes de guerra”: classificação e terminologia militares” destaca como funciona um desses fundamentos em relação às elites militares: a adoção do nome principal do militar, o chamado “o nome de guerra”:

Quando se entra para o Exército Brasileiro, logo após um curto período (que pode variar de dias a poucas semanas), se ganha, a partir das sugestões do indivíduo e posterior aprovação / escolha feita pelo superior imediato que comanda a unidade em que se está (servindo; ou, no caso da Academia Militar, ingressando), uma abreviação do nome pessoal / de família que passara a ser o “nome de guerra”. Assim, um tal Emílio Garrastazu Medici será MEDICI, grafado em letras capitais. O fato crucial que envolve essa marcação e que jamais pode haver mais de um com o mesmo nome de guerra na mesma turma. Assim, entre os cadetes formados em 2005, só pode haver um SILVA. Se houver outro, terá que ter outro nome de guerra, JOSÉ, por exemplo. O nome, assim, [como tudo mais nos Exércitos] torna-se um epifenômeno da hierarquia. Isto porque esta supõe que jamais possa haver duas pessoas em condição igual na cadeia de comando: como uma fila indiana, ela pressupõe de ponta a ponta sempre haver, de um ponto de vista egocentrado, alguém que [imediatamente] comanda e alguém que [imediatamente] obedece. E o que se chama de “precedência hierárquica”. Embora esse mecanismo esteja assentado em bases fortemente competitivas, esse é um sistema de classificação volátil que pressupõe acúmulo de capital militar (LEINIER, 2008, p. 198-199).

Então, os nomes mais importantes das elites militares se diferenciavam e se diferenciam de seus pares carregando características distintas. Exemplo dessa afirmação é a família “Theophilo”, única em que os militares são autorizados desde os tempos do Imperador D. Pedro I a usarem barba, uma exceção ao regulamento militar. Mais específico ainda, é o fato que a autorização só é aplicada quando o militar é um oficial do Exército e primogênito de uma geração. Tradicionalmente, todos os militares dessa família vão para a Artilharia, uma das especializações das Forças Armadas. Atualmente, não há ninguém dessa família que faz uso da autorização.

Essas subdivisões também estão presentes nas elites representadas pelos políticos, pois temos um presidente, com suas prerrogativas e obrigações, governadores, prefeitos e

vereadores, cada qual com as suas importâncias, que os diferenciam. E assim, vários outros grupos das elites dentro da sociedade são subdivididos em função de suas importâncias legais e, também pelos costumes sociais.

Então, não é possível colocar todas essas subdivisões políticas em um mesmo grupo de elite que partilha dos mesmos poderes, interesses, discursos e influências. Mesmo a ascensão dentro dos quadros políticos de um mesmo partido, não é imune às divisões que separam seus integrantes. Para o observador alheio ao sistema político, a impressão, muitas vezes, é que todos são iguais, mas a realidade não é essa.

Ainda que a ascensão política na democracia seja determinada pelo voto, a construção de uma voz que emane poder e influência dentro do grupo não está contida apenas na vontade popular. Para o político novato, sem um passado dentro de uma elite econômica ou política herdada de um parente ou padrinho, a inserção no estrato mais seletivo será árdua e, muitas vezes, praticamente impossível.

A partir dos líderes comunitários ao primeiro cargo eletivo, o de vereador, que é o que está mais próximo da população, mas que possui poderes limitados e está ocupado com problemas de seu município, já há uma grande distância social e política. Deputados estaduais, federais e senadores, em ordem crescente de importância, são ainda mais seletivos em número de vagas eletivas, em poder para elaborar leis que alterem a vida de muitas pessoas, em influência em relação a outros grupos de elite e na possibilidade de se manterem em seus cargos. Junto a tudo isso, cada estado, província ou departamento no mundo também formam subdivisões de importância dentro das elites políticas.

Então, não é simples compreender como se formam e se sistematizam as elites, mas é certo que os seus interesses e poderes são direta e indiretamente determinantes para a vida de pessoas comuns, que não conhecem os homens e mulheres que constituem esses grupos, mas a eles dependem os seus empregos, seus direitos, a saúde, enfim, diversos aspectos de seu cotidiano.

Ao compreender a importância das elites para a população em geral, constata-se que estudá-las será uma oportunidade que se abre para conseguirmos algumas respostas para a compreensão do funcionamento da nossa sociedade.

1.4 QUADRO TEÓRICO, QUESTÃO DE PESQUISA, OBJETIVOS E METODOLOGIA

Como historiadora, meu campo é o acervo do Museu Mariano Procópio. Inicialmente, é importante destacar o que são fontes primárias para a História hoje e que os objetos do acervo escolhidos para análise, por si só, são considerados fontes primárias, não precisando, necessariamente de estarem acompanhados por documentos de doação ou compra, por exemplo.

Utilizamos nessa tese diversos arquivos e tipos de fontes disponíveis, principalmente, do acervo do museu. Em muitas ciências, a concepção sobre o que pode ser utilizado como fonte de pesquisa mudou muito ao longo do tempo. No século XIX, tanto a História quanto a Antropologia estavam se consolidando como ciências, e normas eram firmadas em relação às práticas metodológicas e de uso das fontes de pesquisas a preocupação, naquele momento, era em apontar diretrizes para os seus pesquisadores e para as instituições científicas (JANOTTI, 2005).

Em relação às fontes, a visão positivista da época apontava para a primazia dos documentos como infalíveis para a comprovação da verdade na elucidação das questões a serem respondidas. Não bastavam testemunhos, objetos ou imagens se não viessem acompanhadas pelas fontes escritas documentais para afiançar as suas autenticidades.

Era uma visão que também narrava os acontecimentos ou práticas de forma linear, em fatos sucessivos (JANOTTI, 2005) e que denotavam um caráter evolutivo da sociedade.

Este tipo de abordagem permaneceu em voga durante quase um século sem contestações, ainda que o surgimento do materialismo histórico tenha focado na questão dos processos em detrimento das preocupações de identificação de causas e consequências. Mas ainda assim, o documento e arquivos permaneceram como grandes personagens para a construção eficaz de uma pesquisa.

É bem verdade que a rigidez metodológica estabelecida para algumas disciplinas foi salutar para firmar as bases sólidas que proporcionaram a cientificidade necessária, para que estudos fossem levados a sério e universidades ao redor do mundo falassem a linguagem da ciência.

Quando entramos no século XX sob o êxtase das descobertas e das invenções que iriam mudar o mundo, a desilusão sobre a existência de um planeta moderno começou já nos primeiros anos, quando a Europa logo se viu enfraquecida com o massacre ocorrido na 1ª Guerra Mundial, acontecimento que, segundo Hobsbawm (1995), é importante para compreendermos esse século de tantas reviravoltas. A Grande Guerra fez mudar as percepções

de diversos campos das ciências, inclusive a importância dos estudos culturais e sociais, fortalecidos diante da política. Antes da próxima guerra mundial, iniciada em 1939, Lucien Febvre e Marc Bloch advogaram a colaboração de outras disciplinas nas pesquisas voltadas para as ciências humanas, e o que era a maior novidade: o uso mais amplo de tipos fontes (JANOTTI, 2005). A primazia do documento escrito agora seria dividida com fontes que seriam apreendidas e interpretadas pelo pesquisador, como um objeto, por exemplo que está em acervos, sendo assim, consideraria todas as participações humanas, em qualquer campo de estudo da sociedade, como importantes para a História.

A chamada Escola dos Annales, da qual participavam Febvre e Bloch, agregou mais interessados em abrir os campos de estudo da História (JANOTTI, 2005) e também influenciou a Antropologia com novas formas de buscar e interpretar as fontes. Ambas trocaram suas experiências e fizeram crescer seus campos de atuação.

Passadas décadas dessas novidades metodológicas, Le Goff e Nora apontam que a História é “produto de uma situação, de uma história” (LE GOFF e NORA, 1974, p. 12) e não presa a concepções antigas e nem refém dos próprios historiadores. O uso de fontes interdisciplinares, segundo esses autores, poderia ser de um espectro muito mais amplo, com tipos que iriam de mapas meteorológicos, diários, biografias e até contos pornográficos (JANOTTI, 2005). Para esses autores, a História Nova proposta tinha a intenção de incorporar novos objetos para seu campo, e assim fortalecer sua epistemologia.

Então, nessa tese que elaboro, apontamos que a interdisciplinaridade é um ponto primordial na interpretação das fontes, que são selecionadas a partir de arquivos documentais, de imagens, de relatos, de cartas pessoais, jornais, diários, etc. E assim procuramos apreender ao máximo as informações que serão úteis na resolução de nosso problema.

Ainda em relação às fontes, utilizamos tanto as fontes diretas, que não possuem uma interpretação prévia, quanto as indiretas, que são basicamente livros indicados na bibliografia de autores que deixaram suas impressões sobre determinados assuntos (BARROS, 2019). As fontes diretas ou primárias são, por exemplo, as cartas, objetos e diários estudados, materiais que fazem parte do rico acervo do Museu Mariano Procópio e que ainda não fizeram parte de análises mais aprofundadas. O uso de ambos os tipos de fontes é feito de forma conjunta, com cruzamentos e complementos de informações presentes e interpretadas segundo a metodologia que empregaremos.

À guisa do que tratei sobre a necessidade de mais estudos sobre esse ramo de Antropologia das Elites, nosso quadro teórico foi elaborado com autores clássicos e contemporâneos que tratam sobre o tema. Então, para essa tese são importantes os conceitos

dos italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, de Wright Mills, George Marcus e Pina Cabral, além de outros autores que também contribuíram para os estudos relacionados a esse tema.

Mosca em “Elementi di scienza politica” de 1896, apontou que, desde o início da Humanidade, a classe política é a detentora do poder sobre a grande maioria da população de uma sociedade ou de um Estado. Para o autor, existem apenas duas classes: os que governam e os que são governados. O revezamento do poder ocorre dentro dessa própria elite política, ou por terem algum requisito valorizado dentro da sociedade em que estão ou porque são herdeiros desse poder. Mosca não empregava o termo “elite”, pois isso indicaria que são as melhores pessoas de determinada sociedade, o que ele não acreditava, apesar de que esse entendimento ainda ser da maioria de pessoas leigas no assunto. Os estudos de Mosca sobre as elites continuaram e foram base para que outros pesquisadores se debruçassem sobre o tema.

Contemporâneo de Mosca e seu compatriota, Vilfredo Pareto (1916) em “Trattato di Sociologia Generale” apontou que a elite seria um grupo minoritário da sociedade com grande poder dentro das esferas políticas e econômicas, áreas que ele considerava como mais importantes. Esse autor ainda afirmou que por mais igualitária que seja uma determinada sociedade, sempre haverá aqueles que detém o domínio dessas esferas. E por causa da desigualdade existente, haverá o surgimento das elites. Suas ideias acabaram sugerindo que era um defensor do fascismo, apesar de nunca ter aderido a esse movimento.

Também da mesma época de Mosca e Pareto, o alemão Robert Michels (1911) em “Sociologia dos Partidos Políticos” aponta que a democracia existe a partir da organização de uma oligarquia, pela concentração de poder. Para o autor, as massas eram conduzidas por uma minoria de chefes e líderes, pois não teriam capacidade de tomar decisões em prol de seus interesses políticos.

Nos EUA, James Burnham (1944) em “The Managerial Revolution” apontou que em todas as sociedades existe um grupo reduzido de pessoas que possuem um tratamento seletivo da distribuição dos bens, o que provoca, invariavelmente, a concentração de poder e riqueza. Com o controle da riqueza, esse grupo dominava os demais integrantes daquela sociedade.

Na mesma época, outro norte-americano, o sociólogo Charles Wright Mills (1981), em “A Elite do poder” abordou em 1956 o significado do conceito “elite” de uma forma muito mais direta do que Mosca e Pareto, apesar de considerar, em suas conclusões, alguns dos conceitos elaborados pelos italianos. Para Wright Mills (1981, p. 12) “a elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender um ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências”. Ao observar a sociedade dos Estados Unidos da América, Mills considerava, como Pareto, que as elites econômicas e políticas eram

protagonistas dos movimentos existentes, e incluía, ainda, as elites militares, o que transformava esse trio de instituições como poderosas decisórias da vida da população e de outras instituições menores.

Já o antropólogo norte-americano George Marcus, em “The deep legacies of dynastic Subjectivity: The resonances of a famous Family identity in private and public spheres” e “Elites: ethnographic issues” (1983) aponta que o termo elite é livre de precisão tanto do ponto de vista empírico quanto metodológico. Para o autor, há hoje uma tendência em pesquisar as diferenças existentes entre os membros das elites e os não-elites que compartilham um mesmo modelo básico de cultura (MARCUS, 1983)¹⁰. Então, focar o entendimento sobre elites apenas em instituições governamentais, líderes políticos, grandes fortunas ou personalidades famosas acaba simplificando um conceito que está além da existência de um estrato social e de atitudes de poder político, social ou econômico. Essa dificuldade conceitual explica a necessidade em identificar o que é ser parte das elites, bem como de que forma um pesquisador deve trabalhar sob esse termo.

Marcus, atualmente, é um dos mais atuantes e conhecidos pesquisadores sobre as elites, e suas ideias abriram caminho para que esse tema fosse visto com maior interesse, desvencilhando-se de uma visão exótica que persistia estar associada ao estudo de grupos privilegiados.

Já no fim do século XX, o brasileiro Mario Grynspan, nos artigos “A teoria das elites e sua genealogia consagrada” (1996), e em “Ciência, Política e Trajetórias Sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites” (1999), faz coro com Marcus e Mills e concorda com uma outra possibilidade, ao apontar a visão pluralista do elitismo, ao identificar grupos de elite além das esferas tradicionais, como economia e política, indicando que setores intelectuais e científicos, entre outros, também estão divididos em grupos de maior distinção que os demais.

Relacionado à Marcus, o português João de Pina Cabral e Antónia Pedroso de Lima (2005) em “Como fazer uma história da família: um exercício de contextualização social”, compreende as famílias das elites dentro do contexto nas quais estavam inseridas, se aproximando da Antropologia Histórica ao defender o uso de arquivos e livros de memórias, entre outras fontes que resgatem esses grupos de personagens. Pina Cabral, dessa forma, incentiva o estudo das inúmeras relações existentes dentro e fora dos grupos familiares, algo que irei tratar com muita ênfase.

¹⁰ Reflexão a partir do trecho do livro de Marcus: “[...] the virtue of elite analysis in the context of an interest in intracultural variation is that it emphasizes the relative, rather than absolute, differences between elites and nonelites who share the same basic cultural models” (MARCUS, 1983, p. 34).

Em relação à Pierre Bourdieu (2017) em “A distinção: crítica social do julgamento” vamos compreender os caminhos e práticas que grupos e indivíduos trilham para buscarem a distinção, e formação de camadas com fronteiras cada vez mais intransponíveis. Ainda para Bourdieu (2017) a sociedade é um espaço constituído por três dimensões fundamentais. Primeiro, há a dimensão do capital, depois a estrutura desse capital, e por fim o tempo necessário para que esses fatores construam a distinção entre classes ou frações de classes nesse espaço social.

No tocante ao volume de capital, essas diferenças entre as classes são definidas pelo capital econômico, cultural e social que um indivíduo e sua família compartilham. O autor aponta que há uma proporção direta entre a acumulação de capital econômico e a possibilidade de ter maior capital cultural e social, caracterizados por maior acesso a bens materiais, educação, lazer, entre outros. Essas condições ao longo do tempo podem ser transmitidas pelas gerações seguintes, e reduzir as possibilidades de deslocamentos entre os estratos de classes. O que observamos, então, em sociedades amplamente capitalistas, é um espaço social hierarquizado e com pouca mobilidade. Essa característica, no entanto, também é existente em outras sociedades mais antigas, ainda que o capital não seja ponto inicial dessa hierarquização, mas sim a cultura, a religião ou poder político, que observamos em países como a Índia, que até hoje possui uma sociedade estratificada.

Esses autores que deliberam sobre o estudo das elites, me deram base para ler algumas obras que tratavam sobre meu tema para que eu pudesse elaborar a questão da pesquisa e os objetivos norteadores desse trabalho.

Nesse contexto, foram importantes para minha escrita as já citadas: dissertação de mestrado em História de Rogério Rezende Pinto defendida em 2008, e a tese de doutorado, também, em História de Rosane Carmanini Ferraz, defendida em 2017, ambas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Esses trabalhos são ricos em apontar algumas das mais importantes reflexões sobre a formação das famílias mineiras e da instituição Museu Mariano Procópio. Foram, também, de grande importância para meu trabalho a tese de doutorado, em História, de Antônio Lacerda defendida, em 2010 “Negócios de Minas: família, fortuna, poder e rede de sociabilidades nas Minas Gerais” pela Universidade Federal Fluminense que trouxe toda a história pregressa da Família Ferreira Lage e outras. Todos esses trabalhos também apresentaram dados sobre as elites mineiras que foram suporte para minhas análises.

Também foram importantes as conversas com o genealogista e diretor superintendente do Museu Mariano Procópio de 2009 a 2017, Douglas Fasolato, Rosane Ferraz, Sérgio Augusto Vicente, Priscila Pinheiro e Eduardo Machado, esses últimos, historiadores do Museu Mariano

Procópio. Seus depoimentos indicaram caminhos para a compreensão de personagens da elite mineira que não constam em publicações e estão em documentos dispersos em arquivos públicos e particulares.

Com isso, a questão pensada para minha tese estava centrada sobre como as elites do século XIX, principalmente configurada pelas famílias mineiras elencadas, se formaram como grupos seletos na sociedade, com suas estratégias, práticas e costumes que objetivavam a estruturação da distinção social e da seletividade de seus membros.

Então, o objetivo principal do trabalho é analisar a família tradicional mineira Ferreira Lage, no século XIX, e sua influência na formação de uma elite local.

O primeiro objetivo desta tese será realizar uma apresentação das teorias sobre os conceitos das elites, a fim de compreendermos quais significados foram empregados por diversos autores e como iremos trabalhar estas ideias na formação das elites no Brasil.

O segundo objetivo é analisar a formação dos primeiros grupos de elites no Brasil, desde a vinda da Família Real portuguesa, passando pelas famílias poderosas e assim trabalhar a família tradicional mineira.

O terceiro objetivo é estudar a família Ferreira Lage quanto à sua influência na sociedade tradicional da Zona da Mata Mineira e na consolidação das elites na época do Império.

O quarto objetivo é analisar as práticas sociais das elites dos anos 1800 e como isso influenciou na dinâmica daquela sociedade conservadora.

Por fim, o quinto objetivo é voltado para o estudo da prática do colecionismo, onde focamos no acervo do Museu Mariano Procópio para compreendermos intenções traçadas pelos seus idealizadores na construção desse equipamento museológico.

1.5 OS CAPÍTULOS

Diante do tema, da questão de pesquisa e objetivos que pretendi trabalhar ao longo da tese, os capítulos foram estruturados dentro de uma temática em que as elites fossem investigadas a partir das famílias tradicionais mineiras dos oitocentos, e nesse contexto, então, propusemos a seguinte estrutura:

O primeiro capítulo é a introdução do trabalho, que contém cinco subdivisões, a seguir: O Museu Mariano Procópio como campo de estudo; A antropologia histórica; Uma antropologia das elites; Quadro teórico, questão de pesquisa, objetivos e metodologia; e como abordaremos cada capítulo.

O segundo capítulo, A formação das elites no Brasil, procura abordar os principais conceitos sobre esse eixo da sociedade, a começar sobre o que é pertencer aos grupos de elite, e o porquê da importância em desenvolver uma pesquisa sobre esse tema.

Esse capítulo foi dividido em três subcapítulos. No primeiro, “Teoria das Elites”, farei uma revisão bibliográfica dos principais autores e pesquisadores que trabalham sobre a temática das elites, procurando traçar uma relação entre suas teorias e onde se encontram, de fato, os indivíduos, famílias e grupos específicos das elites na sociedade, brasileira ou não, e a sua influência nas práticas e ações que já se encontram em uso há tanto tempo, muitas vezes sem resistência de outros grupos tão diferentes.

Conhecendo melhor os conceitos e as teorias, no segundo subcapítulo, “Os diários dos viajantes e cientistas europeus como fonte de pesquisa” vamos tratar, a partir dos diários dos viajantes e cientistas europeus que percorriam o Brasil, e que deixaram registros importantes sobre aquela sociedade dos oitocentos, a partir de diversas condições e intensões, poderemos abordar como as elites se comportavam sobre algumas práticas próprias dos grupos que viveram nos anos 1800 e que permaneceram durante um longo período, caracterizando uma estrutura social tradicional e seletiva.

No terceiro subcapítulo, “A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil” iremos tratar sobre a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, e sua importância para a formação desses grupos na colônia¹¹.

Já o terceiro capítulo “A Família Ferreira Lage e a construção de uma tradição” tratará sobre os grupos que idealizaram suas práticas, formas de distinção e de seleção de seus membros. A Família Ferreira Lage foi escolhida por seu protagonismo na zona da mata mineira e pela ligação com o Museu Mariano Procópio e por acreditar que foi importante para criar uma estrutura visível sobre o que pensavam as elites e como se autopromovia como oposto à grande maioria da sociedade.

No capítulo quatro, “Mariano Procópio Ferreira Lage, um homem típico das elites”, falaremos deste representante da elite política e econômica mineira, que criou a Estrada de Rodagem União e Indústria, a primeira rodovia macadamizada da América Latina. No primeiro subcapítulo, falaremos sobre o gosto que Mariano tinha pela criação de cavalos puro sangue. No segundo subcapítulo, trataremos sobre a Estrada de Rodagem União e Indústria e como ela foi considerada uma importante rota comercial entre o estado de Minas Gerais e do Rio de

¹¹ Chamamos de colônia para facilitar o entendimento durante a tese, mas, após a vinda da Família Real portuguesa em 1815, com a elevação do Estado do Brasil a reino e a partir daí passa a ser denominado: Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Janeiro. No terceiro subcapítulo, “Alfredo Ferreira Lage e a obstinação pelo não esquecimento da memória familiar e do Império Brasileiro”, fundador do Museu Mariano Procópio, que se destacou por meio de sua persistência no que se refere à manutenção da memória da Família Imperial, da própria Família Lage e de outras famílias das elites que fizeram parte do Segundo Império.

O quinto capítulo, “Práticas sociais das elites oitocentistas: a hospitalidade, as reuniões sociais, a religiosidade e a caridade”, tratará das práticas sociais características das elites do século XIX. Para isso, irei analisá-las em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo, “A hospitalidade”, destacaremos questões referentes às práticas de acolhimento e hospitalidade provenientes dos grupos sociais das elites. No segundo subcapítulo, “As reuniões sociais” abordaremos as festas e reuniões sociais que, mesmo envoltas da aparente futilidade de seu propósito, nessas atividades existiam várias estratégias sociais que tratavam da formação de redes de amizade e solidariedade, da gratidão e da exposição de prestígio para afirmar a superioridade dentro do próprio grupo. O terceiro subcapítulo, “A religiosidade e a caridade”, iremos falar sobre outras práticas que também mostram essa demonstração de superioridade econômica, como as práticas de caridade e religiosidade, todas associadas aos costumes desenvolvidos por esses grupos.

O sexto capítulo, “O colecionismo como uma forma de diferenciação entre as elites”, versaremos sobre teorias que discorrem sobre coleções e colecionadores e como essas coleções foram significativas com um diferencial entre as elites.

Ainda nesse capítulo, “O colecionismo no Museu Mariano Procópio”, será dividido em dois subcapítulos. O primeiro, “conhecendo a Villa Ferreira Lage”, que faz uma descrição do conjunto arquitetônico da Villa Ferreira Lage. No segundo subcapítulo, “As coleções da sala D. Pedro II e na Villa Ferreira Lage”, esta sala criada por Alfredo Lage, em 1926, para preservar os objetos referentes à memória da Família Imperial.

Abordei no capítulo sete “Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque: tradição, status e o colecionismo da Viscondessa de Cavalcanti”, uma das representantes femininas do Museu Mariano Procópio, prima-irmã de Alfredo Ferreira Lage e posteriormente casada com Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, onde se tornará a Viscondessa de Cavalcanti.

Por fim, no oitavo capítulo trataremos sobre “Os objetos da sala D. Pedro II, como símbolos da nobreza e do poder das elites do Século XIX”, sendo dividido em seis subcapítulos. O primeiro, “A representatividade monárquica nos bustos de D. Pedro II e da Princesa Isabel”, onde falaremos uma análise sobre as peças e a sociedade da época. No segundo subcapítulo “O busto do Imperador D. Pedro II”, iremos abordar especificamente sobre o busto do Imperador

D. Pedro II e do banimento da Família Imperial no Brasil. No terceiro subcapítulo, “A Mão da Justiça”, falaremos sobre A Mão da Justiça e o Poder Moderador. No quarto, “O Busto da Princesa Isabel”, diremos sobre a construção da Regente do Terceiro Império. No quinto subcapítulo, trataremos sobre “A estátua da Princesa Isabel: A Redentora”, um objeto muito debatido por sua representatividade. No sexto, “As fardas imperiais de grande gala do Imperador D. Pedro II: o Fardão da Maioridade, o Fardão do Casamento e a Veste da Coroação”, no qual tratará sobre toda a representatividade da compra desses objetos e sua devida importância para o Museu Mariano Procópio e para a cidade de Juiz de Fora.

Ao final, teremos as considerações finais sobre toda a tese.

2 A FORMAÇÃO DAS ELITES NO BRASIL

Estudar as elites nos proporciona compreender o processo no qual se insere sua formação e consolidação em uma sociedade muitas vezes diversa, excludente, e com poucas oportunidades de ascender socialmente, em que o preconceito é um elemento potencializador da divisão social.

Neste capítulo, iremos abordar os conceitos sobre as elites, por meio de uma revisão bibliográfica, e também iremos apresentar e analisar a construção de símbolos e práticas das elites do passado, que hoje, podem dar suporte para o entendimento de atitudes enraizadas em nossa sociedade, usando como base essa retrospectiva histórica que refletiu nas várias áreas da pesquisa das ciências antropológicas, todavia, não vamos discutir em como essas práticas culminaram na exclusão social contemporânea.

Na formação no Brasil, as elites do século XIX, sejam as que estavam sendo construídas ou as que já possuíam suas práticas e crenças consolidadas na Europa, influenciavam aqueles que procuravam fazer parte dos seus respectivos e seletos grupos. O fato é que parte da sociedade, mesmo consciente de que não possuía poder econômico, político ou social para estar em condição de equivalência com essas pessoas, era influenciada a realizar essas práticas ou as adaptava segundo seus próprios valores. Ainda que trocas e compartilhamentos entre grupos segundo a denominação dada por George Marcus (2000) das elites e dos não-elites¹² permanecesse acontecendo, a influência da pequena minoria que dominava a sociedade, foi visível em comportamentos e estilos devida da outra maioria da sociedade.

A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, após sair de Portugal com grande parte de sua Corte, alterou e consolidou muitas dessas práticas e deu um novo significado ao que era considerado um indivíduo pertencente a um grupo de elite na sua colônia, já que o grande poder da metrópole agora estava no próprio solo brasileiro. As elites materializadas pela realeza estavam tão perto e ao mesmo tempo tão longe da grande maioria formada por cidadãos comuns.

Essas elites do século XIX eram compostas por grupos e indivíduos que permanecem na História por causa de suas ações de destaque ou por serem apontados como parte desse grupo, influenciando não somente pessoas, mas também os rumos do País. Nesse capítulo, vamos estudar alguns desses nomes, e compreender qual a importância desses indivíduos para o entendimento das elites brasileiras.

¹² Marcus (2000, p.12) define que as elites se relacionam com aqueles que ele definiu como não-elites.

2.1 TEORIAS DAS ELITES

O que significava pertencer aos grupos de elite no século XIX? Que razões existiam para que determinados atores sociais fossem considerados pertencentes aos grupos de elite em sociedades, que eram excludentes, já na sua criação? É importante entender o conceito de elite para esse estudo, pois as pesquisas, no Brasil, geralmente se voltam para a questão das elites em relação à pobreza e à desigualdade social, não se prendendo na composição e origem dessas classes e de como outros grupos se identificaram com elas.

O conceito do termo “elite” é tratado pelo historiador e antropólogo Mario Grynszpan (1999) que traz as ideias dos autores clássicos da teoria das elites em finais do século XIX e início do XX: os italianos Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e o alemão Robert Michels. O autor declara que esses autores são os clássicos na literatura sobre o termo elite e que, geralmente hoje, a Antropologia não os utiliza como referência, no entanto, essas origens do termo quer seja para discordância ou concordância são declarações importantes para o entendimento deste trabalho antropológico-histórico.

Grynszpan (1999) destaca que Gaetano Mosca, apesar de ter sido o primeiro a ter suas análises das elites publicadas, em 1896, é Vilfredo Pareto em 1916 que atribui o termo sociológico de elite. Pareto apresenta uma teoria classificatória, onde em qualquer sociedade ou grupo, existe uma minoria que por talento, competência, dom ou recursos financeiros, se destaca e detém o poder em face da maioria de seus pares, e era essa característica que evidenciava sua distinção. Em toda sociedade há uma classe “superior” e que detém geralmente o poder político, ou o poder econômico distinguindo-se e desencadeando conflitos permanentes entre a elite no poder e o grupo dos excluídos. Gisele Leite (2006) em “Teoria das elites ou elitismo” complementa que Vilfredo Pareto denominou essas classes de aristocracia ou simplesmente elite.

A teoria de Gaetano Mosca falava que haveria sempre duas classes de indivíduos, uma delas mais numerosa e a outra menos numerosa, a segunda dominava a primeira, pelo fato de a minoria ser mais organizada e coordenada e “Além disso, a minoria também se destacava por possuir algum atributo, alguma qualidade altamente valorizada em termos sociais, como a força física, o contato direto com divindades, o saber, a riqueza e assim por diante” (GRYNSZPAN, 1999, p. 37).

Então, Gaetano Mosca trata que em todas as sociedades, desde as mais primitivas até as mais evoluídas, existiam as classes dos que governavam e dos que eram governados¹³, indicando uma visão política do que considerava a das elites. Outra questão elencada por Mosca é a hereditariedade, pois, nas classes dirigentes havia proximidades familiares dos indivíduos com suas funções e isso conferia aptidões e competências para seus descendentes.

Leite (2006) aponta que Vilfredo Pareto defendeu a tese de que em toda sociedade há uma classe “superior” e que detém geralmente o poder político ou o poder econômico e denominou essas classes de aristocracia ou elite. Ou seja, para os autores, sendo os indivíduos componentes de determinada sociedade, notadamente desigual nos vários campos de sua atividade, eles se dividem em níveis ou classes, que vão da mais superior até a mais inferior:

No “Tratatto de Sociologia Generale”, de 1916, Pareto elabora a teoria do equilíbrio social, que estuda a interação das diversas classes de elite, cujas principais são as elites políticas que têm dois pólos: os políticos que usam a força (os leões) e os que usam a astúcia (as raposas). Já as elites econômicas (com pólos especuladores e nos banqueiros) e as elites intelectuais (onde se contrapõem continuamente os homens de fé e os homens de ciência) (LEITE, 2006, n.p.).

A teoria de Vilfredo Pareto diz que em qualquer sociedade ou grupo haviam características próprias que evidenciavam sua distinção e uma circulação de sujeitos dentro das próprias elites. O conceito de Pareto, segundo W. Mills (1981), ainda é partilhado pelos pesquisadores mais conservadores, e que segundo ele, não é, na verdade, algo tão sofisticado, pois na realidade, não se ocupa de indivíduos e sim do estrato como um todo.

Para Mills, esse conceito de Pareto constrói uma ideologia em que homens e mulheres das elites têm um valor moral mais apurado que os demais membros da sociedade, o que é uma construção feita pela própria elite e por aqueles que formam a grande massa da população. Grosso modo, pessoas que se destacavam perante outras da mesma categoria, por possuírem certos elementos de poder, em detrimento da maioria dos indivíduos de uma determinada sociedade, os diferenciava e lhes caracterizava como membros de uma elite, sendo esses indivíduos componentes de determinada sociedade, notadamente desigual nos vários campos de sua atividade, eles se dividem em níveis ou classes, que vão da mais superior até a mais inferior (LEITE, 2006).

¹³ Em 2022 foi lançado o livro “O despertar de tudo: uma nova história da humanidade” do antropólogo já falecido David Graeber e do arqueólogo David Wengrow, onde os pesquisadores em 696 páginas se propõem a desmontar teses tradicionais sobre a construção da sociedade em todos os seus aspectos. No momento, não temos tempo hábil para tal investigação, no entanto, posteriormente, vale a leitura e reflexão de suas ideias.

Para Grynszpan (1999), os italianos Mosca e Pareto possuíam ideias distintas, mas complementares e, ainda que questionadas, são referências obrigatórias no que se refere à leitura da teoria das elites:

Os dois italianos figuram como pais fundadores da teoria, como autores complementares, que enfatizam pontos distintos, mas, interligados, ainda que um, Pareto, seja percebido como mais brilhante, vasto, independente, tendo uma perspectiva mais autônoma e objetiva da ciência, e o outro, Mosca, mais restrito, voltado especificamente para a esfera da política, e por ela informado, operando, portanto, com uma visão engajada da atividade científica (GRYNSZPAN, 1999, p. 203).

Robert Michels em “Sociologia dos Partidos Políticos”, de 1911, segue um raciocínio da necessidade da criação de organizações com chefias, embora não tenha usado o termo “elite” para os chefes dessas organizações, eles podem ser entendidos como membros das elites, pois, são os que planejam e executam ações representativas desses determinados grupos. Segundo Grynszpan (1999):

Michels chegou a essa constatação a partir do estudo de algumas das grandes agremiações de esquerda europeias, principalmente a social-democracia alemã no início do século XX. Sua questão inicial era a de como a democracia podia ser exercida no interior dos partidos políticos, visto que neles se operava, inevitavelmente, uma concentração de poderes, uma cristalização de líderes, uma oligarquização (GRYNSZPAN, 1999, p. 203).

Como abordam Grynszpan (1999) e Marco Vinícius Castro (2018) em “Robert Michels e Joseph Schupeter: duas teorias elitistas da democracia em perspectiva comparativa” e como vimos em Pareto, umas das características do indivíduo que se destaca em seus próprios grupos é o dom. E para Michels uma das principais características dos chefes é o dom da oratória, a arte de falar em público, pois é o principal meio para se destacar em relação às massas por causa de sua eloquência. Segundo Michels, sem a preocupação com teor do discurso, quanto mais beleza e controle da voz sugestionam a massa e a submetem à influência do orador.

Diante disto, as famílias tradicionais e aristocráticas do Brasil oitocentista procuravam encaminhar seus filhos para profissões que dessem *status* e poder. Se tornar advogado, médico ou engenheiro foram algumas das predileções das elites brasileira. Cuidar da justiça, cuidar da saúde e construir obras possibilitavam ao profissional ser visto como uma pessoa muito acima da média da sociedade pouco ou nada letrada. No final do século XIX as Ciências Sociais se firmaram como disciplinas autônomas no como nos fala Grynszpan (1999):

Isso se deu, em boa medida, como resultado do trabalho de afirmação de alguns indivíduos, que se impuseram como fundadores de disciplinas e autores de teorias que passaram a orientar reflexões, a determinar temas legítimos de pesquisa e a tornar-se objeto de discussão e disputa (GRYNSZPAN, 1999, p.11).

Tivemos aí, um exemplo que comprova que a teoria de Mosca e Pareto acerca do termo elite poder ser encontrado em vários setores da sociedade, pois, segundo Grynszpan (1999), foram indivíduos de uma “elite acadêmica, intelectual e científica”, que, embasados em “teorias que passaram a orientar reflexões”, buscaram afirmar que as ciências sociais deveriam ser autônomas. Esses intelectuais se destacavam em detrimento aos outros pares no mesmo grupo acadêmico (GRYNSZPAN, 1999):

Um dos temas mais consagrados das Ciências Sociais é, sem dúvida, a teoria das elites. Sobre ela foi produzida uma enorme quantidade de textos, envolvendo um sem-número de autores das mais variadas origens e filiações em uma discussão que se estende do século XIX até, pelo menos, a década de 1980, quando sua incidência diminui (GRYNSZPAN, 1999, p. 35).

Em 1964, a antropóloga norte-americana Laura Nader, em seu clássico artigo “Para cima, antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima”, apontou a necessidade de não somente estudar “os pobres, os grupos étnicos, os desfavorecidos”, mas também dedicar estudos sobre “os colonizadores em vez dos colonizados”, ou seja, os membros das classes dominantes, para, assim, abrir o campo da antropologia e renovar a forma de pesquisar e colher algumas respostas.

Nader compreendia que seguir a tradição de focar nos mais humildes não respondia totalmente as perguntas sobre questões como a pobreza, a opressão, a falta de oportunidade, mas direcionar as atenções para as grandes estruturas das elites, como o Estado, as grandes empresas, as Forças Armadas, entre outras, poderia dar fôlego à Antropologia e abrir caminhos para novas visões sobre problemas antigos e recentes.

O antropólogo norte-americano George Marcus (1983), uma das referências no estudo das elites, afirmou que, geralmente, o termo elite aponta para um conceito que se liga ao poder, ao dinheiro, pessoas privilegiadas do passado ou do presente, membros de grupos detentores dos rumos das sociedades em que foram ou estão localizadas.

Com uma sólida formação antropológica, que inclui passagens por Yale, Queens, Cambridge e Harvard, além de exercer o cargo de professor em algumas das mais renomadas universidades e centros de pesquisa em Antropologia, George Marcus consolidou sua visão sobre a elite com ideias que incluem uma visão multifacetada da etnografia, com a crítica

cultural, e com a para-etnografia¹⁴ que vem influenciando diversos estudos antropológicos. Além disso, Marcus publicou trabalhos que tratavam sobre o experimentalismo, nacionalismo, cultura corporal, paranoia, cinismo, autoconsciência e estado zero, preocupações advindas com o fim do segundo milênio.

O campo mais fecundo desse autor é, sem dúvida, o seu estudo direcionado para uma nova etnografia em torno das elites, não sob um foco de sujeitos exóticos, mas, os significados existentes dentro de culturas que fazem parte de qualquer sociedade, mesmo as mais primitivas, no passado ou no presente.

Marcus possibilitou a abertura de novos campos de estudos para a ciência antropológica, entre as quais as oportunidades de conhecimento trazidas por uma Antropologia multifacetada, com caminhos que podem explorar não somente pessoas e coisas, mas histórias, conflitos, pensamentos, entre outros. Ideias que influenciaram os para-etnógrafos, pesquisadores que não têm necessariamente formação específica em Antropologia, mas utilizam a etnografia para realizar seus trabalhos, que podem ir de contextos como ao design de objetos. Com esses pesquisadores, um corpo maior de sujeitos interessados e atuantes nessa área, possibilitou que mais conhecimento fosse produzido em proveito da Antropologia.

Em relação ao estudo das elites, descrever suas origens e práticas do passado ajuda a compreender as suas ações naqueles contextos e, também, nos contextos atuais, dentro de um espectro de nítida indiferença em relação aos setores e classes menos favorecidos. A permanência e o aumento da desigualdade social, da discriminação, da desumanidade, da violência, e de outros males que vivemos e que ainda viveremos, podem ser explicados tanto por essa indiferença quanto pela ação das elites, mas não é possível ficarmos impassíveis quanto a sua responsabilidade.

O Estudo de Famílias é uma metodologia defendida por Pina Cabral para realizar uma vigorosa pesquisa sobre a genealogia, não se limitando ao estudo do indivíduo como objetivo final, mas alargando o contexto no qual está inserido, de modo a investigar suas relações intrafamiliar e sociais com indivíduos ou grupos fora desse círculo. Cabral aponta que o uso de diversos métodos, tipicamente antropológicos, podem ser empregados nos estudos atuais, e não

¹⁴Dentro de um movimento mais amplo, esses processos também estão incluindo cada vez mais especialistas com sensibilidades "para-etnográficas", isto é, pessoas que pensam, agem ou analisam a cultura, a comunidade, a identidade e os comportamentos sociais de maneiras semelhantes aos antropólogos, mas que podem ou não necessariamente ter qualquer formação acadêmica formal em Antropologia. Disponível em: [https://www.epicpeople.org/the-para-ethnographic-trajectories-of-professional-ethnography/#:~:text=As%20first%20described%20by%20anthropologists,similar%20to%20those%20of%20ethnographers%20\).](https://www.epicpeople.org/the-para-ethnographic-trajectories-of-professional-ethnography/#:~:text=As%20first%20described%20by%20anthropologists,similar%20to%20those%20of%20ethnographers%20).) Acesso em: 30 mar. 2021.

se limitar apenas ao método “malinowskiano”, onde o antropólogo terá que insistir na observação participante e deixar de lado o estudo em documentos de arquivo, em romances e livros de memórias, a biografia, entre outros métodos que são úteis à disciplina.

Como Pierre Bourdieu, Pina Cabral alerta para a “ilusão biográfica” acarretar em prejuízos ao entendimento da pesquisa antropológica ao centrar-se na biografia de um indivíduo e não o relacionar aos contextos em que está indubitavelmente inserido. Ao priorizar um indivíduo “polifacetado” é possível ter uma História de Família com menor possibilidade de desvios. O pensamento de Marcus (2000) sobre as autobiografias é que essas podem distorcer uma narrativa abordada a nível do conjunto familiar. Ou seja, a narrativa contada por meio de vários colaboradores sobre uma mesma família tem um resultado diferente do que quando um desses colaboradores se dispõe a falar individualmente sobre o mesmo assunto, pois, a sua tendência é centrar a história sobre si próprio.

Então, para Pina Cabral (2005, p. 365): “[...] sob o pretexto de elaborar a história de família, o antropólogo tem a possibilidade de fazer uma verdadeira incursão etnográfica ao universo relacional, referencial e existencial dos numerosos sujeitos envolvidos nos relatos egocentrados”. A possibilidade, então, aventada pelo autor, abre caminhos para novas visões que estariam obliteradas com a observação restrita ao indivíduo, que muitas vezes se fecha em um mundo que não está delineado com a realidade, mas sim apenas preso a uma única visão, que apesar de importante para compreendermos o que o sujeito colaborador entende de seu universo, não se relaciona com o que é mais abrangente. A memória humana, é antes de tudo uma memória coletiva, como afirmou Maurice Halbwachs (2011) em “A memória coletiva” antes de Pina Cabral (2005) apontar essa metodologia.

Maurice Halbwachs, sociólogo de escola “durkheimiana”, escreveu há quase cem anos a importância de compreender o contexto social em que o indivíduo está inserido para que as recordações e lembranças sejam efetivamente analisados, pois essas lembranças, ditas como individuais, são formadas a partir de interações com outras pessoas, são frutos de memórias coletivas, memórias compartilhadas por vários viventes, pois o indivíduo é um ser social que constrói relações com afetos, crises, decepções, emoções boas e ruins, perdas e ganhos que fazem parte de sua vida dentro de uma comunidade afetiva, que pode ser a família, um grupo de trabalho, grupos de amigos ou que compartilham os mesmos interesses, como crenças, políticas, esportes, entre outros. O diálogo de Cabral e Halbwachs está, portanto, inserido na importância do contexto social, ainda que o antropólogo português tenha seu foco nas famílias e suas memórias e tradições.

No campo de estudos da elite e das diferenciações sociais que caracterizam a estrutura social, Pierre Bourdieu (2017) aponta que o gosto por determinadas práticas e produções culturais distingue os indivíduos entre camadas que os afastam tanto quanto as diferenças econômicas, ainda que o poder econômico não seja o determinante para um maior capital cultural. E diz que as possibilidades de acesso à educação e a ação familiar irão traçar caminhos para a escolha refinada em determinados campos culturais, como a música, roupas, decoração ou artes plásticas. Nesse ínterim, ter capital cultural apontaria para um gosto refinado típico burguês, que se diferencia do que poderia ser popular, mundano ou pouco criativo.

Bourdieu (2017) acredita que o gosto promove, além da distinção, a criação de um “habitus” próprio que hierarquiza uma sociedade, substantivando o que deverá ser aceito ou não, o que deverá estar dentro do que seria belo e crível para uma parcela considerada capaz de ter um bom gosto, ou aquilo que faz parte da comunidade que seria menos apta a identificar o melhor da cultura. Essa distinção cultural não garante a equidade em outros campos do poder, um diploma garante um favorável poder simbólico, mas não deixa ombro a ombro alguém com maior poder aquisitivo com outro indivíduo com menor, mesmo que possuam equivalente capital cultural. No entanto, em determinado espaço de interações, essas podem dialogar e manter uma mesma visão sobre esse campo de simbolismo.

Por si só, então, o estudo da elite tem sido tratado como menos importante por pesquisadores, reforçando a ideia de que a elite é a dominadora e que se preocupa apenas com seus interesses, sendo assim, a maioria das pesquisas se ocupa com os grupos que são excluídos do poder e são, portanto, direcionadas para a pobreza e a desigualdade. A ligação entre o conceito de elite com o de elitismo causa essa conotação pejorativa (MARCUS, 2018).

Essa quase banalização do termo “elite” esteve exemplificada em afirmações de colegas da pós-graduação do tipo: “essa fala é elitista!”, “você faz parte da elite”, “isso é preconceito da elite” e, principalmente: “para que estudar a elite?” ligando uma conotação totalmente negativa ao conceito que o define, e por vezes, além de ser uma afirmação simplista para definir atitudes que não fazem parte das práticas de uma grande parte da população, isso incorre no erro de apontar como atitudes reprováveis o que, muitas vezes, são ações de pessoas ligadas ao extrato mais rico dos cidadãos, e que nem por isso devam, a priori, serem consideradas como inconcebíveis. Ainda que, para quem está nos estratos sociais menos favorecidos, isso possa ser definido dessa maneira, pois podem ser vistas como uma das causas visíveis da desigualdade social. Então, esse conceito pode, muitas vezes, tornar-se ambíguo ao referir-se a diferentes tipos de indivíduos ou grupos, mesmo que não tenham ligações nem façam de fato, parte da elite (MARCUS, 2018).

Sobre a importância do estudo das elites, Pina Cabral (2005) destaca que é relevante e necessário estudar as classes mais altas com um viés antropológico, mesmo com as dificuldades de acesso existentes pela própria estrutura que tornam as elites grupos menores e seletos. A influência da elite na organização do sistema social, por meio de sua capacidade e, muitas vezes, por herança de antecedentes (MILLS, 1981) que já haviam conseguido galgar postos de destaque e posteriormente facilitavam a inserção de seus filhos, netos e apadrinhados e se instalar nos processos institucionais, influencia, também, a população considerada fora do círculo restrito da elite (MARCUS, 2018). A sucessão para Marcus (2018) não é um processo simples nem linear, mas sim repleto de conflitos, embates e perdas entre os envolvidos.

Temos vários casos na história que vão corroborar essa ideia da identificação e distinção entre as classes. Nas práticas do cotidiano vemos alguns exemplos interessantes, como os ritos de funerais infantis do século XIX ou representação em gravuras do cotidiano dos escravos do século XIX, segundo a visão europeia.

Um autor que aborda a questão dos funerais das crianças no século XIX é Luiz Vailati (2010) em “A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)”, que aponta que essas práticas eram provenientes das elites abastadas que ostentavam poder até na hora da morte e refletiam essa ideia em um ritual que integrava o pequeno cadáver à sua ressurreição, ou seja, quanto maior o cuidado com a preparação do defunto mais próximo dos céus ele estaria. Este hábito das elites oitocentistas propunha arrumar o cadáver da criança de forma que lhe restituísse sua aparência de quando estava viva: rosto pintado, roupas com laços de fita, flores artificiais e pedras preciosas, por vezes eram colocadas em armações de madeira para que a criança morta fosse levada pelo cortejo, de pé. Esses cuidados iriam garantir que, quando os pais morressem seus filhos estariam no céu para recebê-los.

Vailati (2010) conta que essa prática foi reproduzida por algumas famílias de escravizados no século XIX, onde os pais das crianças, também praticavam os hábitos de cuidados com o corpo dos filhos na hora do velório e sepultamento. E descreve a prática desses rituais feitos pelos escravizados a partir de relatos de viajantes, por meio de textos ou pelas telas e gravuras, como a idealizada pelo pintor Jean-Baptiste Debret, de 1839. Nesta obra, aparecem dois tipos de enterro entre os cativos, o menos luxuoso, onde existia apenas um carregador com o tabuleiro coberto por uma toalha de renda onde o corpo da criança cativa era depositado e os mais luxuosos, onde faziam uma locação temporária dos acessórios e o pequeno corpo era disposto em uma cadeirinha forrada com tecido adamascado enfeitada com ramalhetes de flores e da coroa de folhas fornecidas pelo armador, que eram devolvidos após o enterro.

Vailati (2010) explica a finalidade dessa prática das elites nos enterros dos pequenos escravizados:

[...] a mãe que se encontrara assim justificava sua felicidade incontida pela morte de todos os seus filhos ainda crianças: “Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu, nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e a puxar-me pela saia e exclamando: entra Mamãe, entra!”. Como vemos, a narração de Luccock bem como sua interpretação sobre os comportamentos em relação à morte infantil entre os habitantes da Corte nos orientam no sentido da existência de numa ideia, generalizada entre os leigos, de salvação assegurada da criança morta, mas também deixam entrever novas imagens que, apesar de confirmarem essa representação da criança e sua morte, apresentam algumas novidades em relação ao que nos ofereceu o discurso eclesiástico. Nesse caso, a ideia que a perda prematura dos filhos favorecerá, por meio da ação destes a entrada dos pais no reino celeste. Em reforço a essa interpretação, Debret, em 1816, nos diz o seguinte, sobre a grande mortalidade infantil dos escravos: “a perda desta criança escrava dá à dona da casa a consolante esperança de um anjinho que por ela interceda no céu.” Além do seu ingresso certo no céu, a criança morta dessa forma transformada em anjo, é extremamente útil àqueles de aqui pertenceram ao seu círculo social até mesmo seus algozes. De fato, ao longo da recuperação das práticas fúnebres infantis constatamos a existência de práticas cotidianas em que a criança ocupa o papel de intermediadora junto às autoridades celestes (VAILATI, 2010, p. 146).

Então, essa reprodução do enterro das crianças das elites era compartilhada também pelas famílias de menor recurso financeiro e pelos cativos, esses últimos, financiados pela família abastada, segundo os interesses de salvação da alma de seus proprietários. Os povos oprimidos podem seguir práticas e adotar costumes dos seus opressores.

A partir de meados do século XIX essa tradição de exposição pública do funeral infantil foi ficando restrita aos familiares e a uma ideia de despedida privada.

Figura 4 - Cortejo fúnebre de uma criança negra



Fonte: DEBRET, Jean-Baptiste. Gravura. 1839

A visão e práticas das elites influenciaram e, por vezes, influenciam a forma que vemos e interpretamos a História, consolidando, muitas vezes, uma visão distorcida da realidade. Mais uma vez recorremos à Jean-Baptiste Debret (1839) em “Viagem pitoresca ao Brasil” para analisar o cotidiano dos escravizados do Brasil junto às famílias a quem serviam e participam de sua vida privada.

Na gravura “Casamento entre escravos de famílias ricas”, o pintor destaca uma cerimônia religiosa que consagra o casamento de cativos, onde há apenas dois indivíduos brancos, sendo um deles o pároco, que está no centro do trabalho, e outra pessoa que apenas é identificada pelo seu rosto e que é provavelmente um auxiliar. Chama a atenção na imagem as vestimentas bem cuidadas dos cativos, que incluem além das calças e fraques para os homens, cartolas e sapatos típicos dos seus senhores. Para mulheres, os vistosos vestidos que diferem das simples saias e blusas das cativas comuns, e para a ocasião, tanto a noiva quanto as madrinhas utilizam adornos nas cabeças, colares e brincos como enfeites. Além disso, usam sapatilhas com meias brancas que se ajustam ao traje como um todo. Outro personagem observa a cena mais distante e veste um traje semelhante a uma farda militar, inclusive segura com as mãos uma barretina.

Essa gravura diverge de grande parte das obras de Debret ao apontar escravizados em trajes semelhantes aos dos seus senhores, ainda que esses últimos não estejam representados nesse trabalho.

Lembramos que as gravuras de Debret nem sempre retratavam uma realidade fiel, mas uma visão próxima do que o artista observou, muitas vezes, por um breve momento ou mesmo por ouvir relatos de outros viajantes. Anderson Trevisan (2011) destaca em “Velhas imagens, novos problemas: a redescoberta de Debret no Brasil modernista (1930-1945)” que esse artista veio ao Brasil, em 1816, com a Missão Artística Francesa patrocinada por D. João VI quando da permanência da Família Real. Além de Debret, outros artistas também faziam parte da comitiva, que procurou desenvolver a arte na ex-colônia.

Em sua permanência, que durou 15 anos, até que retornasse à Paris, em 1831, Debret pintou mais de 1.000 aquarelas, desde cenas de cotidiano, com os indígenas, os escravizados e a população livre, até quadros e trabalhos para a Família Real. Retornou com o material para a França e lançou “Voyage Pittoresque et historique au Brésil”, em três volumes (TREVISAN, 2011).

Debret, particularmente em relação aos escravizados, não retratava as cenas para um registro de denúncia da escravidão, pois ele não era abolicionista, como declara Bruno Domingues (2001) em: “A cidade das aquarelas: o Rio de Janeiro nos registros de Jean-Baptiste Debret” era para registrar um modo de vida que lhe interessa colocar em seu trabalho, sendo assim, ele registrou muitas cenas das mais variadas situações.

Sua formação é baseada na escola neoclássica, e foi discípulo do mestre Jacques-Louis David, pintor de Napoleão. O neoclassicismo pregava a razão e a busca por valores didáticos nos trabalhos, e a imaginação do artista era uma qualidade primordial para a criação, não estando preso à reprodução fiel, característica do realismo. Debret, apesar de ter vivido 15 anos no Brasil, não deixou de ter o olhar estrangeiro para os costumes e valores do povo daqui, e isso influenciou seu trabalho, e por isso temos que ver com cautela o registro que deixou para a História. Mas ainda assim, é uma das principais fontes que dispomos para compreender aquela sociedade (TREVISAN, 2011).

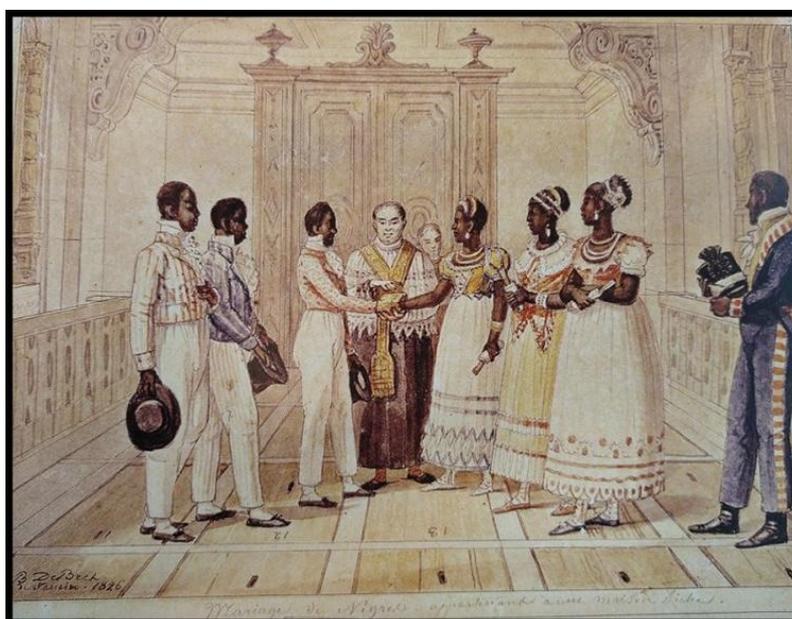
De volta à gravura “Casamento de escravos de família rica”, além da descrição dos trajes que são uma das marcas de Debret, chama-nos a atenção a evidência da distinção existente entre a classe social dos cativos que habitavam o mesmo local. Se por um lado Debret e outros registravam a crueldade do branco em relação ao negro escravizado, em situações de pura violência e castigo físico, havia aqueles que ao estarem protegidos pelos senhores ricos e mais tolerantes, usufruíam de uma maior liberdade e de benesses como a de andar melhores vestidos e terem uma cerimônia de casamento tradicional católica (TREVISAN, 2011).

A cena também traz uma ideia de harmonia entre o branco e o negro, simbolizados pela figura do padre, os noivos e convidados. Nem sempre havia harmonia nesse convívio, mesmo

em família ricas, apesar de Debret ter passado essa imagem nesse trabalho. A mensagem da Igreja como casa de todos os fiéis também é observada, além do que, é uma imagem que suaviza a tolerância da instituição em relação à escravidão. Para o leitor, seria a mensagem do poder transformador que a Igreja provoca mesmo em indivíduos desprovidos da cultura distinta que o europeu acreditava possuir. Era uma época que a França acreditava ser uma herdeira da tradição grega e romana da arte e da civilização e a formação acadêmica dentro dessa escola influenciou Debret em seus trabalhos (TREVISAN, 2011).

A visão e práticas das elites influenciaram e influenciam a forma que vemos e interpretamos a História, consolidando, muitas vezes, uma visão distorcida da realidade.

Figura 5 - Casamento de escravos de família rica



Fonte: DEBRET, Jean-Baptiste. Gravura. 1826

Em Debret há cenas de escravos vendendo flores, cerimônias fúnebres, casamento de escravos, festas e eventos, da fauna e da flora, elementos típicos do neoclássicismo.

Sobre esta questão, Frantz Fanon (2020) trata em “Pele negra, máscaras brancas” que um povo colonizado já possui aspectos que o inferiorizam em relação à cultura daquele que o colonizou, isso fará com que ele procure, no caso do negro, rejeitar a sua própria cultura e se aproximar da cultura do colonizador. Esse processo de inferiorização é repetido, também, nas oposições existentes entre a cidade e o campo e entre a metrópole e a vila.

Fanon (2020) aponta que essa busca por copiar outras culturas é observada também entre povos que possuem o mesmo nível de opressão:

Conheci, e infelizmente ainda conheço camaradas originários do Daomé ou do Congo que se dizem antilhanos; soube, e ainda sei de antilhanos que se ofendem se os tomam por senegaleses. É que o antilhano é mais “evoluído” que o negro da África: cabe entender que ele está mais perto do branco [...] (FANON, 2020, p. 30).

Freire (1970) apontou como reflexo de uma invasão cultural promovida por uma elite dominante sobre uma cultura que será dominada e que é moldada sob as características da cultura invasora.

Assim como em “Casamento de escravos de família rica”, outro trabalho que levanta questões relacionadas ao olhar sobre a escravidão e a distinção existentes nos povos escravizados, é o quadro “Baiana” estudado por Renata Bittencourt (2005) em “Modos de negra e modos de branca: o retrato “Baiana” e a imagem da mulher negra no século XIX”, que se encontra exposto no Museu Paulista da Universidade de São Paulo. O quadro não possui o nome do autor e nem data da sua confecção e o seu título faz referência aos colares utilizados pela retratada, uma mulher negra não identificada, com adornos típicos aos usados por escravizadas negras na Bahia.

Este óleo sobre tela é um dos poucos retratos de negros do século XIX, período da provável confecção do quadro, tendo em vista os elementos técnicos presentes, como “a supervalorização do corpo em caracterizações genéricas, em detrimento da representação de aspectos subjetivos e individuais” (BITTENCOURT, 2005). Não há no quadro elementos que afirmem que a mulher retratada é uma escrava, apenas a ideia pré-concebida naqueles anos dos oitocentos e com forte preconceito, que aponta ser todo negro, um escravo.

A própria generalização presente no título concedido posteriormente, “Baiana” torna o genérico a expressão da natureza do indivíduo negro, tendo em vista a grande quantidade de etnias africanas que formaram a população daquele Estado. Essa denominação reduz a personalidade anônima a um único povo brasileiro, quando na verdade, vários indivíduos de praticamente todo o Brasil poderiam estar representados por essa figura.

Figura 6 - Baiana



Fonte: MP/USP Óleo sobre tela. s.d.¹⁵

A mulher negra está vestida como as mulheres brancas do século XIX e o uso de colares, luvas, braceletes e adornos de cabeça apontam algumas características de distinção em relação à maioria dos escravizados ou forros do século XIX. O próprio fato de ter sido retratada em pose semelhante à das mulheres brancas das elites da época aponta para uma obra incomum, e que, possivelmente, essa personagem teve alguma história peculiar, pois esse tipo de retrato de pessoas negras não era uma prática comum.

Sobre a obra, Bittencourt (2005) faz uma descrição detalhada:

[...] exhibe a imagem de uma mulher negra adulta sentada diante de um fundo neutro. A área à direita ao fundo é mais clara, talvez por resultado de limpezas feitas em ações de conservação e restauro. Vemos parte do encosto de madeira curvada da cadeira onde ela se senta. A personagem aparece cortada a altura dos joelhos, mostrando três quartos do corpo, voltada para sua direita. Não há outros objetos em seu entorno.

É possível que o pintor tenha realizado a obra a partir de uma fotografia. Indício disso é o fato da retratada aparecer circunscrita em um enquadramento oval, bastante comum em retratos fotográficos. Também o relaxamento da pose, sem composição excessivamente formal, lembra o caráter instantâneo da fotografia. Os braços roliços da Baiana estão apoiados sobre as pernas e suas mãos se encontram quase entre os joelhos. Mesmo as duas voltas de colar que escorregam pelos ombros contrariam a composição estudada que vemos usualmente.

¹⁵ Tela de pintor anônimo exposta no Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP/USP).

A expressão séria, compenetrada e sem sorriso da modelo denota reflexão e dignidade. Assim como a pose assemelha-se aos padrões estéticos do retrato do período [...]

[...] O vestido de noite é de um azul profundo, quase preto. Sua característica mais marcante é a linha do decote, que deixa os ombros a mostra (fig. 2) e se assemelha a outros portados por senhoras representadas em retratos da segunda metade do século XIX

No braço esquerdo, junto ao pulso, há um bracelete dourado com largura entre 2 e 3 cm. No braço direito há outro de tipo argola. O brinco que vemos na orelha esquerda parece ser uma pequena folha dourada. Os cabelos estão presos e seguros por pentes e fivelas. É possível identificar uma fivela composta por três discos que misturam metais cor de prata e de bronze.

Temos ainda a visão lateral de dois pentes dourados, e o mesmo arranjo parece se repetir do outro lado da cabeça. Em volta de seu pescoço vemos onze colares de contas douradas, que se acumulam uns sobre os outros, escapando pelos ombros [...]

A pele da mulher é de um tom de marrom escuro e seu rosto traz traços negróides marcados, como lábios grossos e base do nariz largo. Observamos suaves reflexos dourados na testa e na face esquerda, como se o brilho dos colares se refletisse sobre a pele [...] (BITTENCOURT, 2005, p. 12-16).

A ascensão social de escravizados libertos, feita por meios próprios ou por ajuda de terceiros, não é novidade na historiografia sobre o tema. Ainda assim, são poucos casos diante da grande maioria dos cativos que passaram a vida ou grande parte dela sob a mão forte dos seus senhores e sem qualquer possibilidade de conseguir a liberdade, tão pouco a sonhada mobilidade social. A pose e vestimenta para o retrato não faziam parte do cotidiano de nenhum indivíduo, livre ou cativo, daquela época, pois somente em ocasiões especiais trajes como esse do quadro eram lançados mão por seus artistas e retratados.

A pesquisadora Junia Furtado (2003) em “Chica da Silva e o contratador dos diamantes” explica que a sociedade escravagista mineira teve uma miscigenação muito maior que as do litoral do Brasil. Ela constata que as mulheres forras quando se amancebavam com homens brancos, o que, segundo a autora, era muito comum na época, procuravam usufruir das vantagens de sua nova condição social a fim de se distanciar do período em que eram escravizadas. A alforria e esse amancebamento com brancos, garantiria aos seus descendentes uma suposta aceitação da elite branca. As negras forras nunca seriam vistas em seus concubinatos na condição de esposas, no entanto, procuravam reproduzir os hábitos, costumes, estilos de vida, indumentárias da mulher branca, com intuito de se assemelhar, mesmo que em menor escala, as práticas da sociedade que as submeteram à escravidão (FURTADO, 2003).

Ser retratada como uma dama da sociedade branca pode ter sido um desejo da personagem, mesmo que isso fosse a busca de um ajustamento aos ditames da mesma sociedade que oprimia sua etnia. O autor não identificado e o possível fotógrafo que pode ser o responsável por parte do conteúdo mostrado, mostraram uma realidade distorcida sobre esse

período, dando um primeiro passo para a generalização que permeia esse quadro. Até os dias atuais, quem observa essa obra se surpreende pelo conteúdo em si exposto pela imagem, além do mistério sobre autor e personagem e pelas intenções não esclarecidas sobre a sua confecção.

Então, em relação ao nosso estudo sobre as elites, o quadro mostra uma busca de diferenciação dentro do próprio estrato social composto pelos escravizados, haja visto a existência de libertos que ascendiam socialmente (em relação aos outros escravizados) e até mesmo adquiriam seus próprios escravos (PAIVA, 1995). Mesmo nos últimos dias da escravidão legal, essas pessoas viviam sob um duro regime de opressão e abusos. Mas nem sempre a luta pela liberdade se resumia ao confronto direto contra a sociedade escravagista, pois estratégias de sobrevivência existiram (CHALHOUB, 1990), como mostrar-se resiliente e indispensável nos serviços que lhes eram atribuídos ou estar integrado na vida e ao que pregavam as mesmas elites que mantinham o sistema escravocrata.

A visão desses autores e seu encontro com fatos e práticas das elites ocorridos durante o século XIX serão ponto de partida para a análise em nossa tese. Em primeiro lugar, vamos compreender como as elites começaram a tomar forma, e isso ocorreu com um evento singular e temporal: a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil.

2.2 OS DIÁRIOS DOS VIAJANTES E CIENTISTAS EUROPEUS COMO FONTES DE PESQUISA

Neste subcapítulo se faz necessário, destacar os relatos de alguns dos viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil, no século XIX, para retratar o cotidiano, a biodiversidade e os habitantes locais. Sem a ambição de esgotar o assunto, serão informações pontuais, em meio a diversos estudos que vêm sido feitos acerca dessa temática, com o intuito de que os leitores percebam que os relatos de viagem são dados relevantes provenientes de observações pessoais, testemunhais e narrativas feitas por cientistas com preparo intelectual ou artistas de renome em seus países, como também, relatos de pessoas sem nenhum compromisso oficial, mas, que vão colaborar para o entendimento das práticas das elites oitocentistas.

Esses viajantes eram homens e mulheres artistas, naturalistas, médicos, professores e, também, aqueles que não tinham nenhuma ocupação definida, mas, que vieram ao Brasil no século XIX para desvendar e registrar suas impressões, muitas vezes preconceituosas, sobre as particularidades daquela terra quase desconhecida. A abertura dos portos no Brasil, em 1808,

colaborou com a chegada desses estrangeiros vindos de várias regiões do mundo e interessados nos mais variados assuntos.

Para a jornada, esses viajantes enfrentavam muitas dificuldades, pois saíam do litoral, como o Rio de Janeiro, em direção ao interior utilizando o desconfortável transporte dos tropeiros. João Prado (1955) em “Tomas Ender: pintor austríaco na corte de D. João VI no Rio de Janeiro: um episódio da formação da classe dirigente brasileira, 1817-1818” diz que as dificuldades eram muitas e que duas delas seriam as mais complicadas de se resolver: uma em relação ao transporte feito por mulas, pois, cada uma delas, adestrada, custava em torno de vinte e oito mil réis (28\$000) o que era um custo elevado para a maioria deles, haja visto o investimento que já haviam feito para se prepararem para a expedição. A outra grande dificuldade era encontrar um arrieiro¹⁶ experiente para que se obtivesse êxito na viagem.

O cotidiano desses viajantes com suas descobertas e impressões a partir dos olhares europeus colonizadores, eram registrados com riqueza de detalhes em seus diários de campo e se tornaram um meio importante para analisarmos e questionarmos as representações dos costumes e dos habitantes do Brasil, feitos por pessoas ligadas ao colonialismo e, por isso, carregados de preconceitos. Em uma visão, evidentemente eurocêntrica, de que a Europa era modelo de perfeição cultural e valores morais, essas narrativas dos diários eram publicadas em livros de “viagens pitorescas” e saíam do uso particular com o intuito de instigar e corroborar a imaginação dos europeus em relação a essa superioridade em relação ao “outro” e “ao lugar do outro”.

Prado (1955) chama atenção para a importância dos diários dos viajantes para a compreensão de sociedades do passado. Eduardo Akiyama (2018) em sua dissertação “Natureza descoberta: do que se viu, ouviu e se contou da fauna e flora brasileira no século XVI” esclarece que:

Os viajantes tinham consciência disso de modo que passaram a atestar os seus relatos, ou mesmo a presentear personagens ilustres da época, com amostras materiais dos lugares por onde passaram. O desejo de materializar, diante dos próprios olhos, o que se contava na Europa a respeito das viagens de expansão foi um dos elementos responsáveis pela criação de um mercado de produtos exóticos, como animais, objetos aborígenes, entre outros. E esse era um movimento que se transformou numa espécie de círculo vicioso: os viajantes relatavam as novidades, que se transformavam em mercadorias, que passavam a condicionar o olhar dos próximos viajantes (AKIYAMA, 2018, p. 101).

¹⁶ Peão que conduzia as mulas.

A exuberância e a possibilidade de “desvendar” as terras brasileiras propagadas na Europa, na maioria das vezes, foi o que incentivou os viajantes a escreverem sobre o Brasil.

Para nosso trabalho, essas descrições são importantes fontes dos modos e práticas das elites ainda em formação do Brasil. Muitas vezes, esses relatos são observações sobre as famílias agrárias e escravagistas que viviam no interior, longe dos olhos daqueles que escreveram sobre as elites que viviam no litoral, nas áreas urbanas em Recife ou Rio de Janeiro, por exemplo. Além disso, são as visões de observadores estranhos aos costumes locais praticados pelas elites, essas que procuravam, ao mesmo tempo, diferenciar-se dos modos e práticas da população de estratos inferiores e alinhar-se, mesmo que de forma distorcida ou adaptada, ao que conheciam das elites europeias.

Um dos mais importantes cientistas que veio ao Brasil foi o escocês George Gardner, que permaneceu de 1836 até 1841. Desenvolveu pesquisas e catalogou informações que culminaram na obra: “Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos 1836 -1841” publicada em 1846, 1849 e em 1973 na Inglaterra, e traduzida para o português em 1942. Essa obra retrata, a partir de sua percepção estrangeira, os costumes do Brasil Império, a riqueza e a diversidade das espécies animal e vegetal brasileiras. No entanto, viajante descreve, detalhadamente, o cotidiano de suas viagens deixando relatos etnográficos importantes para futuras pesquisas. Em George Gardner (1942):

Passando por um charco ao pé de uma colina sôbre a qual se ergue uma grande igreja, encontrei alguns espécimes da bela *angelonia hirsuta* com suas lônegas vergôntes de grandes flores azues. Depois disso encontrei diversas novas espécies dêste belo gênero, algumas das quais, cultivadas de sementes mandadas à pátria por mim, são agora comuns nas estufas (GARDNER, 1942, p. 62).

George Gardner era um cientista escocês dedicado à medicina, botânica e zoologia. Formou-se em medicina na Universidade de Glasgow onde se interessou, particularmente, ao conhecimento da botânica. Logo depois de formar-se médico, conseguiu financiamento de quatro museus e vinte botânicos particulares para coletar materiais da flora no Brasil. Gardner procurou explorar áreas não percorridas por outros naturalistas que aqui permaneceram. Seus roteiros, então, foram o Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Ceará, Piauí, Goiás e Minas Gerais. De acordo com Melquíades Pinto Paiva (1993) no artigo “Os naturalistas e o Ceará II – George Gardner (1812-1849)” as coletas da flora brasileira de Gardner estão

depositadas, em sua maior parte, no Museu Britânico de História Natural, em Londres e outra parte no Fielding Herbarium, na Universidade de Oxford.

É o que confirma Fernanda Rezende (2017) em sua dissertação de mestrado “Médicos estrangeiros em Goiás no século XIX: Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell” que viajar para um continente quase desconhecido, quanto à sua flora abundante, seria uma oportunidade única de contribuir para ampliar o conhecimento científico no mundo. Gardner (1942) voltou para a Inglaterra, em 1841, com um herbário composto de, aproximadamente, 6000 peças de espécies novas de plantas catalogadas, musgos e orquídeas. E ainda fósseis de peixes, rochas e solo (GARDNER, 1942).

Em 10 de junho de 1837 cheguei ao Rio, de volta da Serra dos Órgãos e ocupei-me desde então até começo de setembro em preparar e acondicionar as coleções que trouxera e em fazer pequenas incursões nos arredores. Tendo afinal despachado tudo para a Inglaterra, tomei passagem para Pernambuco a bordo do paquete Opossum, com o fito de explorar as províncias setentrionais (GARDNER, 1942, p. 59).

O antropólogo Bronislaw Malinowski (1976) em sua obra, já citada, estuda as populações costeiras das ilhas do Sul do Pacífico, os “Papuas Melanésios da Nova Guiné”, e uma das questões apontadas nessa obra é a importância em detalhar suas observações na metodologia de suas pesquisas, ressaltando que o recurso do etnógrafo é recolher o maior número possível de informações acerca dos fatos observados e com este material, conseguir os resultados pretendidos. Distingue o tratamento científico do senso comum: o cientista persiste em continuar sua pesquisa de forma metódica e sistemática, até que ela esteja finalizada com o maior número possível de detalhes; e porque o investigador é capaz de conduzir sua pesquisa através de objetivos relevantes. O senso comum seria o conhecimento vulgar atribuído à grande parte da sociedade (MALINOWSKI, 1976):

Resumindo aqui a primeira e principal questão metodológica, posso dizer que cada fenômeno deve ser estudado a partir do maior número possível de suas manifestações concretas; cada um deve ser estudado através de um levantamento exaustivo de exemplos detalhados. Quando possível, os resultados obtidos através dessa análise devem ser dispostos na forma de um quadro sinótico, o qual então será como instrumento de estudos e apresentado como documento etnológico. Por meio de documentos como esse e através do estudo de fatos concretos, é possível apresentar um esboço claro e minucioso da estrutura da cultura nativa, em seu sentido mais lato, e da sua constituição social. Esse método pode chamar-se método de documentação estatística por evidência concreta (MALINOWSKI, 1976, p. 31).

O método a que se refere Malinowski (1976) diz que cada episódio deve ser acompanhado de exemplos detalhados para, depois, serem sintetizados em documentos para que outros pesquisadores possam usufruir dessa pesquisa.

O sociólogo Marcel Mauss (1993) em seu livro “Manual de etnografia” vem confirmar a necessidade da prática dos diários de viagem. O autor destaca que um dos principais métodos de observação que deve ser considerado pelos etnógrafos, seria a produção de um diário em que anotar-se-ia cotidianamente, à noite, todas as observações realizadas durante o dia. Não deve desconsiderar nenhum detalhe: a descrição dos locais da sociedade observada; o inventário das pessoas desses locais; classes sociais, sexo, idade; como também, as habitações. E tão importante quanto, será a organização, posterior, das ideias. E ainda, que os métodos de observação podem ser divididos em “métodos de registo e de observação materiais, por um lado, e métodos de observação e registos morais por outro” (MAUSS, 1993, p.31).

Outra questão é a descrição que Gardner (1942) faz de suas impressões pessoais acerca dos aspectos sociais dos lugares que visitou, que vão se estendendo ao longo de todo o seu diário de viagem (GARDNER, 1942):

Na manhã seguinte, 23 de julho, pisei pela primeira vez as praias do grande continente do novo mundo. Se o aspecto do País e a natureza da vegetação eram tão diferentes dos da velha pátria, quão mais estranhos eram os seres humanos que ao desembarcar me depararam! As numerosas canôas e pequenos botes que cortam o porto são todos tripulados por pretos africanos; da mesma raça são os transeuntes que passam pelas longas e estreitas ruas, semi-nús muitos deles, suando sob pesados fardos, e a exalar um odor tão forte, que se torna quasi intolerável. Raro se via um rosto branco. As lojas cujas as portas e janelas se abrem durante o dia, pareciam servidas por mulatos ou por portugueses quase da mesma cor. Vista de bordo pela manhã, a cidade apresentava um aspeto imponente por sua posição e por suas numerosas casas e igrejas caiadas de branco: mas, olhadas de perto desvanecia-se a ilusão. As ruas são estreitas e sórdidas e, pela catanga de milhares de negros, como pelas emanações dos armazéns de provisões davam a impressão que podiam ser tudo, menos agradável (GARDNER, 1942 p. 03-04).

Podemos, nas palavras do viajante Gardner (1942) perceber que em alguns momentos, além da descrição minuciosa, ele apresenta suas impressões pessoais. Essa questão também está presente na publicação de Malinowski (1997) em “Um diário no sentido estrito do termo”, em seu trabalho de campo na Nova Guiné e nas Ilhas Trobriand. O antropólogo escreve em seu diário de campo que “Eu já estava farto de todos eles, principalmente do capitão e do engenheiro. De Moleyns, filho de um lorde, beberão e canalha requintado, e certamente de sangue azul” (MALINOWSKI, 1997, p. 61) sobre um dos seus companheiros de viagem, e em várias passagens, escreve sobre sua paixão por T. que ele teve o cuidado de manter o nome sob

sigilo: “Ainda estou apaixonado por T., e sinto saudades dela” (MALINOWSKI, 1997, p. 97) ou sua falta de paciência com os nativos que não colaboravam para suas fotografias “Havia momentos em que eu me enfurecia com eles, especialmente porque depois de eu lhes dar suas porções de tabaco todos iam embora” (MALINOWSKI, 1997, p. 103).

Esses momentos nos diários de opinião pessoal trazem os pesquisadores para perto do leitor, porque acabam saindo, mesmo que por um momento, de seus postos de grandes cientistas, humanizando-os. Ressalta-se que esse diário foi publicado após sua morte por sua esposa, e não foi um pedido do autor. O teor do material acabou por ser uma decepção para os que acreditavam na visão que Malinowski pregava sobre o trabalho isento de preconceitos do antropólogo, todavia, devemos observar que essa publicação representou um momento único no campo da ciência, em que problematiza tanto a ideia de autoridade científica quanto a etnográfica.

Além dos cientistas que se dedicavam ao estudo e catalogação da natureza, outros diários de viagem que deixaram importantes contribuições para os estudos da sociedade do século XIX foram os dos artistas que se dedicavam às pinturas, desenhos e gravuras. Por meio de suas narrativas em diários publicados, eles se referiam às práticas da sociedade, à natureza e à escravidão através da arte.

Dois dos mais importantes pintores que vieram documentar as práticas sociais do Brasil oitocentista foram os pintores: francês Jean-Baptiste Debret que falamos no subcapítulo anterior e o alemão Johann Moritz Rugendas que traz suas experiências em “Viagem pitoresca através do Brasil”. Suas obras retratam os costumes da corte e das elites brasileiras, sustentadas pelo trabalho escravo e que foram essenciais para a divulgação dessas imagens do Brasil do século XIX, no exterior.

O pintor Johann Rugendas chegou ao Brasil com 20 anos, em 1822, como desenhista da expedição russa organizada e chefiada pelo médico e naturalista Barão Georg Heinrich Von Langsdorff que, mais tarde, se tornaria cônsul geral da Rússia no Brasil. De acordo com Inês Freitas (2009) em “A Geografia dos Naturalistas-Geógrafos no Século das Luzes” tal empreitada, tinha como projeto retratar e documentar as terras brasileiras e seus habitantes, principalmente, os nativos brasileiros com seus hábitos e costumes.

Rugendas e os outros contratados da expedição ficaram hospedados no município de Inhomirim, interior do Estado do Rio de Janeiro, na Fazenda da Mandioca, adquirida pelo Barão em 1816 e onde foram feitos seus primeiros trabalhos. Nesse período, o pintor sai diversas vezes da fazenda e vai para o Rio de Janeiro, travar contato com outros artistas que faziam parte da

Missão Artística Francesa desde 1816, especialmente com Jean-Baptiste Debret. Essas idas e vindas desagradavam o barão e culminaram em desavenças entre os dois.

De fato, de acordo com o contrato firmado entre Rugendas e Langsdorff, o artista deveria fazer uso de sua arte para ilustrar todas as situações que lhe aparecessem, ilustrar os objetos que seu contratante achasse importante, e principalmente, entregar todos os esboços, desenhos e pinturas que ele realizasse na viagem é o que destaca Celeste Zenha (2002) em “O Brasil de Rugendas nas edições populares ilustradas”:

O contrato, assinado ainda na Europa, estabelecia a soma de mil francos (cerca de 160 mil-réis) como rendimentos anuais para Rugendas, que se comprometia a ceder ao seu contratante, com exclusividade, toda a produção realizada no decorrer da expedição. Para esta finalidade o artista foi abastecido com todo o material necessário (com exceção da roupa) e recebeu quantia referente a seis meses de trabalho (ZENHA, 2002, p. 136).

E o barão desconfiava que Rugendas não mostrava todos os seus desenhos para ele, levantando suspeitas que o pintor tinha interesse em publicá-los sem sua autorização, fato que aconteceria realmente em sua volta à Europa. Em 1824, o pintor abandona seus companheiros e sai em uma expedição própria para retratar a fauna, flora, paisagens e tipos físicos humanos (FREITAS, 2009). Por suas obras supõe-se que ele passou por São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Espírito Santo, Bahia segundo Prado (1955) e Freitas (2009). Dentro dessa ideia destaca Freitas (2009):

Resulta desta sua estadia no Brasil a obra publicada anos mais tarde: *Voyage Pittoresque dans le Brésil* (Viagem Pitoresca através do Brasil), que reúne cerca de 100 litografias das imagens produzidas em sua expedição, agrupadas em vinte fascículos. A edição teve início em 1827 e foi concluída em 1835, publicada pela editora parisiense de Engelmann & Cia em francês e alemão, em Paris e Mulhouse, respectivamente, graças ao apoio entusiasta que Alexander von Humboldt manifestou pela obra do jovem artista (FREITAS, 2009, p. 32).

Além dos cientistas e artistas, vinha outro grupo, o de pessoas ansiosas pela exploração do exótico. Não podemos deixar de destacar a presença das mulheres viajantes, amadoras ou profissionais, mesmo que em número muito menor, pois seus livros de viagem foram substanciais no que se refere ao olhar feminino para o lugar desconhecido e para a história das explorações científicas.

Miriam Leite (2000) em seu artigo “Mulheres viajantes no século XIX” nos traz essa questão do olhar feminino, destacando que nos livros das mulheres viajantes é possível observar a capacidade de observação e zelo dessas mulheres ao apresentar as condições e vivências

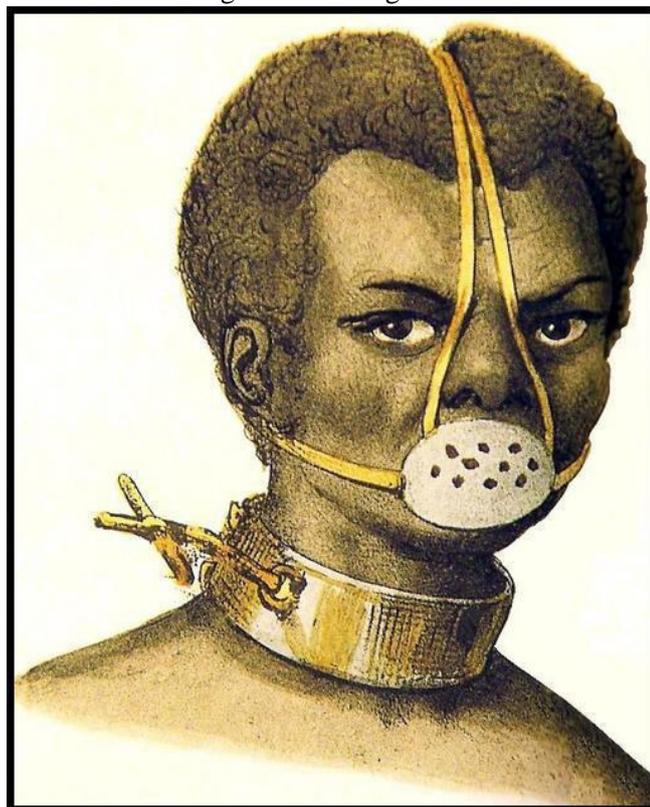
cotidianas. Em relação a esses diários, eles eram feitos, em grande parte das vezes, sob as formas de troca de correspondências entre elas e seus amigos ou familiares como salienta Leite (2000):

Os livros dessas mulheres viajantes foram escritos sob as formas de correspondência à família ou amigos, de diários ou ainda como narrativas breves. Nunca chegaram a ter o volume dos viajantes, com cinco ou até mais volumes, principalmente nos casos das viagens de circunavegação. A maioria delas não tinha intenção de ser publicada. A publicação foi feita por descendentes, após a morte da autora. Os diários foram frequentes, tanto entre homens quanto entre em mulheres, constituindo parte das recomendações a naturalistas, a manutenção e a revisão dos diários de campo, no decorrer da viagem (LEITE, 2000, p. 133).

Em 1817, o aristocrata, geógrafo, geólogo e comandante da marinha francesa Louis Claude de Soulces de Freycinet recebeu a missão de comandar o navio L'Uranie em uma expedição científica ao redor do mundo, cuja função era a de definir a forma da Terra e trazer relatórios sobre a geografia, habitantes, governo, comércio e arte dos locais que aportasse. A embarcação pesava 350 toneladas e levava cerca de 120 homens, sendo 23 oficiais, um padre e o pintor, desenhista e teatrólogo francês Jacques Etienne Victor Arago que faleceu no Brasil em 1854¹⁷. Jacques Arago é o autor de um dos desenhos mais conhecidos nas obras que fazem referência à escravidão no Brasil, o “Castigo de Escravos” de 1839, em que a suposta personagem religiosa, escrava Anastásia, usa a Máscara de Flanders, castigo aplicado aos escravizados, no Brasil.

¹⁷ Disponível em: <http://museum.wa.gov.au/research/research-areas/maritime-archaeology/treasures-from-the-deep/uranie-voyage>. Acesso em: 07 out. 2021.

Figura 6 – Castigo de escravos



Fonte: Museu Afro Brasil (SP). Domínio Público. Jacques Etienne Arago. 1839.

As mulheres foram proibidas nas embarcações da Marinha Francesa até finais do século XX, no entanto, dentre a população masculina do L'Uranie estava Rose de Saulces de Freycinet, uma mulher que foi embarcada às escondidas pelo seu marido e comandante do navio, Louis Freycinet, como afirma Freitas (2004):

Do mesmo modo, a presença de Rose Freycinet na Uranie não nos deixou somente a imagem poética de uma mulher apaixonada por seu marido e que decide pura e simplesmente acompanhá-lo. Pelo contrário, Rose escreverá também um diário, que, publicado em 1927, nos permite ver essa volta ao mundo através dos olhos de uma mulher inteligente, corajosa e decidida que soube se fazer presente e que adquire rapidamente a estima e o respeito de todos. É certo que as determinações da Marinha proibiam o embarque de mulheres nos navios do Estado sem autorização especial e a situação foi logo conhecida, mas a Uranie já estava longe (FREITAS, 2004, p. 09).

Segundo Alessandra da Rocha e Washington Pereira (2017) no artigo “A mulher viajante: Rose de Freycinet na corte portuguesa dos trópicos” a presença de Rose na embarcação foi essencial, porque ela foi a primeira a relatar suas experiências em cartas que eram destinadas à sua amiga e prima Caroline de Nanteuil e à sua mãe Jeanne Pinon. Para os autores, a questão

entre a visão masculina e a visão feminina nos diários de viajantes, trouxe pontos de vista diferentes a respeito de experiências vividas (ROCHA e PEREIRA, 2017):

A obra de Freycinet é singular, pois não segue os mesmos parâmetros de muitos outros relatos de viagem produzidos por viajantes desde o século XVI, que em grande parte foram encomendados por governantes. Ainda assim, podemos ter esses relatos como monumentos da cultura, pois foram instrumentos utilizados para transmissões de experiências vividas por seus autores e a maneira pela qual os mesmos interpretaram suas relações com o mundo ao seu redor (ROCHA e PEREIRA, 2017, p. 1511).

Uma das causas dessas diferenças nas narrativas femininas e masculinas poderia ser porque, na maior parte das vezes, os cientistas e artistas eram contratados e tinham tarefas impostas por representantes dos Estados estrangeiros, então, a visão masculina teria sido impregnada de parcialidade e de relatos oficiais. A Europa vivia, em meados do século XIX, um grande processo de industrialização em que a inserção da mulher se tornava ainda mais necessária para compor as fileiras dos trabalhadores. As mudanças promovidas pela sociedade foram aos poucos abrindo espaço para as mulheres em outras áreas de atuação, como na imprensa, nas escolas, nas profissões liberais e impondo a sociedade a atenção para o acesso aos mesmos direitos dos homens, e maior liberdade em suas escolhas (MENDÉZ, 2011). Mesmo no velho Continente esse processo não foi simples e ensejou um amadurecimento de toda a sociedade. No Brasil, que ainda era um país essencialmente agrário e patriarcal como sabemos, às mulheres eram reservados os papéis de mães e esposas, sendo que a grande maioria era de analfabetas e dependentes de seus pais, maridos e irmãos (BARION et al, 2017).

Diferente do seu marido Louis, Rose não tinha compromissos com a escrita oficial, seus relatos eram cartas pessoais para uma amiga e para sua mãe. E algumas das primeiras impressões de Rose Marie em relação aos hábitos na corte não foram tão boas. As anotações de Rose Marie mostram uma corte que, apesar de todos os esforços, ainda continuava caipira e deselegante.

Nesta mesma ocasião, Rose Freycinet (1927) em “Journal du voyage autour du monde” ainda fez comentários críticos em relação ao corpo e aos trajes de festa da Imperatriz consorte do Brasil, Maria Leopoldina da Áustria, dizendo que na corte da Áustria ela tinha uma aparência nobre, de uma princesa, no entanto, no Brasil não cuidava da *toilet* e nem da elegância do corpo.

Ademais, as afirmações podem ter sido feitas na tentativa de justificar as aventuras amorosas de D. Pedro I. E ainda, por D. Leopoldina não ter se adaptado bem aos trópicos tanto pelo clima, quanto pela comida, somando-se ao hábito de cavalgar com o marido pelo

Corcovado e Floresta da Tijuca o que fez com que sua pele ficasse marcada pelo sol. E em relação ao descuido com o corpo, que Rose Freycinet destacou em seu diário “Campagne de L’Uranie (1817-1820)”, talvez, possamos justificar pelo motivo de que a Imperatriz desde que chegou ao Brasil em 1817 até seu falecimento em 1826, engravidou oito vezes. Informação confirmada por Valdirene Ambiel (2013) por meio da exumação do corpo da Imperatriz Leopoldina para sua pesquisa de mestrado em Arqueologia “Estudos de Arqueologia Forense aplicados aos remanescentes humanos dos primeiros Imperadores do Brasil depositados no Monumento à Independência”.

Reforçando essa ideia das impressões femininas, Paulo Rezzutti (2017) em seu livro “D. Leopoldina: a história não contada” traz as opiniões da baronesa de Montet sobre o desleixo da princesa. Ela fala que Leopoldina era inteligente, muito instruída e extremamente interessada em botânica, mas, de uma fisionomia séria e pouco amável. Não era propriamente atraente: pequena, com a pele muito branca, com cabelos de um louro esmaecido, um lábio acentuado e com olhos azuis bonitos. Porém, o conjunto de características físicas não possuía graça.

Podemos afirmar que essas características físicas não eram mais importantes que a inteligência de D. Leopoldina, segundo o médico legista e biólogo Dr. Luiz Roberto Fontes que colaborou com a análise forense da Família Imperial de Ambiel (2013), afirmou que D. Leopoldina era uma “imperatriz cientista” e não veio para o Brasil somente porque era da realeza, mas, que integrou uma expedição científica. Ela era uma botânica com experiência em coletar pedras, plantas e animais, inclusive, sabia preparar as peles com técnicas de taxidermia (AMBIEL, 2013).

Como já mencionamos, em comparação aos homens, o número de mulheres viajantes do século XIX que publicaram suas observações era infinitamente menor. Leite (2000) constatou em sua pesquisa que, do total de 150 viajantes que vieram ao Brasil, 17 eram mulheres e somente cinco publicaram seus diários. Entre elas, Rose de Freycinet (1817–1820) que escreveu de forma espontânea seu diário, publicado em 1927, por meio das cartas e anotações que fazia e Maria Graham (1821–1824) que era uma intelectual e entusiasta das transformações de seu tempo, do cotidiano da sociedade. Graham foi preceptora de D. Maria da Glória, filha do Imperador D. Pedro I e de D. Leopoldina, de quem foi amiga e confidente. Seu diário foi publicado em 1824 e a inglesa Maria Graham tornou-se a mais célebre mulher viajante que se hospedou no Rio de Janeiro nos oitocentos.

Isabela Campoi (2013) em seu artigo “As mulheres brasileiras das elites urbanas oitocentistas através do diário de Maria Graham” destaca que, em 1821, aportou no Brasil a fragata inglesa Dóris, trazendo o comandante Thomas Graham, qualificado para o

patrulhamento e proteção dos direitos comerciais ingleses nos portos da América do Sul, trazendo sua esposa, Maria Graham, que o acompanhou lecionando Literatura para uma turma de marinheiros.

Atualmente, muitos diários de viajantes estrangeiros que aportaram no Brasil estão disponíveis em sites, na *internet*, o que facilita a pesquisa. No portal da Câmara dos Deputados¹⁸, no setor de livros raros da biblioteca, estão disponibilizados para consulta 13 diários devidamente digitalizados referentes aos séculos XVII ao XIX, entre eles, a obra completa, muito rara, com seus seis volumes e com todas as estampas “Le Brésil, ou, Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitans de ce royaume” de Hippolyte Taunay e Ferdinand Denis datado de 1822 ou a publicação traduzida em 1956 e que faz parte da Biblioteca Digital de Obras Raras¹⁹ da Universidade Federal do Rio de Janeiro; um volume do “Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país: durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823” de Maria Graham; os três volumes de “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil” traduzida em 1940 de Jean-Baptiste Debret, compondo a Biblioteca digital da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEAD)²⁰; ou na Biblioteca do Senado Federal a obra, “Malerische reise in Brasilien” em alemão, de 1956, de Johann Moritz Rugendas.²¹

Ao compreender, nesse capítulo, como os teóricos das elites apontam suas características, motivações e forma de se estruturar, procuramos analisar como as elites brasileiras se pronunciaram, e acreditamos que ter sido importante a vinda da Família Imperial ao Brasil, conjugada com a estrutura de violência consolidada pelo latifúndio e pela escravidão, que já havia delineado uma sociedade desigual e arcaica.

Agora, vamos procurar compreender como surgiram práticas que distinguirão as elites dos demais integrantes da sociedade do século XIX.

¹⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca/exposicoes-virtuais/exposicoes-virtuais-permanentes/relatos-de-viajantes-estrangeiros-sobre-o-brasil-dos-seculos-xviii-e-xix>. Acesso em: 04 out. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/444>. Acesso em 04 out. 2021.

²⁰ Disponível em: https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=0&opcao=5&busca=&tipoFiltro=pa.id_autor&filtro=599&descFiltro=DEBRET,%20Jean%20Baptiste. Acesso em: 04 out. 2021.

²¹ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/28/browse?type=author&value=Rugendas%2C+Johann+Moritz%2C+1802-1858>. Acesso em 04 out. 2021.

2.3 A VINDA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL

Para compreender onde estão as raízes das elites brasileiras é necessário estudarmos como as práticas europeias influenciaram nessa formação. Dentre os vários povos europeus que estiveram no Brasil, em nenhuma oportunidade uma família da realeza do Velho Mundo fez desse território a sua própria morada. A vinda da Família Real portuguesa para constituir a Corte aqui no país modificou as relações entre a metrópole e sua maior colônia, e difundiu seu entendimento, por meios de regras e práticas, sobre o que é ser distinto da grande maioria da população, o que é enfim, pertencer aos grupos das elites.

Em 1807, o Brasil era uma colônia com mais de 4.000.000 de pessoas²² vivendo sob as ordens de um pequeno país com uma das últimas monarquias absolutistas. Portugal estava há 300 anos ditando os rumos de sua colônia e retardando seu progresso, pois, não era interessante que se desenvolvesse. Era uma estratégia para evitar o desenvolvimento econômico brasileiro e o surgimento de ideias libertárias que colocassem em risco a dependência em relação a metrópole como diz Raimundo Faoro (1996) em “Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro” que aborda o fato de não repetir acontecimentos semelhantes ao que houve em outras possessões ao redor do mundo.

Era o Brasil que garantia a riqueza e até a manutenção de Portugal, pois, daqui saíam os produtos que sustentaram por séculos a monarquia da metrópole e de sua burocracia. Primeiro foi o pau-brasil, madeira nobre que dá nome a essa Terra e que começou a ser explorada em 1502, sendo matéria-prima para ser transformada em corante, material muito valioso na Europa e que também foi muito cobiçada por outras nações europeias, como a França.

Era grande abundância do pau-brasil, pesquisas apontam em mais de 70 milhões de unidades nas matas brasileiras, o que levou a um grande processo de extração que durou mais de três séculos. Nesse longo período, toneladas de madeira seguiram para Portugal e nenhum replantio ou ganho econômico visível para a colônia foi constatado.

Em 1761 foi registrado que 14.558 quintas de pau-brasil foram exportadas, cada quinta equivale a quatro arrobas e cada arroba são 60 quilos, então nesse ano, deixaram o Brasil mais de 3.493 toneladas de madeira desse tipo como destacam D’Agostini *et al* (2013) em “Ciclo econômico do pau-brasil - *Caesalpinia Echinata* Lam, 1785”.

²² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>. Acesso em: 02 mai. 2021.

Concomitantemente ao chamado ciclo do pau-brasil, teve início o período de larga produção da cana-de-açúcar, a partir de 1547, aproveitando as boas condições de plantio existentes: solos férteis, água, altas temperaturas, relevos planos e mão de obra barata, primeiramente, a do indígena e depois do africano é o que falam Gess Rodrigues e Jurandy Ross (2020) em “A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental”. Foi fortemente explorada na área litorânea no início da colonização, enquanto o pau-brasil era extraído e a mata atlântica original era pouco a pouco derrubada para ser produto para construções e lenha, a cana-de-açúcar era cultivada e colhida para dar origem a garapa nos grandes engenhos como vimos em Gilberto Freyre (2004) em “Nordeste”. Da garapa eram produzidos torrões de açúcar que depois eram exportados para a Europa e faziam a festa das elites estrangeiras. Mas, além da exploração econômica desse produto, a cana teve importância estratégica para manter o próprio território nas mãos dos portugueses, que a partir da expedição de Martin Afonso de Sousa, em 1532, identificaram a necessidade de um produto principal ser cultivado nas terras da colônia para possibilitar mais fortemente a colonização. As características geográficas do Brasil, dentro da zona intertropical, muito sol e água, e a experiência da produção na Ilha da Madeira, ajudaram na escolha pela cana-de-açúcar (RODRIGUES; ROSS, 2020).

E foi a nobreza portuguesa, parte das elites do País, que recebeu a autorização e a incumbência de colonizar e cultivar a colônia por meio das Capitânicas Hereditárias. Das capitânicas, surgiram empreendimentos menores, baseados no sistema de Sesmaria, onde a terra era arrendada para fazendeiros e agricultores que efetivamente implementavam o cultivo. Para a realza, o território era mantido unificado e parcialmente protegido de estrangeiros, além de receber 10% de tudo que era produzido (RODRIGUES; ROSS, 2020).

A produção de cana-de-açúcar foi exitosa em vários locais da colônia, principalmente em Pernambuco, que recebeu uma grande quantidade de portugueses interessados em cultivá-la para lucrar com isso. Em 1565, havia 66 engenhos na zona da mata pernambucana (RODRIGUES; ROSS, 2020), que já começava a formar as conhecidas elites açucareiras. No Brasil todo, a produção em 1600 foi de 30.000 toneladas de açúcar, uma grande garantia de lucros aos produtores e à realza (RODRIGUES; ROSS, 2020). O sucesso da cana fez a Coroa aumentar a taxação para 30% da produção, computada em vários tipos de impostos, como a dízima e o dote à Rainha da Inglaterra e a chamada “Paz da Holanda” que Portugal em um tratado de paz se comprometeu a pagar (FAORO, 1996).

Gilberto Freyre apontou a importância da cana na formação da família tradicional e aristocrática nordestina, e que é reproduzida em toda a colônia nas mesmas características: a escravidão, a monocultura e o engenho (FREYRE, 2004):

Em nenhuma parte do Brasil a formação da família se processou tão aristocraticamente como entre os canaviais da Nova Lusitânia. Quer pela origem dos colonos trazidos por Duarte Coelho, quer pelo gênero de vida das gerações que se sucederam. Vida “a lei da nobreza”. Vida fidalga. Vida de casa-grande. Endogamia. Casamentos de primo com prima, de tio com sobrinha. A seleção sexual as vezes perturbada, mas, em geral, favorecida pelas considerações de “boa raça”, pelos preconceitos da família, de sangue, de antepassados (FREYRE, 2004, p. 74).

O lucro trazido pela exploração perdurou até o fim da colonização portuguesa, mas, foi na exploração do ouro que a metrópole mais auferiu lucros para sustentar os privilégios da realeza e das elites do país. O ouro e outros metais preciosos foram procurados desde o início da colonização, a fim de ter o mesmo sucesso da exploração que ocorria na América Espanhola, mas somente em 1697, em Taubaté e início do século XVIII, em Mato Grosso e Minas Gerais, é que o ouro foi encontrado em quantidade, o que mudou a configuração econômica e social da colônia, que viu o principal produto deixar de ser a cana-de-açúcar e passar a ser o ouro, e a ter um grande afluxo de imigrantes internos e externos em seu território, além de um grande aumento de escravizados africanos para trabalhar na exploração do metal e no comércio advindo da lavra.

Faoro (1996), como também, Celso Furtado (2003) em “Formação econômica do Brasil” falam que em 1760, a produção estava em alta e a exploração do ouro rendeu 2,5 milhões de libras para a Coroa portuguesa. Os ganhos eram formidáveis, pois havia taxas como o quinto do ouro, em 20% de toda a produção era destinada a Portugal, a capitação, que previa cobrar o quinto dos escravizados e homens livres que trabalhavam nas minas, e, além disso, havia a derrama que determinava a cobrança por meio de confisco de bens e de objetos de ouro quando o quinto não era atingido (FAORO, 1996) (FURTADO, 2003).

O período de altos ganhos com o ouro não durou muito, tendo em vista ser um produto não renovável e que foi muito explorado. A partir de 1780, o total obtido pela exploração do ouro não conseguia atingir 1.000.000 de libras (FURTADO, 2003), reduzindo, em consequência, o lucro da metrópole.

A grande necessidade de recursos vindos da colônia no Brasil tornou Portugal dependente e até inábil para encontrar caminhos para o desenvolvimento. Os produtos eram em sua maioria importados da Inglaterra, que por sua vez foi o ponto final do ouro brasileiro, que

auxiliou indiretamente na Revolução Industrial naquele país, configurando-se em um acontecimento que mudou o mundo (FURTADO, 2003).

Então, ao compararmos os colonizadores ingleses e portugueses, entendemos que tudo que era produzido e ligado à produção na colônia brasileira era taxado: gado, couro, escravos, e seguia para financiar gastos públicos na metrópole sem um objetivo de fomentar projetos estruturantes, ou seja, que não se traduzia em modernização do setor produtivo português, mas sim para bancar as mordomias das elites como palácios, monumentos e festas (FAORO, 1996), ou utilizavam o capital mercantil para compra de terras e títulos de nobreza, razões finais de um projeto de consolidação do Antigo Regime.

Esse modelo foi diferente do que acontecia no restante da Europa ocidental, como por exemplo, na Inglaterra, que não procurou manter a estrutura anterior, mas sim criar uma nova sociedade inglesa, que assim mesmo, se mostrou indiferente em desenvolver suas colônias. Então, mesmo criando um novo modelo em sua sociedade, os ingleses não incentivaram o avanço em suas colônias, como afirmam em “O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790 – 1840”, João Fragoso e Manolo Florentino (2001).

Os recursos que os ingleses extraíram de suas colônias foram utilizados para criar uma sociedade mais moderna, dentro do que era aceito pela Revolução Industrial, que surgiu ditando novas práticas. Por exemplo, roupas diferentes, cidades muito populosas por conta do trabalho nas indústrias, e um modo de vida mais acelerado e ditado pelo trabalho.

Então, ao compararmos as sociedades inglesas e portuguesas dos anos 1800, alertamos que os ingleses acabavam sendo um modelo a ser seguido pelos brasileiros, que iniciavam a formação do que seriam as elites brasileiras. Tanto práticas como produtos eram exportados da Inglaterra para o Brasil, bem como, havia no nosso país ingleses compondo as Forças Armadas, o comércio, viajantes, cientistas etc.

Portugal, desde o início da colonização, procurou extrair ao máximo os ganhos com suas colônias, e dentre essas, o Brasil era a principal fonte de arrecadação. Os portugueses ou assumiram um monopólio na extração e comércio do pau-brasil ou diamantes, por exemplo, ou delegavam as atividades para companhias de comércio ou particulares, geralmente nobres, contanto que a taxa não deixasse de abastecer os cofres da Coroa (FAORO, 1996). Eram os comerciantes que viviam no Brasil que movimentavam a economia e sustentavam a metrópole, e ainda tinham que gerenciar seus problemas para dar continuidade à agricultura, a pecuária, ao pequeno comércio, tudo movimentado pelo braço escravo e pela insistência de cada um em vencer na Colônia.

Quando chegaram no Brasil em 1500, os portugueses representavam uma nação que já dominava a ciência da navegação marítima, que foi impulsionada por D. Henrique, um membro da realeza com visão para grandes empreendimentos, uma nação que estava envolvida com as principais conquistas além de suas fronteiras, por meio de uma marinha moderna e navegadores impetuosos como João Gonçalves Zarco, Pedro Álvares Cabral, Diogo Cão, Vasco da Gama, entre outros como destaca Roger Crowle (2016) “Conquistadores: como Portugal forjou o primeiro império global”. Ao longo dos séculos seguintes, no entanto, Portugal entrou em decadência, deixando de ser um Estado com grande vontade em criar maneiras para crescer e conquistar outras oportunidades, para ser uma monarquia atrasada em relação aos vizinhos europeus, que já estavam em processo de criação de indústrias, desenvolver a sociedade e sua organização política e viver, à época de 1808, sob os frutos que extraía do Brasil.

Países evoluem e caem muito rapidamente, basta vermos os exemplos na História, mas o que observamos em Portugal é que houve uma perda de oportunidade em se apoiar nos recursos das colônias para possibilitar o seu desenvolvimento duradouro. Portugal, ao contrário, continuou dependente de escravizados para movimentar a economia em suas terras, e não deixou de ser um país rural com colônias atrasadas, que apenas forneciam itens do *plantation*²³, como a cana, café e o tabaco. Então, muitos avanços foram perdidos ou sofreram um retrocesso, inclusive sua Marinha, que em 1808, não conseguiu transportar em segurança a Família Real, e teve que ter o apoio da Inglaterra. Como comparação, nesse período Portugal tinha pouco menos de 30 navios de guerra, enquanto os ingleses tinham mais de 800 (SCHWARCZ, 2002).

Portugal estava adormecido com ideias antigas de uma monarquia absolutista que se rendia à Igreja Católica, mesmo nos momentos de maiores crises. Portugal foi o último dos europeus a abolir o mais cruel dos costumes religiosos: a Inquisição. Apesar de uma visão de mundo mais atrasada que outras nações, Portugal não era o único país com nessa situação, pois a sua vizinha Espanha também se caracterizava por essa postura (SCHWARCZ, 2002).

Era uma sociedade onde o pobre ou indivíduo com pequenas posses sustentavam as elites portuguesas, principalmente o que representava a realeza e o clero. Os lavradores e camponeses compunham um número significativo de 26,9% da população total, enquanto os artífices e trabalhadores manuais somavam a maior parte com 27,7% do total. Na outra ponta, havia os fidalgos e mercadores com 24,9% e um grande contingente formando o clero, com

²³Significa uma grande propriedade rural de monocultura agrícola, a exemplo das predominantes no nordeste do Brasil, no sul dos Estados Unidos antes da guerra civil (1861-1865) e nas Antilhas. Em português, geralmente traduz-se o termo *plantation* como "plantação". Porém o historiador Jacob Gorender, em *O Escravismo Colonial*, sugere a adoção do termo "plantagem" para designar tal sistema. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/depestre/plantation.htm>. Acesso em: 17 mai. 2017.

11,9% (FAORO, 1996), sendo que esses últimos sobreviviam, em parte, com o que era extraído e cobrado em impostos do Brasil, além do esforço dos trabalhadores manuais e os camponeses.

Quando aportaram no Rio de Janeiro em março de 1808, os quase 15 mil membros da aristocracia e da realeza portuguesa chegaram sem nenhum tostão, mas nem por isso desdenharam dos que aqui viviam e pagavam com dificuldades as taxas da metrópole que eram carregadas para sustentar a mordomia (SCHWARCZ, 2002).

Antes da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil era difícil compreender como era o povo brasileiro, e tampouco, como era aquela que poderia ser chamada de elite, talvez, alguns indivíduos fazendo a representação dos grupos da metrópole, tamanha era a complexidade de sua organização e sua definição, pois a própria colônia não era considerada verdadeiramente uma nação, onde a população compartilha uma mesma cultura, língua, religião e outros valores que unem as pessoas e as instituições. Apenas o idioma português era uma ligação entre as populações das províncias, ainda que o tupi fosse a língua mais falada em São Paulo até o século XVIII (SCHWARCZ, 2002). A grande ligação do brasileiro era com a metrópole, com uma civilização imaginada como avançada em relação ao que vivia o Brasil. Freyre ainda apontou que a religião católica era praticamente o “cimento” daquela sociedade ainda em formação como destaca Freyre (2005) em “Casa-Grande e Senzala”.

Eram vários “brasis”, pois não havia conexões simples como estradas para todos os locais, sendo a via marítima a única opção. Além de vários climas, relevos e terras que indicavam como seria a adaptação do colono português que deu origem àquela sociedade miscigenada com índios e negros. De uma maneira geral, era um povo analfabeto, e mesmo após 1808, apenas 2,5% dos homens livres tinham alguma instrução que lhes dessem condições de ler e escrever (SCHWARCZ, 2002). Muito mais complicado era encontrar representantes da população com algum curso superior, já que a metrópole impediu por décadas a instalação de faculdades no Brasil. Manter a colônia isolada e atrasada era uma forma que Portugal investiu para manter os domínios sobre o Brasil (SCHWARCZ, 2002), evitando assim a gana do invasor estrangeiro e o surgimento do sentimento de liberdade e, ainda, porque não tivesse condições de fazer grandes ações de fomentar a modernização de pensamento e de tecnologias por esse lado do Atlântico.

Desde o início da colonização, ao longo de séculos, Portugal fez do Brasil, uma possessão essencialmente aristocrática, como o que ocorreu na porção Norte da colônia, onde hoje estão as atuais regiões norte e nordeste. Ainda segundo o autor pernambucano aponta Freyre (2005):

O português fez-se daqui senhor de terras mais vastas, dono de homens mais numerosos que qualquer outro colonizador da América. Essencialmente plebeu, ele teria falhado na esfera aristocrática em que teve de desenvolver-se seu domínio colonial no Brasil. Não falhou, antes fundou a maior civilização moderna dos trópicos (FREYRE, 2005, p. 96).

A formação dessa sociedade não foi apartada da miscigenação defendida por Gilberto Freyre, ainda que não houvesse a “democracia racial” que poderia justificar a escravidão cruel executada pelo colonizador e que ceifou milhares, talvez, milhões de vidas em canaviais, cafezais e minas de ouro, mas sem dúvida foi uma sociedade híbrida (FREYRE, 2005) como defendida pelo autor, como forma possível de poder ocupar um território tão vasto. Uma população reduzida que aqui firmou suas ações e que conseguiu ocupar um espaço muito maior que o da metrópole (FREYRE, 2005). Nisso, a união com negros e índios foi quase que obrigatória, mesmo para os portugueses que aqui chegaram com suas famílias, fator que irá influenciar na formação de uma elite no território.

E foram as famílias que conseguiram a proeza de formar uma sociedade firme aqui no Brasil, aventura de caráter mais particular, paga por cada um que acreditou em melhores oportunidades, do que uma iniciativa oficial, onde o Estado apenas queria explorar. Exploração realizada quer por meio da escravidão indígena, e principalmente, negra, e que foi pouco a pouco criando uma nova sociedade, cuja base estava ainda na cultura ou extração de um único produto exportador (FREYRE, 2005).

Vieram as famílias das elites e não dos aventureiros que, individualmente, aqui aportaram, e que muitas vezes eram compostos por degradados, traficantes de escravos e naufragos, que não possuíam um melhor horizonte de possibilidades em outro local. Foram as famílias e o sentimento de solidariedade que também ajudou a consolidar uma sociedade ainda que tenha se formado com dificuldades, inclusive para se alimentar e produzir em uma terra que ainda estava sendo desbravada (FREYRE, 2005).

Era uma elite em formação e longe do entendimento atual, um grupo que se alimentava tão mal quanto os mais pobres, pois havia pouco a ser oferecido, mesmo que houvesse compradores e recursos (FREYRE, 2005). Além disso, Maria Graham (1956)²⁴ em “Diário de

²⁴ Foi uma pintora, desenhista, escritora e historiadora inglesa. Viaja para o Brasil três vezes, em 1821, a caminho do Chile, no navio comandado por seu marido, o capitão da Marinha Real Inglesa Thomas Graham, passa por Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Após a morte do marido, em 1822, reside alguns meses no Rio de Janeiro, onde permanece até 1823. Regressa à Inglaterra nesse ano, mas, volta ao Rio de Janeiro, ainda em 1823, é preceptora da princesa dona Maria da Glória (1819-1853), filha do Imperador dom Pedro I (1798-1834). No ano seguinte realiza um panorama da cidade do Rio de Janeiro e publica um diário com suas impressões sobre o Brasil, intitulado *Journal of a Voyage to Brazil and Residence there During Years 1821, 1822, 1823*, com ilustrações e aquarelas de sua autoria e do pintor Augustus Earle (1793 - ca. 1839). Retorna definitivamente à Inglaterra em 1825. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa6024/maria-graham>. Acesso em: 30 abr. 2021.

uma viagem ao Brasil” e Freyre (2005) observaram que, já no século XIX, os maus modos à mesa dos mais ricos, que sempre preferiam comer com as mãos, mesmo tendo a opção de talheres.

Freyre (2013) ainda aponta que as elites em formação nos anos 1800 são fortemente influenciadas pelos europeus. No entanto, esses estrangeiros prezavam por práticas estranhas aos nossos costumes e ao nosso espaço, como tomar chá das cinco e o gosto pelas corridas de cavalos, como os ingleses, ou as peças teatrais francesas. Mas apesar de filhos de abastados serem enviados para a Europa para estudar as ideias modernas sobre o mundo e, também, o forte influxo de estrangeiros ao Brasil que ajudava a difundir os seus modos de vida, o País continuava dependendo do regime escravocrata que garantia o sustento de boa parte dessas elites, e vivia sob as práticas muito rudes de décadas anteriores, dentro e fora de suas residências.

Pessimamente vestidos quando em suas residências, tendo em vista o calor que existia, principalmente no Nordeste, os fidalgos saíam às ruas, segundo Maria Graham: “vestidos sempre de seda de Gênova, de linhos e algodão da Holanda e da Inglaterra e até de tecidos de ouro importados de Paris e de Lião [...]” (GRAHAM, 1956). A monocultura do açúcar e a extração do ouro proporcionaram bens materiais que deram uma “capa” de civilidade aquela sociedade bruta que sofria com a falta de itens básicos e da própria educação formal. O dinheiro poderia comprar muito, mas não conseguia tudo para que as elites estivessem ombro a ombro às sociedades europeias (FREYRE, 2005).

Sociedade escravocrata, cujos braços dos escravizados iam além dos trabalhos na lavoura e nas áreas urbanas, mas também exerciam atividades domésticas dentro das Casas Grandes dos senhores fazendeiros ou nas residências de ricos que se recusavam de qualquer serviço braçal, atividade do escravizado, cujas raízes se observam na influência judia presente na formação do próprio português, sem contar a exploração sexual do homem em relação às mulheres escravizadas, que pontuou a relação violenta durante séculos (FREYRE, 2005).

Nas declarações de Freyre (2005), mesmo que não aceitas hoje incondicionalmente é importante destacar o pensamento do autor na época, de que não havia um puritanismo como estava acostumada uma parte da população europeia, pois o clima tropical e a proximidade de senhores, suas famílias e escravizados, influenciava na superexcitação sexual de homens, mulheres e até de adolescentes, o que favorecia no acontecimento das primeiras experiências sexuais muito cedo e a poligamia entre pessoas de etnias diferentes, algo que dificilmente se via na América Espanhola, e que contribuiu para a miscigenação racial no Brasil.

Os hábitos da população rural não eram tão diferentes da urbana, Jean-Baptiste Debret observou no Rio de Janeiro os maus modos à mesa, com pessoas usando as mãos para compor uma pasta de alimentos a serem consumidos, lambuzadas e se alimentando sentadas fora da mesa ou deitadas (SCHWARCZ, 2007).

Centros urbanos sujos, com dejetos humanos e lixo, e repletos de prostitutas e ladrões como em São Paulo e Rio de Janeiro assustavam os estrangeiros e pareciam sem solução, mesmo com as maiores punições aos envolvidos pelo descalabro, nada parecia consertar a desorganização e os maus hábitos que contribuíam com essas imagens, além é claro da má administração desses locais (SCHWARCZ, 2007).

Mal alimentado, maus modos, mas bem vestido quando aos olhos do povo, era assim o perfil de uma parcela daquelas elites que entravam nos oitocentos e que logo depois estaria no centro da monarquia portuguesa. Mas havia aqueles que eram um “ponto fora da curva” de uma sociedade ainda em busca de sua identidade mais civilizada, aqueles que buscavam uma formação superior fora do Brasil, principalmente em Coimbra, no curso de Direito, e que formaram uma elite que procurou, ao menos, trazer novas ideias e impulsionar uma nova visão social na colônia, ainda que a liberdade de imprensa e de ideias aqui fossem proibidas pela metrópole. Nesse contexto, Bonifácio de Andrada, mais tarde conhecido como o Patriarca da Independência, era um dos que formavam essa pequena elite intelectual, e que fez a diferença nos momentos mais cruciais do Brasil após a chegada da Monarquia (SCHWARCZ, 2007).

Quando a Família Real chegou com boa parte de sua corte ao Brasil, após a invasão de Napoleão Bonaparte ao território luso, estavam iniciando uma permanência na então capital do Rio de Janeiro que duraria 13 longos anos (FAORO, 1996). Era um contingente de cerca de 10.000 a 15.000 pessoas (FAORO, 1996) formado por nobres com títulos, a realeza, serviçais e escravos que já estavam acostumados ao requinte de Lisboa e outras cidades europeias, e que agora saíam do seu local em busca da segurança de um mundo distante, o qual poucos conheciam pessoalmente.

Após sofrerem com a viagem cansativa e longa por 54 dias no Oceano Atlântico, a corte chegou à colônia do Brasil, primeiramente em Salvador, onde D. João VI permaneceu por um mês como abordam Lilia Schwarcz e Heloísa Starling (2015) em “Brasil: uma biografia” e ainda que sob forte expectativa das elites nascidas neste País, bem como, dos cidadãos mais humildes que, pela primeira vez, viam de perto a tão falada Família Real. Então, a primeira das muitas questões levantadas pelo povo que aqui esperava a corte era onde tantas pessoas oriundas de um local tão diferente, nascidas nas antigas linhagens europeias, permaneceriam morando

em uma cidade que convivia com ratos, sujeira, lama e com a falta de moradia decente ou que estivesse ao nível dos seus novos moradores?

Schwarcz e Starling (2015) destacam que a viajante Maria Graham ficou fascinada com a vegetação tropical da cidade de Salvador que combinada com o solo vermelho, ornava com o telhado das casas.

Foi sem dúvida um grande enaltecimento das belezas naturais da então capital, mas outros viajantes que estiveram nesse mesmo local e época viram que as ruas do Rio de Janeiro eram sujas, estreitas, cobertas de urina e fezes dos moradores e repletas de escravizados que levavam alguns toneis cheios até a boca de fezes e urina dos moradores mais abastados e que tinham os sanitários em suas residências. Esses escravizados eram conhecidos por “tigres”, por causa da amônia e ureia que caíam sobre a pele e deixavam listras brancas em suas peles negras. Essa paisagem horrível acontecia porque faltavam sistemas de coleta de esgotos na mais importante cidade da colônia portuguesa (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Então, era neste lugar que à época possuía 60.000 habitantes que as elites portuguesas foram recebidas por uma elite ainda insipiente que se formava no Brasil, cujos integrantes eram boa parte comerciantes, também portugueses. A realeza foi hospedada no Paço Real de forma temporária, mas, digna, sendo que Carlota Joaquina, que vivia separada de D. João VI, ficou em uma chácara na praia de Botafogo, a rainha Maria I ficou próxima de D. João VI no Convento das Carmelitas. Os outros quase 15.000 integrantes da Corte, praticamente $\frac{1}{4}$ da população total do Rio de Janeiro, foram acolhidos nas melhores residências, que foram requisitadas de forma compulsória pelo vice-rei. Para isso, os endereços escolhidos eram marcados na entrada com as letras PR que significava Príncipe Regente ou Príncipe Real, mas, com um misto de revolta e humor a população tinha outras designações: “no entanto, na língua do povo, as duas letras adquiriram o significado de “ponha-se na rua” ou “ponha-se na rua” ou mesmo “prédio roubado” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 177).

Apesar desse esforço da população colonial, boa parte da Corte não entendeu como um gesto de hospitalidade, mas sim, uma obrigação dos colonizados para os seus colonizadores, principalmente quando os demandantes eram as figuras de 2º escalão, os fidalgos, militares e funcionários menores que embarcaram com a realeza na fuga de Lisboa. Muitos moradores inventavam uma desculpa, como reformas em seus imóveis, para evitar a cessão de qualquer espaço (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

E assim, ficou marcada a vinda de uma elite centenária ao território que a enaltecia, mesmo que ainda fosse considerada uma colônia fornecedora de matéria-prima que mantinha os cofres de nobres falidos.

Passado aqueles momentos de instalação da Coroa Portuguesa no Brasil e os eventos de boas-vindas ao Rio de Janeiro, que envolveram requisições de diversas moradias, o clima entre antigos moradores e os fidalgos não era dos melhores, pois os primeiros sabiam que não receberiam vantagens ou retribuições sobre essas cessões, e incomodavam-se com essa situação, segundo Pedro Calmon (1943) em “O Rei no Brasil: a vida de D. João VI”.

A cidade virou um polo de interesses de muitas pessoas que gostariam de um cargo público ou oferecer seus serviços em troca de favores da Coroa como destaca Silva (2008) em A Corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas. Cargos mais altos eram distribuídos entre os próprios portugueses que vieram com a realeza, mas havia a possibilidade de angariar algum cargo de terceiro escalão, como deputado da Real Junta do Comércio, como conseguiu Silvestre Pinheiro Ferreira, após dois anos desempregado no Rio de Janeiro, onde chegou em 1809 (SILVA, 2008). Isso, no entanto, não garantia um bom salário, pois os recursos públicos eram muito escassos.

Dentro da ideia de retribuição, a administração de D. João criou formas de conceder títulos e comendas a pessoas que contribuíssem com a Coroa, pois já que não havia recursos com capital, a retribuição seria fazer parte de um seleto grupo com denominações pomposas e medalhas dependuradas pelos trajes. Então, foram criadas duas autarquias que ficaram responsáveis por esse trabalho, o Registro Geral das Mercês, em 1808, e dois anos depois, a Nobre Corporação dos Reis de Armas (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A ideia era criar uma tradição de nobreza, típico de elites tradicionais com um passado glorioso, mas que ainda não existia no País.

Isso não era novidade para a Coroa portuguesa, mas aqui no Brasil, precisando angariar mais do que a simpatia do povo que sempre foi explorado, D. João não economizou nas concessões, pois foram cerca de 2.630 cavaleiros, comendadores e grãos-cruzes de Cristo, todos nomeados pelo Regente. Além disso, 1.422 escolhidos receberam as Ordens de São Bento de Avis e 590 de Santiago, todas comendas criadas pela Coroa e destinadas tanto a brasileiros, quanto a portugueses emigrados. Esse número de agraciados foram somente os escolhidos de 1808 a 1821, período de permanência do Regente e Rei de Portugal (a partir de 1819), nomes que interessam pela busca da lealdade e como forma de retribuir os favores direcionados à Monarquia (FAORO, 1996). Além das comendas, D. João ainda concedeu títulos de nobreza²⁵

²⁵Um título de nobreza, chamado de carta de mercê, não era obtido apenas por amizade ou interesse político dos ministros, custava muito dinheiro para a época. Apesar da fonte de renda que representava para os cofres públicos, não eram concedidos a esmo, podendo ter algum tipo de exagero na distribuição dos títulos de Barão, em que eram agraciados os fazendeiros, senhores de engenho e homens de grande fortuna. O Imperador D. Pedro II, por exemplo, não autorizava os excessos.

a 11 duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 viscondes e 31 barões (SCHWARCZ; STARLING, 2015), o que elevou a distinção entre os que eram leais ao Monarca. Até fins do Segundo Reinado, em 1889, foram concedidos 388 títulos distribuídos entre 7 marqueses, 10 condes, 54 viscondes e 316 barões, lembrando que Caxias foi o único duque. As elites agora eram visíveis, com nome e posto, ombro a ombro das sociedades tradicionais do Velho Mundo.

Tabela 1 – Conversão de contos de réis para libras

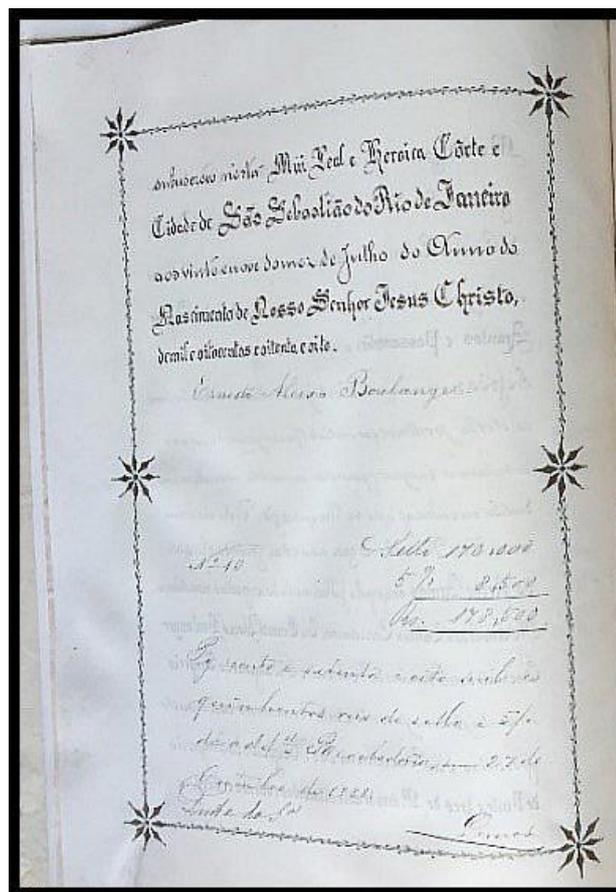
CONVERSÃO DE CONTOS DE RÉIS PARA LIBRAS EM 1822		
TÍTULO DE NOBREZA	VALOR (RÉIS)	CONVERSÃO EM LIBRAS
		1:000\$000 = 200£ (Um conto de réis = 200 Libras)
DUQUE	1:000\$000	200£
MARQUÊS	800\$000	160£
CONDE	600\$000	120£
VISCONDE COM GRANDEZA	600\$000	120£
VISCONDE SEM GRANDEZA	400\$000	80£
BARÃO	300\$000	60£

Fonte: FAORO, R. Os donos do poder, 1976.

Além desses valores²⁶, ainda haviam os custos adicionais dos papéis para petição e registro de brasão que giravam em torno de 170\$000.

²⁶ MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Brasão de Armas do Visconde de Cavalcanti. Coleção Família Visconde de Cavalcanti. Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio. Página do Brasão de Armas onde, na parte inferior do documento, consta o valor total pago pelo Visconde de Cavalcanti: 178\$500 onde estão somados 170\$000 do selo mais 5% do adicional da Recebedoria, em 27 de outubro de 1888.

Figura 6 - Brasão de Armas



Fonte: Museu Mariano Procópio. 1888.

Após o retorno de D. João VI essa prática se tornou mais comum e se consolidou durante o Império. Mesmo hoje, conceder comendas honoríficas é uma forma de retribuição que muitas vezes nada tem a ver com o mérito do agraciado, mas o que ele ofereceu a uma instituição ou personalidade com poder de escolha.

A partir desse momento, o Brasil passou a fazer parte das denominações existentes junto a esses títulos, como “Barão de Vila Nova da Rainha (1809), Conde de Parati (1813), Viscondessa de Tajuá (1819)” nos fala Silva (2008, p. 62) em “A corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas”, entre outros.

Dentre títulos concedidos por favores pessoais, há os de Domitila de Castro Canto e Mello, que já no período do 1º Império, em 1825, foi dama-camarista de Dona Leopoldina, esposa de D. Pedro I. Paulo Rezzuti (2012) em “Domitila: a verdadeira história da Marquesa de Santos” fala que após envolvimento amoroso com o Imperador, recebeu os títulos de Viscondessa de Santos e depois de Marquesa de Santos, isso apenas um ano depois, em 1826. As benesses foram estendidas ao seu pai, que se tornou Visconde de Castro, e sua irmã, a

Baronesa de Sorocaba. Duas filhas do D. Pedro I com Domitila foram nomeadas como Duquesa de Goiás e como Condessa consorte de Iguacu (REZZUTI, 2012).

Além do título o agraciado, geralmente, reivindicava um Brasão de Armas que representasse sua família.

Em particular, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, paraibano, vindo de família ligada à aristocracia rural nordestina e um dos mais importantes políticos do Império e marido de Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque. De acordo com Ferrari (2013) em “A coleção de pinturas em miniatura do Museu Mariano Procópio” Diogo recebeu o título, em 1888, de Visconde com Honras de Grandeza, onde exercia papéis importantes de governo, mando militar e administração da justiça E em 29 de julho de 1888 foi concedido a confecção de seu Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia, cujo desenho fazia menção às Armas dos Cavalcanti e dos Albuquerque. Segundo a transcrição:

A Princesa Imperial Regente em nome do Imperador faz saber aos que esta Carta de Brasão de Nobreza e Fidalguia, virem que, atendendo ao que representou Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque [...]. Desejando guardar a memória de seu honroso Título vinha pedir para que lhe concedesse o uso de um Brazão de Armas, cujo modelo apresentou iluminado com cores e maetaes. Annuindo à sua suplica há podem outhorgar-lhe o uso do mencionado Brasão. Manda ao Principal Rei de Armas, que pelo respectivo Escrivão, segundo o modelo apresentado ficando lançados no livro de Registro [...] ²⁷ (BRASÃO DE ARMAS, 1888)

Como estes exemplos, eram muitas as questões que envolviam as formas de distinção no início dos oitocentos, impulsionadas pelo fascínio e poder da Família Imperial.

Dentro da Casa Real, no Rio de Janeiro, havia ainda títulos menores para distinguir as funções entre fidalgos e serviçais que atuavam diretamente com a realeza. Então havia, em ordem hierárquica, o moço fidalgo, depois o fidalgo escudeiro, o cavaleiro fidalgo, e o fidalgo cavaleiro (SILVA, 2008), funções de vassalagem que indicavam ascensão e mobilidade social.

Algumas condecorações eram concedidas a partir da iniciativa do próprio requerente, que tinha que apontar as suas contribuições e lealdade à Coroa, mesmo antes da vinda da Família Imperial para o Brasil. Mas as honras de Conselheiros do Rei partiam do próprio Monarca, e eram dirigidas quase sempre a militares de alta patente, clérigos, diplomatas, desembargadores e alguns grandes negociantes, como, por exemplo, Elias Antônio Lopes, que cedeu sua residência na Quinta da Boa Vista para a Família Imperial (SILVA, 2008). Este grupo representava um dos mais seletos que existia no período anterior à Independência do Brasil.

²⁷Brasão de Armas do Visconde de Cavalcanti. Coleção Família Visconde de Cavalcanti. Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio.

A vinda da Família Real modificou a cultura e o cotidiano no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, afinal a Corte estava instalada fora da metrópole e deveria ter os órgãos necessários ao seu funcionamento, bem como instituições que a atendessem de maneira condizente. Então foi instituído o Palácio Real, na própria residência da Quinta da Boa Vista, o Paço Real, que era o local para despachos administrativos, a Alfândega e a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação para tratar do comércio nacional e exterior, e o Tribunal da Relação, que era a segunda instância da Justiça. As práticas e costumes reais vindos com a Coroa (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Carolina Lima (2010) aborda em “Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)” que essas instituições foram acompanhadas de muitas outras que criaram uma grande rede burocrática e administrativa, além de legislações importantes, como a que possibilitou a abertura de portos para as nações amigas, em 1808, e o Tratado de Amizade e Aliança com a Inglaterra, em 1810. E foram criados o Banco do Brasil, a Real Academia Militar, o Jardim Botânico e a Real Fábrica de Pólvoras, ainda em 1808. Também foram desenvolvidas, no Rio de Janeiro, melhorias no saneamento, na saúde, na cultura, nas artes e nos costumes.

Figura 7 - Brasão de Armas



Fonte: Museu Mariano Procópio. 1888.

Na cultura, em 1810 toda a Real Biblioteca de Portugal foi transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro, e em 1813 foi fundado o Real Teatro São João. Nos anos seguintes foram financiadas a Missão Artística Francesa, em 1816, a Missão Austríaca, em 1817, e a Expedição Langsdorff, em 1821, que desenvolveram a prática artística no Brasil e produziram artes com

pinturas, litografias e esculturas que proporcionaram a visão e registro do País. Em consequência, mais tarde foi criada a Real Academia de Belas Artes, em 1826 (LIMA, 2010).

A cidade cresceu bem como a entrada de produtos estrangeiros, principalmente ingleses, o que favoreceu aos mais ricos a possibilidade de uso de bens não duráveis de qualidade. Festas, bailes, recepções, missas, concertos eram promovidos pela Coroa e para a Coroa, e a mais representativa das práticas reais era cerimônia do beija-mão. No Rio de Janeiro, o beija-mão foi realizado como um gesto de submissão e obediência da colônia ao Príncipe D. João (SCHWARCZ, 2015).

Esse tipo de cerimônia se tornou comum e concorrida nos anos posteriores, com pessoas vindas de muitos locais para participar desse momento. Não era necessário ser fidalgo, rico, nobre ou parte das elites para ter essa oportunidade. Era um contato direto do monarca com seus súditos. Ao longo do Império, esse costume permaneceu inclusive nas visitas a outras localidades.

A vinda da Família Real para o Brasil mudou o cotidiano e a ideia de elite na antiga colônia, com o tempo novas práticas foram sendo adaptadas ou mesmo criadas, e, além disso, uma mentalidade de elite, como membros destacados e superiores dentro de uma sociedade, foi pouco a pouco se construindo e consolidando a ponto de fazer a diferença em muitos campos do poder. A partir de 1808, a distinção entre grupos na sociedade começou a ficar cada vez mais nítida.

É importante lembrar que naquela época, o conceito de elite ainda não estava definido, pessoas com mais posses conviviam com outras na miséria e essa situação era algo comum nas cidades, ainda em construção, no Brasil o que tornava as diferenças em algo mais normativo do que prático. Com a distinção cada vez maior ao longo do tempo, a estratificação se tornou mais evidente, inclusive, com a separação de locais de convívio de bairros mais ricos e mais pobres, costumes mais ligados às pessoas abonadas e outros que eram apenas desenvolvidos nas classes mais baixas. Autores com Varnhagen (1854), que escreveu a obra clássica “História Geral do Brasil”, entendiam que a Família Real era a guia da nova sociedade brasileira, e que mesmo com a independência, os laços coloniais com Portugal deveriam ser mantidos. A Família Real e suas ligações europeias eram defendidas e exaltadas em todos os seus escritos. A História descrita por Varnhagen era dos grandes homens e não do povo comum, era do homem branco, rico, nobre e culto.

Um grupo muito particular deixou seus registros em livros, cartas e diários que legaram aos estudiosos de várias disciplinas, como se comportavam os vários segmentos daquela sociedade dos oitocentos. Os já citados viajantes, ávidos em descobrir aquele mundo novo, se

eternizaram com seus escritos. E com suas impressões, tanto os menos favorecidos quanto as elites foram retratados.

3 A FAMÍLIA FERREIRA LAGE E A CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO

A vinda de Portugal do patriarca da Família Francisco Ferreira Armonde (1697-1751), nos dará um ponto de partida para entendermos a construção da fortuna. Vamos destacar, ao longo do texto, um dos seus filhos, que foi um dos que mais contribuiu para o crescimento dos bens: Francisco Ferreira Armonde (1737-1814).

Para fazer a análise deste capítulo, utilizaremos o pesquisador de História Econômica Antônio Lacerda (2010), que estuda as formas de acumulação de riquezas, heranças e atividades econômicas de uma das mais abastadas famílias mineiras, os Ferreira Armonde, para isso, o autor explora as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos integrantes dessa família. Procuramos ter o cuidado em extrair as informações sobre a origem da acumulação de fortuna dos Ferreira Armonde para assim compreendermos como se desenvolveram os aspectos relacionados à formação de uma elite local por meio de centenas de processos, inventários, correspondências. Para tal estudo, o autor se utiliza dos conceitos de Giovanni Levi (2000) “A Herança Material” no que se refere à micro história para analisar grupos específicos e localizados geograficamente, emprega, principalmente, a História Econômica nos moldes da Escola dos Annales por meio da longa duração e as modificações promovidas nas sociedades. São importantes, ainda, os conceitos de Celso Furtado (2001) “Economia Colonial no Brasil séculos XVI e XVII” em que Lacerda (2010) explora as questões relacionadas aos ciclos econômicos brasileiros e os relaciona à formação dos grupos sociais. E, por fim, emprega os conceitos de distinção de Pierre Bourdieu (1996) “A ilusão biográfica” ao tratar da formação da elite a partir da acumulação de fortuna e a questão das relações sociais na formação de grupos trabalhados por Max Weber (2006) em “História Geral da Economia”.

Fizemos esse recorte, porque Francisco Armonde (filho) será pai de Mariano José Ferreira Armonde (1779-1837) e avô de Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872) e de Mariana Barbosa de Assis Ferreira (1831-s.d.). Figuras importantes para compreendermos a trajetória dessa família tradicional e conservadora das Minas Gerais do século XIX.

Vamos iniciar, então, com a vinda de Francisco Ferreira Armonde²⁸ (1697-1751) para o Brasil, partindo do arquipélago de Açores, em Portugal, por volta de 1725 a 1730, com sua esposa Ângela Maria da Conceição Camelo e seu irmão Antônio Ferreira Armonde, casado com Maria dos Remédios. Os irmãos se estabeleceram na capitania de Minas Gerais, na Comarca do

²⁸A grafia do sobrenome Armonde poderia ser encontrada em documentos como Armondes ou Armond. No entanto, destaca que a grafia Armonde aparecia na maioria das correspondências recebidas e, era assim que eles, frequentemente, assinavam e é dessa forma que iremos utilizar nessa pesquisa. (LACERDA, 2010)

Rio das Mortes²⁹, vila de São João Del Rei conta Antônio Lacerda (2010) em “Negócios de Minas: família, fortuna, poder e rede de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850)”.

Elias Cruz (2009) em “As visitas diocesanas nas minas oitocentistas: poder episcopal e sociabilidades na Comarca do Rio das Morte durante a primeira metade do século XVIII” declara que a Coroa Portuguesa controlava de forma burocrática as capitanias, e a formação das comarcas, de forma geral, serviu para ordenar o povoamento e, conseqüentemente, do aparecimento das vilas: “A criação dessas vilas, possibilitou à Coroa a institucionalização de espaços onde as elites poderiam fazer seus interesses e os interesses que representavam” (CRUZ, 2009, p. 42).

O conceito de elite, nesse caso, irá se pautar naqueles que tiveram poder econômico e, conseqüentemente, *status* social promovido pelas alianças com pessoas influentes, que trariam privilégios em seus negócios, justamente, por conta de seu poder aquisitivo que não estava acessível à maior parte da população, sendo assim, esse capital econômico era transmitido de geração em geração por herança familiar.

Em relação à Família Ferreira Armonde, é provável que esse assentamento na Comarca do Rio das Mortes tivesse sido de grande valia para a construção da sua fortuna, pelo fato dessa região ser, geograficamente, favorecida, composta por planícies e água em abundância e clima ameno, o que muito contribuía para o desenvolvimento das plantações.

Lacerda (2010) fala que além do plantio, principalmente de grãos, a criação de animais foi uma das características econômicas dessa região:

No início do século XIX o município se destacava pela excelência de seus pastos e pelo gado, que para os contemporâneos era de primorosa qualidade. Com a vinda da Corte para o Brasil, 1808, o eixo econômico se deslocou para o Rio de Janeiro e São João Del Rei passou a fornecer para a Corte, principalmente, gado vacum, porcos, mulas, cavalos, queijos, toucinho, chapéus, couro e tecidos de algodão, além de ouro e pedras preciosas. A Comarca do Rio das Mortes abastecia de gêneros de subsistência o Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, distribuía para as demais regiões das Minas e para os vendeiros do entorno os produtos que vinham da Corte: sal, azeite, gêneros secos, ferragens, vinhos e, principalmente, escravos (LACERDA, 2010, p. 47-48).

²⁹ Em 1709, a Coroa Portuguesa criou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro e determinou a divisão da região mineradora em três comarcas: Rio das Velhas, Rio das Mortes e Ouro Preto e em 1720 em função da crescente necessidade de controlar melhor a região mineradora, criou-se a capitania de Minas Gerais, já separada da capitania de São Paulo. (CRUZ, 2009)

É importante destacar que na Comarca do Rio das Mortes, foram criados os caminhos dos Currais do Sertão que levava à Bahia; o Caminho Velho, que ia desde o rio das Mortes e o Arraial de Vila Rica até os portos de Santos ou Parati; e o Caminho Novo, onde os tropeiros e viajantes se deslocavam para o Rio de Janeiro³⁰.

De acordo com essas afirmações, podemos constatar que a escolha do local para assentamento, sendo aleatória ou não, com as características geográficas privilegiadas e a abertura desses caminhos, foi de extrema importância para Francisco Armonde.

Cada vez mais, portugueses e brasileiros, dentro das Comarcas, iam construindo redes de sociabilidades que se tornaram muito significativas para as famílias portuguesas estabelecidas nestas regiões. Carla Almeida (2006) em seu artigo “Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista” conta que muitos deles nem voltaram para Portugal, pelo fato de que lá, dificilmente, iriam conseguir manter as fortunas que acumularam, os laços sociais e políticos e o prestígio que conquistaram nas Minas Gerais. Essa preferência por manterem suas moradias no Brasil deveu-se, também, à posição desses portugueses dentro de um grupo seletivo de famílias, as quais foram inseridas ao ocuparem as terras mineiras e que, dificilmente, alcançariam na terra natal (ALMEIDA, 2006).

Francisco Armonde, ao se instalar na Comarca do Rio das Mortes, fundou uma propriedade com o nome de Moinhos (LACERDA, 2010):

A localidade, no momento da chegada de Francisco Ferreira Armonde, compunha uma região de fronteira aberta, ligada à mineração, mas, principalmente, relacionada às atividades econômicas impulsionadas por ela: a pecuária e a agricultura. Era, portanto, uma região atraente para os que buscavam oportunidades associadas à cultura da terra, à criação de animais e ao comércio (LACERDA, 2010, p. 61).

Lacerda (2010) identificou o fato de Francisco Armonde ser analfabeto, apesar de ser neto de um alferes e de um capitão³¹ portugueses, o que poderia ser um indicativo de que sua família tinha bens, mas, que teria ficado empobrecida em Portugal e com isso, tivessem decidido vir para o Brasil. Um ponto importante que podemos destacar é que essa falta de escolarização não

³⁰Biblioteca virtual da cartografia histórica: do século XVI ao XVIII. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/mappa-da-comarca-do-rio-das-mortes-pertencente-a-capitania-de-minas-gerais-que-mandou-descrever-o-ilustrissimo-e-excelentissimo-senhor-d-antonio-de-noronha-governador-e-capitao-general-da-mesma-capit/>. Acesso em: 13 out. 2020.

³¹Trata do inventário post mortem de Francisco Ferreira Armonde, 1751, 16-20. Cf. tb: Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro D-10 (1749-1752). (LACERDA, 2010, p. 61)

o impediu de construir sua fortuna e ascender socialmente, pois, Francisco Armonde se mostrou um hábil negociante, com a diversificação dos seus negócios.

A escolha de Francisco Armonde e de outros portugueses para o arraial da Igreja Nova de Campolide/Barbacena (Comarca do Rio das Mortes) se deu ao fato, também, de que aqui eles poderiam encontrar melhores condições de sobrevivência, oferecidas tanto pelas boas terras produtivas para o desenvolvimento da agricultura, tanto pela pecuária, pelo comércio, como também, posteriormente, pela mineração.

Mesmo depois do declínio da mineração em 1750, a Comarca do Rio das Mortes já se destacava como importante rota comercial, dando oportunidade aos condutores de mercadorias, os chamados “tropeiros”³², de prosperarem em seus negócios. Eram eles que faziam o escoamento de toda essa produção de Minas Gerais para a Capitania do Rio de Janeiro, a chamada “boca das minas” (LACERDA, 2010).

Nessa época, Francisco Armonde além das atividades ligadas à pequenas produções agrícolas e criação de animais, em um primeiro momento, começou a atuar como tropeiro, e foi essa última função que contribuiu muito para o início do seu enriquecimento.

A partir da análise pelo seu inventário *post-mortem*³³, Francisco Ferreira Armonde acumulou, ao longo dos anos, bens de raiz, escravos e uma pequena tropa. Também possuía três partes de um sítio, composto de matos virgens e capoeiras, com “cinco ou seis alqueires de mato plantado” com milho, casa de vivendas e senzala e um moinho (LACERDA, 2010, p.61).

Com visão para os negócios, Francisco Armonde começou a ampliar seus lucros, além das atividades econômicas agrícolas já elencadas, ele comerciava com os fazendeiros locais o transporte de mercadorias como tropeiro. E esse era um serviço essencial para os grandes fazendeiros, já que não eram recomendáveis seus afastamentos por longos prazos de suas propriedades.

Além das mercadorias, seu inventário leva a crer que ele também negociava e transportava pessoas escravizadas encomendadas (LACERDA, 2010):

³²Conductor da tropa; homem que viaja om cavalgaduras de carga, e caminha, onde não há vias férreas e fluviais. Negociante que compra e vende tropas de animais e vai pelo interior alugando seus serviços, vendendo a capacidade de carga de seus animais. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/7_tropas_e_tropeiros_na_primeira_metade_do_seculo_xix_no_alto_se_rtao_baiano.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021. p. 58.

³³Antônio Lacerda investigou mais de 800 documentos, entre eles, inventários post-mortem, recibos e correspondências. Inventário post mortem de Francisco Ferreira Armond, 1751, 16-20. Cf. tb: Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro D-10 (1749-1752). Os inventários *post mortem* eram documentos produzidos no momento da morte de alguém que tivesse bens a serem avaliados. [...] os inventários são fontes preciosas e contam com informações que são relativamente seguras para perceber a concentração de fortunas e recursos [...] (BOTH, 2018, n.p.)

[...] declaro que João da Rocha Barão me é devedor de certos capitais que paguei por ele de uma escrava por nome Leonor, de nação mina, que ele melhor dirá, e mais me deve o dito João da Rocha Barão seis cortes de saias de baeta ordinária que lhe dei às suas escravas (LACERDA, 2010, p. 125).

Pode-se compreender, pelo relato de Francisco Armonde que o Sr. João da Rocha Barão devia a ele os valores de uma escravizada chamada Leonor, como também, cortes de saia de baeta³⁴ grosseira dadas às suas escravizadas, dando a entender que, além de Leonor haviam outras escravizadas envolvidas nessa negociação.

Segundo Alda Campolina, Cláudia Melo e Mariza Andrade (1988) em “Escravidão em Minas Gerais” a mão de obra escrava negra foi fundamental para o desenvolvimento do país. Entre os séculos XVI e XIX, vieram pessoas atraídas pelo ouro e diamantes que formavam vilas e povoados e nessa conformação urbana que demandava a necessidade de mão de obra, sendo composta por, em sua maioria, negros que eram a maior parte da sociedade e tornaram-se mão-de-obra essencial. Já Carolina Corrêa (2006) em “Comércio de escravos em Minas Gerais no século XIX: o que podem nos ensinar os assentos de batismo de escravos adultos” o escravizado negro era considerado uma mercadoria e produtor de riqueza e extremamente valorizado de acordo com o sexo e a idade, além da agricultura, eram empregados nas áreas de mineração e, mais tarde, nas estradas de rodagem que seriam construídas:

A participação mineira no mercado de escravos novos era particularmente elevada, de 1826 até 1830 [...] Minas Gerais teria continuado a absorver quantidade significativa dos cativos ladinos remetidos da Corte, sendo apontada como “a província que dominava na época os despachos gerais de escravos da Corte, quer de novos ou ladinos”. Lembrando que estes escravos ladinos provavelmente eram cativos novos “disfarçados”, seria de se esperar que Minas Gerais tivesse continuado a importar escravos fortemente no início da década de 1830 (CORRÊA, 2006, p. 05).

Voltando ao relato de Lacerda (2010), outra questão interessante de se perceber era de que os negócios comerciais poderiam ser feitos sob as formas da confiabilidade e da lealdade entre as partes, e chancelados por regras morais. As partes envolvidas nas negociações econômicas eram conscientes de que dependiam umas das outras para que o trato ou a transação comercial fossem cumpridos, sendo assim, formava-se uma rede de sociabilidades tanto comerciais, como também, pessoais, que envolviam apadrinhamentos e casamentos.

Os negócios de Francisco Armonde eram, então, pautados pelas relações de ajuda mútua, confiabilidade, solidariedade e reciprocidade, e esse fortalecimento dos laços sociais, muito

³⁴Tecido de lã grosseiro e felpudo. Tecido grosso de algodão (COSTA, 2004).

provavelmente com intuito, principalmente, de crescimento socioeconômico, foram sendo perpetuados por seus filhos, especialmente, por Francisco Ferreira Armonde (filho) e por José Ferreira Armonde (LACERDA, 2010).

Francisco Armonde foi muito feliz ao ter a prudência em diversificar seus negócios e a perspicácia na criação de laços de confiança com os brasileiros. Ele conseguiu acumular bens e constituir sua fortuna em 26 anos, desde sua chegada ao Brasil em 1725 até a sua morte em 1751.

A princípio, ele não possuía laços consanguíneos nas Minas Gerais ou redes de sociabilidades já formadas antes de sua vida de Portugal, que lhes dessem suporte para ascensão socioeconômica, mas este fato não impediu que os Ferreira Armonde tivessem a confiança dos brasileiros e negociassem “em todos os recantos das Minas Gerais e estenderam suas redes de relações e atuações para a Província do Rio de Janeiro” (LACERDA, 2010, p. 53).

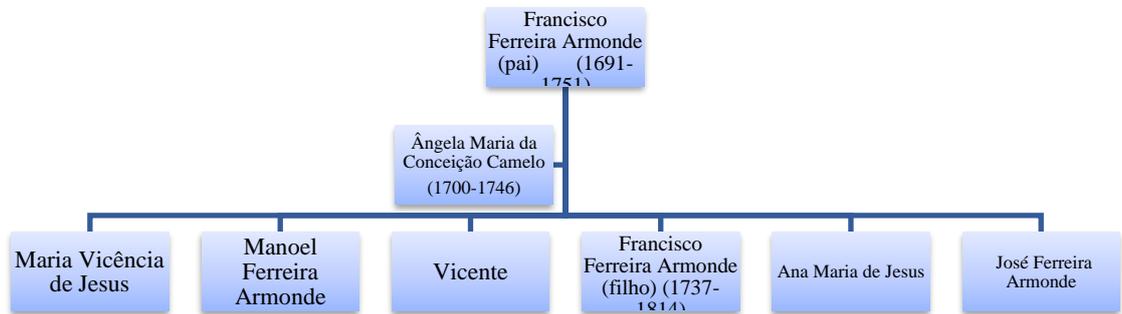
É importante lembrarmos que essas negociações se devem ao fato de Francisco Armonde não ter se limitado somente ao plantio e a criação de animais, ele atuava como tropeiro, o que colaborou muito para a construção da fortunada família, e que, com isso ele deu um passo à frente de outros comerciantes, que não diversificaram seus negócios.

O envio de mercadorias das fazendas ou encomendas dos comerciantes para o Rio de Janeiro e o retorno com outros itens para que os fazendeiros ou os donos de mercearias comerciassem na localidade davam um retorno lucrativo para Francisco (LACERDA, 2010):

Alguns poucos condutores controlavam o movimento das tropas, e a Família Ferreira Armonde estava entre estes. O velho Francisco já comercializava com tropas, atuando como condutor e diversificando suas atividades, uma vez que as bestas voltavam do Rio de Janeiro carregadas com produtos que eram vendidos em Minas Gerais. Com o filho Francisco e os netos, o comércio de tropas se intensificou, como também a diversificação dos negócios, com a família formando uma empresa familiar informal de condutores de cargas com transporte de bestas [...] (LACERDA, 2010, p. 72)

Tratando da descendência de Francisco Ferreira Armonde (pai) escolhemos destacar um de seus filhos, seu homônimo: Francisco Ferreira Armonde. Nossa escolha se deve ao fato de que a linhagem sucessória dos herdeiros de Francisco Armonde (filho) irá culminar na geração de Mariano Procópio Ferreira Lage, um dos importantes nomes das elites mineiras do fim do século XIX e início do XX. E o mais importante, Francisco Armonde (filho) foi um dos que mais se empenhou em multiplicar a fortuna da família.

Organograma 1 - Descendência de Francisco Ferreira Armonde (pai)



Fonte: Adaptado de LACERDA, Antônio. 2010.

Francisco Ferreira Armonde (filho) foi um dos herdeiros de Francisco Armonde que mais se empenhou não só em manter, mas também em aumentar a formação do patrimônio iniciado pelo pai, e ainda em assegurar sua boa reputação dos negócios da família com os brasileiros. Georg Simmel (2009) fala:

Se houvermos de lamentar o efeito separador e alienante do tráfico monetário, não esqueçamos, porém, o seguinte: o dinheiro, pela necessidade de transformar a fim de obter em troca valores concretos e definitivos, cria um vínculo extremamente forte entre os membros do mesmo círculo econômico (SIMMEL, 2009, p. 45).

Após a morte do pai, por ser menor de idade, Francisco ficou sob a responsabilidade legal do irmão mais velho, Manoel Ferreira Armonde. Quando completou a maioridade, pediu sua emancipação legal e sua parte da herança, mesmo que pequena, para que pudesse gerir sua própria vida. Francisco, com sua emancipação por volta de 1760 e com os poucos recursos que tinha, inicia suas atividades econômicas (LACERDA, 2004).

Treze anos depois, Francisco Armonde (filho) casa-se com Rita Maria da Conceição, em Barbacena, o casamento deles foi curto porque Rita Maria falece em 1775, sem que tivessem filhos. Esse casamento foi um arranjo matrimonial, Rita Maria era filha do segundo testamenteiro de Francisco Ferreira Armonde (pai): João Álvares de Araújo, casado com Ana Antônia de São José.

Ana Antônia, após a morte do marido, casa-se com Francisco Armonde (pai) e torna-se madrasta de Francisco Armonde (filho). Nesse contexto, é importante compreender a manutenção de laços em um círculo restrito entre famílias das elites.

Então, esses casamentos confirmam as redes de relacionamento que foram engendradas por seu pai e que foram perpetuadas pelos seus filhos (LACERDA, 2004):

Este arranjo matrimonial confirma os resultados das pesquisas de historiadores e antropólogos, que apontam que os interesses comuns, com base na localidade, somados à herança identitária – pertencer a um grupo – determinam as escolhas matrimoniais (LACERDA, 2004, p. 130).

Com a morte de Rita Maria, a parte que competia a ela na herança dos pais, após abater-se as despesas com o funeral e dívidas legítimas, foi determinado que metade ficaria com Francisco Armonde e a outra metade, provavelmente, ficou para o sogro, João Álvares de Araújo, ainda vivo.

Essa hipótese se dá pelo fato de que, em 1788, João Álvares pediu licença à Família Real portuguesa para construir um engenho de açúcar em suas próprias terras. Nessa época, João ficou conhecido como uma pessoa hábil em construir uma fortuna (LACERDA, 2004).

Entre 1751 e 1775, houve muitas transformações na economia mineira, entre elas, a queda do ouro, que aumentou os investimentos nas atividades agrícolas, na criação de animais, no comércio e de transporte. Então, toda essa produção necessitava ser comercializada, pois eram elas que abasteciam economicamente as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, o que demandava em melhoria dos meios de transporte e das estradas, que utilizavam os serviços dos tropeiros (LACERDA, 2004).

Aquela região de Minas Gerais se destacava na exportação de alimentos como milho, feijão, arroz, porcos e gado com a finalidade de abastecer o Rio de Janeiro, então principal cidade do Brasil no início do século XIX, então, a grande movimentação de meios de transporte pelas estradas mineiras fez a fortuna de muitos comerciantes que vislumbravam essa importante fonte de lucros. A importância da capital acarretou na necessidade de constante abastecimento de gêneros alimentícios para suprir a população que cada vez mais aumentava no Rio de Janeiro. Com isso, a produção agropecuária acelerou-se e aqueles que detinham terras, transportes e mão de obra escravizada fizeram fortuna de forma duradoura (LACERDA, 2004).

Francisco Armonde (filho), ao receber sua parte da partilha de bens de Rita Maria, foi um dos que se beneficiou com essa situação, pois passou a possuir no fim do século XVIII, 12 bois de carro, 17 éguas e quatro cavalos, além de carros ferrados, possuía, ainda, 13 escravos e cinco muaras. Francisco, juntamente com seus irmãos José e Manoel, usou essas benesses com intuito de realizar mais serviços de transporte, tão necessários nesse momento. Em 1814, quando do seu inventário de falecimento, foi constatado que seu patrimônio havia aumentado em 10 vezes, pois ele soube administrar e lucrar muito bem com essa necessidade de transportes provenientes de comerciantes e fazendeiros. Essa visão de unir forças com seus irmãos para aumentar a

capacidade de transporte de cargas e assim, os lucros, mais do que uma necessidade comercial é uma constatação de fortalecimento de laços consanguíneos (LACERDA, 2004).

O acúmulo de capital por meio do investimento nas tropas, trazia uma característica importante, pois diferentemente dos que investiam em ouro e açúcar e iam gastar seu dinheiro em Portugal, essas pessoas queriam fortalecer-se junto aos grupos sociais formados no Brasil porque iriam fazer daqui sua morada e criar suas famílias na colônia, até porque, como já citamos, em Portugal eles não iriam ter o prestígio que tinham aqui.

Esses laços constituídos são evidentes, tanto na primeira geração dos Ferreira Armonde, vinda de Portugal, quanto em seus descendentes, que buscaram constituir fortuna aqui no Brasil e, mais ainda, fazer com que seu nome fosse respeitado e chancelado pelos grupos das elites que dominavam o país, mais ainda, a segunda geração da família constituída pelos filhos do velho Francisco Ferreira Armonde, cujo intuito foi ampliar ainda mais o capital financeiro e o capital político da família.

Até a morte, Francisco Armonde (filho) aplicou seus lucros dos investimentos provenientes dos transportes na aquisição de terras, animais e mão de obra escrava, e com a preocupação em continuar diversificando as formas de aumentar sua riqueza, mas que caracterizavam uma concentração no comércio de escravos e no transporte de tropas, áreas que não só Francisco, mas sua família, se especializaram, haja vista que, em sua morte, ele possuía 81 escravizados que eram empregados na lavoura e no transporte de carga (LACERDA, 2004).

Antes de iniciarmos as considerações sobre o segundo casamento de Francisco Armonde (filho) com Felizarda Maria Francisca de Assis, é importante entender que ela foi uma das pessoas que mais o ajudou na multiplicação da fortuna. Veremos que entre a morte de Francisco em 1814 e a dela em 1845, a fortuna foi multiplicada mais de dez vezes por Felizarda, que se manteve viúva após a morte do marido.

Organograma 2 - Descendência de Francisco Ferreira Armonde (filho)



Fonte: Adaptado de LACERDA, Antônio. 2010.

Famílias numerosas como as de Francisco Armonde e Felizarda de Assis, que tiveram 12 filhos, estabeleceram laços muito amplos em seus relacionamentos sociais e comerciais.

A família de Felizarda de Assis, por sinal, consta com diversas personalidades que, hoje, fazem parte da história do Brasil. Foram seus primos em primeiro grau, os inconfidentes Padre José Lopes de Oliveira e Francisco Antônio de Oliveira Lopes, bem como, seu primo de sexto grau, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Flavio Saldanha (2009) “O império da ordem: Guarda Nacional, Coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX - 1850-1873” retomando o assunto relativo às relações comerciais e sociais, havia a natural disposição para estreitar laços com outros comerciantes, políticos e religiosos. Essas elites comerciais e políticas reconheciam Francisco Armonde como um dos seus membros, pelo fato dele possuir fortuna e influência naquela sociedade conservadora, fato que, em algum momento da vida, ele recebe o título de Alferes³⁵, honraria própria da então Guarda Nacional criada em 1831 (SALDANHA, 2009).

Títulos como esse, concedidos a autoridades reconhecidamente importantes em sua localidade e que também tinham boas relações com a administração local, mostram que a diferenciação dentro daquela sociedade conservadora de Minas Gerais ultrapassava as questões de ordem privada e adentravam na esfera pública organizada pelo Império brasileiro. Para Francisco Armonde (filho) esse foi mais um reconhecimento de que havia se tornado uma personalidade de prestígio naquela região, pois indicava que ele tinha capacidade de influenciar e reunir pessoas em torno de sua figura.

Em relação ao prestígio religioso, dois dos filhos de Francisco e Felizarda foram feitos padres: Francisco Antônio e José Joaquim.

Assim como foi o casamento de seu pai, a união de Francisco com Felizarda evidencia a possibilidade de haver a ocorrência de casamentos dentro dos grupos de elites, a fim de aumentar a capacidade de influência e de riqueza. Com um casamento dentro das elites, é possível manter esse grupo unificado, reforçando os laços de solidariedade existentes, socialmente e financeiramente como nos fala Carolina Lima (2010) em “Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)”.

³⁵O título de alferes foi a primeira patente dentro da escala hierárquica de oficial do Exército Brasileiro, que seguia o modelo herdado do Exército Português. Esse e outros títulos foram concedidos àqueles que tinham algum prestígio, principalmente financeiro, com o objetivo de ter um grupo armado para contrabalançar o poder do Exército e aumentar a autonomia das províncias. Essa patente foi substituída pela de segundo-tenente na reforma das Forças Armadas de 1930, sob comando de Getúlio Vargas e, exclusivamente para militares das Forças Armadas.

Resumindo, dos 12 filhos do casal Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 10 deles nunca se casaram e dois foram ordenados padres. Desses 10, sete permaneceram solteiros e nunca tiveram filhos, os outros três: Marcelino José foi amasiado e teve filhos, Mariano José e Manoel Ignácio Ferreira Armonde se casaram formalmente, sendo que só Mariano deixou herdeiros. Essa situação de poucos herdeiros em uma família tão grande, possibilitou que os bens herdados permanecessem concentrados naquele núcleo familiar, tanto após a morte de Francisco, quanto de Felizarda.

Há de se ressaltar que, de uma maneira geral, nos testamentos dos membros dessa família havia a tradição quanto a realizar doações para entidades da igreja ou filantrópicas, como hospitais ou casas de caridade. Eram, também, concedidas doações em dinheiro para famílias pobres e todos os escravizados do defunto eram alforriados. Ainda assim, os recursos deixados em testamento para os irmãos eram vultosos.

Wilson Bastos (1991) fala em “Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia” sobre pobres e escravizados, podemos perceber essa preocupação, no testamento deixado por Mariano Procópio Ferreira Lage:

[...] A consciência não me acusa de ter filhos ilegítimos, e nem ter lesado a ninguém; mas por cautela peço aos meus testamenteiros que mandem distribuir seis contos de réis com os pobres mais necessitados da cidade de Barbacena, aonde nasci e fui batizado [...] deem liberdade aos meus escravos Carlos, pardo, e Leandro e Garcia, pretos, e quatrocentos mil réis a cada um (BASTOS, 1991, p. 170-171).

Neste ponto é que entra em evidência o nome de Mariano Procópio Ferreira Lage, filho de Mariano Ferreira Armonde que faleceu em 1837, antes de sua mãe Felizarda, que morreu em 1845, e da partilha dos bens desta.

A família de Mariano Armonde residiu na cidade de Barbacena até o seu falecimento. A viúva, Maria José de Santana, fixou sua residência na corte do Rio de Janeiro com os quatro filhos: Mariano Procópio, Marciano, Mariana e Maria José.

Mariano Armonde, pai de Mariano Procópio, tinha boas relações sociais e políticas em Barbacena. Foi vereador na Câmara Municipal em 1820, deputado provincial por duas legislaturas, tesoureiro da “subscrição voluntária”, cargo para qual foi nomeado pela Câmara de Barbacena e administrador dos Correios da cidade. Foi conhecido entre seus pares como um homem de “visão do futuro”, pois a primeira concepção do plano de estradas ligando as principais regiões de Minas Gerais foi idealizado por ele e, parcialmente, finalizadas pelo filho Mariano Procópio.

Mariano Armonde sempre participou ativamente dos negócios de sua família e investia, principalmente, em aplicações bancárias e empréstimos que lhes davam lucros consideráveis. O inventário, após sua morte, constatou que mais de 70% dos seus bens eram aplicações. Isso indica um conhecimento de leis e normas econômicas que não eram de conhecimento de pessoas fora de um círculo restrito de indivíduos com bens e recursos financeiros.

Com a partilha dos bens, cada filho de Mariano Armonde recebeu mais de 18:000\$000 (dezoito contos de réis), uma fortuna considerável para os padrões da época. Esse valor foi aplicado em apólices pela mãe, D. Maria José, para obter rendimentos e só depois retornar aos filhos, pelo fato de que todos eram menores de idade. Ela fez isso, por experiência anterior, já que, quando ela mesma recebeu a herança de seus avós, também aplicou em apólices de seguro.

Mariano Procópio ficou muito bem financeiramente, o que irá refletir, posteriormente, nos seus futuros investimentos quando residia na principal cidade industrial de Minas Gerais: Juiz de Fora.

Recebeu a herança do pai e a herança que sua esposa recebeu dos pais dela, bem como a do seu tio, Lino Armonde, que morreu solteiro, pouco mais de 500:000\$00 (quinhentos contos de réis), lembrando que o próprio Lino já havia recebido heranças de seus irmãos falecidos.

Então Mariano Procópio, além de sua visão para negócios que será uma qualidade importante em seu futuro, iniciou sua vida como herdeiro de fortunas de família, essas razões que estarão na base do seu sucesso como empresário.

A Família Ferreira Lage influenciou a sociedade mineira e, também, a Corte no século XIX, seus principais representantes serão melhor analisados no capítulo 6, mas outras famílias tradicionais também se distinguiram e ditaram os rumos de parte da sociedade, como se essa fosse sua responsabilidade como integrante das elites. Uma delas foi a Família Machado Coelho.

3.1 A FAMÍLIA MACHADO COELHO

Uma das questões importantes para o entendimento deste trabalho é compreender como a Família Ferreira Lage construiu a sua imagem perante a sociedade, que foi associada às elites de Minas Gerais, fazendo com que muitos dos seus membros, ao longo de décadas, principalmente nos séculos XIX e início do XX, usufruíssem dessa posição, que lhes proporcionou prestígio.

Uma das abordagens de Gilberto Freyre (2005), que pesquisou a história da sociedade brasileira no período da colonização, determinou que a família, tanto no campo como na cidade,

se formou a partir do regime patriarcal. A família patriarcal da colônia que estipulava uma rede de relações que, ao contrário de outros grupos, mantinha o controle sobre as organizações do país, quer sejam elas políticas ou sociais (FREYRE, 2005):

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar (FREYRE, 2005, p.40).

A pesquisadora portuguesa Maria Leonor Santos (2003) no artigo “A onomástica, o indivíduo e o grupo” esclarece que a base do sistema antroponímico que era formado por um nome próprio e um nome de família, foram sendo vinculados a outros elementos que diferenciavam os indivíduos, indicando as profissões ou cargos que desempenhavam, locais de nascimento, da moradia ou alcunhas que faziam referência àquele indivíduo. Destaca que esta forma de denominação individual prevaleceu até fins do século XV.

A pesquisadora fala que a identificação e distinção dos objetos e dos seres faz parte da convivência humana. E que essa classificação se modifica de acordo com as necessidades ao longo do tempo. Para ela “diferenciar um indivíduo no seio de uma família ou de alguma pequena localidade não era problemático, mas identificá-lo em comunidades mais vastas exigia, já, formas de denominação mais complexas” (SANTOS, 2003, p. 229).

Santos (2003) segue esclarecendo que a evolução do antropônimo de um nome só para um nome composto por dois elementos, durante a Idade Média, foi o marco mais significativo do processo de formação do sistema antroponímico:

Se até ao século X, meados do século XI, a maioria dos indivíduos era, apenas, designada por um nome, o nome próprio, no século XII, é geral o triunfo da forma antroponímica composta por um nome de baptismo e um patronímico, o nome paterno, na forma genitiva (indicação do pai a que pertencia cada indivíduo) (SANTOS, 2003, p. 230).

E esse conjunto de nomes pelos quais o indivíduo é conhecido faz com que ele pertença a um grupo e possa ser reconhecido por outros indivíduos.

A questão da categoria de pessoa é abordada por Mauss (2007) que fala da integração ou tentativa de integração entre a pessoa e a sociedade, o pesquisador vai perceber que o indivíduo é uma parte que integra um todo social e, a partir daí, começa a refletir em seu papel desde as relações mais corriqueiras até as mais complexas, as construções e estruturas sociais que determinam aquele grupo. Ou seja, cada pessoa contribui com sua forma de ser para a formação

de um determinado grupo e essa integração da pessoa com a sociedade se molda e se transforma a partir das estruturas históricas, culturais e sociais que trespassam e passam gerar as ações e o comportamento.

Então, a existência de um sobrenome poderá distinguir a pessoa e, até mesmo, permitir que ela seja aceita ou não dentro de um determinado grupo social.

De acordo com Pina Cabral (2008) em seu artigo “Recorrências antroponímicas lusófonas” o nome de pessoa lusófono se divide em um nome próprio que a identifica em relação aos demais e um sobrenome que a distingue em relação à sua origem familiar. Para ele, a cultura popular, de forma geral, se interessa pelo significado e associações de seus sobrenomes porque “Os sobrenomes são relevantes não pelas conotações que transportam, mas pelas associações que fazem a famílias, as profissões, as terras, as classes, as castas” (PINA CABRAL, 2008, p. 04).

Segundo o autor, o nome próprio é associado ao “ser” e o sobrenome ao “ter” e é fato que, popularmente, o uso dos sobrenomes são importantes pelas associações que fazem em relação a famílias, profissões, terras, classes e castas, no entanto, declara que para os portugueses, o significado em si não tem muita importância, mas sim, o fato de que ele os define como um grupo e um pertencimento social, às estruturas de poder e aos processos burocráticos. Sugerindo ainda que, tanto entre as classes portuguesas ou brasileiras a questão de se “ter” um sobrenome elimina a chance de subalternidade em relação ao grupo e coloca a pessoa que o carrega em uma posição confortável de não ser confundida com uma origem familiar de uma pessoa que não teria um nome de família por ter sido bastarda, pobre ou enjeitada.

Para Pina Cabral (2008):

Assim, entre as classes médias portuguesas e brasileiras, a preocupação com o sobrenome (nomeadamente a adoção de sobrenomes duplos) está ligada a fenômenos de promoção social e à existência de propriedade que é passada na linha familiar. Pelo contrário, certos sobrenomes transportam uma marca de subalternidade original (PINA CABRAL, 2008, p. 04).

Segundo o autor, as “famílias” são identificadas pelos sobrenomes do pai, da mãe ou do avô e é assim que na conjuntura lusófona os que só têm nome próprio, os que têm um nome próprio e sobrenome, aos que só têm um sobrenome, ao jogo burguês dos sobrenomes duplos ou até aos que chegam a ter cinco, seis e mais sobrenomes, são os maiores veículos em relação ao pertencimento de classe (PINA CABRAL, 2008).

Temos poucos ou quase nenhum estudo sobre a Família Machado Coelho, então, iremos nos embasar nas pesquisas do genealogista Jorge Douglas Alves Fasolato atual diretor da Casa

da Marquesa de Santos, no Rio de Janeiro e antigo diretor do Museu Mariano Procópio em Juiz de Fora.

Douglas Fasolato (2020) faz em “Estrada União e Indústria: paisagem, intervenção e fotografias de Revert Henry Klumb na perspectiva de uma rota cultural” referências à Família Machado Coelho³⁶ e sua influência entre as elites fluminenses. Essa influência se inicia com a chegada do Comendador português Manuel Machado Coelho, ao Rio de Janeiro em 1808 e foi nesta cidade que o comendador inicia sua trajetória na economia e na política do País. Principalmente na segunda metade do século XIX, foram ligados a fundação e direção de bancos, inclusive, na gestão do Banco do Brasil (FASOLATO, 2020).

Proprietário de grandes áreas hoje situadas no Centro do Rio de Janeiro, além do sistema bancário, Machado Coelho atuou como empresário no comércio e na indústria e, dentre outras atividades, foi benfeitor da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, na qual foi síndico corretor desde 1822 até 1862 e um dos responsáveis pela implantação do Cemitério do Catumbi, onde a sobrinha de Mariano Procópio, colecionadora e doadora de grande parte do acervo do Museu Mariano Procópio, a Viscondessa de Cavalcanti, foi sepultada, como declara Fasolato (2016) em “Família Machado Coelho” em palestra para o Colégio Brasileiro de Genealogia.

Tratei, em minha dissertação de mestrado, que Machado Coelho casou-se com Luiza Maria da Conceição, descendente de antigos sesmeiros do Rio de Janeiro e de influentes políticos, tanto no âmbito regional quanto nacional. Tiveram sete filhos, entre eles, Constantino Machado Coelho (1821-1855) que foi casado com Mariana Barbosa de Assis Ferreira, filha da Baronesa de Santana e, portanto, irmã de Mariano Procópio Ferreira Lage (FERRARI, 2013).

Constantino e Mariana tiveram dois filhos, sendo a mais nova Amélia Machado Coelho (1853-1946), que, tendo se casado com Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, tornou-se Viscondessa de Cavalcanti, mulher que teve importante participação na vida cultural, social e filantrópica tanto no Brasil, como na Europa. E após a morte de Constantino, Mariana se casa com seu cunhado Manuel Machado Coelho Junior mantendo os laços das duas famílias. José Machado Coelho, sobrinho de Manuel Machado foi proprietário do Palacete Guanabara, vendendo mais tarde para o Conde D’Eu marido da Princesa Isabel. Hoje, esse palacete é a sede do governo do estado do Rio de Janeiro (FASOLATO, 2016).

³⁶ Todas as informações sobre a Família Machado Coelho foram extraídas da palestra apresentada aos associados e convidados do Colégio Brasileiro de Genealogia em 29 set. de 2016, no South American Copacabana Hotel, pelo genealogista e mestre em Memória e Acervo pela Fundação Casa de Rui Barbosa Sr. Jorge Douglas Alves Fasolato.

Segundo Fasolato (2020) o casamento entre Mariano Procópio Ferreira Lage e Maria Amália Machado Coelho foi, por exigência do pai da noiva, com separação total de bens, e mesmo assim, trouxe benesses para a Família Ferreira Lage, pois, a partir daí, houve um avanço nas alianças de negócios. Seu cunhado José Machado Coelho de Castro foi presidente do Banco do Brasil por 12 anos, vice-presidente da Estrada de Ferro Cantagalo e foi um dos sócios da Companhia União e Indústria. José Machado tinha estreito vínculo com a Família Imperial brasileira, tanto que foi um dos que fez parte da comitiva que acompanhou o casal Princesa Leopoldina de Bragança e o Duque de Saxe-Coburgo-Gota em sua primeira viagem para a Europa³⁷. E o pesquisador segue esclarecendo que:

A sogra de Mariano Procópio era, por sua vez, descendente dos Proença, família que construiu a variante Proença, em vez de parte do Caminho Novo. A família Machado Coelho era constituída de nomes de prestígio no mundo das finanças, nas indústrias e nos negócios, o que certamente contribuiu para os futuros atendimentos dos favores imperiais da empresa (FASOLATO, 2020, p. 28).

Por vezes, o sobrenome familiar que a pessoa carrega pode trazer influências para a vida do indivíduo pela construção de uma história feita ao longo do tempo. Um nome de prestígio pode ajudar no sucesso ou um nome sem nenhum tipo de influência pode discriminar um sujeito, ou seja, nomes e sobrenomes não são neutros, eles trazem sempre algum tipo de informação.

O nome Machado Coelho abriu caminhos e permaneceu muito tempo como exemplo de poder, riqueza e distinção.

Alguns indivíduos se colocaram acima de suas próprias famílias e fizeram sua própria história. Eles estavam em grupos que se distinguiram nas artes, na política, na defesa, que permeavam a sociedade, mas, sempre distintos dos indivíduos comuns.

Entendemos que a construção de um dos maiores capitais econômico e social da família Ferreira Lage poderia se encaixar nas teorias clássicas do italiano Gaetano Mosca e do francês Vilfredo Pareto, principalmente, nas do economista-sociólogo Pareto (1916) onde fala que, em toda sociedade haveria indivíduos com capacidades superiores aos do seu grupo social. No caso dos Ferreira Lage, a capacidade de acúmulo de capital por meio de negócios, acordos de casamentos e influências políticas entre seus pares.

Para não incorrer em anacronismo histórico, lembramos que nossa hipótese é embasada nos estudos que Pareto formulou na época em que vivia e que o influenciaram. As controversas

³⁷ ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Nº 12, p. 128. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/22/Anais%20do%20Museu%20Hist%C3%B3rico%20Nacional%2C%20v.%2012%2C%20ano%201951>. Acesso em: 25 nov. 2021.

ideias paretianas se deram no contexto histórico da época de sua formação intelectual: um período de revoluções sociais na Europa, uma guerra ocidental que fez milhares de mortos e destruições, uma epidemia de gripe espanhola que matou milhões de pessoas o que, certamente, contribuiu para a concepção de suas principais ideias e teorias e permitiu a afirmação desse tipo de pensamento, o que em outras sociedades, não seria possível. A modalidade de criação de elites, assim como, as teorias de cunho evolucionista-darwiniano de Pareto, vêm traduzir, aspectos relevantes sobre a sociedade na qual se criaram.

Lembramos que o objetivo desta argumentação não é de esgotarmos o assunto, e sim, apresentarmos alguns elementos para entender a construção e manutenção do nome desta família nos grupos de elite do século XIX.

Para Pareto (1916), a sociedade seria dividida em duas categorias fundamentadas: os sujeitos que pertenciam às elites e os que faziam parte das não-elites, divisão fundada como produto da meritocracia. Para esse teórico, a circulação entre esses dois grandes grupos só ocorreria em casos individuais e dentro de eixos seletivos dessas categorias (KIFORDU, 2019)

Em relação à construção do capital econômico, devemos esclarecer que o patriarca da família, Francisco Ferreira Armonde, bisavô de Mariano Procópio Ferreira Lage, era analfabeto e pobre quando veio de Portugal para o Brasil, então, sua família pertencia à classe que Pareto chamou de não-elites. Apesar de não ser alfabetizado, estrangeiro e sem posses, construiu fortuna nas Minas Gerais como um comerciante habilidoso com qualificações instintivas, ele soube, então, diversificar seus negócios e construir laços sociais com as elites mineiras de comerciantes, fazendeiros e políticos. Essa perspicácia foi o que possibilitou o acúmulo de capital e o surgimento do prestígio dos Ferreira Armonde, naquela sociedade em fins do século XVIII e XIX.

Essa busca pela ascensão social, de forma calculada ou não, faz com que o português Francisco Ferreira Armonde se encaixasse no padrão que aponta Pareto (1916), onde indivíduos que se destacam em suas atividades obtêm os melhores desempenhos e, assim, conseguem alcançar um estrato superior social: os grupos de elite.

Reforçando essa ideia paretiana que prevê a circularidade entre as classes sociais, a partir do bom desempenho em suas atividades e das conexões sociais, anos depois, um dos seus filhos e homônimo, Francisco Ferreira Armonde, que também era analfabeto, a partir dos negócios, prestígio e a boa reputação que o pai tinha construído com os brasileiros, foi agraciado com a alcunha militar de Alferes e se inseriu em grupos políticos. Influenciado pela ascensão econômica

do pai, Francisco multiplicou a fortuna da família, diversificou ainda mais os negócios e intensificou os laços sociais dos Ferreira Armonde, a partir de casamentos com outras famílias das elites locais. Ou seja, a ideia paretiana se confirma, nesse caso, pois, para um grupo de indivíduos das não-elites ser elevado a um patamar superior social ou econômico e pertencer aos grupos das elites, era preciso se destacar naquele grupo dos comuns que promovia ações, conscientes ou não, que os diferenciava dos demais.

Alguns indivíduos na ideia de circularidade de Pareto (1916), não só se destacariam, como no caso dos primeiros Ferreira Armonde, por suas capacidades laborais em suas esferas de atividades, mas também, aqueles que já pertenceriam à classe das elites por hereditariedade, legado recebido de pais, avós ou tios.

Como foi o caso de Mariano Procópio Ferreira Lage, bisneto do primeiro Ferreira Armonde, que herdou uma das maiores fortunas daquela região das Minas Gerais, e que já nasceu com um sobrenome de prestígio³⁸. Ao contrário de seus primeiros ascendentes que eram analfabetos, Mariano estudou Engenharia, falava línguas estrangeiras e, também, buscou seguir os passos de seus antepassados diversificando os negócios da família com intuito de multiplicar o que havia herdado tanto em capital econômico como em capital social, fatores importantes para a manutenção do nome da família Ferreira Lage, nos grupos das elites (BOURDIEU, 2017).

A ousadia de colocar em prática as ideias que aprendeu no exterior, Mariano Procópio Ferreira Lage fez com que a respeitável fortuna que o bisavô formou, começasse, lentamente, a se esvaír, por alguns maus investimentos e negócios que culminaram em dívidas.

Posteriormente, iremos falar que a fortuna da família Ferreira Lage, mesmo com as perdas de capital econômico, ainda era considerável. Mariano Procópio teve, entre outros que faleceram cedo, dois filhos que continuaram a perpetuar seu capital econômico e cultural: Frederico Ferreira Lage que, engenheiro como o pai, assumiu a fazenda da família depois da morte do pai, fez investimentos para reforçar o capital financeiro, investindo em tecnologia, contratando imigrantes alemães e italianos antes da abolição e, também, e junto com o irmão Alfredo, ligou-se ao setor cultural. Mesmo com as estratégias inovadoras empreendidas, diante das dívidas que herdou da gestão do pai, os empreendimentos não deram certo e a fazenda foi hipotecada e leiloadada em 1902. Frederico morreu jovem, aos 39 anos de idade.

³⁸ A adesão do sobrenome Lage por Mariano é explicada no capítulo 4 desta tese.

Pareto (1916) explica que as elites estão sujeitas a frequentes transformações, da mesma forma em que o estrato social superior recebe indivíduos do estrato social inferior, como foi o caso do primeiro Francisco Ferreira Armonde. E, também, essa dinâmica poderá devolver indivíduos do estrato superior ao estrato inferior.

Alfredo Ferreira Lage, advogado, atuou em vários empreendimentos e muitas dessas ações em parceria com seu irmão Frederico Lage. Além do intuito de ter rendimentos pessoais e reforçar a fortuna, o objetivo era fortalecer o nome dos Ferreira Lage em meio aos das elites republicanas, principalmente, em Juiz de Fora e no Rio de Janeiro. Alfredo foi acionista de bancos, associações, proprietário de órgãos de imprensa como “O Pharol”, político, empresário, e participou de várias atividades culturais como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e com a fundação do “Theatro Juiz de Fora”.

Bourdieu (2017) fala que o que determina o poder é a capacidade de transformar um capital em outro. Mariano nasceu rico, fez investimentos para aumentar seu capital econômico e seus filhos, principalmente, Alfredo Lage usou o capital econômico e o transformou em capital cultural, criando como colecionador, o Museu Mariano Procópio.

Em suma, Vilfredo Pareto via as desigualdades econômicas e sociais não apenas como benéficas, como também, necessárias, para a evolução da sociedade.

4 MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE: um homem típico das elites

Figura 7 – Mariano Procópio Ferreira Lage



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia.1860/1870

A família Ferreira Lage se consolidou como importante membro das elites mineiras, estabelecendo relações muito fortes dentro da própria família com importantes personagens do Segundo Império. Aquele que vai conduzir o nome da família nestas elites mineiras será o Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage.

Escolhemos Mariano Procópio como o personagem representante das elites porquê, além de ter nascido em uma família das mais influentes e ricas desta região, foi fazendeiro, empreendedor respeitado que investiu em comércio, terrenos e imóveis o que ampliou a fortuna herdada, construiu uma estrada de rodagem, escolas, colônias de imigrantes, com isso,

contribuiu para o desenvolvimento econômico da cidade de Juiz de Fora, ele também ocupou diversos cargos políticos importantes no Império e foi colecionador: “Expôs uma coleção de mineralogia na Exposição Agrícola e Industrial de Juiz de Fora, que contou com a presença do imperador D. Pedro II, em junho de 1869” (FERRAZ, 2016, p. 50).

Mas, principalmente, porque é Mariano Procópio que dá nome ao nosso campo de estudo.

Mariano, embora seu último nome fosse Armonde, preferia ser chamado de Ferreira Lage, nome que fazia alusão à Fazenda da Lage, na Vila de Barbacena em Minas Gerais, cidade onde nasceu no dia 23 de junho de 1821 e faleceu no dia 14 de fevereiro de 1872, aos 51 anos de idade (BASTOS, 1991).

O ano do nascimento de Mariano Procópio foi marcado por conflitos armados em diversas partes do mundo, com mudanças nos setores políticos, econômicos e sociais e avanços na tecnologia e nas ciências. Em 1821, por exemplo, o Uruguai foi incorporado ao Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve e passou a ser chamado de Província Cisplatina; o Peru declarou independência da Espanha; e nas Ciências, o astrônomo francês Alexis Bouvard publicou as tabelas astronômicas das órbitas dos planetas Júpiter, Saturno e Urano e a descoberta de oito cometas (PINTO, 2008).

Mariano era filho do Capitão Mariano José Ferreira Armonde e de dona Maria José de Santana, neto por parte de pai de Francisco Armonde, que veio de Portugal e se fixou nas Minas Gerais, onde construiu sua fortuna e projetou o nome da família entre os mais importantes daquela região. Não menos significativo era o nome de sua avó Felizarda Maria Francisca de Assis, que entre outros parentes conhecidos, como já citado anteriormente, estava seu primo Duque de Caxias.

Mariano iniciou seus estudos, em casa, sob a orientação de sua mãe, sendo esta era uma prática comum entre os membros das elites, é o que conta Maria Celi Vasconcelos em “A educação doméstica no Brasil de oitocentos (VASCONCELOS, 2007):

No Brasil, tais práticas vão se afirmar durante o Oitocentos, fazendo com que as classes mais favorecidas, que podiam prover a educação de seus filhos, utilizassem a educação doméstica não só para a educação elementar, ou seja, para o ensino da leitura, escrita e contas, mas também para a continuidade da formação dos jovens, com conhecimentos específicos (VASCONCELOS, 2007, p. 25).

Em relação à educação formal, Mariano estava sempre à procura de novas descobertas, e aos quinze anos foi enviado para terminar seus estudos iniciais em uma escola de católica, em Congonhas do Campo, na mesma província de Minas Gerais. Finalizado o curso, em 1836, ele

foi para o Rio de Janeiro dedicar-se ao comércio, mas não ficou muito tempo por lá. Sempre querendo aprimorar seus conhecimentos, foi financiado por seu pai, e seguiu em uma viagem de estudos pela Europa (BASTOS, 1991).

Uma das questões que o educador Anísio Teixeira (1989), em sua obra “Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969”, analisa é o fato de que, quando do surgimento das primeiras faculdades no Brasil³⁹, o ensino superior do tipo acadêmico não teve um crescimento expressivo nos primeiros anos após a autorização de Portugal.

O ensino superior era voltado para o conhecimento técnico-científico, e as elites do século XIX preferiam ao invés do português, o latim e o francês como idiomas, o que apontam as características de gosto intelectual. Consideravam a educação do Brasil inferior e, aqueles que tinham poder aquisitivo enviavam seus filhos à Europa para completar os estudos em uma universidade prestigiada. Teixeira (1989) afirma que:

O prolongado período em que tivemos a Universidade de Coimbra de onde recebíamos a cultura portuguesa, e depois o hábito que nos ficou durante o Império e nas primeiras décadas da República, de ir buscar essa cultura em universidades estrangeiras, onde o graduado brasileiro sonhava sempre poder ir para completar os estudos das suas escolas superiores locais-profissionais e de tempo parcial levaram-nos realmente a viver com uma cultura superior muito mais oriunda desses países estrangeiros. Os nossos próprios cursos superiores nos pareciam, como de fato eram, cursos propedêuticos, preparatórios a uma cultura avançada que só a universidade estrangeira nos daria, prolongando-se, assim, o antigo hábito colonial formado pela ida compulsória à Universidade de Coimbra (TEIXEIRA 1989, n.p.).

Então, seguindo os passos do pai e depois do seu falecimento, Alfredo Lage e seu irmão Frederico Lage foram levados por sua mãe, D. Maria Amália, para a Europa. Pinto (2008) destaca que foram educados para assimilarem a educação do Velho Mundo. Em Paris, ingressaram no

³⁹ Com a chegada do Príncipe D. João, futuro D. João VI, em 1808, à Bahia, cria o Príncipe Regente nessa cidade, em 18 de fevereiro, a Escola de Cirurgia e Anatomia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Apenas chegado ao Rio, o Príncipe Regente cria a 2 de abril de 1808 o Segundo Curso de Anatomia e Cirurgia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1808, criou a Academia de Guarda-Marinha e em 1810, a Academia Militar, que se transformou em Escola Central, depois Escola Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; em 1814 o Curso de Agricultura, e em 1816, a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura. Depois da Independência, cria o Imperador D. Pedro I em 11 de agosto de 1827 os Cursos Jurídicos em São Paulo e em Olinda, Pernambuco. Durante a regência, na menoridade de D. Pedro II, criam-se em 1832 a Escola de Minas e Metalurgia em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1839 a Escola de Farmácia, também em Ouro Preto, e em 1837, no Rio de Janeiro, o Imperial Colégio Pedro II. O Imperador D. Pedro II somente instalou a Escola de Minas 34 anos após a criação. Estas foram as escolas superiores oficiais que teve o Brasil até 1889, data da Proclamação da República (TEIXEIRA, 1989, n.p.)

curso de Humanidades e Alfredo criou vários laços de amizade que o auxiliaram posteriormente na criação do museu. No Brasil, tornou-se bacharel em Direito pela Escola de Direito de São Paulo.

Interessante é saber que a Escola de Direito de São Paulo estava “orientada para a formação de uma elite que se estendia com a missão de dirigir a Pátria. Primava por atrair alunos membros da elite da Região Sudeste do País, enriquecida e influente politicamente” (SCHWARCZ, 1993).

Contemporâneo de Mariano Procópio, e uma exceção a essa regra foi Irineu Evangelista de Souza, mais tarde conhecido como Visconde de Mauá. Ele nunca fez um curso superior nem no Brasil, muito menos na Europa e foi um dos maiores empresários da história do país, contam Bueno (2008) em “Produto nacional: uma história da indústria no Brasil na autobiografia de Visconde de Mauá” (2011)⁴⁰.

Mariano, em Paris, conhece pessoas muito importantes para a história do mundo, uma delas foi o fotógrafo Louis Jacques Daguerre inventor da técnica do daguerreotipo, desenvolvida em 1839. Mary Del Priore (2002) em “História das crianças no Brasil” salienta que, assim como Procópio, o Imperador D. Pedro II era admirador da fotografia e incentivava a prática, concedendo a fotógrafos que se destacassem títulos de “fotógrafos da Casa Imperial” (PRIORE, 2002, p. 142). Mariano e vários membros da família se dedicaram a essa prática da arte da fotografia, ganhando, inclusive, algumas medalhas em exposições.

Formado em Engenharia, ao perceber que a maioria dos avanços tecnológicos estava nos Estados Unidos, pediu ao pai que o ajudasse a se transferir de Paris para lá, a partir daí, entrou em contato com projetos que vinham validar um empreendimento idealizado pelo pai Mariano Armonde: a construção de estradas de rodagem em que o sistema de manutenção fosse a cobrança de pedágios. Nessa época, em que esteve nos Estado Unidos, estudou o processo para pavimentação das estradas desenvolvido pelo engenheiro escocês Mac Adam, o “macadame” que é um tratamento de pavimentação de ruas e estradas em que se lança sobre o terreno compactado, uma ou mais camadas de pedra britada que, em seguida, são comprimidas juntamente com saibro espalhado sobre elas e aglutinadas com água, asfalto ou outros ligantes⁴¹(BASTOS,1991).

Casou-se com Maria Amália Machado Coelho (1834- 1914) em 1851, no Rio de Janeiro, formando um laço importante com outra família das mais importantes representante das elites

⁴⁰ Autobiografia. Disponível em: file:///C:/Users/angel/Downloads/000970224_Autobiografia_Visconde_Maua%20(1).pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

⁴¹ E- Civil. Descomplicando a Engenharia. Disponível em: <https://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-macadame.html>. Acesso em: 27 jan. de 2021.

fluminenses: os Machado Coelho. Em 1855, saíram de Barbacena e fixaram residência no município de Juiz de Fora.

E em 1861, esse personagem colocou em prática o projeto do pai e construiu a estrada de rodagem União Indústria que ligava Petrópolis no Rio de Janeiro à cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. A via pertencia à Companhia União e Indústria, também idealizada e presidida por ele.

Foi proprietário de uma das mais ricas fazendas da região, a Fazenda de Sant’Anna na cidade de Goianá, pequeno município mineiro (BASTOS, 1991).

Em relação à fazenda, Naiara Amorim (2018), em sua dissertação “Entre Fazenda Fortaleza de Sant’Anna e assentamento Dênis Gonçalves”, fala que há pouca documentação acerca do seu desenvolvimento a partir de meados do século XIX. Foi adquirida em 1842 por Joaquim José de Sant’Anna, que morava com a esposa e com a filha D. Maria José de Santa’Anna, mais tarde a baronesa de Sant’Anna, que viria a ser mãe de Mariano Procópio. Ainda ressalta o vínculo que a comunidade local e dos arredores possuía com a fazenda (AMORIM, 2018):

É de conhecimento popular que a fazenda adquiriu o nome de Fortaleza de Sant’Anna em razão da devoção de Joaquim José pela santa católica que representa a mãe de Nossa Senhora, tendo feito dela a padroeira da localidade e introduzido seu culto fervoroso na região. Vem desta época a tradição de celebrar, com grandes comemorações, a festa de Santana, no dia 26 de julho. Esta manifestação cultural atravessou quase dois séculos, acontecendo até os dias de hoje, com grande mobilização da comunidade local e das cidades vizinhas (AMORIM, 2018, p. 61).

A autora destaca que, no inventário *post-mortem* da baronesa, foi declarado que a fazenda possuía 970 alqueires de terra com, por volta de 500 mil pés de café, sua principal atividade, e para consumo interno e pequena comercialização plantavam arroz, feijão, milho, frutas e hortaliças.

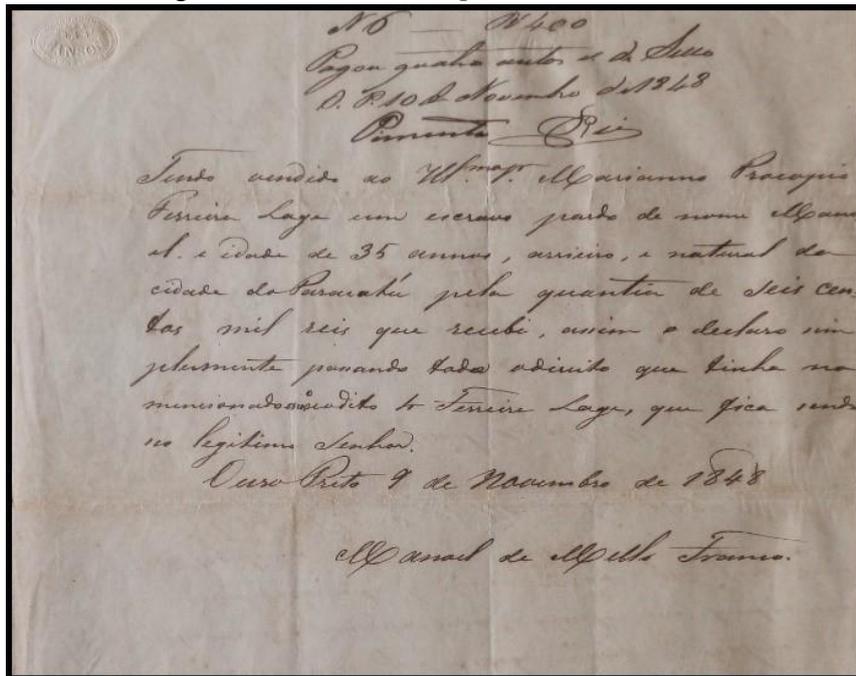
Além da atividade agrícola, Rita de Cassia Rosa (2001), em sua monografia “Em Terras Nobres. Fragmentos do cotidiano da Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna sob a ótica de um inventário post-mortem - Juiz de Fora – 1870/1888” fala que a fazenda também possuía um rebanho de suínos, com cerca de 150 porcos, além de galinhas, cabras, bovinos e muares para transporte da produção. E a partir de 1890, a fazenda desenvolveu a pecuária para comercialização de carne e de leite (AMORIM, 2018).

A família Ferreira Lage possuía uma quantidade considerável de escravizados para a lida com as lavouras de café, apesar das poucas obras que abordem essa questão, Luiz Fernando Saraiva (2002), em “Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro,

Juiz de Fora 1870-1900” fala que a fazenda possuía em 1870, 214 cativos com diferentes funções desde a lavoura aos serviços especializados como carpinteiros e pedreiros até os serviços domésticos como as mucamas e cozinheiras. Por serem considerados uma mercadoria de posse dos fazendeiros esses escravizados eram negociados como parte dos bens da fazenda.

Os documentos que estão no arquivo do Museu Mariano Procópio confirmam a atividade escravocrata da fazenda:

Figura 8 - Recibo de compra e venda de escravizado



Fonte: Museu Mariano Procópio. 1848

Figura 9 - Pagamento de Dote

N.º 7181

Declara D. Albano Anallia Funeiro Lage,
 que os escravos - Thomaria - Pio - Jeronias -
 Diana e Julia, mencionados sob os numeros
 43545 a 43549 da relacao n.º 11.627 de Matas
 entre o pessoal de escravos vendidos a este Estado
 eipio, lhe foram lançados em pagamento de seu
 dote na portella de bens do fundo em monida
 e Comunnidade albaniana Procoppio Funeiro Lage
 julgada por sentença em 30 de março de corrente
 anno; pelo Juiz de Fora da 2.ª Vara de Cid., em
 20 de Junho.

Pelo defensor 17 de Junho de 1874

Mariano Procópio

Arredada. Racheônica,
 18 de Junho 1874
 Claudio

Fonte: Museu Mariano Procópio. 1874

Figura 10 - Recibo de sepultamento de escravizado

CAMARA MUNICIPAL

DE
JUIZ DE FORA

N.º 137

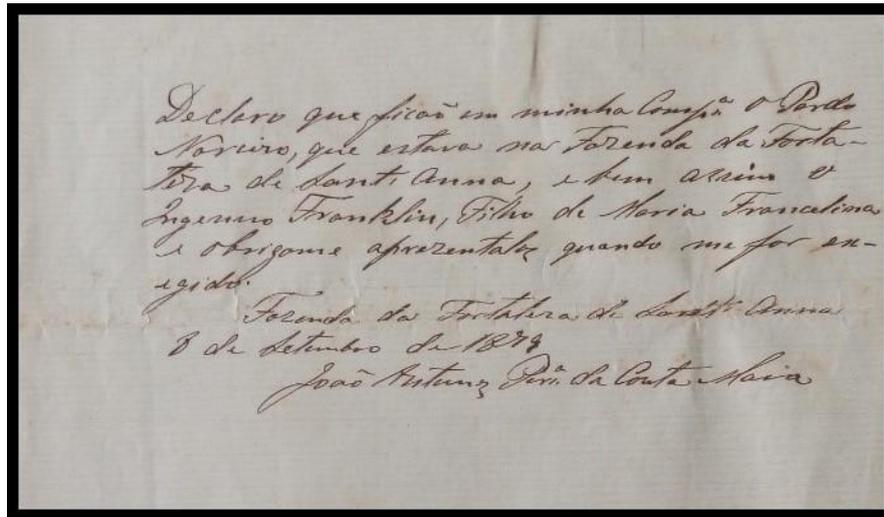
Pague o Sr. D. *Albano Lage* por medida de
 a quantia de Rs. *2000* de *custas* de
seppultamento pela *sepultura* do
escravizado *Thomaria* em *terro* de
seppultamento do *Estado* de *Paraná*

Cidade de Juiz de Fora, 16 de Junho de 1874

O PROCURADOR *Vitorino de S. Braga*

Fonte: Museu Mariano Procópio. 1878

Figura 11 – Empréstimo de escravizados



Fonte: Museu Mariano Procópio. 1879

A primeira imagem é um recibo de compra e venda de um escravizado no valor de seiscentos mil réis. A negociação de Manoel, 35 anos, natural de Paracatu em Minas Gerais, foi feita no ano de 1848, entre Mariano Procópio e Manoel de Melo Franco, médico, deputado por Minas Gerais e diretor de uma das seções da Companhia União e Indústria. Não consta no recibo o objetivo da compra do escravizado, mas, o valor era compatível com a média da época. Helio de Castro em “Viabilidade econômica da escravidão no Brasil: 1880-1888” confirma que, antes de 1850, quando foi proibido o tráfico, a média de preço dos escravizados homens e saudáveis, com a idade de Manoel era, por volta, de 630 mil réis. Depois do fim do tráfico o preço mais que dobrou.

A segunda imagem é uma declaração de D. Maria Amalia Ferreira Lage em que expõe que os escravizados Thomásia, Pio, Jeremias, Diana e Julia formavam parte do pagamento de seu dote na partilha de bens de seu marido Mariano Procópio. Esta ação foi julgada, em 1874, pelo Juízo de Órfãos e Ausentes da Segunda Vara da Corte, no Rio de Janeiro, que tinha como atribuições cuidar dos inventários e partilhas de herdeiros menores ou incapacitados, nomeando, inclusive, tutores e curadores⁴². Os filhos do comendador Mariano Procópio e D. Maria Amália, Frederico e Alfredo, eram menores quando o pai morreu.

O terceiro é um recibo, de 1878, da Câmara Municipal de Juiz de Fora que trata do pagamento de 3.000 réis como imposto ao cemitério público, por D. Maria Amália, pelo sepultamento do escravizado João.

⁴² Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/juizo-de-orfaos-e-ausentes-da-segunda-vara-rio-de-janeiro-1871>. Acesso em: 08 mai. 2023.

E por fim, uma declaração de empréstimo de dois escravizados um homem e um menino, em 1879, a João Antunez que se comprometia a apresentar esses escravizados pertencentes à Fazenda Fortaleza de Santana quando lhe fosse exigido. Esses documentos comprovam a vinculação da família Ferreira Lage com o uso da mão de obra escrava.

A aceitação de Mariano Procópio não era unânime na sociedade em geral, tanto por suas ideias, quanto por suas ações: “A figura e o pensamento de Mariano Procópio não foram unânimes na cidade. Não se sabe ao certo o que houve, mas, divergências existiram” (PINTO, 2008, p. 60). No entanto, os seus atos eram sempre ratificados pelo Imperador e isso dava respaldo para suas ações.

Como político foi membro do Partido Conservador, tinha ambições a cargos políticos importantes e disputou diversas eleições. Suas estratégias políticas eram o discurso da necessidade do desenvolvimento e progresso do Império, a divulgação e construção da Estrada União e Indústria. Era difícil desvincular a vida política do Comendador Mariano de sua Companhia e da influência de sua família que mantinha negócios e prestígio nas Minas Gerais.

As primeiras tentativas do comendador de aproximação com as elites políticas locais não foram bem-sucedidas, já que tentou por duas vezes, em 1856 e 1861, se eleger à Câmara de Vereadores da vila de Santo Antônio do Paraibuna e não obteve sucesso. Logo depois foi eleito deputado por Minas Gerais à Assembleia Geral com uma primeira legislatura de 1861 a 1863 e em uma segunda de 1869 a 1872. Há registros de que foi deputado geral em 1870 e que neste mesmo ano candidatou-se ao Senado, mas não se elegeu, como fala Adalberto Mattos (2015) em “Pela moralização do trabalho e prosperidade da Indústria Nacional: a Escola Agrícola União e Indústria (1864-1884)”.

Em uma pesquisa, ainda não publicada, o historiador Sérgio Augusto Vicente destaca todas as matérias jornalísticas publicadas sobre Mariano Procópio Ferreira Lage na imprensa brasileira, no período compreendido entre 1861 e 1872:

O pesquisador destaca o artigo datado de 1861 em que o Sr. J. Miguel criticou Mariano na sessão parlamentar: “O Sr. Ferreira Lage, tendo-se colocado à testa das principais empresas industriais do império, não é por certo uma 'moela de avestruz', um homem sem política, um idiota talvez” (VICENTE, 2023, n. p.).

O pesquisador segue declarando que, em 1866, o Diário de São Paulo publicou um artigo que abordava os problemas das formigas nas lavouras e o nome de Mariano é citado para mostrar o “método de combate da praga na Fazenda Fortaleza de Santana, referindo-se à utilização de escravos nesse ofício” (VICENTE, 2023, n. p.).

Mesmo com críticas, o Imperador delegava funções específicas e importantes para Mariano com o intuito de levar o nome do país para o mundo. Entre outras atividades, o designou como um dos membros da delegação que representou o Brasil na Exposição Universal de Paris, em 1867, uma exposição mundial cujo tema era “Exposição Universal de Arte e Indústria”. Entre as incumbências da delegação estava a de reunir todas as informações e estatísticas possíveis sobre o Brasil, que incluíam o clima, o relevo, a geografia, características da flora e da fauna, progressos científicos e tecnológicos, quantidade de escolas e número de alfabetizados, associações ligadas à Ciência e a Literatura, os mais importantes periódicos em circulação, e também, a organização política e o poderio bélico brasileiro.

Mariano Procópio era muito ligado às novas tecnologias, tanto que, no final do século XIX, a casa do comendador recebeu a primeira linha telefônica interestadual do Brasil vinda justamente do palácio de verão da monarquia em Petrópolis, atual Museu Imperial (PINTO, 2008).

Alfredo Ferreira Lage, um de seus filhos, costumava se referir ao apoio incondicional que o Imperador D. Pedro II proporcionava nos momentos difíceis passados por Mariano e que isso enfraquecia seus opositores, fato que entre visitas e passagens, o Imperador esteve em Minas Gerais sob a companhia da família Lage por oito vezes (BASTOS, 1991).

Mariano atuava em novas frentes de desenvolvimento. Então partilhar com os mais ricos, uma de suas paixões, a criação de cavalos, foi intensamente trabalhada por ele.

4.1 O GOSTO PELA CRIAÇÃO DE CAVALOS PURO SANGUE

Além da agricultura, outro investimento de Mariano Procópio era a criação de cavalos. Ele foi um dos primeiros criadores de cavalos de raça no País e, em 1868, se tornou o presidente do Jockey Club Brasileiro no Rio de Janeiro. Como podemos observar na página do Jockey Club Brasileiro:

Eleito por aclamação primeiro presidente do Jockey Club, na assembleia de fundação, Mariano Procópio Ferreira Lage ocupou o cargo máximo do turfe carioca de 1868 a 1872, sendo um dos precursores do turfe no Brasil. Criador de cavalos de raça, em Minas Gerais, sua paixão pelos animais lhe renderam inúmeras homenagens durante a vida. Em 1866, em uma exposição nacional, exibiu onze produtos e ganhou medalha de ouro “pelo zelo, capital e esforços empregados para o aperfeiçoamento da raça equina”. Antes de chegar à presidência, Mariano Procópio já havia sido secretário do extinto Club de Corridas, em 1849. Sua gestão à frente do Jockey Club não caiu no esquecimento, uma vez que em 1920 foi elevado a patrono de uma carreira

clássica. Inicialmente a prova foi denominada Clássico Ferreira Lage, no Hipódromo de São Francisco Xavier. Depois, já no Hipódromo Brasileiro, passou a fazer parte do calendário clássico como Grande Prêmio Mariano Procópio, que até hoje é disputado⁴³ (JCB, 2021).

O pesquisador Sérgio Vicente, diz que em 1867 o *Jornal do Commercio* destaca a criação de cavalos puro sangue de Mariano Procópio e o envio para a Exposição Nacional de Animais “O Sr. Mariano Procópio Ferreira Lage mandou um lote de onze cavalos, uns provinham do cruzamento de uma égua de meio sangue com garanhão árabe, os outros de uma égua, igualmente de meio sangue, com um garanhão de raça inglesa”. O artigo ainda abordava que Mariano tentava, por 12 anos, aperfeiçoar a raça de cavalos mineiros que estariam aptos para diversos serviços.

É importante destacarmos essa prática da criação de cavalos por Mariano, pois, desenvolvimento da criação de cavalos de raça e o turfe no Brasil foram, também, alguns dos campos de encontro de interesses das elites, tanto do ponto de vista social quanto econômico.

Para Élvia Vieira (2011) em “Aspectos econômicos e sociais do complexo agronegócio cavalo no estado de Minas Gerais” a criação e o comércio de cavalos nas Minas Gerais, como também, em outras partes do Brasil como Pernambuco por exemplo, era um bom negócio. O cavalo era destaque entre os produtos comerciais de maior rentabilidade entre 1836 e 1837.

Posteriormente, com o declínio da mineração, o mercado de cavalos também sofreu uma crise e eles passaram a ser substituídos de forma progressiva pelos muares, que a partir daí, predominaram nas tropas comercializadas. O aumento das exportações de café da província de Minas Gerais foi o que justificou o aumento da demanda pelos muares no período. No entanto, mesmo perdendo importância como animais de tração, os cavalos tinham grande relevância naquela região e bons exemplares eram muito valorizados.

O cavalo, ainda, foi índice representativo da posição social e da situação financeira do seu possuidor. Em Minas Gerais, cavalos de raça pertencentes a uma minoria de fazendeiros abastados, muitas vezes estavam com suas arreatas feitas de ouro, prata e pedras preciosas. Práticas que eram uma demonstração de vaidade e orgulho e, ainda, atitudes que indicavam a diferenciação social por parte das elites cafeeiras em relação aos menos privilegiados financeiramente (VIEIRA, 2011).

⁴³33 Aconteceu – GP Mariano Procópio (G3). Jockey Club Brasileiro, 2020. Disponível em: <https://www.jcb.com.br/home/noticias/273906/aconteceu-gp-mariano-procopio-g3/>. Acesso em: 08 fev. de 2021.

Faz parte da coleção de miniaturas da Viscondessa de Cavalcanti representado em uma calcografia do artista francês Jacques Rebour, estava o cavalo *Epinard*, um garanhão castanho premiado na França e nos Estados Unidos, propriedade de Pierre Wertheimer (FERRARI, 2013), fazendo uma referência relacionada a essa prática das elites.

Figura 12 - Miniatura



Fonte: Museu Mariano Procópio. s.d.

A criação de cavalos e o esporte, desde os meados do século XIX, tem sido uma combinação que externa as práticas de uma elite que investe em animais de raça e a competição que envolve força, graça e precisão. O turfe, o hipismo e o polo são algumas destas práticas esportivas e sociais muito ligadas aos valores das elites. Equinos com a aptidão para essas atividades custavam pequenas fortunas no século XIX e hoje, no Brasil, podem chegar a custar mais de R\$ 2.000.000,00, além de valores que incluem o tratamento e alimentação do animal (ABCCMM, 2021).

Ney Carvalho (1998) fala em “Jockey Club Brasileiro 130 anos: Rio de Janeiro. Um século e meio de turfe” que no Rio de Janeiro, em 1847, deram início às primeiras competições de turfe na então Capital Federal, com a Fundação do Club de Corridas, sendo seu primeiro presidente Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, e já um famoso militar. Essa entidade também teve na sua diretoria Mariano Procópio Ferreira Lage como um de seus secretários. O Club de Corridas foi extinto três anos depois, mas surgiram, tempos depois, outras

instituições como o Jockey Club Fluminense e o Jockey Club, esse último presidido por Mariano Procópio (CARVALHO, 1998).

Em 1932, o Jockey Club, já com sua imponente sede e com o Hipódromo da Gávea instalado em um dos bairros mais tradicionais e elegantes do Rio de Janeiro, funde-se com o segundo maior clube de turfe da cidade, dando origem ao atual Jockey Club Brasileiro. Rapidamente, essa nova instituição se organizava para promover as corridas no Prado Fluminense, onde fica, hoje, o Bairro de Engenho Novo.

Então, pessoas da sociedade, criadores de cavalos de raça, membros da Corte e detentores de títulos nobiliárquicos se tornaram sócio do Jockey Club e aumentaram sua visibilidade e importância. As regras e práticas desse esporte seguiam exemplos de outras instituições, principalmente da Europa. Muitos de seus principais colaboradores eram europeus, como o Major prussiano João Guilherme Suckow, considerado patriarca do turfe no Brasil (CARVALHO, 1998).

Mariano Procópio, como primeiro presidente do Jockey Club, realizava as atividades esportivas, mas também sociais, de modo a agregar cada vez mais as elites do Segundo Império. Então, a instituição tinha como sócio honorário o Conde D'Eu, esposo da Princesa Isabel e genro de D. Pedro II, bem como membros da alta sociedade carioca. Na própria corrida de inauguração, D. Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina estiveram presentes e, além deles, 4.000 súditos (CARVALHO, 1998).

Desde os primeiros momentos, o turfe no Brasil era desenvolvido como um meio em que todas as classes sociais poderiam participar, desde que dispostos a gastar algum dinheiro nos diversos páreos previstos naquele dia e também divididos por categorias, onde os mais abastados ficavam nas tribunas de honra, os não tão ricos acomodados em arquibancadas e os que possuíam poucas posses, perto das cercas.

Minas Gerais se tornou, naqueles primeiros anos do turfe, o celeiro de cavalos de raça que eram colocados à prova nos páreos cariocas. Além de Mariano Procópio, o seu amigo Dr. José Calmon Nogueira Valle da Gama, que foi o quarto presidente do Jockey Club nos anos de 1876 e 1877, era um rico fazendeiro, político e membro das elites mineiras e cariocas. Calmon importava cavalos da Europa, principalmente ingleses e franceses, para criá-los em sua fazenda em Juiz de Fora, além de fundar nesse município mineiro, um hipódromo filial do Prado Fluminense. Valorizar o turfe, além de ter se tornado uma prática elitizada, devido ao alto custo envolvido pela compra e manutenção do animal, era uma forma de propaganda da atividade pastoril desses homens de posse, que demonstravam o poder e a capacidade em criar os melhores do mais popular esporte entre os membros das elites, como destacam João Santos e Sergio Gíglío

(2017) em “O papel da memória na construção da identidade organizacional: a sociedade Jockey Club (1868-1932) e o desenvolvimento da riqueza pastoril”.

A realização de corridas é um evento esportivo, econômico, mas também envolto de práticas sociais, pois não somente criadores de cavalos encontram-se para demonstrar à sociedade a competência em criar animais de raça, como também, mostrar a riqueza que possuem ao adquirir animais estrangeiros. Outras pessoas, mesmo sem muitas posses, se dirigiam aos prados, que eram os locais em campo aberto, para assistirem e também apostar daqueles que eram considerados seus favoritos.

Com a profissionalização desse esporte, já em meados do século XIX, a elitização se tornou mais evidente, sendo uma possibilidade da sociedade abastada mostrar as suas criações, reunirem-se em festas selecionadas, comporem a tribuna social exclusiva portando os melhores ternos e chapéus e chegarem nos mais modernos meios de veículos, desde charretes mais elaboradas, carruagens e, ao fim, veículos automotores.

A popularização trouxe também a população mais humilde que tentava se aproximar desse visual elitista, comparecendo com a sua melhor roupa. A divisão, no entanto, já era perceptível no local em que permaneciam, pois ocupavam o *pelouse*⁴⁴ social, logo abaixo da tribuna social, sem cadeiras ou melhores acomodações. À elite, sempre esteve reservado os melhores locais da tribuna.

De um esporte, predominantemente, com seu público masculino, o turfe começou a atrair o público feminino que comparecia, e até hoje ainda comparece, usando os mais finos trajes que identificam as elites presentes nesses eventos.

Reis e rainhas, políticos, presidentes da República como Getúlio Vargas, Dutra, João Goulard e todos os presidentes militares da década de 1960 a 1980 prestigiaram os grandes momentos do turfe, principalmente o Grande Prêmio Brasil do Jockey Club Brasileiro. Mesmo com a sua perda de interesse popular nos últimos 30 anos, ainda é um evento que atrai interessados em apostas, cavalos e demonstrações de cunho social.

Investir na modernidade e em grandes obras foi muito comum em empreendedores das elites como Mariano Procópio. A rodovia União Indústria surgiu de sua iniciativa e fez a diferença no desenvolvimento daquela região.

⁴⁴Palavra francesa que significa o gramado de onde se assistem as corridas, no Hipódromo.

4.2 ESTRADA DE RODAGEM UNIÃO E INDÚSTRIA

O Imperador esteve presente na inauguração de duas grandes obras de Mariano Procópio, uma foi a da Estrada de Rodagem União e Indústria, em 1861, e outra pela abertura da Escola Agrícola União e Indústria, em 1869. Nestas ocasiões, D. Pedro II optou por se hospedar nas dependências da casa de Mariano Procópio, repetindo o gesto do pai, D. Pedro I, que em uma de suas viagens à Minas Gerais se hospedou na casa do pai de Mariano Procópio. A estadia do Imperador na casa dos Ferreira Lage causou certo alvoroço porque um rico proprietário rural, Comendador Manoel do Vale Amado, havia construído um prédio na cidade de Juiz de Fora, para homenagear D. Pedro II quando de sua primeira visita à cidade com intuito de hospedá-lo, mas o Imperador não o fez. Esse vínculo com o Monarca era de vital importância para reforçar a ideia de que Mariano era um empreendedor dinâmico e visionário (PINTO, 2008):

Se a estrada de rodagem União e Indústria não possibilitou todo o desenvolvimento que se esperava, por outro lado, se tornou, juntamente com a figura de D. Pedro II e de Mariano Procópio, um forte símbolo de poder, progresso e prestígio para a cidade, fundamental para o próprio Mariano Procópio. [...] Se Mariano Procópio encontrava muita resistência à aceitação de suas ideias e ações, a atenção do Imperador se prestou em referendar o seu pensamento em atos frente a seus opositores. A presença do Imperador na cidade se prestava, ainda, para amalgamar a região com o Império e atender ao propósito das elites locais (PINTO, 2008, p. 62).

Mariano Procópio estava muito bem inserido nas práticas sociais próprias das elites brasileiras. Ser rico, com alto grau de instrução e bem relacionado eram predicados interessantes para aqueles que poderiam fazer parte de um seleto grupo de “homens bons”.

Como vimos, ele é oriundo de uma família que possuía uma boa visão de negócios e procurava explorar as oportunidades existentes em cada época. Seus antecessores acumularam fortunas que foram transmitidas em boa parte para o jovem Mariano. Além disso, ainda em Barbacena, sua família soube construir boas relações sociais e políticas que firmaram o nome Ferreira Lage como importante núcleo das elites mineiras.

Já na vila de Santo Antônio do Paraibuna, mais tarde chamada Juiz de Fora, Mariano expandia seus negócios com café e se tornava um dos grandes comerciantes dessa cidade, que na segunda metade do século XIX era o principal centro urbano industrial da Zona da Mata, sendo o café a maior produção absoluta do estado de Minas Gerais.

Mariano Procópio, já reconhecido como um dos homens mais importantes da região e integrante dessa tradicional elite cafeeira, trazia o conhecimento adquirido no curso de Engenharia, na Alemanha, e visitas às obras de engenharia norte-americanas, que inovaram em técnicas para a construção de estradas e também na utilização de pedágios a serem pagos pelos usuários, fossem esses passageiros ou empresários do transporte de carga. Essa bagagem de conhecimento aliada à visão empreendedora que possuía, levou a que Mariano colocasse em ação a ideia do seu pai, Capitão Mariano José Ferreira, de criar uma estrada moderna que pudesse tanto escoar a produção daquela região, trazer insumos necessários para os negócios e a população e também facilitar as ligações da população com outras cidades. Então, a ideia de criação da Estrada de Rodagem União e Indústria começou a se tornar realidade.

No século XIX, alguns nomes das elites brasileiras idealizaram obras que pretendiam modernizar alguns setores da sociedade em que viviam, ainda que, algumas estruturas permanecessem ligadas ao passado como, por exemplo, a existência de latifúndios, monoculturas e escravidão. Homens da elite da época como Mariano Procópio e Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá, fizeram empreendimentos com esse intuito progressista, o que diferia Mariano Procópio de Mauá, é que este último não teve uma família rica e nem uma educação qualificada na Europa, mas, tinha persistência pessoal e visão de negócios. Mesmo assim, as conjunturas da época e as crises na economia mundial fizeram com que a Estrada de Rodagem União Indústria de Mariano Procópio fracassasse e o Governo Imperial tivesse que assumir o tanto o controle como todas as suas dívidas (FASOLATO, 2020).

No caso de Mauá, Vinícius Klein (2010) em seu artigo “O Visconde de Mauá e a mudança institucional: razões para o fracasso da implantação das práticas comerciais capitalistas no Brasil Império” destaca que o fracasso dos empreendimentos para a industrialização do país propostos por ele, estão ligados à falta de uma mudança no modo de pensar das instituições e que possibilitassem essa modernização como bancos, outros empresários, o próprio Governo Imperial. Pensar em avanços dentro de uma economia agrária consolidada na mão de obra escrava e no *plantation* tornaram muito mais complicada a prosperidade deste empreendimento na área econômica. Mauá também alargou muito o leque dos seus investimentos que ficaram na dependência do comportamento da sociedade como um todo, tal desenvolvimento não aconteceu e, com isso, dívidas se acumularam e seu projeto acabou fracassando.

George Marcus (2010) sobre o legado que pais deixam para seus filhos em famílias de elite, aponta que as famílias na sociedade norte-americana podem se firmar nas elites em apenas uma geração de sucesso, diferente do que ocorre na Europa em que a tradição mostra que são

necessárias algumas gerações e práticas sociais para que uma família seja considerada parte de uma elite.

Exemplos como o do Comendador Mariano Procópio e do Visconde de Mauá mostram que, no Brasil, uma família bem sucedida, rapidamente, poderia entrar no restrito círculo das elites do século XIX, semelhante ao que acontece na sociedade norte-americana do final do século XX como afirmou Marcus. Ainda em relação ao Visconde, sua trajetória se desenvolveu durante o mesmo período em que Mariano Procópio empreendia no interior de Minas. As obras de ambos têm um ponto de encontro na exploração do transporte do Rio de Janeiro para Minas Gerais. Mauá com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II e Mariano Procópio com a Estrada União Indústria. O comendador e o Visconde foram dois pioneiros na questão dos transportes no Brasil, pois ambos receberam concessões exclusivas do governo para os ousados empreendimentos, o Visconde em 1852 para a construção da primeira estrada de ferro do Brasil, a Estrada de Ferro Mauá e o comendador em 1854, com a primeira rodovia pavimentada do Brasil a Estrada União e Indústria (KLEIN, 2010).

O arraial de Santo Antônio do Paraibuna, por volta do ano de 1830, era uma pequena localidade entre a Corte no Rio de Janeiro e as regiões mineradoras na província de Minas Gerais, e a partir desse período começou a viver um povoamento mais intenso quando a mineração entrou em decadência e pessoas procuravam a Zona da Mata em busca de trabalhar na produção cafeeira (ANDRADE, 1987).

Antes de se tornar a principal produtora de café na província, o arraial de Santo Antônio era uma área de passagem da produção mineradora que seguia para o porto do Rio de Janeiro pelo conhecido Caminho Novo, bem como, era uma via considerável para o abastecimento das regiões de minério mais importantes, que recebiam alimentos, escravos e outros itens necessários para a população (PINTO, 2008).

Ainda ligada à cidade de Barbacena, em 1836, o arraial de Santo Antônio viveu a possibilidade de se desenvolver, com a necessidade de ampliação da capacidade de transporte tanto da produção quanto de produtos de abastecimento, o que levou a província a contratar o engenheiro germânico Henrique Guilherme Fernando Halfeld com a finalidade de construir uma estrada que ligasse a capital Vila Rica de Ouro Preto ao Rio de Janeiro. Essa estrada ao ser concluída facilitou e acelerou o transporte desses bens. A estrada do Paraibuna, como ficou conhecida, foi considerada como um grande avanço nas ligações entre as localidades, bem como, uma obra de engenharia formidável. A sua conclusão, em 1853, impulsionou o desenvolvimento do arraial de Santo Antônio e contribuiu para a emancipação de Barbacena, em 1850, e sua elevação à categoria de Vila. Mariano Procópio já era morador e investidor nesta região desde

1821, e também utilizava o capital auferido pelo café em investimentos lucrativos na região que se desenvolvia rapidamente (PINTO, 2008).

Mesmo com as possibilidades da Estrada do Paraibuna que seria inaugurada em 1853, Mariano Procópio viu que o antigo objetivo em criar uma estrada moderna ligando a Zona da Mata ao Rio de Janeiro ainda poderia ser alcançado. Com o que aprendeu da possibilidade do uso do macadame, sua ideia era construir uma estrada pavimentada e mais resistente do que a feita por Halfeld.

Então, em 07 de agosto de 1852, pelo decreto número 1031, o Imperador D. Pedro II autoriza a construção da Estrada de Rodagem União e Indústria, entre Juiz de Fora e Petrópolis, considerada uma das obras mais arrojadas em relação à América do Sul e a primeira rodovia pavimentada. O decreto imperial deu 50 anos exclusivos para que uma companhia, sob a responsabilidade de Mariano Procópio, pudesse executar as obras e explorar a sua utilização por meio da cobrança de pedágios, em que, o valor que fosse de acordo com o veículo e com o tráfego fala Albino Esteves (1915) em “O centenário de Mariano Procópio”:

Mariano Procópio não foi a penas o “abridor” da estrada União e Indústria. Foi muito mais que isso. Em primeiro lugar, o remodelador, da viação rural brasileira, nos moldes dos mais adeantados paizes do mundo, de maneira tão completa que os visitantes eminentes que a nossa cidade hospedou como Agassis, deixaram escapar exclamações homenageadoras à energia e competência do planejador e executor da estrada [...] (ESTEVEES, 1915, p. 130).

Mesmo recebendo a autorização imperial em 1852, só em 1856, as obras da Estrada foram iniciadas e somente depois de várias mudanças no projeto original. Oliveira (1966) fala sobre a estrada, ressaltando que a construção foi essencial para o progresso de uma cidade em formação e que Juiz de Fora ocupou, a partir daí, uma posição privilegiada e das mais prósperas zonas do Estado, pois, era ponto obrigatório de parada das tropas.

Para o empreendimento da Estrada União e Indústria, entre Juiz de Fora e Petrópolis, o Comendador Mariano Procópio fundou, em 1853, a Companhia União e Indústria, em capital aberto, em um montante de 5 mil contos de réis que foram divididos em 10 mil ações e que foram arrematadas, na maior parte, pelos ricos plantadores de café e fazendeiros situados no percurso.

A administração da Companhia União Indústria nos mostra um fortalecimento dos laços familiares, pois, ocupando os cargos mais importantes de sua empresa, estavam o primo de Mariano, Camilo Maria Ferreira Armonde, o futuro conde de Prados, como vice-presidente, e o secretário, era seu sogro José Machado Coelho de Castro, um conhecido negociante e banqueiro da Corte, que havia ocupado a diretoria dos principais bancos e companhias, como a presidência

do Banco do Brasil no período entre 1872 e 1877 e 1881-1886 (MATTOS, 2015).

A Companhia União e Indústria representava a necessidade de integração entre as diferentes regiões produtoras, isoladas pela ausência de vias de comunicação e transporte que viabilizassem o escoamento da produção e a circulação de gêneros, o que, segundo o próprio Comendador, impedia o crescimento econômico do Império, fazendo referência à união das Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, como também, às indústrias, inclusive a “indústria” do café, que a estrada viesse a estimular fala Matheus Bartholomeu (2019) em “A cafeicultura e a Estrada União e Indústria: Transformações espaciais e desenvolvimento desigual em meados do século XIX”.

Portanto, a missão da companhia, na interpretação de Bastos (1991), estaria diretamente relacionada à ideia de integração de Minas Gerais ao Rio de Janeiro e à Corte (MATTOS, 2015).

A inauguração oficial foi feita em 23 de junho de 1861 (BASTOS, 1991):

[...] em meio a grandes pompas, com honrosas presenças do Imperador D. Pedro II, da Imperatriz Dona Tereza Cristina, da Família Imperial, Ministros e Senadores do Império, numa festa memorável, que ficou gravada nos anais da História (BASTOS, 1991, p. 26).

A cidade não possuía estrada de ferro e recebeu com a União e Indústria um estímulo em relação ao crescimento, abrindo novas possibilidades comerciais, industriais e sociais, lembrando que não se tratava, simplesmente, de abertura e manutenção da rodovia, mas, também do lucro da cobrança de pedágios e serviços de transporte (BASTOS, 1991).

A bibliografia tradicional, entre elas, a dos biógrafos de “Mariano Procópio Ferreira Lage”, Wilson de Lima Bastos (1991) e Paulino de Oliveira (1966) que conta a “História de Juiz de Fora”, afirmam que Mariano nunca utilizou mão de obra escrava por causa de um decreto do Imperador D. Pedro II, sendo assim, ele recorreu aos imigrantes germânicos.

Anos mais tarde, essa ideia do não uso dos cativos é refutada pelo historiador Sérgio Bichal (1998) em o “O mercado de trabalho mineiro no século XIX”. O autor afirma com base nos relatórios assinados pelo próprio Mariano Procópio que a Companhia União e Indústria, ao longo de sua construção, empregou além de mão-de-obra estrangeira qualificada, um grande número de escravizados:

Em 1856, a companhia empregava 1.102 pessoas; entre elas, 900 escravos que constituíam quase 82% da força de trabalho total. Dos 900 escravos, 48 eram empregados na produção de carvão; 96 eram empregados como pedreiros, cozinheiros etc., e como seus assistentes e aprendizes, nas várias oficinas e seções da estrada; os 756 restantes trabalhavam na construção e manutenção da rodovia. Isto demonstra que em 1856 os escravos eram empregados tanto como mão-de-obra qualificada quanto como mão-de-obra não-qualificada. Os

restantes 202 eram não-escravos, a maioria provavelmente constituída de brasileiros (BIRCHAL, 1998, p. 08).

O pesquisador aponta que os escravizados eram contratados por três formas: de outras companhias, de forma direta com seus proprietários ou dos acionistas da companhia. Em 1856, a companhia adiantou o valor do aluguel dos escravizados para seus respectivos donos.

O autor segue destacando que os brasileiros não-escravizados também eram empregados como mão-de-obra qualificada e não qualificada. Em 1856, 80 brasileiros não-escravizados participaram do empedramento da estrada. O relatório de 1857 informou aos acionistas que um engenheiro brasileiro, Antônio Maria de Oliveira Bulhões, foi contratado para assumir o lugar de um dos engenheiros franceses cujo contrato havia expirado (BIRCHAL, 1998) (ESTEVES, 1956).

Douglas Fasolato (2020), em sua dissertação de mestrado e com base nos relatórios das assembleias gerais dos acionistas, também descarta essa ideia produzida pelos autores do passado e declara que essa afirmação “não corresponde aos documentos e relatórios produzidos pela Companhia União e Indústria e seu presidente, Mariano Procópio” (FASOLATO, 2020, p. 40).

Ratificando o que foi dito por Birchal (1998), o pesquisador segue destacando que sim, a mão de obra escrava foi usada na construção da estrada e que esse fato foi declarado pelo próprio Mariano Procópio nos relatórios da Companhia União e Indústria:

Os relatórios anuais da própria companhia e manifestações do seu presidente, Mariano Procópio, informam que a obra foi viabilizada justamente pelo emprego de mão de obra escrava nos principais contratos de construção. Para isso, a Companhia buscou alugar, por contrato, escravos, inicialmente com os próprios fazendeiros das proximidades do trajeto da estrada e, depois, de outras regiões. Durante a execução da obra, diante das dificuldades com os valores cobrados pelos proprietários pelo aluguel da mão de obra, que vinham especulando em função da demanda, foi discutida a possibilidade de aquisição de escravos (FASOLATO, 2020, p. 40).

Em 1855, Mariano escreve no relatório aos acionistas que a mão de obra escrava estava diminuindo por conta dos preços altos de cada escravizado. Nesse mesmo ano, em um contrato firmado com a Companhia de Cocais foram disponibilizados 305 escravizados por uma alta quantia, e um ano depois por mais 600 escravizados adquiridos por meio de outros contratos externos provenientes de vários locais como Ouro Preto, Cocais e outros.

E ainda, os grandes fazendeiros colaboravam com apoio financeiro e envio de mais escravizados para o trabalho nas obras, tanto que Mariano agradeceu, em 1857, especialmente a dois acionistas pelos serviços prestados à companhia: José Antonio da Silva Pinto, futuro Barão

de Ibertioga (casado com a prima de Mariano Procópio) e Lino José Ferreira Armond (irmão de Mariano Procópio). Silva Pinto, cedeu mais de 100 escravizados do seu próprio plantel para a construção da rodovia entre Mathias e a ponte sobre o rio Parahybuna (BIRCHAL, 1998) (FASOLATO, 2020).

Além dos engenheiros contratados em 1860, Birchall (1998) destaca que a Companhia empregou mais de 50 africanos livres na construção de uma ponte e parte da estrada que lhes interessavam, pagos por fazendeiros locais interessados na construção do ramal.

Para alavancar a mão de obra Fasolato (2020) enfatiza que, em 1857, foi celebrado um contrato entre a Companhia e a Repartição de Terras Públicas do Império para a vinda de 400 famílias de imigrantes ao cálculo de cinco pessoas por cada uma, totalizando 2000 pessoas, que foram contratadas progressivamente. O intuito era formar uma colônia agrícola, a colônia D. Pedro II. De acordo com Birchall (1998):

Finalmente, os estrangeiros eram também uma fonte importante de mão-de-obra para a CUI. A companhia empregava vários estrangeiros na construção e operação da rodovia. Em 1856, por exemplo, 20 trabalhadores alemães foram recrutados em Hamburgo para trabalhar nas oficinas da companhia. De 1853 a 1856, a companhia empregou dois engenheiros franceses para supervisionar a construção da rodovia. De acordo com o relatório de 1857, os engenheiros franceses - cujos contratos haviam se expirado - tinham sido substituídos por um engenheiro alemão e um brasileiro, como mencionado acima. Durante este mesmo ano, a companhia também contratou os dois filhos do engenheiro alemão como seus assistentes (BIRCHAL, 1998, p. 11).

O pesquisador Fasolato (2020) segue destacando que, segundo o relatório da Companhia, 22 colonos fugiram e outros estavam insatisfeitos com as dificuldades enfrentadas na colônia. “Tanto é que cerca de 25 germânicos participaram de uma sublevação em dezembro de 1858, culminando com prisões e depoimentos registrados em processos criminais” (FASOLATO, 2020, p. 44). Em 1861, D. Pedro II visitou a colônia e fez um discurso ressaltando o fato de os imigrantes estarem completamente adaptados.

Paranaguá (2019) em seu diário de viagem “Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do País” descreveu as dificuldades do povo e as paisagens interioranas brasileiras. Foi um dos defensores da transferência da capital do Brasil para o Planalto Central e, em 1900, apresentou um projeto de lei para a criação de Brasília. Em suas passagens pelo interior, hospedou-se na cidade de Juiz de Fora, em 1892, quando ressaltou admirado, as condições da colônia alemã construída por Mariano Procópio:

Um arrabalde digno de nota é o da colônia alemã, em Mariano Procópio, destacando-se a Rua Mascarenhas, onde se veem casinhas admiravelmente bem tratadas, com os seus pequenos jardins carinhosamente cuidados pelas alvas mãos benfazejas das filhas da Germânia ou suas descendentes. Como são poéticas essas casinhas em que, numa ou noutra janela, trinam passarinhos alegres belíssimas melodias, ao mesmo tempo que brancas e rendadas cortinas parecem anunciar a felicidade que respiram os moradores dessas singelas, risonhas e invejáveis habitações. Outra colônia alemã, a de São Pedro, prospera também, num outro arrabalde da cidade (PARANAGUA, 2019, p. 32).

Além da estrada, da colônia de imigrantes D. Pedro II, o comendador fundou a Escola Agrícola União e Indústria em 1869, com o objetivo de formar lavradores por meio de ensino teórico e prático.

Procópio foi apontado por um bom período como exemplo de homem que promoveu avanços e buscou estar à frente dos indivíduos comuns, ainda que sua riqueza tenha se desfeito no fim do século XIX. Seu legado, ideia de empreender e a rodovia União Indústria, permaneceu como um monumento às gerações que viriam.

Contemporâneo e próximo a Procópio, um grande intelectual também se destacou e ainda hoje é símbolo da literatura: Machado de Assis. O que indica que sua rede de sociabilidades está além dos interesses puramente econômicos e políticos.

Destacamos que Mariano Procópio tinha muito bom relacionamento com a Família Imperial brasileira, não somente sendo um fiel anfitrião quando das visitas de D. Pedro II à Juiz de Fora, mas também, no respeito à figura do Imperador.

Para um homem de negócios com intenções de crescimento econômico, manter as relações amigáveis com políticos poderosos era primordial para a concretização de suas ideias. E manter-se bem posicionado ao monarca ampliava essas possibilidades.

D. Pedro II passou da preocupação em manter a unidade do país, logo no início do segundo reinado, ainda como um jovem com responsabilidades imensas, para buscar o desenvolvimento do Império. Assegurar essa unidade, foi resultado de uma habilidade política em agregar opositores e aliados em torno de objetivos nacionais, habilidade materializada pela alternância do poder entre o gabinete conservador e o liberal (MOSSÉ, 2015). Pedro II, com isso, conseguiu apaziguar qualquer ressentimento que ultrapassasse os limites das discussões no Senado e a Câmara.

Após essa difícil manutenção dos limites territoriais do Brasil e a consolidação do sentimento de nação, que é uma singularidade dentro de um continente colonizado, e que em sua parte da antiga metrópole espanhola se fracionou em vários estados, o Imperador se voltou para o desenvolvimento econômico necessário para proporcionar a autonomia, de fato (MOSSÉ,

2015), do país, e não permanecer sob o perigo de uma divisão política ou permanecer dependente, pelo menos em demasia, de outras nações.

Então, o Imperador observou que era necessário indivíduos com espírito empreendedor para tocar projetos de modernização que poderiam dar o início ao desenvolvimento de um grande território (MOSSÉ, 2015). Mesmo com a permanência da mão de obra escrava, o que se mostrava um paradoxo para ascender ao nível das nações civilizadas, o Brasil consolidado como nação visualizou ganhos ao planejar construir seu desenvolvimento, como a abertura de uma ligação por navio a vapor para a Europa, as primeiras estradas de ferro, a instalação de telégrafos e o investimento em educação (MOSSÉ, 2015).

Já na segunda metade do século XIX, o Brasil caminhava, mesmo que lentamente, para ter uma economia consolidada, haja visto o aumento das divisas do país.

Então, para ampliar mais as obras de desenvolvimento, o Império autorizava àqueles que se dispunham a investir seus recursos para iniciar os trabalhos, obtendo em troca autorização para exploração econômica durante décadas para atingir os valores investidos. Na visão da época, construir estradas de ferro era o investimento mais procurado, principalmente pelo domínio tecnológico para a construção, pela capacidade de ligar um grande território e para ampliar a capacidade de exportação de produtos (PEREIRA, 2014), principalmente o café, tanto para o comércio externo quanto para o interno.

Estar próximo ao poder facilitava a obtenção das autorizações para construção e exploração. Dois desses empreendedores foram Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, e Mariano Procópio Ferreira Lage.

Mauá recebeu autorização para construir a Estrada de Ferro Pedro II e, em 1852, a obra começou a sair do papel. Mariano Procópio se une ao projeto de Mauá ao ser a ligação dessa estrada de ferro com a Rodovia União Indústria, que ligaria Juiz de Fora ao pé da Serra de Petrópolis (GABLER, 2015).

Apesar de ambos os projetos terem aval do Império para prosseguirem, Mauá reclamava que o seu não teve a mesma condição de facilidades governamentais que o projeto de Procópio, ainda que ambas fossem integralizadas (MAUÁ, 2011). Além de outros privilégios que não foram dirigidos a esse e outros projetos de Mauá.

Não fica claro nas fontes se isso foi algo que prejudicou Mauá ou apenas se configurou em visões diferentes sobre projetos diferentes. Ainda que o peso da voz do Imperador fosse importante em apoiar projetos, havia um gabinete político para apreciá-los e aprová-los ou não.

Focando em Mariano Procópio, a sua boa relação com o Imperador pode ter facilitado as intenções de promover avanços para a sua região. O mineiro era um homem culto, adepto ao

coleccionismo e aos eventos culturais como D. Pedro II. E não somente Mariano Procópio tinha essas características, mas também sua esposa D. Maria Amália Ferreira Lage, que também era colecionadora e artista plástica. O mineiro, como D. Pedro II, colecionava rochas e minerais, fruto de sua formação em engenharia, bem como se interessava por botânica e obras de arte (PINTO, 2008).

Pinto (2008) aponta a existência de uma curiosa coleção de arados que se encontrava na Escola União Indústria, criado por Procópio, e que entendemos ser uma coleção que mostrava a evolução desse equipamento ao longo do tempo e que influenciou a agricultura. O paradeiro da coleção é desconhecido.

Procópio trouxe inovações de outros países para serem aplicadas na engenharia e em proveito do desenvolvimento (BASTOS, 1991), algo que agradava ao Monarca. A própria Rodovia União e Indústria foi fruto dessas inovações e faz parte do contexto da época em desenvolver a sociedade por meio da ciência.

Apesar de ter pessoas escravizadas em suas fazendas, não encontramos referências que Mariano Procópio era um “senhor” rígido com os cativos, mesmo que isso não atenuasse a opção por essa mão de obra. Mas o empresário, bem como o Imperador, já trabalhava pela vinda de imigrantes europeus, que seriam remunerados para a obra da União Indústria. Sem dúvida era uma visão que fugia das antigas percepções dos cafeicultores escravagistas.

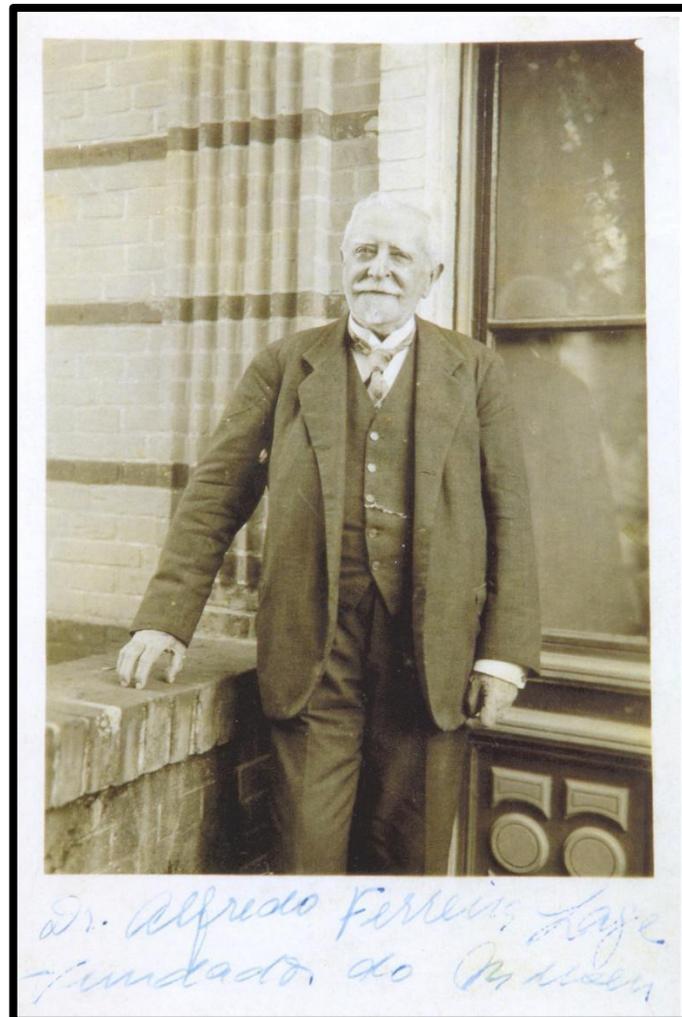
Essas similitudes podem ter aproximado ambos em conversas ao longo dos encontros esporádicos que tiveram, mas, pessoalmente, ambos foram jovens órfãos que cedo tiveram que se acostumar com a responsabilidade em tomar a frente das atividades de suas respectivas famílias, e amadurecerem mais rapidamente do que a grande maioria dos rapazes de núcleos mais abastados. Esse fato sentimental, os deixava muito mais próximos que algum interesse puramente profissional.

Essa boa ligação entre os dois patriarcas perdurou mesmo após a morte de Mariano Procópio, por meio de seu filho Alfredo, que herdou o respeito pela realeza, mesmo após o fim da Monarquia, em 1889. Os descendentes da Família Imperial permaneceram em contato com os Ferreira Lage, por motivos de consideração e amizade ao longo dos primeiros anos do século XX (PINTO, 2008).

As relações sociais entre as elites são primordiais para a manutenção da permanência nos níveis mais seletos da sociedade. Mariano Procópio compreendeu isso muito bem no mais profícuo período de sua ascensão.

4.3 ALFREDO FERREIRA LAGE E A OBSTINAÇÃO PELO NÃO ESQUECIMENTO DA MEMÓRIA FAMILIAR E DO IMPÉRIO

Figura 13 – Alfredo Ferreira Lage



Fonte: Museu Mariano Procópio. 1940 (?)

Alfredo Ferreira Lage foi uma figura importante no que tange à perpetuação do nome da família Ferreira Lage. É possível que se não fosse por seu empenho em homenagear o pai e criar um museu, o nome da família poderia ter se perdido com o tempo ou ficasse apenas nas placas de nomes de ruas.

Nasceu em 1865 e faleceu em 1944, tinha como único irmão vivo e que deixou descendentes, Frederico Lage. Alfredo dedicou sua vida e sua fortuna para recolher e selecionar objetos para a formação de um museu com caráter enciclopédico, como a maioria das instituições desse tipo no século XIX, local que iria homenagear a memória de seu pai e o Império do Brasil (PINTO, 2008).

Era um homem refinado tanto pela educação formal quanto pela educação que recebeu da família. Descendente de uma família aristocrática, rica, influente e com laços importantes com toda a Família Imperial e, principalmente com D. Pedro II, que foi um amigo pessoal de seu pai. Alfredo utilizou sua fortuna para construir um acervo que remetesse ao passado. Pinto (2008) adverte que:

É extremamente importante ressaltar o fato das coleções de Alfredo Ferreira Lage já se caracterizarem como um verdadeiro museu - o Museu Mariano Procópio – alguns anos antes de sua inauguração oficial, em junho de 1921. Era a ratificação pública do projeto do colecionador que trabalhava para transformar a antiga Chácara Mariano Procópio em um museu histórico, artístico e científico de caráter nacional e universal (PINTO, 2008, p. 15).

Alfredo Ferreira Lage foi um colecionador mais significativos do seu período com intuito de manter a memória da sua família, em especial, de seu pai, e a memória de seu país. Criou uma coleção privada, com o objetivo de torná-la pública. Pinho (2008) destaca que a prática de colecionar vinha de família: de seu pai, que nas viagens à Europa trazia obras de arte para decorar a residência, coletava pedras durante a construção da estrada de rodagem União e Indústria, que mais tarde foram usadas para compor a gruta do jardim do palacete e uma coleção de arados na Escola União e Indústria, de sua prima Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque, a Viscondessa de Cavalcanti, com coleções reconhecidas no Brasil e no mundo e de sua mãe que era artista plástica e colecionadora (PINTO, 2008).

Sua avó, a baronesa de Sant'Anna, presenteou D. Pedro II com corpos indígenas mumificados (FERRAZ, 2016):

Sua mãe, a baronesa de Sant'Anna já havia presenteado D. Pedro II com corpos de indígenas mumificados, encontrados em uma caverna nos domínios da Fazenda Fortaleza de Santana. Junto com sua coleção antropológica, tais múmias foram doadas pelo Imperador ao Museu Nacional, importante instituição científica do século XIX. A circulação do presente, sem dúvida, instigante e atrelado a uma prática de colecionamento de curiosidades, demonstra a valorização e a legitimação do mesmo no circuito científico, que era também político e social. Presentear o Imperador com esses itens dizia muito de quem presenteava, de quem recebia e do tipo de vínculo existente entre eles (FERRAZ, 2016, p. 124).

Pinto (2008) fala que Alfredo estava tão apegado ao passado que não abandonou seus hábitos, mesmo com a Proclamação da República, pois vestia roupas escuras, relógio de bolso, *pince-nez*, chapéu e tomava o chá da tarde. Essa representação o identifica não apenas para si mesmo, mas, para os outros.

Para Pierre Nora (1993) em “Entre memória e história: a problemática dos lugares” a sociedade precisa da história como um mecanismo para significar o que já não é mais compreensível. A memória está em muitos lugares como dentro dos museus, nas coleções, nos arquivos, nas festas, os lugares de memória sobrevivem do sentimento, então não é possível a memória nascer espontaneamente, é preciso criar arquivos e manter os rituais.

Ferraz (2016, p. 89) fala que a constituição do lugar de memória seria a intenção de evitar o esquecimento, que o lugar de memória precisa ser um lugar de história e que “os lugares de memória são dotados de significação material, funcional e simbólica”.

Diante dessas reflexões Alfredo Lage ao formar as coleções, erguer monumentos, criar rituais de comemoração, preservava e recriava tanto a memória imperial, quanto a memória de seu pai, Mariano Procópio, que quem sabe ficaria perdida no tempo.

Alfredo pode ser considerado um homem-semióforo, como explica a antropóloga Regina Abreu (1996) em “A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil” ela fala que no sentido proposto por Krzysztof Pomian os homens-semióforos são pontes entre o visível e o invisível, guardiões da memória de um determinado grupo social, com a função de serem um elo entre o passado, o presente e o futuro. O homem-semióforo por meio de seus gestos, sua postura, seus atos, se afasta dos outros: “Alfredo Lage foi um desses homens-semióforos que trouxe para si o papel de ser o fiel guardião de um mundo que rapidamente desfazia-se [...] um esforço para a manutenção da memória de seu pai, Mariano Procópio Ferreira Lage [...] (PINTO, 2008, p. 22-23).

Lage se sentia responsável em proporcionar à sociedade um legado que sua família deixaria para as gerações futuras, pontuando o papel da elite como protagonista nos rumos da nova nação. Tanto Wright-Mills (1981) quando fala sobre as velhas famílias da classe superior destaca a questão da reverência ao passado e o interesse de seus membros em perpetuar a história da região onde o clã era reconhecido e que teve um papel significativo naquela sociedade, tal qual sua descendência familiar, com a intenção de fortalecer a posição das pessoas mais velhas da família, quanto Marcus (2000) que também aborda a importância do nome da família das elites como responsabilidade e legado ao afirmar que essa identidade familiar é um recurso durável e valioso, mesmo quando a riqueza e poder existentes nas gerações anteriores tenham se acabado.

Alfredo Lage criou o Museu Mariano Procópio com um modelo enciclopédico, como eram os museus no século XIX, seu acervo em sua maior parte é composto pelas coleções da família Ferreira Lage e da família Cavalcanti de Albuquerque. Dentro da concepção

evolucionista e com influência europeia, predominante nesse século fala Reginaldo Gonçalves (2007):

Ao adquirir, por variados meios, objetos das mais diversas procedências, ao classifica-los como componentes de uma determinada coleção e ao exibi-los publicamente, os museus modernos não somente expressam como fabricam ideias e valores por meio dos quais as relações entre sociedades, grupos e categorias sociais são pensadas (GONÇALVES, 2007, p. 84).

Formado pela (Escola) Faculdade de Direito de São Paulo em 1886 em “Questões de fronteira: sobre uma antropologia da História”, Schwarcz (1998, p. 172) atenta que essa faculdade prezava por atrair os alunos, membros da elite do Sudeste, para formar os eleitos que iriam coordenar e “dirigir os destinos da nação e lidar com os dados levantados pelos demais profissionais das ciências”. Segundo a autora, entre 1870 e 1930 São Paulo se tornou referência tanto econômica quanto política no País e nessa faculdade que era um centro intelectual para o campo jurídico, também era uma instituição multifacetada, com produções políticas, jornalísticas, literárias.

Alfredo ligou-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma instituição que prezava a monarquia e a imagem de D. Pedro II, valores que ele estimava. No período monárquico, o instituto construiu narrativas do passado que fossem capazes de criar um sentimento de pertencimento nacional que sustentasse a construção da nação. Assim, fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conferia prestígio intelectual (PINTO, 2008).

Então, a rede de sociabilidade construída pela família Ferreira Lage ao longo de muitos anos, possibilitou que Alfredo Ferreira Lage conseguisse evitar completamente a eliminação da memória do Império que era o objetivo de alguns republicanos. Assim como ele, sua prima Amélia também se destacou ao se tornar uma mulher das elites que não ficou à sombra de seu pai ou seu marido.

Essa preservação passava, necessariamente, pela criação de um museu dedicado ao Império e aos valores que as elites da época compartilhavam.

5 PRÁTICAS SOCIAIS DAS ELITES OITOCENTISTAS: a hospitalidade, as reuniões sociais, a religiosidade e a caridade.

Entre outras tantas práticas sociais das elites, resolvemos eleger essas quatro categorias para análise, pois, todas levam ao tema da prática do colecionismo realizado por esses grupos e pela Viscondessa de Cavalcanti que veremos nos próximos capítulos. Para entender o hábito de colecionar é necessário analisar outras práticas marcantes dos grupos das elites que serão analisados.

Com a chegada da Família Real portuguesa e sua Corte, no Brasil, os mais abastados financeiramente ficaram em polvorosa, pois queriam fazer parte daquele grupo seletivo que vinha trazer os hábitos e pompas da Europa. A população mais rica tinha como objetivo, além de manter sua riqueza e distinção, diferenciar-se da maioria da população e uns dos outros dentro das próprias elites. Isso significava gastar parte de suas fortunas na compra de títulos nobiliárquicos no intuito de ostentar seus postos, de frequentar a Corte e a intimidade do rei, e com isso, iniciaram um processo de reprodução dos costumes europeus (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

As elites do século XIX procuravam organizar recepções e reuniões sociais para aumentar seu capital de prestígio e estreitar vínculos com outras pessoas poderosas e praticar ações que mostrassem seu poder, cultura, riqueza e educação. Essas ações poderiam ser a hospitalidade para com pessoas que pudessem lhes trazer algum benefício, as práticas religiosas, a caridade, práticas artísticas e culturais como o colecionismo, a fotografia e a pintura, entre outras.

Georg Simmel no capítulo do livro Sociologia “Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal” descreve que a interação social entre os indivíduos é proveniente de interesses e propósitos, quer sejam eróticos, religiosos, de defesa ou ataque, de jogos de poder e que fazem com que os seres humanos se identifiquem, se agrupem em unidades que satisfaçam seus interesses conscientes ou inconscientes. São essas circunstâncias que formam a base das sociedades humanas, desdobrada em interesses individuais: “Interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos” (SIMMEL, 1983, p. 168).

Ou seja, além das especificidades de suas ações, todas essas associações são caracterizadas pelas afinidades entre seus membros, por estarem “sociados” como nos fala Simmel (1983), e pelo resultado da satisfação derivada desses vínculos.

5.1 A HOSPITALIDADE

As elites que se formavam naquele momento do século XIX iriam aprender práticas de hospitalidade, de recepção, de modos de vida mais refinados, e se tornariam, mais à frente, donas da sua própria maneira de hospitalidade.

A prática de bem receber não está presente apenas entre os membros das elites ou das sociedades ditas como mais avançadas. Ao longo da história, vários exemplos de forma de interação com o “outro” foram descritos por diversos antropólogos em campos de estudos dos mais variados, seja das sociedades nativas da Polinésia aos antigos europeus anglo-saxões, passando pelos nativos das Américas. Havia em parte dessas sociedades, de uma maneira geral, uma tradicional prática que se resumia, basicamente, à ideia de dar, receber e retribuir. A esse conjunto de práticas Marcel Mauss (2003) chamou de dádiva.

Segundo Lima (2019), hospitalidade é:

[...]um processo de interação humana em contexto doméstico, urbano, comercial e virtual dentro do qual o anfitrião recebe, eventualmente ainda hospedando, e/ou alimentando e/ou entretendo, um visitante/hóspede temporariamente deslocado de seu ‘habitat’ natural (LIMA, 2019. p. 03).

Mauss (2003) a partir dos célebres estudos de campo de Bronislaw Malinowski e Alfred Radcliffe-Brown, entre outros, compreendeu que dar e esperar retribuição é uma prática que envolve um grupo, uma coletividade, que mesmo agindo de forma gratuita sente-se moralmente impelida a receber de forma acolhedora outras pessoas ou grupos que lhes são diferentes. O princípio dessa ideia é atuar impelido pela troca, ainda que fosse uma transação comercial em troca de favores, e segundo esse autor, havia uma expectativa em receber a sempre a contrapartida. O que há é uma obrigação daquele que é recebido retribuir ao menos na mesma intensidade a hospitalidade, os presentes e a deferência que lhe foram concedidas.

Em relação a prática da hospitalidade pelas elites, segundo Luciana Murgel (2018) em “Hospitalidade, dádiva e comércio moderno: impasses e ambiguidades em campos da teoria antropológica” é uma forma típica de retribuição, que acaba se tornando obrigatória tanto para quem concede quanto para quem recebe, e que se desdobra em um novo convite. Então, aquele que concede um ato de hospitalidade, caracterizado por gestos de acolhimento, carinho, afeição, educação e prestígio, espera que, em breve, seja recebido tão bem quanto concedeu.

Lévi-Strauss (1982) abordou esses atos de reciprocidade com o estudo das práticas do *potlatch*, observadas em várias sociedades primitivas, entre elas a dos nativos do Alasca e da

região de Vancouver. Esses atos cerimoniais consistiam em trocas de valores ou presentes recebidos, com as finalidades de:

[...] proceder a restituição dos presentes anteriormente recebidos, acrescidos de juros convenientes que podem chegar a cem por cento; estabelecer publicamente a reivindicação de um grupo familiar ou social a um título ou prerrogativa e ainda anunciar oficialmente uma mudança de situação; finalmente superar em munificência um rival, esmagá-lo sem possível, pela perspectiva de obrigações de retorno que se espera não poderá satisfazer, de maneira a arrancar do rival privilégios, títulos, categoria, autoridade, prestígio. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 93)

Assim, como a troca de bens sem finalidade de ganhos econômicos, algumas sociedades antigas entendiam como *potlatch*, os banquetes oferecidos aos seus convidados, com toda a atenção possível e com a alimentação de melhor qualidade. Mesmo nas sociedades mais modernas, as quais incluem as elites dos anos 1800, ações como essas foram adaptadas e se tornaram parte do cotidiano de grupos sociais. A essas práticas, Lévi-Strauss (1982) chamou de Princípio da Reciprocidade.

O Princípio da Reciprocidade também é fato quando são abordadas as relações familiares e sociais dentro de grupos que convivem em determinado território. Ao que chamou de Átomo do parentesco, Lévi-Strauss considerou que o incesto não é reprovável simplesmente por questões morais ou religiosas, as quais nem todas as sociedades primitivas compreendiam, mas sim por ferir esse Princípio da Reciprocidade, pois o pai, ao praticar um hipotético incesto com sua filha, por exemplo, estaria negando-a a um pretendente de outra família. Desta forma, a troca de membros femininos entre famílias para casamentos poderia ser afetada e vista como um desrespeito cultural.

Essa circulação de intenções proporciona que se criem ou se fortaleçam laços de relações e até de amizade entre pessoas e grupos que se consideram diferentes ou fora do eixo familiar. Compreender a hospitalidade não é tão simples, pois o seu conceito se confunde com a solidariedade. É necessário que a hospitalidade seja fundamentada na relação com o “outro” diferente e de forma gratuita, ainda que a intencionalidade espere uma contribuição, o que leva à ideia de troca por interesses.

Já a solidariedade, no entanto, trata da relação com o semelhante ou da mesma família, ainda que de forma gratuita e mesmo anônima.

Ambas não se referem, é claro, à hospitalidade comercial que é baseada em receber qualquer pessoa ou grupo em troca de vantagem econômica para assim auferir seu sustento ou lucro. Ou seja, o dono de um hotel ou pousada ou casa de hóspedes não está aguardando reciprocidade de hospitalidade, seu interesse é vender os serviços para quem quiser e puder pagar.

Então, compreendemos que o fato descrito sobre a chegada da Família Real, em 1808, a hospitalidade ali narrada não foi um gesto de solidariedade, entendida como caridade, pois se referia a membros da realeza, mas sim uma forma de demonstrar o respeito da população que acolhia pessoas ilustres. Ainda assim, a incipiente elite brasileira, mesmo que procurasse criar uma imagem de civilização e bons modos, não era comparável a uma tradicional elite formada pela Família Real e os nobres que os acompanhavam. Eram grupos diferentes. No entanto, a realeza portuguesa não tinha intenção de retribuir no mesmo grau do acolhimento recebido, mas sim, aguardava por uma obrigação moral que os seus súditos oferecessem o melhor de si.

De acordo com Wanderley Pinho (2004) em “Salões e damas do Segundo Reinado” as elites mineiras que também estavam se formando no século XIX, já possuíam semelhante ideia de formar laços com pessoas estranhas que necessitassem de pousada ou alimentação. Eram tempos de difícil locomoção pelas estradas reais e picadas que adentravam o interior do Brasil. É bem verdade que receber bem não necessariamente estava restrito às elites, pois aqueles que poderiam proporcionar um pouso aos viajantes ou aos humildes tropeiros, mesmo que de forma gratuita e anônima, assim o faziam. Mas, eram as elites que procuravam demonstrar o máximo do seu poder e riqueza ao receber os viajantes, os juizes, os membros da nobreza. Logo, também, essas elites estariam recebendo os membros da realeza que observariam, com os próprios olhos, as terras ainda selvagens que dominavam. Causar boa impressão naquele momento à Coroa era fundamental para alguns indivíduos e famílias com poder.

Com um território tão vasto e ainda a ser explorado, outros locais, além das Minas Gerais, também exerciam essas práticas de hospitalidade que, além de mostrar, no caso das elites, o poder da riqueza em terem condições econômicas para possuir residências compatíveis com o nível daqueles que eram recebidos, mostravam também, as boas maneiras típicas daquela localidade ou região, ainda que fossem muito diferentes da cultura e dos modos do visitante, já que europeus, como artistas, cientistas, militares entre outros, além daqueles que já citamos anteriormente, poderiam fazer parte dos que eram acolhidos.

Leandro Brusadin (2018) aborda a questão da hospitalidade em seu artigo “Os paradoxos do acolhimento em Minas no século XIX de acordo com a literatura de viagem: hospitalidade e hostilidade” onde analisa a hospitalidade a partir da visão dos viajantes que se hospedavam nas Minas Gerais, nesse texto o autor destaca que, mesmo em períodos curtos de hospedagem, frequentemente, eram desenvolvidas relações de sociabilidade entre os hóspedes e os anfitriões, no entanto, essa relação não queria dizer que havia troca de intimidades entre eles, mas, de amabilidades, ou seja, gentilezas e educação.

No diário de viagem de Burton (2001) entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais podemos destacar algumas passagens acerca da hospitalidade como a gentileza do Dr. Renault para com a esposa de Burton: “Minha esposa teve permissão de pendurar sua rede em um quarto interno; nós passamos a noite em cima e embaixo de mantas e cobertores grossos na varanda” (BURTON, 2001, p. 140).

Interessante perceber que os viajantes levavam as “cartas de apresentação” como uma forma de garantia de que eram dignos de adentrar nas casas das pessoas, ou seja, elas eram um tipo de passaporte para o viajante (BURTON, 2001):

O bom Dr. Renault nos forneceu cartas de apresentação, não se esquecendo de uma para o Sr. Francisco José de Meireles, dono da hospedaria de Barroso, onde pretendíamos passar a noite. Neste país, às “recomendações”, como são chamadas as cartas de apresentação, são, às vezes, mais valiosas que o papel-moeda. O Dr. Renault acompanhou-nos a cavalo algumas milhas, e senti-me triste ao separar-me dele. Um homem com quem se pode conversar e trocar ideias, e que gosta de conversar, deve achar Barbacena, tal como é atualmente, um castigo, um purgatório (BURTON, 2001, p. 136).

E Burton (2001) nos conta que: “Apresentamos nossa carta ao Sr. Meireles, que condescendeu em nos mandar apear” (BURTON, 2001, p. 138).

A carta de apresentação se torna um dos instrumentos de valor entre as elites, pois confere uma qualidade de confiança ao portador por meio de uma indicação de alguém que já está inserido no grupo seletivo de indivíduos, caso contrário não teria valor algum. E dentro de um contexto de falta de ligações entre municípios no interior do Brasil, esse instrumento é tão importante quanto a boa hospitalidade a ser recebida.

As cartas de apresentação, segundo Valéria Salgueiro (2002) em sua pesquisa sobre os viajantes na Itália do século XIX “Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura” eram artigos que faziam parte de um conjunto de facilidades a serem fornecidos por uma rede de colaboradores que faziam parte das elites e que contavam com comerciantes, banqueiros, diplomatas, artistas e estudiosos que possibilitavam desembaraços como reservas em hospedarias, serviços de guias e até mesmo visitas às instalações públicas e privadas. Ainda em relação a estes documentos, no Brasil, o pesquisador Lucas de Araújo (2017) em sua dissertação “Representações marajoaras em relatos de viajantes: natureza, etnicidade e modos de vida no século XIX” também aponta a semelhança de usos e de importância das cartas de apresentação para facilitar as atividades de naturalistas que trabalhavam na coleta de espécies animais e vegetais e trabalhos de prospecção arqueológica no Brasil. Da mesma forma que na Itália, as cartas eram um pedido de ajuda a uma rede de colaboradores formada por integrantes

das elites da época como os “grandes proprietários de terra ou administradores das fazendas marajoaras” (ARAÚJO, 2017, p. 96).

Em relação ao vínculo, no trecho a seguir, fica clara a questão da reciprocidade entre o viajante Burton e sua esposa que se beneficiaram da hospedagem e o anfitrião Mr. Simmons que os convida para o enterro de sua sogra, trazendo à tona o pensamento de Mauss (2003) em que a dádiva é um sistema que envolve o dar, o receber e o retribuir em que, estão em questão, a honra e o prestígio (BURTON, 2001):

A Casa Grande era muito confortável e agradável, com seu piano e livros em quantidade, para não se falar das boas bebidas. Tínhamo-nos despedido e os animais já estavam selados, em frente à porta, quando Mr. Symons apareceu, convidando-nos para o enterro de sua sogra (BURTON, 2001, p. 408).

Um momento tão íntimo quanto um funeral de alguém da família pode ser, na maioria das vezes, para poucas pessoas conhecidas, mas no sistema de trocas que envolvem a hospitalidade nas elites, estar presente após aceitar esse inusitado convite é retribuir a atenção e a gentileza, ainda mais em um momento de dor, com outro gesto de atenção e gentileza. Podemos imaginar os danos causados aos laços recém criados caso o convite fosse declinado pelo casal inglês.

Desse modo, a hospitalidade, naqueles anos 1800, está inserida em uma das práticas das elites mais comuns em uma terra ainda a ser desbravada, e que expõe o poder, as qualidades e os defeitos do anfitrião e sua família, pois estão sob os olhares atentos de pessoas desconhecidas e com um senso crítico capaz de apontar o bom e o ruim na sua estadia. Para o futuro da relação, é o que tratou Mauss sobre a dádiva existente entre quem recebe e retribui. Para Lima (2019), a hospitalidade enquanto um encontro turístico, é um evento entre estranhos, onde um lado está quem recebe, o anfitrião, e do outro, o que é recebido, o migrante, turista, viajante. Nesse encontro podem haver conflitos, como as questões culturais relacionadas aos modos e práticas muitas vezes diferentes, e nesse encontro ambos são atores importantes nessa relação.

5.2 AS REUNIÕES SOCIAIS

Nos oitocentos, as festas e reuniões sociais que parte das famílias das elites brasileiras proporcionavam em suas residências, tinham como objetivos, além da ostentação para demonstração de poder e influência, fazer homenagens a pessoas de cargos importantes e influentes, como a Família Imperial, nobres, políticos, entre outros, com o propósito de

conquistar privilégios na Corte. Nesses salões, em meio às músicas, às casacas bem cortadas dos homens e os vestidos bordados das mulheres, discutia-se conciliações, rompimentos e acordos políticos e comerciais entre a mais alta sociedade, ainda em formação, do Brasil. O cotidiano com essas e outras tantas informações era descrito pelos viajantes estrangeiros que vinham para conhecer o Brasil, desde o século XVII, bem como por cronistas e escritores, como José de Alencar, Machado de Assis e Joaquim Nabuco, como diz Sandro Silva (2011) em “Quando Recife sonhava em ser Paris: a mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX”.

Os viajantes, por meio de diários, muitas vezes faziam descrições fieis e que realmente são riquíssimas para o entendimento daquela sociedade, mas em algumas ocasiões, transportavam seus preconceitos íntimos para o papel, desde o comportamento de homens e mulheres do Brasil, até seus modos de vestir e comer. Em relação às reuniões sociais, muitos viajantes, em uma primeira visão muito superficial, apontavam que esses eram eventos fúteis, atividades de demonstração da opulência de ricos, todavia, esses acontecimentos eram palcos onde foram traçados os rumos do país ou negócios importantes.

A ideia de civilidade inspirada nas cidades europeias se propagou por todos os cantos do Brasil, que se consideravam modelos de sociedades bem educadas e polidas, entre elas, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife.

Silva (2011) fala que, devido aos avanços tecnológicos, científicos, culturais e políticos do século XIX, as cidades europeias despontavam como modelos a serem seguidos, principalmente, Londres e Paris. Essas formas de sociedade tidas como referências inspiraram as classes dominantes brasileiras que se dispuseram a criar uma nova forma de vida, modernizar as áreas urbanas e, principalmente, sofisticar o comportamento das elites dominantes com as inspirações de modernidade europeia que ocorriam no vestuário, comportamento social, nas formas de expressão e também na forma de pensar. Este processo civilizatório, não se deu somente no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades como Recife, por exemplo,

Essas transformações começaram a surgir na cidade do Recife ainda no alvorecer dos oitocentos, não só pela influência exercida pela Corte estabelecida no Rio de Janeiro, mas também e principalmente pelo convívio constante entre estrangeiros (ingleses e franceses, entre outros) e os comerciantes locais, os políticos, os senhores de engenho etc., levando alguns desses componentes das classes dominantes a se confrontarem com uma realidade sociocultural diferente desencadeando nesse grupo uma busca pela adequação e equiparação ao novo contexto social europeu baseado na sociedade parisiense e seus conceitos de civilização e modernidade. Aos poucos um novo estilo de vida, baseado nas elites cultas passou a ser aceito, pois era considerado como um elo perfeito que uniria a estrutura oligárquica local à modernidade europeia, assumindo um

aspecto de continuidade natural, preservando o mais importante para essas pessoas: as estruturas de poder (SILVA, 2011, p. 216).

No que se refere à arte de receber nos salões, Pinho (2004) faz toda uma descrição e traz informações minuciosas sobre as festas nas casas das elites do século XIX em algumas regiões do Brasil, entre elas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco. Entre outras publicações do autor, essa obra de Pinho (2004) é uma das mais importantes sobre a temática e é a partir dela que iremos direcionar nosso texto nesse subcapítulo. Em meio a vários nomes estrangeiros que frequentaram as recepções das elites brasileiras, o autor esmiúça as recepções da Corte com informações importantes dessa prática das elites no Brasil. Entre os viajantes estrangeiros citados pelo autor, destacamos alguns, que trouxeram em seus diários, publicados ou não, a ideia equivocada de boas maneiras e de modelo de “civilização” majoritariamente feita por indivíduos brancos e europeus.

Inicialmente, queremos destacar um trecho de seu livro, onde Pinho nos traz dados de uma conversa que teve com uma senhora (que não foi identificada por ele), amargurada pelo tempo, com seus 95 anos de idade. No auge da juventude, ela frequentou os salões mais concorridos da época:

Foi um dia o autor ouvir uma dessas damas que brilharam nos salões do segundo reinado. Acabava de mirá-la em sua mocidade, graciosa, numa tela de mestre, e ia curvar-se agora para beijar as mãos de uma anciã de noventa e cinco anos. Na boca murcha, nos olhos cobertos de uma névoa que os invernos implacáveis estenderam sobre pupilas outrora tão vivas; nos dedos magros e engelhados havia ainda, por certo, vestígios de beleza e graça. Mas eram apenas vestígios e ruínas... que mal recordavam triunfos mundanos de outrora. Tudo nela transpirava cansaço, abatimento. Súbito, porém, vivaz exaltação do passado, a que se casava hostil desprezo pelo presente, agitou aquêle espírito semi-adormecido: “que boa gente a daquele tempo! Todos eram bons! Tudo era bom e belo! Hoje?!... Ninguém presta para nada! Que saudade! Que saudade! Que bom tempo!...” Pela memória algumas vezes claudicante, corria-lhe uma torrente de recordações (PINHO, 2004, p. 08).

Ao observar o semblante melancólico daquela senhora, talvez, percebeu que em suas lembranças “desfilavam bailes, festas, recepções, modas, jóias, perfumes, frases de espírito, e sucessos e despeitos, e viagens e amôres, uma vida, mil vidas, uma sociedade... o passado...” (PINHO, 2004, p. 08).

Moema Parente Augel (1975) em sua dissertação de mestrado “Os visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista” fala que uma das viajantes estrangeiras que mais se destacou em sua visita ao Brasil foi Maria Graham. Inicialmente Graham visitou Pernambuco e depois outras partes do

País, mais tarde, vai escrever seu “Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse País durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823” (AUGEL, 1975).

Nesse diário, Graham (1956) traz algumas observações das muitas residências que ela frequentou, apesar do senso crítico proveniente de uma observadora britânica, foi capaz de tecer elogios à algumas destas recepções como, por exemplo, a do aniversário da filha do pernambucano Braz Carneiro Leão, o Barão de São Braz, um rico senhor de engenho. Graham (1956) disse que a filha do casal, D. Carlota, aos 19 anos, falava e escrevia o francês, aprendia o inglês, desenhava muito bem, entendia de literatura do país, cantava e dançava graciosamente. Elogiou a casa ricamente mobiliada, com as paredes forradas de papeis franceses com molduras em ouro. A forma como serviram o chá, também foi percebida pela viajante, que ressaltou que o serviço tinha sido mais adequado do que na Inglaterra, com os criados trazendo a bebida em bandejas de prata e acompanhada de doces (GRAHAM, 1956).

Augel (1975) trata dessa ideia de superioridade do europeu em relação aos “não europeus”:

Não se pode esperar, em princípio, da parte dos visitantes europeus, uma posição crítica face aos efeitos dos fenômenos da constante e crescente penetração do “mundo europeu” no seio da sociedade colonial e no Império. Pelo contrário, predomina a consciência da superioridade da civilização moderna, que cabe ao colono assimilar, imitar, admirar e reverenciar (AUGEL, 1975, p. 204-205).

A autora destaca que os viajantes, na maioria das vezes, referem-se em seus diários aos mulatos e negros livres e, em menor proporção, aos negros escravizados como a grande massa populacional da colônia e que constituem as classes inferiores da sociedade. O comerciante francês Louis-François Tollenare em seu diário “Notas dominicaes tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817, 1818”, que foi traduzido em 1905 pelo engenheiro e pesquisador Alfredo de Carvalho, traz muitas informações de aspectos do cotidiano da cidade de Recife, em Pernambuco, desde a movimentação dos escravizados pela cidade e pelos engenhos, da fauna e da flora local, do espaço público, do convívio com as elites locais. Estes relatos são de extrema importância para o entendimento dos costumes da sociedade local da primeira metade do século XIX.

Na fala de Tollenare (1905) podemos observar que, na cidade de Recife, os divertimentos das camadas mais ricas não eram os bailes e recepções no interior de suas fazendas, com convidados ilustres, roupas, joias e pratarias luxuosas (apesar de as possuírem), como percebemos em outros locais do Brasil, mas o que predominava eram as festas públicas,

geralmente eram organizadas e possibilitadas pela igreja, onde cada uma delas tinha sua comemoração solene. A mais afamada e onde circulavam as elites da sociedade pernambucana era a do “Poço da Panella”, monótona e cerimoniosa, e a da Nossa Senhora do Monte, onde a camada mais pobre da sociedade, entre eles mulatos e negros se aglomerava e se divertiam sem constrangimentos. Essa diferença de atitudes era bem nítida, segundo o viajante, comparando como era na Europa:

[...] A porta da igreja, e mesmo no seu interior, as negras mais bonitas, ricamente vestidas sem abandono do typo dos seus trajes habituaes, cobertas de correntões, brincos e braceletes de ouro massiço, os dedos cheios de anueis, vendem por conta de seus senhores, que as apparementaram assim, fitas chamadas *medidas*, bentas ou santificadas pelo contacto da imagem milagrosa que se encontra em cada templo, e todo mundo as traz ao seio ou á botoeira. São offerecidas, furtadas, disputadas, em meio a gargalhadas; o povo baixo bebe aguardente e acaba por brigar; por vezes trocam-se facadas. Entre os Portuguezes, o culto religioso não tem nenhuma apparencia severa, os officios são executados com o acompanhamento de musica um pouco mundana; as decorações, as flores, as guirlandas, as procissões dão ás ceimonias um aspecto de festa ao qual o povo corre como ao espetáculo; soltam-se foguetes nos actos mais importantes da missa; vi no momento do *Gloria in exelsis* executar uma musica de um character angelico, e lançar, na nave, flores sobre os fieis reunidos. Este lance teatral produziu um efeito muito lindo. [...]

[...] Adoptando os costumes europeus, os Brasileiros experimentaram o inconveniente, que já notamos alhores, de um povo que, desejando tornar-se imitador de outro, perde a sua verdadeira índole e os seus prazeres, sem poder se identificar com os que deve adquirir. Havia todos os annos no Poço da Panella, um carrousel onde a rapaziada de família corria á argolinha; não figurou este anno e, segundo todas as apparencias, porque esse exercicio não está mais em moda na França e na Inglaterra. Os rapazes e as raparigas dançavam durante toda a noute na igreja de S. Gonçalo, em Olinda; os cônegos prohibiram-no este anno e no anterior, porque os Europeus o censuravam como uma indecencia indigna do Templo de Deus. [...] (TOLLENARE, 1905, p. 132-133).

Pinho (2004) destaca as impressões de Maximiliano de Habsburgo Lorena, o Arquiduque Maximiliano d’ Áustria, em 1860, o arquiduque foi convidado para um baile na casa do cônsul austríaco Johann Georg Lohmann, na Bahia.

As primeiras impressões que agradaram o cônsul foram as de quando se dirigiu ao evento, pois chamou atenção à natureza do local, por possuir grandes árvores ao longo do caminho, as casas e os jardins eram muito parecidos com os da Alemanha e da Suíça, de Richmond, capital da Virgínia e das margens do Rio Tâmis, em Londres. As flores o faziam recordar das cidades de Claremont, na Califórnia, e de Twickenham na Inglaterra que possuem os mais belos jardins da Europa (PINHO, 2004).

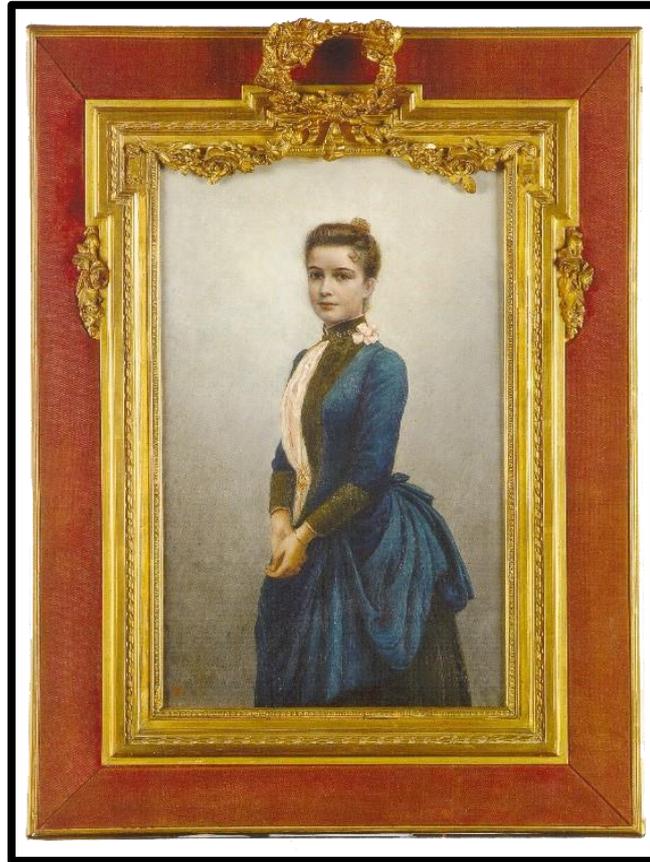
Ao adentrar na casa do cônsul, Maximiliano notou que possuía salas muito bem iluminadas pelas portas e por grandes janelas, os assoalhos eram feitos com pequenas esteiras, belas e caras mobílias, molduras douradas nos espelhos e candelabros suntuosos, provavelmente, trazidos da Europa (PINHO, 2004). A moda foi usada como forma de diferenciação e pertencimento às mais altas classes sociais e, no século XIX, era a Europa que ditava o padrão de se vestir: o “dress code” das elites dos trópicos.

Figura 14 – Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque – Viscondessa de Cavalcanti



Fonte: Museu Mariano Procópio. Retrato. s.d.

Figura 15 – Stella Cavalcanti de Albuquerque



Fonte: Museu Mariano Procópio. Retrato. s.d.

Uma das “ditadoras da elegância”, como destaca o escritor português José Ramalho Duarte Ortigão foi Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque, a Viscondessa de Cavalcanti. Ela e o marido, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, recebiam às quintas-feiras e aos domingos em seu palacete na Rua Senador Vergueiro, nº 40, no Rio de Janeiro “não demorou essa grande dama em presidir um salão que deixou memória e fama” (PINHO, 2004, p. 246).

O grande salão azul com móveis franceses tinha as paredes decoradas com obras de grandes mestres como o pintor holandês Frans Janszoon Post com uma pintura de paisagem pernambucana, do pintor francês Jean-Honoré Fragonard e sua coleção de moedas e medalhas catalogadas em uma obra “Catálogo das Medalhas Brasileiras e Estrangeiras referentes ao Brasil” (PINHO, 2004) (FERRARI, 2013).

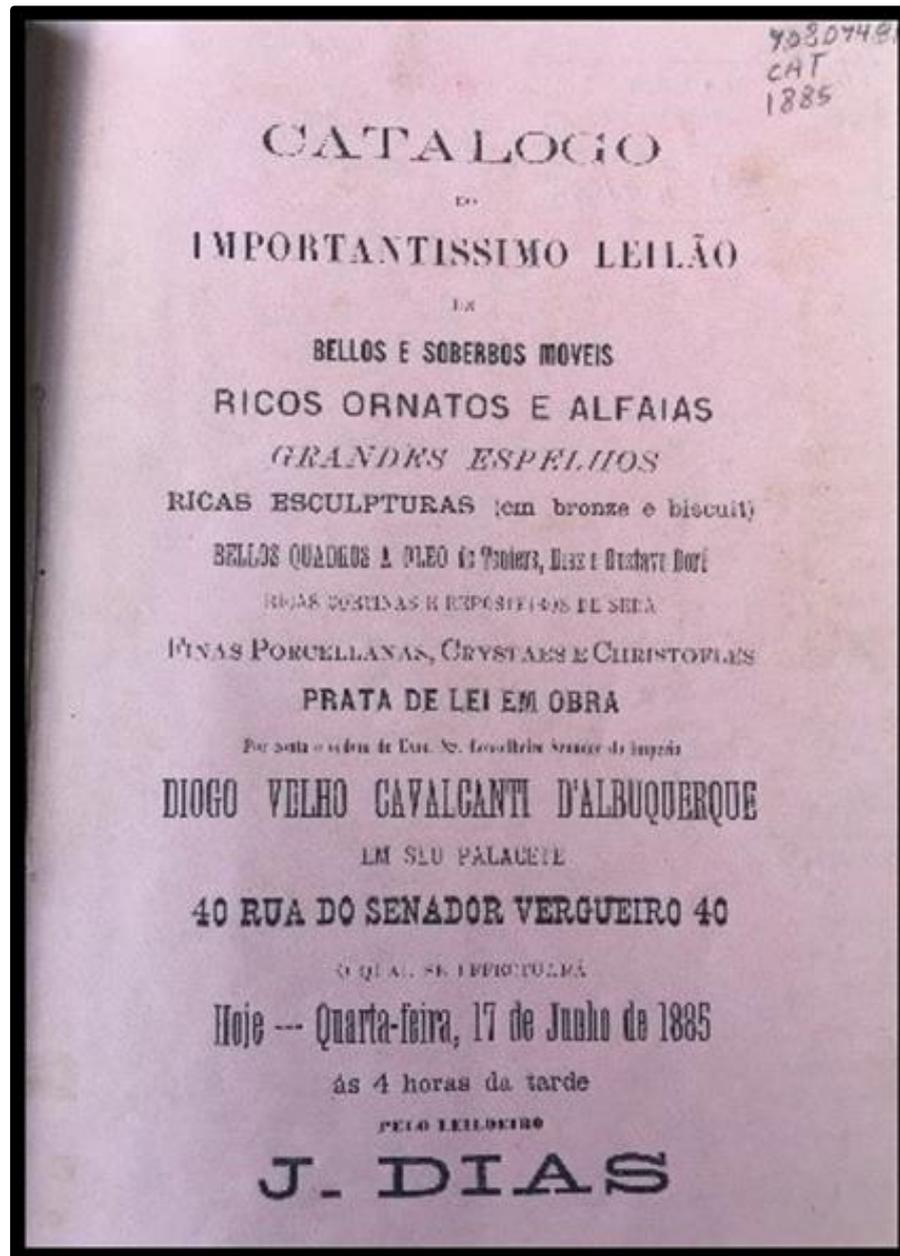
Neste salão, o casal recebia nomes importantes de reputação na literatura, como Machado de Assis, nas artes como Arthur Napoleão dos Santos, pianista português, políticos como o Visconde Cabo Frio, mas também, os dandies, como Luís da Gama Berquó (PINHO, 2004). O “dandinismo” moda masculina que ascendia na Europa, era formado por homens que surgiam da classe média e que se vestiam como a aristocracia, o objetivo era mostrar austeridade tanto pelo

aspecto físico, quanto pelas atividades sociais. Charles Baudelaire em “Meu coração desnudado” (2009) fala:

O dandismo surge sobretudo nas épocas transitórias em que a democracia está enfraquecida e desvalorizada apenas parcialmente. Na confusão dessas épocas, alguns homens, deslocados de sua classe, descontentes, destituídos de uma ocupação, mas todos ricos de uma força inata, são capazes de conceber o projeto de fundar uma nova espécie de aristocracia, tanto mais difícil de abater quanto estará baseada nas mais preciosas, nas mais indestrutíveis faculdades, e nos dons celestes que nem o trabalho e nem o dinheiro podem conferir (BAUDELAIRE, 2009, p. 17).

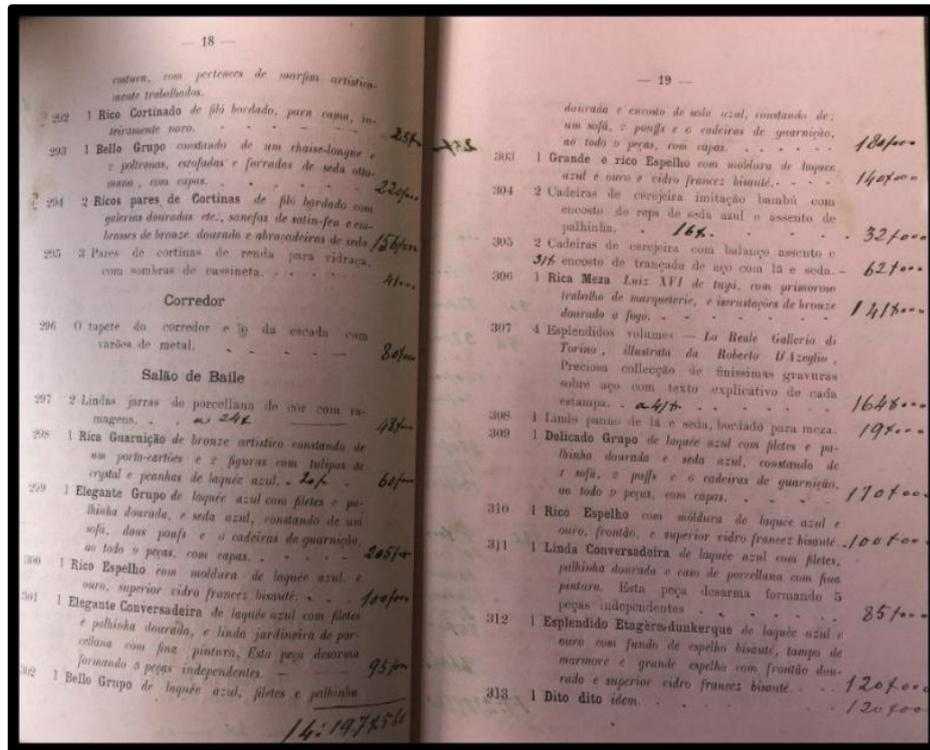
A moda europeia ficava explícita nos objetos do Salão de Baile dos Viscondes de Cavalcanti, como veremos no catálogo do leilão dos objetos da residência da rua Senador Vergueiro realizado em 1885 “1 rica meza Luiz XVI de tuya, com primoroso trabalho de marqueterie e incrustações de bronze dourado a fogo” (J. DIAS, 1885, p. 19).

Figura 16 - Catálogo do leilão do palacete da Família Cavalcanti de Albuquerque



Fonte: Museu Mariano Procópio. 1885.

Figura 17 - Catálogo do leilão do palacete da Família Cavalcanti de Albuquerque



Fonte: Museu Mariano Procópio. p. 18-19. 1885.

O antropólogo Antônio Motta (2017) em seu artigo ““I’m not exotic, I’m exhausted”: africanos no Brasil, culto da elegância e consumo de luxo”, confirma que essa fascinação das elites brasileiras pela moda estrangeira, se consolidou no século XIX, onde além das ideias, os mais abastados compravam seus bens de consumo diretamente da Europa, principalmente da França, provavelmente, com intuito de que esses objetos os diferenciassem da maioria da população. Motta (2017) ainda nos traz uma reflexão a partir das ideias de Silvio Romero, um importante intelectual do final do século XIX, acerca das formas que as elites encontraram para se firmar como um grupo distinto da maioria da população brasileira:

O teor das observações do crítico literário brasileiro, embora pareça hoje soar desconstruída e anacrônica, serve, contudo, não apenas para ilustrar a atmosfera de uma época, como também um fenômeno que, de certo modo, se pode ainda hoje identificar na sociedade brasileira. O que enfatiza Romero é que uma pequena elite dedicava-se a copiar, posto que tinham acesso diretamente aos modelos europeus, enquanto o grosso da população permanecia excluída do processo (MOTTA, 2017, p. 288).

Pensamento confirmado por Emília Viotti da Costa (2000) em seu artigo “Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX” fala que, de 1808 a 1815, era a Inglaterra que ditava as regras da elegância e depois, em 1816, a França

tomava esse posto no gosto das classes mais abastadas do Brasil. O contato com as ideias e costumes desses países, trouxe uma modificação dos hábitos e necessidades da recém criadas elites brasileiras. E não só na moda, pois essa “europeização” movimentou a economia brasileira nas capitais, como também no interior, apontando que tudo que era elegante vinha da Europa. Os jornais, participavam aos fregueses o que havia chegado da França: “[...] roupas brancas, enxovais, vestidos, leques, grinaldas, véus, chapéus, flores, fazendas etc. [...] e um esplêndido e completo sortimento de calçados” (COSTA, 2000, p. 324).

É o que percebemos em relação às roupas escolhidas pelos convidados das elites baianas para o baile na residência do cônsul Lohmann. O arquiduque Maximiliano destacou a casaca negra para a maioria dos homens e entre as mulheres, as damas da sociedade baiana, usavam elegantes plumas e amplas crinolinas, que eram grandes saias sustentadas por barbatanas. Entre as brasileiras, uma mereceu destaque para o arquiduque (PINHO, 2004):

Pálida como marfim, esguia como um hindu, os grandes e negros olhos cintilantes velados de encantadora expressão de melancolia, o cabelo preto como a asa de um corvo; beleza realçada pela simplicidade do traje, tinha ela a graça de uma sílfide e uma cativante timidez (PINHO, 2004, p. 34).

No Brasil, então, onde as elites elegeram a Europa como modelo de civilidade, o consumo desses produtos era contínuo, existia uma verdadeira compulsão na busca da aproximação com a modernidade europeia, além das vestimentas, que davam ares de distinção para quem as vestia, se estendia ao modo de organizar a casa com mobílias francesas, os serviços de louça ingleses e franceses, obras de arte. No entanto, os brasileiros demonstravam um luxo de “fachada”, pois por dentro, havia uma sociedade ainda atrasada, envolta em ares coloniais e escravistas.

Pinho (2004), ao longo de sua obra, faz toda uma descrição das festas e vestimentas, mas também, mesmo que de maneira implícita, traz trechos que aludem ao passado escravista brasileiro:

Todas as janelas e portas estavam abertas e apesar do calor que fazia continuamos a dançar à fresca brisa da noite. A lua esgueirando-se da floresta lançava seus raios através das janelas, enquanto lá embaixo, em frente à casa, os carregadores de cadeirinhas executavam ao relento danças primitivas e selvagens, acompanhadas de suas loas (PINHO, 2004, p. 35).

Outra forma de manter o status entre seus pares era a fartura:

Os magnatas rurais, os barões ricos puseram todo o esmero nas recepções com que festejavam o juvenil imperante. Eram jantares abundantes, em louças e baixelas de preço. Eram filarmônicas de escravos em marchas e músicas de

dança e trechos de ópera, como a que se orgulhava o barão de Araruama, formada de molecotes de 15 anos, ricamente fardados, que enchiam de ecos metálicos os jardins e a residência da fazenda Quiçamã (PINHO, 2004, p. 126).

Augel (1975) destaca que os viajantes estrangeiros tinham um contato estreito com a camada dominante da população, tanto que, na maioria das vezes, hospedavam-se e frequentavam as casas de outros estrangeiros ou de brasileiros que faziam parte de uma camada mais abastada da população e tiveram oportunidade de estudar na Europa e assim “a influência da Inglaterra ou da França se faz sentir através da literatura que chega até o Novo Mundo ou do contato de jovens que, indo educar-se na Europa, retornam mais abertos e mais experientes, transmitindo essa vivência aos seu conterrâneos” (AUGEL, 1975, p. 192).

E é interessante perceber que, mesmo entre os estrangeiros havia uma diferenciação de qual “cultura” era mais ou menos desenvolvida, tanto que os portugueses tidos como “donos da colônia” não eram bem vistos por viajantes de outras nacionalidades como os alemães, franceses e ingleses. Portugal era um país menos desenvolvido culturalmente, economicamente e segundo a inglesa Maria Graham (1956), os homens tinham uma péssima aparência, não eram bem educados e gastavam seu tempo entre os negócios e em jogos.

Augel (1975) ainda aborda o fato de que, mesmo com críticas ao modo de se vestir, de falar ou receber dos brasileiros e de se sentirem “superiores” aos colonizados muitos europeus se instalaram por muito tempo ou definitivamente aqui:

Entre os visitantes estrangeiros que computamos, vários são os que não integram o rol dos viajantes propriamente ditos, tendo-se fixado por mais tempo na Bahia; seja por motivos superiores ou alheios às suas forças ou escolha, como Lindley, prisioneiro durante um ano por crime de contrabando, ou Dundas, por 23 anos médico a serviço da colônia inglesa na Bahia, ou ainda Wetherell, representante diplomático, também inglês, durante 15 anos no Brasil, [...] ou como Tollenare, negociante de algodão por alguns meses tratando na Bahia, depois de ter feitos o mesmo em Pernambuco (AUGEL, 1975, p. 200).

Então, vieram somente para suas atividades de observação, mas, mesmo mantendo-se na colônia sempre predominava a consciência da “superioridade” da civilização europeia e que cabia ao colonizado reverenciar e imitar.

Eram nas reuniões que a opulência se expunha e a distinção mais se apresentava. Mas também havia a preocupação pelo espírito, cristão ou não, afinal, todos queriam ser um lugar no céu. Por isso, ser religioso e caridoso eram virtudes que não poderiam ser esquecidas.

5.3 A RELIGIOSIDADE E A CARIDADE

O Brasil religioso do século XIX era caracterizado como um território predominantemente católico, tradição advinda dos jesuítas portugueses que vieram com os colonizadores nas primeiras levadas das missões de ocupação da imensa colônia brasileira. Com exceção do breve domínio holandês em Pernambuco, entre 1630 e 1654, com a liberdade religiosa que trouxe o calvinismo e o judaísmo como declara Gilberto Freyre (2013) em “Sobrados e Mucambos”, o autor fala que o que se viu na colônia era um espaço totalmente voltado para a igreja papal.

Em 1872, com o primeiro censo oficial do Brasil, os registros indiretos indicam que havia 99,7% de católicos e 0,1% de evangélicos seguindo suas respectivas religiões considerando a população livre e a escravizada. Os outros 0,2% não declararam seu credo. Um número que mostra bem a influência da Igreja Católica na sociedade brasileira e que se mostrou imutável até o fim da Monarquia, em 1889, quando, logo após, na primeira constituição republicana, em 1891, o catolicismo deixou de ser a religião oficial e o Estado tornou-se laico. Ainda assim, em 1940, o Brasil possuía 95% de católicos diz Mariano Vicente (2016) em “A transição religiosa no Brasil”.

Essa longa e forte tradição religiosa baseada no catolicismo, permeou todas as classes e estratos da sociedade, desde as elites, aos mais desfavorecidos, passando pelos escravizados, que também possuíam seus santos de adoração e faziam parte de grupos religiosos.

Em relação às elites, Freyre (2013) apontou esse estreitamento de ligação entre a família e a Igreja, com a força exercida pela autoridade eclesiástica em assuntos que iam de educação ao casamento dos herdeiros:

A Igreja, por cuja autoridade sobre a família os jesuítas se bateram tão ardentemente no primeiro século de colonização, tendo de capitular, no segundo, vencidos pelos monarcas das casas-grandes, reconquistou depois alguns dos seus supostos direitos e restaurou parte do prestígio espiritual e moral que perdera através da subserviência quase absoluta do capelão ao pater famílias. Mas sem conseguir o domínio absoluto, a que aspirava, sobre a mulher e sobre o menino que, libertando-se do excesso de opressão do pater famílias, foram se submetendo às influências novas do médico, do colégio, do teatro, da literatura profana, e não apenas à autoridade mais firme dos bispos e dos vigários, cuja voz chegava às vezes tão forte aos sobrados no som dos sinos da catedral ou da matriz. Mas não se deve deixar de incluir a Igreja – a Igreja dos bispos e do Internúncio – entre as forças que concorreram para o declínio do patriarcalismo das casas-grandes e dos próprios sobrados, tantos dos quais aparecem nos anúncios de jornal da primeira metade do século XIX com oratório ou capela particular. No século XVIII já alguns bispos procuravam reprimir o abuso das missas em capelas particulares – as capelas ou oratórios

das casas de engenho, e fazenda, de sítio, de sobrado (FREYRE, 2013, p. 149).

A concorrência entre o padre e o patriarca da família, tratada por Freyre, permaneceu em áreas rurais tanto quanto nas urbanas, casas-grandes e sobrados, sendo uma prática das elites, daqueles com maior poder de influência e de recursos, o privilégio de possuir as capelas ou oratórios particulares para que recebessem, diretamente do pároco, as bênçãos e orações. Não é difícil imaginar que essa proximidade trouxe o fortalecimento das ligações entre a Igreja e a família, por um lado, e o desvio da função dos padres em prover para todo o seu público a assistência religiosa que era necessária. Apesar de no século XVIII as iniciativas de mudar essa situação de privilégio serem implementadas, o que se viu foi a permanência de certas práticas de atenção voltadas para as famílias mais importantes, que financiavam as obras de caridade e participavam de irmandades católicas.

Em “Dicionário do Brasil Colonial” Ronaldo Vainfas (2001) fala que as irmandades foram instituições religiosas com tradição portuguesa, criadas na época das grandes navegações. Essas procuravam valorizar a religiosidade leiga, ou seja, da pessoa comum, o culto aos santos e difundir a fé católica (VAINFAS, 2001).

Segundo Aparecido Barbosa (2017) em “Religião e cultura no Brasil oitocentista: um estudo a partir dos relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire (1808-1853)”, não apenas membros das elites compunham as irmandades nos séculos XVIII e XIX, algumas reuniam integrantes de classes, dando um tom corporativo à instituição, e outras reuniam mulatos, como a irmandade das Mercês, e outros escravizados, como a de Nossa Senhora dos Pretos, ambas de Minas Gerais.

Além de divulgar a fé católica, as irmandades preenchiam a lacuna deixada pelo Estado em prover as necessidades da Igreja e resolver questões sociais, como falta de atendimento hospitalar e socorro aos mais necessitados (BARBOSA, 2017).

Auguste Saint-Hilaire, naturalista francês que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX para observar e relatar a fauna e flora, mas também fez diversas e ricas anotações sobre a população, cultura e sociedade da época. Saint-Hilaire apresentou uma visão de uma religião original, mas, repleta de superstições (BARBOSA, 2017) com suas descrições e, obviamente, segundo o olhar estrangeiro, de práticas populares de cultos religiosos, que misturavam o catolicismo com crenças antigas de feitiçaria, cultos indígenas, medievais e africanos, e superstições orais, e que se enraizavam principalmente no interior da colônia por causa da pobreza e falta de conhecimento (BARBOSA, 2017).

O olhar de Saint-Hilaire transcrito em seus relatos é, assim como parte dos viajantes estrangeiros, de superioridade e incompreensão em relação aos costumes e manifestações culturais brasileiras, algo que não deixa de ser incomum e até compreensível, haja vista que um mundo novo se descortinava, a todo o momento para o viajante que estava acostumado à Botânica e à Geografia, ciências que possuem informações bem mais fáceis de se absorver do que a cultura humana.

Em estreita ligação com a religiosidade e as irmandades das quais as elites participavam, estavam as ações de caridade e filantropia em proveito de parte da população, como aquisição de alimentos e roupas, de construção e manutenção de hospitais, asilos e orfanatos. Associações civis sem ligação com a Igreja também realizavam atividades em proveito dos mais pobres e necessitados, mas assim como as irmandades, possuíam boa parte de seus membros pertencentes às elites de cada local.

Jorge Rizzini (2011) em “Eurípedes Barsanulfo: o apóstolo da caridade” diz que as ações de caridade tinham um motivo oriundo dos preceitos religiosos, da piedade, do amor ao próximo e que estavam mais ligados às irmandades, já as ações ligadas à filantropia, tem um aspecto de fundo humanístico, de dar as condições de vida digna ao ser humano, valores próprios do humanitarismo e, portanto, mais modernos que as caridades. Mas ambos conviveram no século XIX, contavam com parte dos mesmos membros das elites e cumpriam os mesmos objetivos de dar atenção aos desvalidos.

Segundo Pinto (2005), as ações de caridade e de filantropia traziam algumas questões que a modernidade colocava em debate. Se para a caridade, a esmola tinha uma aura de piedade, de se sentir bem aos olhos de Deus e que deveria ser indistintamente concedida a todos os pobres, a filantropia entendia que atender aos necessitados não poderia ser desprovida da ideia de dar as possibilidades dessas pessoas conseguirem seu próprio sustento, de se garantirem em um futuro próximo e participarem plenamente da atividade produtiva. Para o indivíduo inválido para o trabalho, como aleijados e cegos, tanta a caridade quanto a filantropia concordavam em apoiar sem ressalvas.

A Viscondessa de Cavalcanti, por exemplo, fazia parte da Ordem Terceira do Carmo, irmandade católica do Rio de Janeiro. Mesmo participando de uma instituição religiosa que promovia atos de caridade, a Viscondessa também realizava doações para entidades caracterizadas pela filantropia, como a Cruz Vermelha, que não tinha ligações com governos nem com igrejas. Seu marido, o Visconde de Cavalcanti, foi admitido, em 1858, na irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade da Parahyba do Norte, atual cidade de João Pessoa. Em 1878, foi admitido na Sociedade Propagadora e Instrução Pública em Pernambuco. No mesmo

ano foi admitido na Instituição Promotora da Instrução de Meninos, do Rio de Janeiro. Essa Instituição era uma escola mantida por meio de doações e que promovia atividades educacionais para meninos.

Além disso, o casal faziam doações mensais para diversas instituições filantrópicas, como 100\$000 (cem mil reis) dado para a Sociedade Brasileira de Beneficência, em 1876⁴⁵.

A caridade e a filantropia eram tratadas com muita seriedade e urgência em meados do século XIX, quando a área urbana do Brasil passou a atrair cada vez mais pessoas que procuravam melhores condições de vida, mas se deparavam com situações como desemprego, falta de apoio hospitalar, falta de moradia e fome. Com isso, cada vez mais grupos eram formados para mitigar essa situação, haja vista a falta de capacidade do Império.

Em relação às mulheres e a caridade e filantropia, segundo Ana Paula Martins (2015) a “A feminilização da filantropia” fala que a partir de meados do século XIX teve início uma grande participação de mulheres em ações de caráter humanitário, onde a caridade era cada vez mais praticada por membros das elites ou liderada por esses, para tornar mais amena as dificuldades da vida que atingiam parte da população. Movimentos surgiram na Europa, nos EUA e nas Américas, inclusive o Brasil.

Aqui no Brasil havia também ações para promover o abolicionismo, mas também, para abolir o alcoolismo, o tráfico de mulheres e a prostituição e também se preocupava com a criação de leis de proteção às mulheres e às crianças. Segundo Martins (2015):

Homens e mulheres de classes privilegiadas não estavam a ver mendigos velhos e doentes a quem a caridade poderia estender sua mão caso fossem merecedores da piedade cristã, mas sim trabalhadores, pessoas que, supostamente, deveriam viver com dignidade e conseguir se manter com seu trabalho (MARTINS, 2015, p. 16).

Nesse contexto em que os membros das elites se engajam em ações para minimizar as agruras dos mais necessitados, Sklair (2010) observa que muitas vezes essas práticas acabam promovendo a permanência e ampliação do que chamou de “o mundo da bolha” que os mais ricos vivem, caracterizado pela segurança de residências luxuosas e seguras, ou espaços de convivências onde somente os indivíduos do grupo seletivo podem compartilhar. As ações de apoio aos mais pobres são, muitas vezes, pontuais e limitadas, e após encerradas, não reduzem o fosso existente entre as elites e os mais humildes. Não há mudanças significativas nessa relação, pois as soluções são muito mais complexas do que ambos imaginam.

⁴⁵ Museu Mariano Procópio. Recibo. 1866.

As mulheres, principalmente das elites, ocupavam esse espaço, segundo Martins, por causa de sua natureza sentimental e qualidades morais superiores. O caráter afetivo de se preocupar com mais necessitados também era ampliado pela preocupação em fazer algo “útil” em proveito da sociedade, onde elas poderiam exercer com maior autonomia e protagonismo do que em outras oportunidades e locais, inclusive em suas próprias residências, que eram dominadas pelo patriarca. E dentro desse protagonismo, estava também a criação de entidades beneficentes (MARTINS, 2015). As solteiras e casadas com filhos já crescidos e independentes poderiam ficar à disposição para ações beneficentes, o que as tornavam o principal vetor dessas atividades, como aponta Mrs. Russel Sage (1905) em “Opportunities and responsibilities of leisured Woman: the north american review”.

O jornal “Pharol”, de Juiz de Fora, em Minas Gerais, publicou, em 29 de abril de 1877, o seguinte:

Há dias tratamos nessa folha de um assumpto que nos pareceu de summa importancia para a classe operaria desse município:
 A criação de uma associação de beneficencia que pozesse seus membros ao abrigo de miseria quando occasionada pelas molestias e garantisse o futuro dos seus filhos desvalidos.
 Como sempre acontecesse quando se trata de uma innovação qualquer, encontrou nossa idéa adeptos e antagonistas.
 [...] o sentimento de caridade que anima a população desta cidade, sentimento que por mais de uma vez se tem manifestado de um modo eloquente, é um dos elementos com que mais contamos para levar avante nosso projeto.
 [...] colchões, lençoes, toalhas, camisas, tudo enfim tinha sido offerecido e aceito com um verdadeiro enthusiasmo; e todos esses donativos insignificantes; cada um por si, tinham dado um resultado além do que se se podia esperar.
 E seja dito entre parentheses, a maior parte desses objectos tinham sido oferecidos por senhoras.
 [...] deixemos que os pessimistas taxem de irrealisavel a nossa idéa, nem por isso deixaremos de advogal-a em quanto nos fôr posivel.
 O principal obstaculo que apresentão é já existir aqui que uma casa de misericordia que torna inutil a criação de um estabelecimento desse genero.
 É do que trataremos em nosso proximo numero (PHAROL, 1877, p. 01).

Nesse extrato do artigo publicado no “Pharol”, que expõe o pensamento editorial desse veículo de imprensa, já que não foi indicado o autor, é possível verificar a preocupação de parte da sociedade que lentamente se urbanizava e via o crescimento da população e suas mazelas, como a pobreza e a falta de cuidado com os mais necessitados. Nesse período, o jornal era de propriedade do jornalista francês George Charles Dupin, antigo chefe de redação do periódico, e que já combatia a escravidão que ainda era forte naquela região cafeeira.⁴⁶

⁴⁶ Disponível em: <https://almanaqueurupes.com.br/index.php/2015/03/23/jornalismo-na-vei/>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Juiz de Fora já era uma das principais cidades de Minas Gerais, possuía a maior produção cafeeira do Estado e já comportava fábricas e indústrias, principalmente a partir da finalização da construção da Rodovia União e Indústria, em 1861, que formaram sua base econômica quando teve início do século XX, inclusive com a mão de obra de operários estrangeiros como destaca Silvia de Andrade (1987) em “Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas 1912-1924”. E esse público é citado como um dos objetivos para a criação de uma Associação Beneficente para atender pessoas em situação de vulnerabilidade social. Apesar do autor citar a intenção de promover a caridade, entendemos que o que se busca são ações de filantropia, pois se quer o amparo para um público que faz parte do setor produtivo ou que ficou à margem dos benefícios promovidos pelo capital. Em 1872, segundo Antônio Gasparetto (2011) em “Mutualismo alemão em Juiz de Fora: o reforço da identidade em perspectiva” já existia a Sociedade Alemã de Beneficência, que atendia por meio de apoio médico, farmacêutico e financeiro, esse último em caso de funeral, além de atividades para reforçar a identidade alemã. Essa entidade atendia apenas os imigrantes alemães e seus descendentes (GASPARETO, 2011).

A forte presença de senhoras nas ações de doação é o testemunho do que tratou Martins (2015) e Sage (1905), sobre a prática das elites por meio da mão feminina em estar à frente e participando desses eventos.

Na edição 35, de 06 de maio de 1877, o “Pharol” continua a explorar esse assunto, agora argumentando sobre a existência da Casa de Misericórdia de Juiz de Fora:

A existencia de uma casa de misericordia faz com que algumas pessoas julguem superfluo um estabelecimento de beneficencia e para o qual temos procurado chamar a atenção de nossos leitores. Não entendemos porém que seja assim. Por motivos que ignoramos a casa de misericordia desta cidade pouco ou nenhuns serviços tem prestado; existe de nome sómente, não deve pois servir de exemplo e em nada póde obstar à criação da associação de que ocupamos. Com quanto existia entre ambos muita semelhança, ha no emtanto uma enorme differença em seus fins. Quando a mesma casa de misericordia estivesse preparada de modo a receber os doentes pobres que ali procurassem um abrigo, não poderia ella prestar os serviços a seus membros póde prestar uma associação de beneficencia. Alli só de trata do individuo emquanto doente, e uma vez curado, embora pela natureza de sua molestia fique impossibilitado de ganhar a vida, não tem outro remédio senão recorrer à caridade publica para obter meios de subsistencia. O doente pobre, embora tenha familia não póde se tratar em sua casa, é obrigado a abandonar os seus e a entregar-se à mãos extranhas que nunca têm o mesmo desvello a mesma paciencia. Nas associações de beneficencia não acontece o mesmo: o doente póde a sua vontade tratar-se em sua casa recebendo uma quantia diaria que lhe permite fazer frente às despesas accarretadas pela molestia, e o medico da associação faz-lhe as precisas visitas. Já se ve que as vantagens são muito maiores por esse lado. [...] Ponhão pois mãos a obra aquelles que por seu nome ou sua posição possuem inspirar a confiança precisa para se levar avante uma idéa qualquer que seja ella, e não duvidamos que o resultado não se fará esperar. O povo é e foi sempre uma grande criança que

temendo fazer as cousas por si só acompanha com a melhor vontade aquelles que lhe indicão o caminho que deve seguir. E seja dito de passagem, a cidade de Juiz de Fora, é incontestavelmente uma das primeiras senão a primeira da provincia, e é para lastimar-se que aqui não exista ainda um estabelecimento de caridade.

[...] só falta a iniciativa de alguém que se sacrifique um pouco em favor de seus semelhantes, e esperamos que ella não se fará esperar. Ainda esta vez, temos disto intima convicção, o publico não ficará surdo ao apello que lhe dirigimos (PHAROL, 1877).

Quando os direitos trabalhistas ainda eram um objetivo distante para a sociedade organizada, pessoas em idade produtiva e seus familiares ficavam apenas aos cuidados das entidades de caridade e filantropia, haja vista a omissão e pouca capacidade do Estado, no caso, o Império brasileiro.

O caráter humanitarista da associação de beneficência, que é sugerida pelo “Pharol”, retorna a questão da exclusão social que cresce nas áreas urbanas das cidades de médio porte como Juiz de Fora. A necessidade de liderança pedida para o surgimento dessa instituição é sugestivamente dirigida para as elites, quando o artigo se refere ao nome ou posição daqueles que farão tornar realidade essa necessidade.

O surgimento da primeira associação beneficente não étnica só ocorreu em 1885, com a criação da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, que atendia os trabalhadores sem distinção de origem, segundo Antônio Gasparetto (2019) em “Representações da terra natal: associações germânicas em Juiz de Fora” e como sugeria os artigos do “Pharol”.

As elites, ao praticar o bem e louvar a Deus, estavam, também, procurando se distinguir dos indivíduos comuns, serem superiores àqueles que, mesmo com recursos econômicos, apenas se divertiam ou viviam em pecado, ou eram os pobres coitados que mereciam as ações de caridade.

Mas as elites também tinham que se distinguir culturalmente entre elas mesmas e colecionar, como veremos a seguir, era uma prática comum aos grupos mais seletos.

6 O COLECIONISMO E AS ELITES BRASILEIRAS

Como tratamos no início dessa pesquisa, colecionar era uma das práticas mais comuns entre os membros das elites dos 1800. Não bastava ter dinheiro, investimentos e ser culto sem demonstrar por meio de objetos e peças raras adquiridas em viagens ao exterior e ao custo de grandes somas.

Então, reunir amigos e autoridades para expor em suas residências o produto de riquezas acumuladas fazia parte das estratégias de convivência dos mais importantes nomes das elites brasileiras. Era uma forma de distinção tanto quanto os imóveis, os trajes e os escravizados que um integrante desse seletivo grupo possuía.

Com o tempo, as coleções saíram das ricas residências e passaram a ser expostas em locais públicos, até que as instituições museais passassem a ser locais mais indicados para essa demonstração de poder.

Esse capítulo irá tratar exclusivamente da prática colecionista e do nosso campo de estudo: o Museu Mariano Procópio.

6.1 COLECIONAR COMO UMA FORMA DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE ELITES

O colecionismo, segundo André Gob e Noemi Drouget (2019) em “A museologia: história, evolução e questões atuais”, é a ação de reunir objetos, de qualquer tipo, material, época, revestida de vários objetivos e formas de execução, seja por aquisição, doação, pilhagem ou fruto de pesquisas científicas.

Claudio Carlan e Pedro Funari (2010) em “Patrimônio e colecionismo: algumas considerações” destacam a importância da coleção de numismática do Imperador Romano Augusto César, conhecido como “o fundador do Império Romano”, cujo governo foi de 27 a.C. até 14 d.C. pelos autores, esta coleção apresenta uma expressão de hierarquia política, econômica e social e é considerada a primeira

O desenvolvimento do comércio e os lucros obtidos que fizeram vários personagens e famílias acumularem fortunas, além das navegações que tomaram contato com novas sociedades e culturas, contribuíram para que a partir do século XIV, os mais ricos e poderosos acumulassem cada vez mais patrimônios de coleções diversas, que iam de grandes obras de artes, como pinturas e esculturas, a objetos exóticos como animais empalhados e máscaras de tribos africanas. A partir

daí, não somente era suficiente acumular, era necessário apresentar esse patrimônio como prova de demonstração de poder e de cultura, ou segundo Phelipp Blom (2003) em “Ter e manter: uma história íntima de colecionadores de coleções” de “Erudição e conhecimentos enciclopédicos”, primeiro vieram as galerias, depois os “gabinetes de curiosidades”, muitas vezes reduzidos aos “armários de curiosidades”, e por fim, os museus, públicos ou privados, que passaram a expor as coleções que antes eram exclusivas dos ricos, como explicam Gob e Drouget (2019).

O interesse em colecionar, é bem verdade, não era exclusivo das classes mais privilegiadas, Blom (2003) lembrou da popularização da prática colecionista, no século XVI, entre aqueles que tinham poucos recursos para gastar ou nenhum objetivo em demonstrar conhecimento e poder.

No entanto, boa parte dos estudos sobre práticas colecionistas que formaram acervos em museus ou se tornaram importantes para compreensão de uma narrativa histórica, começaram ou estiveram um dia nas mãos de indivíduos com poder político ou econômico. Monarcas, ricos comerciantes, políticos, visionários, militares, são algumas das ocupações de grandes colecionadores que deixaram seus nomes para a posteridade.

Sem a pretensão de descrever as estratégias desses grandes colecionadores nem o longo percurso de algumas das maiores coleções mundiais, é primordial que compreendamos como essa prática foi importante para caracterizar as elites, fossem elas brasileiras ou estrangeiras. Tão importante quanto outras práticas que já tratamos nesse trabalho, e que influenciaram a sociedade dos oitocentos.

Novamente, a vinda da Família Real portuguesa, em 1808, foi um marco para que novos modos fossem inseridos na colônia. As práticas, já exploradas nesse trabalho, fizeram com as elites em formação se acostumassem com um gosto refinado e distinto que existia na Europa e era comum à realeza e aos nobres portugueses.

Algaranti (2017) em “Em torno da mesa do rei: artefatos, convivialidade e celebração no Rio de Janeiro joanino” destaca que a vinda da realeza para a colônia foi acompanhada por objetos que traduziam esse gosto e forma de viver. Pratarias de mesa, mobiliários de luxo e artigos raros foram transportados como itens essenciais para a sobrevivência daquela parte privilegiada da sociedade.

Assim como objetos de mesa e do lar, a Biblioteca Real foi trazida para o Brasil, após a fuga de Portugal, entre 1810 e 1811, em três viagens por navios que totalizaram 60 mil exemplares. Em 1810, D. João VI fundou a Real Biblioteca no Rio de Janeiro que ficou com grande parte da coleção, mesmo após o retorno da realeza para Lisboa, em 1821 como conta Lilia

Schwarzc (2002) em “A longa viagem da biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil”.

Essa percepção de reunir, preservar e expor objetos raros e de valor cultural despertou em muitas pessoas do Brasil, o gosto por colecionar, e quem tinha mais condições para isso, as elites, fazia-o para ampliarem seu capital cultural, de se distinguirem das pessoas comuns ou mesmos os outros membros das elites que não possuíam objetos ou coleções de valor.

Segundo Paulo Knauss (2001) em “O Cavalete e a Paleta: Arte e prática de colecionar no Brasil” e Marize Malta (2020) em “Gostos ecléticos em coleções, repercussões em museus nacionais: o caso da coleção Ferreira das Neves” foi justamente na segunda metade do século XIX que aumentou esse interesse em colecionar obras de arte, não somente no Brasil, mas em outros locais no mundo.

Segundo Malta (2020), os colecionadores brasileiros tinham interesse em reunir objetos, em sua maioria com origem europeia, com amplo espectro de origens, períodos e estilos, desde peças arqueológicas até obras de artes e que mostram as preferências de aquisição naquele momento, bem como as relações de sociabilidade envolvidas tanto para o desfazimento quanto a ampliação das coleções. Isso influenciou, segundo a autora, na formação de coleções ecléticas, que com a abertura para os visitantes nos museus que foram criados, construíram uma visão de uma “história de todos”.

A reunião de objetos de diversas origens indica que são peças que tiveram uma vida anterior até que fossem considerados acervos de coleções. Segundo Arjun Appadurai (1986) em “A vida social das coisas” os objetos podem ter valor como mercadorias, até ganharem um outro sentido e valor quando trocam de mãos. Igor Kopytoff (1986) compreende em “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo” que um mesmo objeto, ao longo de sua vida, pode ter uma função como mercadoria, mas pode, em um outro momento, ser considerado objeto culturalmente importante para uma determinada pessoa ou sociedade. Nessa nova função como objeto cultural, ou como semióforo, o objeto perde a sua utilidade para qual foi criado, mas agora ganha um significado, ou significados, que representam o “invisível” daquela peça como destaca Krzysztof Pomian (1984) em “Coleção”.

D. Pedro II, também fez do colecionismo uma prática social e científica. Segundo Schwarzc e Regina Dantas (2008) em “O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação”, Pedro II recebeu de sua mãe, a Imperatriz Leopoldina, uma coleção de mineralogia, numismática e herbário. Leopoldina, por sua vez, já havia sido incentivada ao hábito de colecionar objetos minerais pelo seu pai, o rei Francisco I, da Áustria. Pedro II ampliou as coleções e fez outras tão importantes quanto. Era famosa a coleção de mais 700 itens de artefatos

egípcios que compunham o acervo do Museu Nacional, mas parte desses objetos foi destruída em 2018, por um incêndio. Talvez a mais conhecida e importante coleção é a de fotografias, que foi desmembrada e doada pelo próprio Imperador e hoje forma a “Coleção Maria Thereza Cristina”, que está na Biblioteca Nacional. Além desses, há a “Coleção Grão-Pará”, com documentos da Monarquia brasileira e material iconográfico, que está no Museu Imperial de Petrópolis; a “Coleção Princesa Isabel”, também com fotografias na Biblioteca Nacional; e a “Coleção de D. João de Orleans e Bragança” está sob cuidados do Instituto Moreira Sales, e também conta com acervo de fotografias, como afirma Fernanda Tibau (2019) em “A memória entre o público e o privado: a trajetória da coleção de fotografias da família imperial brasileira”.

Assim como D. Pedro II, a Imperatriz Thereza Cristina também deixou seu legado para a cultura com a Coleção Mediterrâneo, com objetos arqueológicos de Pompeia, Herculano, e ilhas do sul da Itália. Assim como a coleção egípcia de seu esposo, parte da Coleção Mediterrâneo foi perdida no incêndio de 2018.

Por fim, assim como outros colecionadores, ao fim da vida, a coleção particular torna-se um presente para o mundo, ao se tornar pública e estar aos olhos de mais pessoas. A maioria dos colecionadores estudados nesse trabalho se desfez das coleções ainda em vida, doando para museus ou outras instituições com a intenção de perpetuar o nome. Muitos desses colecionadores, diferentemente de Abbott e Alfredo Ferreira Lage, que mantiveram suas coleções íntegras, dividiam suas criações entre várias instituições, como a difundir ainda mais a informação sobre o seu legado.

Outros museus também tiveram seus acervos formados a partir de coleções de membros distintos das elites dos oitocentos. A Academia Real de Belas Artes teve início com as obras de arte doadas por D. João VI, e que hoje compõem o acervo do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, segundo esclarece a “Coleção Jerônimo Ferreira das Neves: uma coleção portuguesa no Museu D. João VI do Rio de Janeiro” de Sônia Pereira (2009); A coleção eclética de Jerônimo Ferreiras das Neves, rico bibliófilo que nasceu no Rio de Janeiro, mas viveu em Paris e Lisboa, continha obras de artes, livros, medalhas, relógios, entre outros itens raros e de valor, que foram doados por sua viúva Eugênia Neves para o Museu Nacional de Belas Artes, para a Academia Brasileira de Letras e para o Museu Histórico Nacional, de acordo com o desejo da família Neves, como também, o acervo que estava no Museu Nacional de Belas Artes, depois foi transferido para outro museu criado no século XX, o Museu D. João VI – Escola de Belas Artes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, segundo declara Marize Malta (2020).

Raymundo Faoro (1976) evidencia em sua obra “Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio” que estas classes privilegiadas financeiramente, se ocuparam em consolidar seus membros dentro da sociedade:

Há uma sociedade de classe em plena expansão, cifrada, nas expressões mais gloriosas, nos banqueiros, nos prósperos comerciantes, nos capitalistas donos de rendas, nos senhores de terras e nos escravos. O dinheiro é a chave e o deus desse mundo, dinheiro que mede todas as coisas e avalia todos os homens (FAORO, 1976, p. 04).

Em Salvador, um rico médico e colecionador inglês, Jonathas Abbott, há anos radicado no Brasil, aproveitou, segundo Knauss (2001) seu interesse em antiguidades e pela história de outras civilizações, que durante viagens de turismo teve oportunidade em conhecer, e reuniu um grande acervo que inclui fragmentos de Pompéia, quadros, utensílios caseiros dos antigos romanos, entre outros, e que formam, hoje, parte do Museu de Arte da Bahia.

Knauss (2001) apontou que Abbott, que chegou ao Brasil da Inglaterra, empobrecido, e no início do século XIX, formou-se em medicina e tornou-se um médico destacado da sociedade baiana, ampliou sua rede de sociabilidades, ascendeu socialmente, financeiramente e politicamente, e reuniu uma coleção como parte de sua estratégia de diferenciação social em relação aos indivíduos comuns e àqueles que, mesmo com recursos econômicos ou pertencentes às elites, em nada se importavam com um legado cultural.

Gilberto Freyre (2000) em “Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil”, denomina Abbott como o “inglês pobre” que chegou ao Brasil como imigrante e construiu sua fortuna.

É claro que não apenas objetivos longínquos estavam na mente de Abbott ou quaisquer outros membros das elites que se dispunham a colecionar objetos. Não era somente deixar um legado que os impelia, mas o gosto pelo belo, o refinamento, a apreciação de semióforos que contavam uma história, podem ter motivado o inglês, assim como motivaram outros colecionadores.

Mas ter algo que ninguém mais possuía, estar ao lado de reis, chefes de estado, ricos, intelectuais por meio de coleções magníficas e interessantes também motivou pessoas como Abbott, assim como muitos outros que deixaram materializado esse esforço.

Ainda segundo Oliveira (2014), Abbott se insere junto a outros indivíduos membros das elites que participavam de movimentos políticos, docentes, filantropos, culturais, artísticos e educativos, que nosso caso desse personagem, igualou-se aos mais significativos membros da sociedade da Bahia.

Knauss (2001) nos fala que Abbott era um entusiasta no que se referia ao contato com obras de arte, particularmente, quando visitou a cidade de Roma, na Itália, ao que parece, onde sua prática de colecionar se sistematizou. O autor lembra, que, as aquisições das coleções eram feitas, em sua maioria, pelas viagens à Europa, no entanto, o desejo de obter determinada obra era tão arrebatador que poderiam ser imorais e só serem descobertos anos depois:

Em uma referência do testamento de Jonathas Abbott - que talvez possa ser considerado o mais antigo colecionador sistemático do Brasil-, é possível observar uma curiosa manifestação de arrependimento, solicitando que fosse devolvido ao legítimo dono um quadro que havia sido incorporado de modo inadequado à sua coleção. Dedicada à representação do tema mitológico clássico *Júpiter e Juno*, o quadro teria permanecido indevidamente com o colecionador a partir de uma mentira admitida no testamento, registrando que a obra de arte pertencia de fato ao Sr. Wilson, agente dos vapores ingleses no porto da Bahia (KNAUSS, 2001, p. 25).

Colecionar não era apenas uma prática por si só. Era prazeroso, era estar *pari passo* com as grandes personalidades e registrar os seus nomes para o futuro como legado para o mundo, essas eram as maiores aspirações dos colecionadores do século XIX.

Outras práticas, sem dúvidas, eram desenvolvidas pelos grupos de elites, mas as que elencamos são mais características e que influenciaram outros grupos e indivíduos e deixaram um legado, como museus e modos de convívio.

Longe de serem ações individuais ou de pequenos grupos, ou desenvolvidas sem um sentido claro, essas práticas foram, ao longo do tempo, adquirindo suas próprias formas, protocolos e tradições. Originadas a partir dos costumes de elites de outros povos, as práticas no Brasil se tornaram elementos característicos dos mais abastados, exercitadas, quase sempre, com e para outros membros de grupos muito seletos, reforçando a ideia de distinção de classes como afirmava Bourdieu (2017).

Eram ações com intenções claras, onde gestos e rotinas eram em prol da consolidação ou conquista de posições na hierarquia social dos grupos. Ser caridoso ou religioso eram qualidades nobres e admiráveis para a sociedade, bem como promover reuniões sociais em honra a uma personalidade ou como ato em comemoração por um motivo especial são vistas como demonstração de poder e prestígio. O colecionismo possui objetivos bem mais profundos, pois lida com a busca pela perpetuação do nome por meios das coleções, principalmente quando essas são mantidas por museus, onde se tornam não mais exclusivas das elites, mas disponíveis aos olhos de qualquer pessoa.

Compreender como a família Ferreira Lage se tornou uma das mais influentes das Minas Gerais no século XIX, é primordial para entender a dinâmica das elites cafeeiras e porque o Museu Mariano Procópio é uma grande expressão dessas elites.

6.2 O COLECIONISMO NO MUSEU MARIANO PROCÓPIO

A grande obra da vida de Alfredo Lage foi o Museu Mariano Procópio⁴⁷. Ali ele deixaria seu legado para a sociedade homenageando seu pai e colocando materialmente o que acreditava como os maiores valores das elites para o país. A Monarquia já inexistente continuaria viva aos olhos de todos por meio de suas coleções, bem como serviria de inspiração para os membros das elites que viessem no futuro.

Pinto (2008) destaca outras coleções brasileiras formadas entre os séculos XIX e XX, que também foram referência, como a coleção Bernardino Bastos Dias. Bastos Dias era um fotógrafo de origem portuguesa e residia na cidade do Rio de Janeiro e suas coleções abrangiam:

[...] cristais do serviço de D. Pedro II, marfins, joias, pratarias, bronzes, leques, quadros [...] Entre os artistas reuniu trabalhos de Malhoa, Eugene Sami, Augusto Duarte, Castiglione, Debat Ponsan, Silva Porto, Eliseu Visconti, Rodolpho Amoêdo, Langerok, Victor Meireles, Henrique Bernardelli, Castagneto, Columbano, Souza Pinto entre as centenas de quadros que possui (PINTO, 2008, p. 139).

Segundo o autor, Alfredo adquiriu em leilão no mês de junho de 1929, um lote da coleção de Bernardino Bastos, composto por mobiliários pertencentes a D. João VI e a D. Pedro II, leques comemorativos, medalhões e a escultura em prata que foi encomendada pelo Jockey Club do Rio de Janeiro representando a Princesa Isabel concedendo a liberdade aos escravizados.

Coleções renomadas foram formadas entre os séculos XIX e XX no Brasil. Além de Bastos Dias, as coleções do tabelião Djalma da Fonseca Hermes tiveram seu auge na década de 1940, nessa época, era considerado o que mais possuía trabalhos de Franz Post no Brasil e também dono de uma coleção de selos com cerca de 15.000 estampas considerada uma das mais completas do mundo daquela época. Suas coleções, leiloadas em 1941, compuseram o acervo do Museu Imperial de Petrópolis, do Museu Histórico Nacional, do Palácio da Guanabara e do Museu Nacional de Belas Artes (PINTO, 2018).

⁴⁷ Algumas sugestões de leitura para conhecer outras coleções do Museu Mariano Procópio são: a dissertação de Mestrado de André Onofre Limírio Chaves “Do Kemet para o Novo Mundo: O colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)” disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33372>; e os 12 artigos dos Anais do Museu Mariano Procópio. Vol. 1. Juiz de Fora: Fundação Museu Mariano Procópio, 2014.

Uma das famílias mais ricas e tradicionais brasileiras foi a dos Guinle. Abastados financeiramente, colecionadores, dedicados ao mecenato, às atividades filantrópicas e culturais, preocupavam-se com os referenciais do passado e propunham-se a resgatar símbolos e objetos que remetessem a esse tempo. Seu nome estava ligado à grandes e monumentais construções, Pinto (2018) destaca que:

Situação que não foi imune aos Guinle, que se notabilizaram pelas construções que fizeram erguer no Rio de Janeiro com acabamento luxuosíssimo, decoradas ao gosto europeu e abarrotadas de obras de arte francesas. O mobiliário era distintivo social, ao lado de lustres e relógios, ou seja, a modernidade representada através d luz elétrica e da marcação da passagem do tempo. O Palácio Laranjeira, erguido entre 1909 e 1913, foi uma destas construções, residência de Eduardo Guinle, irmão mais velho de Guilherme (PINTO, 2008, p. 145-146).

O autor ainda conta que, outra luxuosa construção pertencente à família Guinle construída entre 1917 e 1923, foi o imponente e um dos mais famosos hotéis do mundo: o Copacabana Palace. O hotel, construído na Av. Atlântica, no Rio de Janeiro, foi um pedido do governo federal para hospedar e impressionar o rei Alberto I, da Bélgica e, a partir daí, recebeu outros reis, rainhas, artistas, intelectuais e políticos.

Guilherme Guinle⁴⁸, engenheiro e empresário, ficou conhecido, ainda, por sua obra filantrópica. Além da criação e desenvolvimento da Fundação Gaffrée-Guinle, contribuiu com doações para diversas instituições, como o Instituto do Câncer, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a de Santos, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Doou ao patrimônio carioca o Parque da Cidade, na Gávea. Suas coleções competiam com as de seus contemporâneos Djalma da Fonseca Hermes e Alfredo Ferreira Lage.

Apesar da fortuna, Guinle era conhecido por ser um homem simples, mas formal, atencioso, falava com voz baixa e pausada. Pinto (2008) destaca que Guilherme Guinle:

Trajava-se cotidianamente com chapéu, bengala e colarinho duro. Trazia consigo um barbante com diversos anéis produzidos com pedras preciosas brasileiras procedentes de sua coleção. Gostava de presentear as mulheres com eles. Aproveitou a vida como *bon vivant*, faleceu solteiro (PINTO, 2008, p. 148).

Ambicioso como colecionador, adquiriu selos, flores, diamantes, moedas brasileiras e estrangeiras, barras de ouro, mobílias, inclusive, adquirindo os móveis do quarto e o trono que pertenceram a D. Pedro I, que eram oriundos do palácio de São Cristóvão. Como Alfredo Lage,

⁴⁸ GUINLE, Guilherme. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/guinle-guilherme>. Acesso em: 27 mai. 2022.

seu intuito como colecionador era adquirir objetos alusivos ao Brasil, ignorados, ou para impedir que saíssem do país. Na ocasião da inauguração oficial do Museu Mariano Procópio, em 1921, Guinle doou uma valiosa medalha de ouro que aludia à visita do rei Alberto I e, no mesmo ano, outra medalha, desta vez de prata, comemorativa da Lei 2040, de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, nesta ocasião, doou também, mais duas medalhas que faziam referência à Napoleão I (PINTO, 2008).

Como Alfredo Lage e a Viscondessa de Cavalcanti, Guinle fez doações generosas para instituições, ainda em vida, talvez com o intuito de que suas coleções não fossem dispersadas após sua morte. Fez doações ao Museu de Arte de São Paulo, para a Academia Brasileira de Letras, Arquivo Público Mineiro, Museu do Estado do Piauí, ao Real Gabinete Português de Leitura. Para a Seção de Numismática da Biblioteca Nacional doou, em 1922, 720 moedas brasileiras e, em 1924, para o Museu Histórico Nacional doou 119 condecorações de ouro, prata dourada, pedras e esmaltes. E no ano seguinte, continuou sendo benevolente para com esta última instituição, autorizando que os próprios técnicos do museu escolhessem em suas coleções, exemplares que formariam a seção de numismática compondo, ao todo, um total de 2.310 peças que juntadas às outras peças que já faziam parte da coleção do museu, fez com que se tornasse uma das coleções mais expressivas do mundo. Além da coleção de numismática, em 1937, doou sua coleção de objetos pertencentes à Família Imperial brasileira (SANGLARD, 2005) (PINTO, 2008).

A apresentação do acervo do Museu Mariano Procópio, criado por Alfredo Lage, assim como o de outros museus desta época, segue a mesma narrativa e expressa o pensamento das elites dominantes do século XIX. O próprio Alfredo determinou nos termos de doação para o poder público municipal da cidade de Juiz de Fora, como seriam nomeadas e organizadas suas galerias e salas com a intenção de homenagear personalidades ligadas à Família Imperial, à Monarquia, à memória nacional ou às famílias da elite mineira. Segundo Pinto (2008):

Alfredo Lage não parece ter obedecido a critérios rígidos de cronologia ou procedência dos ambientes. Expôs as peças históricas em conformidade com a memória e como deveria ser a ambientação dos locais de origem dos artefatos. [...] Permaneceu registrada através da Escritura de Doação dos Bens Móveis e Imóveis a preocupação de Alfredo Lage de como deveriam ser apresentadas aos visitantes as suas coleções. Dita o documento que por conta do critério artístico de sua organização, a disposição das telas na Galeria Maria Amália não deveria ser alterada e as peças de caráter artísticos, científicos ou históricos encontravam-se sob eterna de proibição de serem suprimidas da instituição (PINTO, 2008, p. 187-188).

A abertura do Museu Mariano Procópio, por Alfredo Lage, além da homenagear o pai e manter a memória da família, buscava resgatar e perpetuar a visão de bons costumes que representava as elites brasileiras de sua época: famílias com tradição, conservadoras, educadas, cultas, devotadas às artes, às ciências e à caridade. Uma sociedade que prezava pela história do País, por meio do momento que consideravam mais significativo: o Segundo Reinado (PINTO, 2008) (CARMANINI, 2016).

Assim como o cearense Guilherme Studart e o carioca Guilherme Guinle, que nunca deixaram de usar suas cartolas e casacas na instauração da República, Alfredo Lage também teve muita dificuldade em aceitar as mudanças que viriam acontecer nesta nova sociedade surgida após a queda da Monarquia. Era um monarquista por convicção, devotado à Família Imperial e ao amigo e Imperador D. Pedro II. Essa convicção era notória em seu caminhar, ao falar, em seus trajes escuros, no uso do *pince-nez*, na bengala, chapéu, relógio de bolso e também em seu hábito de tomar o chá da tarde (PINTO, 2008). Faoro (1976) sintetiza que não era somente a situação econômica que determinava o poder das elites, mas, uma série de fatores que, juntos, faziam com que o indivíduo alcançasse, se diferenciasse e mantivesse a supremacia em relação a outros:

O dinheiro andava casado ao prestígio social, mas não era, em si, traduzido em bens ou rendas, que explicassem a honra da supremacia. Esta existia fundada em outras bases – tradição, modo de vida, educação e origem fidalga. Prova a separação de uma camada a outra o altivo desdém com que era recebido, entre os afidalgados “homens bons”, o homem do povo enriquecido (FAORO, 1976, p. 05).

Carina Costa (2006) em seu texto “Retalhos da memória: o Museu Mariano Procópio” destaca que é difícil determinar a época exata em que o menino Alfredo começou a se interessar pelo colecionismo, práxis que vai permear durante toda a sua vida. Todavia, a autora ressalta que nos arquivos do museu, os cadernos que pertenceram a ele e ao seu irmão Frederico trazem em suas bem traçadas linhas, entre outras lições, as que faziam referência ao evolucionismo cultural dominante naquela época. Com uma caligrafia impecável, o menino Alfredo escreveu que o mundo é dividido entre os selvagens, bárbaros e civilizados e explica as características de cada um deles:

Selvagens: não tem estabelecimentos regulares de propriedade individual. Ignoram a [...] cultura e as artes e vivem principalmente da caça e da pesca. Povos bárbaros: têm estabelecimento de propriedade individual. São pastores ou agricultores e conhecem algumas artes [...]. Povos civilizados: cultivam as artes, amam a ordem e a paz, e apresentam nos indivíduos uma grande desigualdade de riquezas [...] (LAGE *apud* COSTA, 2006, p. 11).

Isso mostra uma educação pautada nos valores da época, influenciada pelo darwinismo social e pela questão do imperialismo colonizador.

Lília Schwarcz (1993) em “O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930” explica a questão do darwinismo social dizendo que, a partir do século XIX, pesquisadores se debruçavam em análises e buscavam hipóteses para a compreensão da origem humana, nesta busca, duas delas ganharam força: a visão monogenista, que prevaleceu até meados do século XIX e que se baseava nas sagradas escrituras, ou seja, todas as raças humanas seriam provenientes de Adão e Eva. E a visão poligenista, surgida a partir de meados do século XIX e que defendia a tese de que era muito difícil explicar as diferenças entre os seres humanos, simplesmente, por uma explicação bíblica de uma espécie única.

A autora revela que esse embate entre monogenistas e poligenistas se estendeu até 1859 e que, associada ao problema da raça, era a preocupação teórica central da Antropologia. Antes da publicação do livro do naturalista britânico Charles Darwin: “A origem das espécies”; o darwinismo passou a ser aplicado a várias disciplinas sociais como a Antropologia, Sociologia, História e Economia.

Não é de interesse desta pesquisa debruçarmos sobre o assunto, mas, Adriana Keuller (2012) publicou uma obra muito interessante que reforça a ideia de darwinismo social e o movimento de criação dos museus: “Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)” compactuando com a ideia de Schwarcz (1993) de que após o surgimento da Sociedade de Antropologia de Paris e suas atividades científicas, outro fator relevante na constituição da Antropologia, foi a publicação do livro de Darwin. Segundo ela, um livro com uma linguagem didática, que facilitou o alcance dos conceitos para um público maior, tanto no mundo científico como em toda a sociedade:

Neste mesmo período, um evolucionismo tido como sócio-cultural se impôs por meio do trabalho de alguns antropólogos que procuravam explicar a diversidade. Sintetizando as informações dos primitivos coletadas por outras pessoas, eles buscavam informações presentes para explicar o passado construindo uma escala de estágios de desenvolvimento em cada área da cultura humana. [...] a antropologia era entendida como um estudo de história natural do homem, estando portanto, muito associada aos museus (KEULLER, 2012, p. 46).

Deixando de lado o significado da palavra museu como um “lugar dedicado as musas”, Gonçalves (2007) considerava que, além, de lugares de representação da “civilização”, eles poderiam ser as “catedrais da ciência”. Sendo assim, o movimento de criação dos museus no

século XIX, tinha como objetivo principal recuperar a memória por meio das primeiras exposições até a constituição de grandes coleções (KEULLER, 2012).

Este era o intuito de Alfredo Lage salvaguardar a memória por meio do colecionismo e com a criação de seu museu: “O ato concilia os símbolos da abolição, da Igreja Católica, das artes e da ciência em um mesmo espaço que irá, no seu processo de amadurecimento institucional, afastar-se da noção de repositório do Antigo Regime” (COSTA, 2006).

Inaugurando em 1921 e doando ao município de Juiz de Fora em 1936, o prédio, o Parque e todas as coleções nele abrigadas, Alfredo Lage tomou cuidado garantindo na Escritura de Doação⁴⁹ que:

PRIMEIRO: Inalienabilidade dos bens doados dos bens doados, móveis e imóveis; SEGUNDO: Perpetuidade da denominação “Mariano Procópio” ao museu e ao Parque; TERCEIRO: Perpetuidade dos fins do Museu e do Parque, não podendo ser alterada a sua finalidade cultural; QUARTO: Perpetuidade das denominações atuais dadas às salas do Museu, a saber: “D. Pedro II”, sala e galeria “Maria Amália”, sala “Viscondessa de Cavalcanti”, sala “Maria Pardos”, sala “Agassiz” e sala “Tiradentes”; QUINTO: Proibição perpétua de serem retirados do museu os objetos artísticos, históricos e científicos a ele incorporados, os quais não poderão ser afastados das galerias e arquivos em que se encontram senão para fins de organização interna do serviço administrativo. A distribuição dos quadros da “Galeria Maria Amália”, conforme for deixada não deverá ser modificada, salvo caso de força maior, atendendo a que esta distribuição obedeceu a um critério artístico. SEXTO: A administração do Museu e do Parque ora doados fica superintendida pela Prefeitura Municipal e exercida por um diretor e funcionários nomeados pelo Prefeito, devendo a nomeação do diretor recair em um dos três nomes indicados pelo “Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio”, que o doador institui para o fim de zelar pelo cumprimento da presente da escritura e cooperar para o engrandecimento da instituição (PJM, 1936).

E Ferraz (2016) nos traz outros detalhes, declarando que em alguns documentos presentes na instituição, está a condição de que Alfredo Lage seria o “diretor perpétuo” até quando não mais quisesse e que residiria na Villa até sua morte, como também, não submeteria suas contas ao exame do Conselho. A autora continua explicando que o colecionador indicou e preparou, pessoalmente, a prima que, segundo ele, era sua “sucessora legítima”, Geralda Ferreira Armond, para assumir seu lugar na direção após seu falecimento. E que, para garantir essa intenção, encaminhou uma carta ao prefeito destacando o cuidado de Geralda para com a instituição e que ela seria a garantia da continuidade de seu patrimônio e de sua dedicação ao colecionismo.

Por meio desses documentos elaborados pela diretora Geralda Armond, Ferraz (2016) admite que é possível afirmar que, na gestão de 36 anos da substituta de Alfredo, ela se

⁴⁹ Certidão de escritura de doação de bens móveis e imóveis que faz Dr. Alfredo Ferreira Lage à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1936. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/cam/arquivos/escritura-de-doacao.pdf>. Acesso em 22 jul. 2022.

dedicou, especialmente, à manutenção da memória da família Ferreira Lage e do próprio legado do museu, e essa dedicação se estendia à exaltação de eventos da história nacional, principalmente, do período imperial brasileiro.

6.2.1 A Villa Ferreira Lage no Museu Mariano Procópio

O intuito desse subcapítulo é fazer uma descrição o mais fidedigna possível do conjunto arquitetônico da Villa Ferreira Lage, para que o leitor possa construir uma imagem dos espaços externo e interno e que, a partir daí, seja capaz de compreender o universo vivido por parte da elite, o gosto da família Ferreira Lage e a busca pela perpetuação de seu legado. O palacete foi “a concretização, a manifestação explícita de prestígio, refinamento e individualidade de seu proprietário [...]” (PINTO, 2008, p.210).

O prédio encontra-se fechado para intervenções arquitetônicas desde 2006, e até o momento, não há previsão para a sua finalização. Sendo assim, contamos com as descrições do projeto “A casa senhorial Portugal, Brasil e Goa” desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a cooperação da Fundação Casa de Rui Barbosa (CARITA et al, 2018) e a dissertação de mestrado em Engenharia de Lina Malta Stephan “Análise das intervenções arquitetônicas nos imóveis tombados do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora – MG”⁵⁰.

A antiga Villa Ferreira Lage, hoje, Museu Mariano Procópio, situa-se à Rua Mariano Procópio, nº 1100, Juiz de Fora, Minas Gerais, a casa foi edificada em um ponto elevado e intensamente arborizado, de inspiração renascentista e foi projetada pelo arquiteto alemão Carl August Gambs.

O conjunto arquitetônico e paisagístico é interligado por meio de um grande eixo que perpassa o lago, que teria sido a Gruta das Princesas, alcançando o largo que dá acesso à entrada da casa, onde se encontra uma fonte circular. A residência é unida por um passadiço assentado sobre parede de tijolos, estruturada em arco pleno; a cobertura é sustentada por colunas de ferro. Uma escada conduz ao nível da casa principal (CARITA et al, 2018).

⁵⁰ As fotografias desse capítulo foram retiradas da dissertação de mestrado de Lina Malta Stephan “Análise das intervenções arquitetônicas nos imóveis tombados do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora – MG”.

Figura 18 – Entrada e passagem do Museu Mariano Procópio

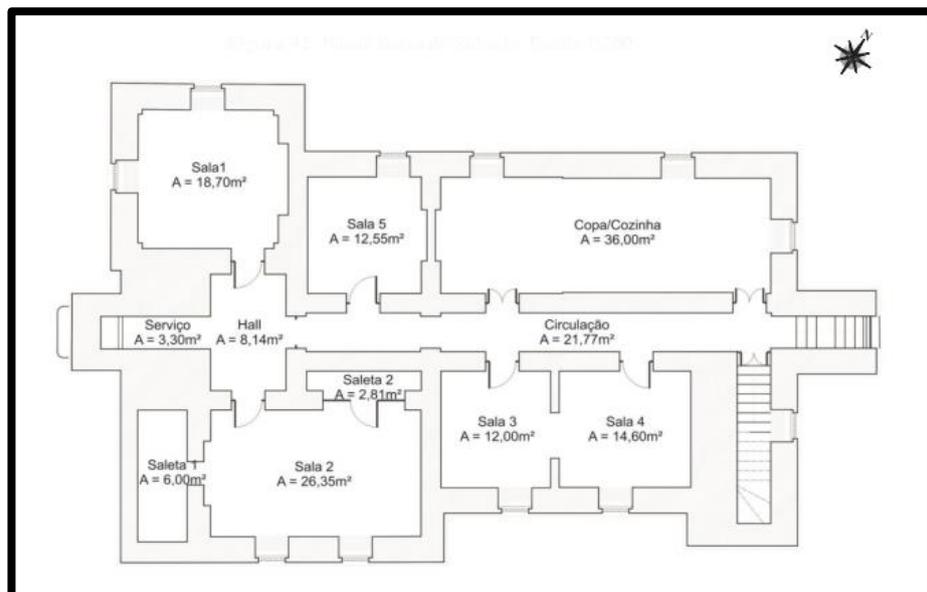


Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. 2018

O edifício é constituído por subsolo que abrigava a zona de serviços da casa, dois pavimentos e torreão que servia como um mirante e arrematava a construção.

O piso do subsolo é composto por ladrilho hidráulico desenhados, não originais, tanto na área de circulação, como também, na escada; na copa e na cozinha ladrilho hidráulico liso, com tijolos originais. As paredes internas também são de tijolos aparentes e a laje do subsolo construída em sistema de abóbadas com tijolos maciços (STEPHAN, 2015).

Figura 19 – Planta baixa do subsolo do Museu Mariano Procópio



Fonte: STEPHAN, Lina. Velatura Restaurações Ltda. 2015.

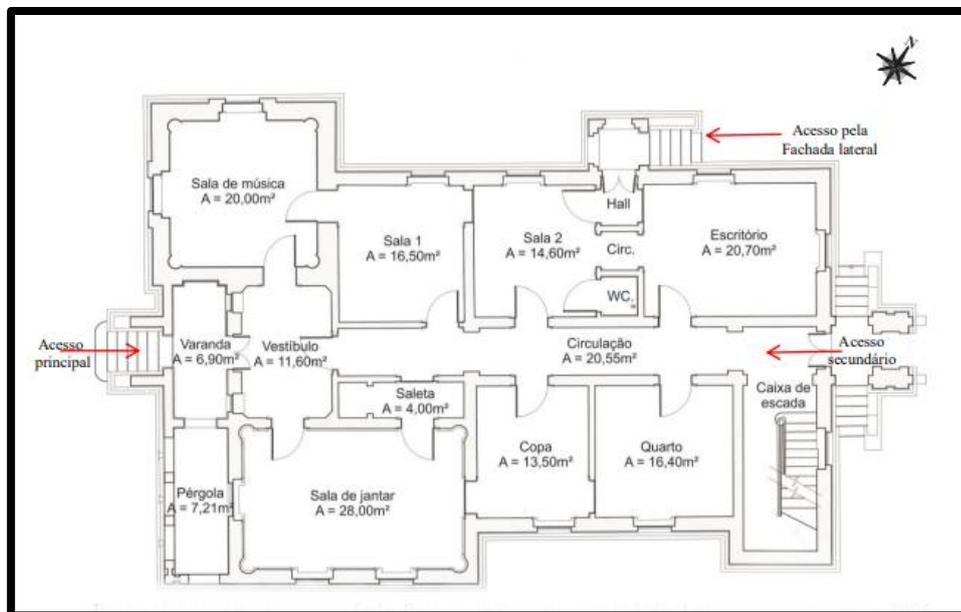
Figura 20 – Subsolo do Museu Mariano Procópio



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000.

O primeiro pavimento é onde se encontram os ambientes sociais: as salas de música, de jantar, escritório, e a partir de um corredor de circulação estão a antessala ou a da sala de espera, escritório, copa e sala de estar e outros ambientes auxiliares. Ao fundo do corredor, à direita, está a escada que dá acesso aos outros pavimentos (CARITA et al, 2018).

Figura 21 – Planta baixa do primeiro pavimento do Museu Mariano Procópio



Fonte: STEPHAN, Lina. Velatura Restaurações Ltda. 2015.

No escritório, as paredes são revestidas do rodapé ao teto com papel de parede policromado, formando motivo contínuo de pinha e folhagens envoltas por cercadura curvilínea

de influência árabe/moura. Com vidros coloridos e acabamento em pintura branca. Piso em madeira de tábua corrida (CARITA et al, 2018).

Figura 22 – Escritório



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000.

Na sala de música, a decoração é de gosto neorrenascentista com lambris à francesa, onde as paredes são revestidas com uma ensambladura (entalhes) de painéis de madeira envernizada. Semelhante ao forro do *Grand Salon* do Castelo de Thoiry, na França, o teto é revestido com compartimentos de madeira em linha reta e frisos laterais ressaltados. Piso em madeira de tábua corrida (CARITA et al, 2018).

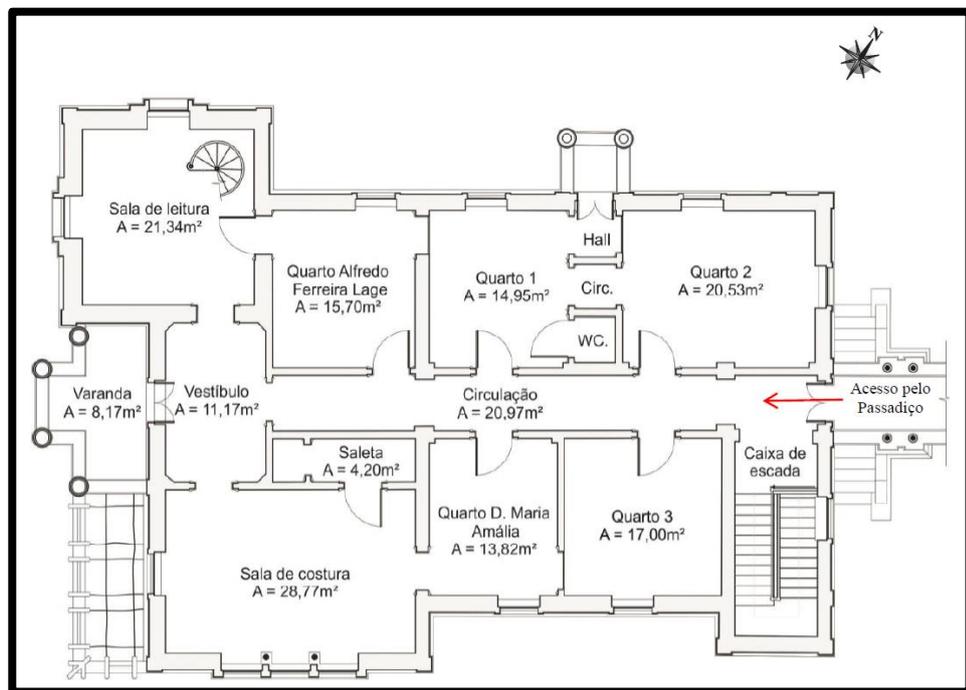
Figura 23 – Sala de Música



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000.

O segundo pavimento corresponde à área privada da família: o quarto de Alfredo Ferreira Lage; o quarto de D. Maria Amália Ferreira Lage; o quarto de costura; e demais dormitórios distribuídos ao longo do corredor central. Ao fim da circulação, um pequeno *hall* dá acesso ao terraço localizado na fachada frontal do edifício, e ao cômodo por onde se tem acesso ao torreão, através de uma escada em caracol. Um passadiço externo, erguido em 1922, parte da fachada posterior do edifício e leva até o Prédio Mariano Procópio (CARITA et al, 2018).

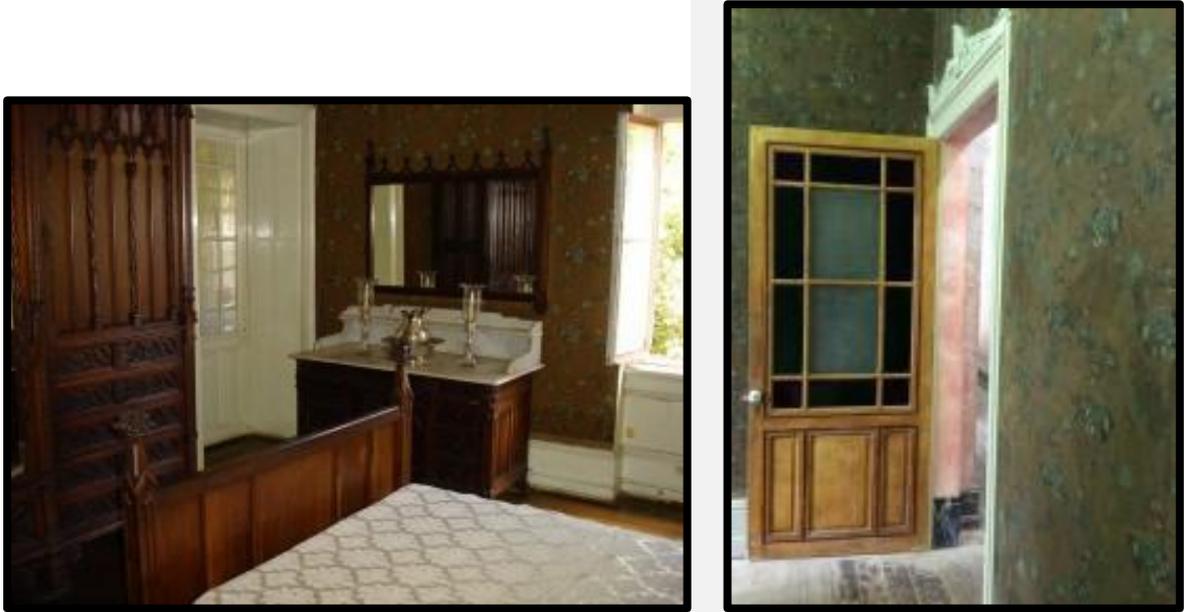
Figura 24 - Planta Baixa do segundo pavimento



Fonte: STEPHAN, Lina. Velatura Restaurações Ltda. 2015.

O quarto de Alfredo Lage tem as paredes revestidas do rodapé ao teto, com papel de parede policromado de gosto romântico com motivos de ramagens, flores e passarinhos sobre fundo escuro com sutil malha de fundo em padrão espinha de peixe. Acabamento superior e inferior com fina borda decorativa formando friso. Portas com parte superior composta por caixilho quadriculado com vidros coloridos. Acabamento em pintura branca. Piso em madeira de tábua corrida (CARITA et al, 2018).

Figura 25 - Quarto de Alfredo Ferreira Lage.



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000

O quarto de D. Maria Amália tem as paredes revestidas do rodapé ao teto, com papel de parede em duas cores de padrão geométrico repetido de motivos vegetalistas, sobre fundo cinza claro. Portas com parte superior composta por caixilho quadriculado com vidros coloridos. Acabamento em pintura branca. Piso em madeira de tábua corrida (CARITA et al, 2018).

Figura 26 - Quarto de D. Maria Amália Ferreira Lage



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000

Na Planta Baixa do segundo pavimento onde lemos “sala de costura” ficava a sala de exposição D. Pedro II.

Essa sala tem as paredes revestidas do rodapé ao teto com papel de parede em duas cores, de padrão geométrico repetido, de motivos vegetalistas, sobre fundo verde escuro. Conjunto de três janelas com par de colunetas. Portas com parte superior composta por caixilho quadriculado com vidros coloridos. Acabamento em pintura branca. Piso em madeira de tábua corrida (CARITA et al, 2018).

Figura 27 - Forro da sala D. Pedro II



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000

Figura 28 - Sala D. Pedro II



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000.

Figura 29 - Sala D. Pedro II



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000.

Figura 30 – Sala D. Pedro II



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000.

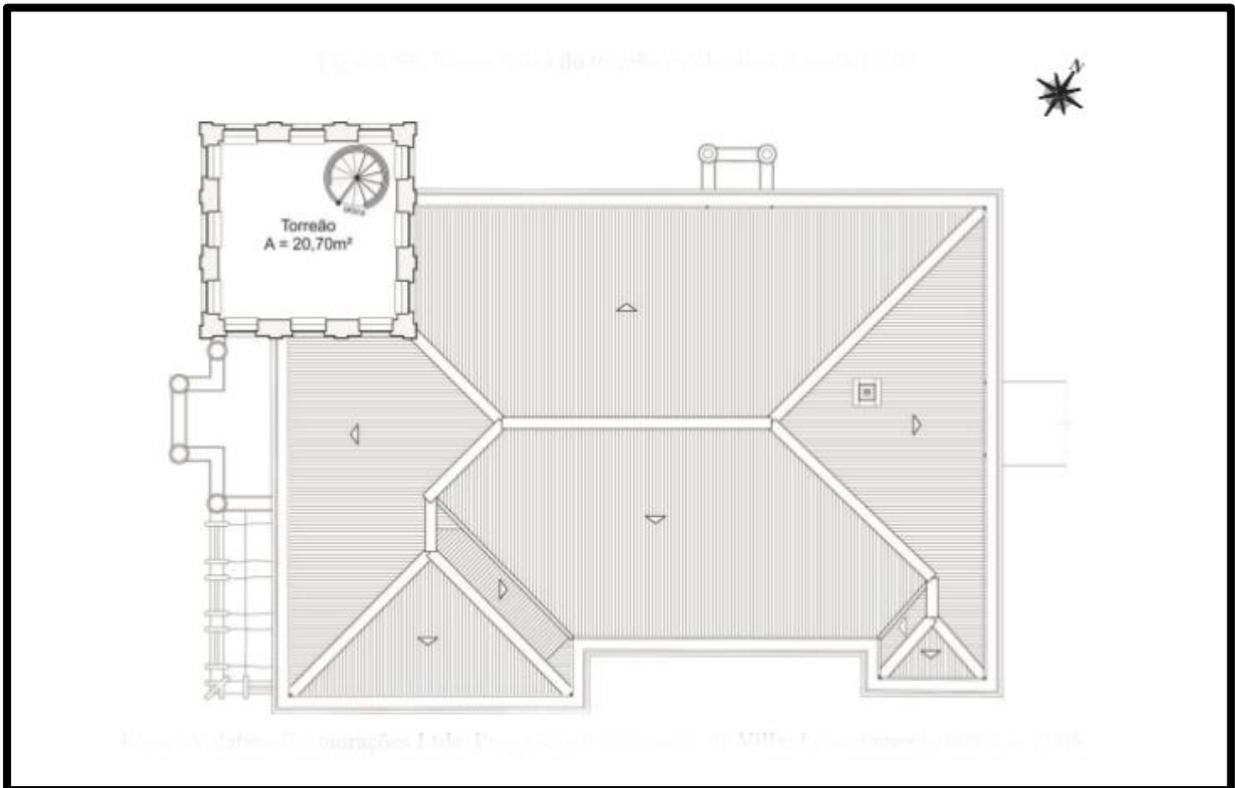
Figura 31 – Sala D. Pedro II



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000.

E por fim, temos o torreão, que pode ser acessado pela sala de leitura por uma escada em “caracol” construída de ferro.

Figura 32 – Planta baixa do torreão



Fonte: STEPHAN, Lina. Velatura Restaurações Ltda. 2015.

Em todas as paredes, existem janelas onde o visitante tem a visão de todo o parque. As paredes não têm ornamentação especial e a sanca possui frisos dourados. O piso é, como nos outros pavimentos, de tábua corrida (STEPHAN, 2015).

Figura 33 - Torreão



Fonte: Museu Mariano Procópio. Fotografia. Décadas de 1990/2000

6.2.1.1 As coleções da sala D. Pedro II na Villa Ferreira Lage

Em relação às salas já citadas na Escritura de Doação com obrigatoriedade da “Perpetuidade das denominações atuais dadas às salas do Museu, a saber: “D. Pedro II, sala e galeria Maria Amália, sala Viscondessa de Cavalcanti, sala Maria Pardos, sala Agassiz e sala Tiradentes” (JUIZ DE FORA, livro 18-A, p. 168, 1936). Há outras que faziam referência à personagens das elites do Império Brasileiro, entre elas: Sala Mariano José Ferreira Armond (engenheiro), Sala Duque de Caxias (militar), Sala Batista da Costa (pintor), Sala Conde de Prados (médico e político), Sala Antônio Carlos Andrada (político), Sala Juiz de Fora, Sala Irmãos Bernardelli (Rodolfo, escultor e Henrique, pintor) (COSTA, 2006).

A manutenção das designações das salas e dos seus respectivos objetos era essencial para manter o discurso impetrado por Alfredo. Em especial, uma sala com o nome do Imperador D. Pedro II com objetos que remetiam ao Império Brasileiro poderia ser considerado um ato de resistência aos novos padrões que insistiam em surgir: “[...] o encontro de dois mundos, o mundo que se despede e o mundo que chega. Os valores de um não são os valores de outro [...]” (FAORO, 1976, p. 03). Além disso, havia a busca pela preservação da memória da família Ferreira Lage e de outras famílias importantes e tradicionais dos oitocentos.

A sala D. Pedro II foi aberta, oficialmente, na ocasião da inauguração do museu. Nesta época, ela foi posicionada na sala de costura, na Villa, ao lado do quarto da matriarca da família, D. Maria Amália, próxima ao quarto do próprio colecionador Alfredo Lage. Esse aposento, foi, também, o quarto onde o Monarca pernoitara em suas passagens pela cidade. A sala permaneceu nesse local até a década de 1980, quando foi reformulada.

Ferraz (2016) ressalta que são poucas as imagens que mostram, exatamente, como foram organizadas as coleções nas primeiras 16 salas quando o museu foi inaugurado, no entanto, ainda que sejam poucos registros, declara que: “pelas fotografias do interior do prédio, é possível observar que os objetos da coleção se misturavam ao mobiliário e aos objetos decorativos da residência. Ou seja, não há uma distinção clara entre os objetos familiares e os objetos do acervo” (FERRAZ, 2016, p. 67).

Sendo assim, será o Arrolamento dos Bens Artísticos, Históricos e Científicos do Museu Mariano Procópio, realizado em 1944 na gestão de Geralda Armond, que irá nos fornecer a relação de peças que compõem essa sala e que representam a expressão máxima das famílias das elites: a Família Imperial:

Arrolamento dos bens artísticos, históricos e científicos do Museu Mariano
Procópio

Realizado após o falecimento de seu fundador e diretor
Dr. Alfredo Ferreira Lage

Sala D. Pedro II

- 1 Consolo Império, com mármore verde, com as armas de D. Pedro I em bronze.
- 1 Estatueta de prata, representando Isabel, a Redentora, dando liberdade aos escravos, com pedestal de mármore.
- 1 Consolo Império, com mármore verde, com as armas de D. Pedro I em bronze.
- 3 Vasos de porcelana de Sèvres, assinados, com incrustações em bronze.
- 1 Busto de bronze da Princesa Isabel, de Rodolfo Bernardelli, sobre uma coluna de madeira embutida, com aplicações de bronze dourado.
- 1 Busto de D. Pedro II em bronze, de R. Bernardelli, sobre uma coluna de madeira dourada, estilo Luiz XV.
- 1 Busto de bronze de D. Teresa Cristina, de R. Bernardelli, sobre uma coluna de madeira dourada, estilo Luiz XV.
- 1 Cômoda ant, de madeira, recamada de bronze, com as armas de D. João VI.
- 1 Busto de bronze do Visconde do Rio Branco, de F. Charpentière.
- 1 Busto do barão do Rio Branco, F. Charpentière.
- 1 Bibelot de cristal opaco (Boemia) dourado.
- 1 Vaso Império, de porcelana, com o retrado de D. Pedro I.
- 1 Quadro de marfim, com as armas imperiais de D. Pedro II.
- 1 Consolo, com mármore e incrustações de bronze e armas de D. João IV.
- 1 Jarrão estilo Império, de cristal de rocha, com as iniciais I. G.
- 2 Vasos de porcelana de Sèvres com incrustações de bronze.
- 1 Travessa de porcelana francesa do serviço de mesa do Palácio de S. Cristóvão.
- 2 Fruteiras de cristal da Boêmia, opaco, douradas.
- 1 Consolo de mármore com incrustações de bronze e as armas de D. João VI.
- 2 Vasos e duas peanhas de cristal da Boêmia, com aplicações em relevo e várias pedras.
- 1 Jarrão Império, de cristal de rocha, com as iniciais I. G.
- 1 Travessa de porcelana francesa do serviço de mesa do Palácio de S. Cristóvão.
- 1 Fruteira de cristal opaca da Boêmia, dourado.
- 2 Compoteiras de cristal opaca da Boêmia, douradas.
- 1 Relógio (pendulo Império), com caixa de jacarandá e incrustações de bronze.
- 1 Busto de bronze do Conde d'Eu, de R. Bernardelli, sobre uma coluna Renascimento, de jacarandá.
- 3 Cadeiras de jacarandá, com assento e encosto de palhinhas, com as armas imperiais, tendo duas a inicial T.
- 1 Poltrona dourada, com assento e encosto de Damasco (do mobiliário de D. João VI).
- 1 Vitrina de madeira, estilo Império, contendo a farda da Maioridade de D. Pedro II.
- 1 Vitrina – mesa, estilo Império, contendo a veste da Coroação de D. Pedro II, inclusive os sapatos.
- 1 Vitrina, estilo Império, contendo a farda do Casamento de D. Pedro II.
- 1 Vitrina pequena, estilo Luiz XV, dourada, com vidros bisauté, contendo:
- 1 Pequeno busto de D. Pedro I, com peanha de madeira, de bronze.
- 1 Pequeno busto de bronze, de D. Pedro II, de A. Ranieri, com peanha de madeira.

- 1 Caixinha de metal amarelo, com a efigie de D. Pedro I, contendo o “Index dos títulos e capítulos que contem a Constituição para o Império do Brasil” (caixa feito medalha).
- 1 Cabo de guarda-chuva, de marfim, com o busto de D. Pedro II, e
- 1 Modelo de bronze da mão de D. Pedro II.
- 1 Bandeira do Império (serviu no Pavilhão Brasileiro de Exposição Universal de Paris, 1889).
- 1 Retrato a óleo de D. Pedro II, de Augusto Peti, com moldura dourada.
- 1 Retrato a óleo de D. Teresa Cristina, de Augusto Peti, com moldura dourada.
- 1 Retrato a óleo de D. Pedro II, de Ad. Rinck, com moldura dourada.
- 1 Retrato a óleo de D. Pedro II (coroação), de D. Villares.
- 1 Desenho de autoria da Princesa Isabel, 1863. Adquirido no espolio da baronesa de S. Joaquim.
- 1 Medalhão de prata com a efigie da princesa Isabel.
- 1 Medalhão de bronze com a figura de D. Pedro II, de A. De Vasselot, com ornamentação de Aubusson.
- 1 Aquarela, de Pedro Henrique.
- 1 Retrato do Príncipe D. Pedro de Orléans e Bragança e família, autografado em 1921.
- 2 Escudos de madeira com as armas imperiais, sendo um dourado.
- 1 Grande espelho, estilo Luiz XV, com as armas imperiais. Pertenceu à Sala do Trono.
- 1 Estandarte que serviu na corveta “Constituição” quando conduziu pela primeira vez ao Brasil a Imperatriz D. Teresa Cristina (MMP, 1944).

Lilia Schwarcz (2006) inicia seu texto para o Catálogo do Museu Mariano Procópio “Representações da Casa de Bragança e da Família Imperial Brasileira” com a seguinte reflexão:

Durante um certo tempo, a importância do período imperial brasileiro foi, de certa maneira, menosprezada. Seja em função da batalha ideológica que se instalou após a República – quando se tratou de apagar a memória e os símbolos da monarquia –; seja por conta de um certo modelo modernista (que elegeu o barroco em detrimento da produção neoclássica e monárquica); o fato é que as pistas e sinais desse vasto período da história brasileira tenderam a ficar, se não esquecidos, ao menos apagados (SCHWARCZ, 2006, p. 66).

E segue esclarecendo que, até meados da década de 1970, havia um pensamento de que não havia relevância os estudos mais aprofundados sobre a Monarquia, particularmente, os do Segundo Reinado, incluindo suas realizações, como os rituais e costumes que faziam parte da realeza ou das elites locais, que eram tidos como “cópias” e importações frívolas de outros países.

No entanto, a partir daquela década, esse pensamento mudou e começaram a surgir pesquisas que dariam relevância acerca desse momento da história brasileira, que foi essencial para uma nova visão sobre o Império. A autora lembra que foi nessa época imperial que o País foi construído e que se tornou independente, e que para que esse processo acontecesse, fizeram parte os rituais, os símbolos e a iconografia que faziam alusão à Pátria.

Sendo assim, o Museu Mariano Procópio, juntamente com tantos outros museus tradicionais e com seu acervo voltado para a História Nacional e que surgiram no Brasil no início do século XX são lugares essenciais, pois trazem em suas coleções inúmeras possibilidades para pesquisadores, quer seja para rememorar “a dimensão simbólica e ritual para a efetivação do poder” ou para relembra que “a escravidão seria escondida e afastada da representação oficial” (SCHWARCZ, 2016, p. 66).

Então, em relação à museus com as características de abordarem uma história nacional Malta (2020) fala que:

Desse modo, os museus oitocentistas e os seus projetos de representação da nação empreenderam através dos seus acervos primordiais uma grande síntese dos gostos pessoais aristocráticos que, com a sua abertura ao público, compartilhavam a arte como uma coleção coletiva capaz de representar uma pretensa história de todos (MALTA, 2020, p. 05).

São esses acervos de museus tradicionais que vão fornecer materiais para que o pesquisador recolha elementos, selecione, investigue, reflita e recupere a memória do passado. E a partir daí, possa desenvolver um senso crítico, embasado em documentos ou objetos que proporcionem veracidade à sua pesquisa e contribua para uma sociedade mais justa e mais consciente.

Para analisarmos a estrutura da sociedade do século XIX, por meio dos objetos expostos na sala D. Pedro I, que expressam o poder das elites, vamos nos ater ao princípio básico dos pesquisadores científicos que analisam obras de arte: quem, o quê, quando e onde. A historiadora da arte Amy Herman (2016) em sua obra “Inteligência visual: aprenda a arte da percepção e transforme sua vida” diz que “aprendemos como dominar a fina arte da observação: coletar apenas fatos, separar o objetivo do subjetivo, manter o olho atento tanto para detalhes pequenos como para informação maior, mas às vezes oculta” (HERMAN, 2016, p. 130).

7 AMÉLIA MACHADO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE: tradição, status e o colecionismo da Viscondessa de Cavalcanti

Segundo Giovanni Levi (2006) em “Usos da biografia” diz que a sociedade da época em que o indivíduo vive, somando-se ao conjunto dos acontecimentos interligados a essa sociedade e ao grupo social a que pertence influencia nas intenções, preocupações e necessidades do sujeito. O autor fala que conhecer as trajetórias, as relações vividas, as inflexões a que são submetidos os indivíduos possibilitam que outras trajetórias sejam conhecidas e assim estabelecer uma espécie de rede de relacionamentos que traduz um *habitus* de grande parte de uma sociedade local. E que cada indivíduo promove dentro do seu grupo e até da própria sociedade como um todo, ações que não podem ser consideradas de pouca importância ou desprezíveis do ponto de vista social, afinal, o seu espaço de ação, ou seja, onde ele pode atuar como sujeito livre de amarras ou normas, é constantemente limitado pelos próprios conflitos e perturbações existentes nesses mesmos grupos.

Levi (2006) ainda defende que a biografia possibilita revelar até onde vai a liberdade do indivíduo e quais são as coações as quais é submetido e, assim também, é possível conhecer como se formam e se desenvolvem as formas de solidariedade. A biografia poderá mostrar ao cientista social quais são as normas que limitam esse indivíduo e que vão produzir uma infinidade de práticas nesse grupo.

A história de vida de um indivíduo é única. O estudo da biografia nos ajuda, além observarmos a trajetória e os hábitos desse sujeito, compreender a sociedade na qual se insere e perceber seus objetivos e suas redes de relações sociais, entender se as suas ações são compatíveis ou não com as da sua época e quais similitudes e diferenças entre ele e outras pessoas (FERRARI, 2010). Não deixaremos, no entanto, de associar esses indivíduos às famílias das quais fazem parte.

Nesse capítulo, apresentaremos Amélia Machado Coelho e Castro que, depois do enlace com o político Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque passou a ser chamada de Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque, mais conhecida como: a colecionadora Viscondessa de Cavalcanti.

A Viscondessa tinha uma relação intensa com seu primo-irmão, Ferreira Lage, colecionador e criador do Museu Mariano Procópio. Foi uma das maiores colecionadoras do século XIX, suas coleções são conhecidas dentro e fora do país. E quando se trata da prática colecionista, ela era reconhecida por sua dedicação e cuidado ao selecionar suas peças. Suas coleções participaram de exposições importantes, entre outras, a da “Exposição Antropológica

Brazileira” em 1882 no Museu Nacional e em 1889 na “Exposição Universal de Paris”, coleções que receberam as medalhas de ouro e bronze (FERRARI, 2010).

Era uma mulher que fazia parte dos grupos de elite, por causa de sua origem familiar, sua trajetória pessoal, seus relacionamentos sociais e seu campo de atuação.

Inicialmente, para entendermos a troca dos sobrenomes de Amélia Machado Coelho e Castro precisamos elencar os períodos que aconteceram. Ela usava o nome de família Machado Coelho até o casamento, em 1871, aos 18 anos, com o senador paraibano, 24 anos mais velho que ela, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e passou a ser chamada de Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque. Diogo Cavalcanti de Albuquerque foi agraciado, em 1888, pelo Imperador D. Pedro II com o título de “Visconde com Honras de Grandeza” e Amélia passou a ser conhecida por “Viscondessa de Cavalcanti” e é como vamos chamá-la nesse capítulo (FERRARI, 2013) (FASOLATO, 2020).

Amélia Machado Coelho e Castro, filha de Constantino Machado Coelho e Mariana Barbosa de Assis Machado nasceu no Rio de Janeiro, em 07 de novembro de 1853. Era neta, por parte de pai, do Comendador português Manoel Machado Coelho (1787-1862) que veio de Braga, em Portugal, para o Rio de Janeiro. De acordo com Levi (2006):

O nome próprio é o atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros sociais (LEVI, 2006, p. 187).

Seu avô paterno Manoel Machado Coelho contraiu matrimônio com Luiza Maria da Conceição (1790-1838) que, quanto solteira, se chamava Luiza Maria Coelho de Castro, filha de Antônio Álvares Proença e de Bernarda Maria do Espírito Santo. Bernarda descendia da importante família de proprietários rurais, membros da Guarda Nacional e de influentes políticos. Luiza nasceu em Nossa Senhora da Piedade de Magé e faleceu em 24 de setembro de 1838, no Rio de Janeiro (FASOLATO, 2020).

Manoel e Luiza tiveram seis filhos, entre eles o pai da viscondessa, Constantino Machado Coelho de Castro (1821-1855) e de Maria Amália Coelho de Castro, esposa de Mariano Procópio Ferreira Lage e mãe de Alfredo Ferreira Lage. Lembrando que o avô materno da Viscondessa foi Mariano José Ferreira que idealizou o plano original do Plano de Estradas do Caminho Novo da Estrada Real, a qual faz parte a Estrada União Indústria e foi construída pelo filho Mariano Procópio Ferreira Lage no período de 1856 a 1861 (FERRARI, 2010) (FASOLATO, 2020).

A mãe da Viscondessa, Mariana Barbosa de Assis Machado era filha de Mariano José

Ferreira Armonde e de Maria José de Santana e irmã de Mariano Procópio Ferreira Lage. Maria José de Santana era conhecida como a Baronesa de Santana, título dado pelo Imperador D. Pedro II, em agradecimento aos serviços prestados por seu filho, Mariano Procópio Ferreira Lage (FERRARI, 2010) (FASOLATO, 2020).

A irmã de Mariano Procópio, Mariana Barbosa de Assis Machado casou-se com Constantino Machado Coelho de Castro, irmão de Maria Amália Ferreira Lage, esposa de Mariano Procópio. Mariana e Constantino foram pais da Viscondessa e de Constantino Machado Coelho. Como a Viscondessa era sobrinha tanto de Mariano Procópio quanto de Maria Amália era conhecida como prima-irmã de Alfredo Ferreira Lage (PINTO, 2008).

De acordo com Carlos Augusto Rosa (2012) em “História da Ciência: o pensamento científico e a ciência no século XIX”, principalmente, a partir da segunda metade dos oitocentos, a evolução das técnicas científicas e industriais ofereceram às elites mais conforto e melhores condições de vida:

Vestuário mais luxuoso; mais amplas residências; diversificada e mais abundante alimentação; melhor e mais rápido transporte urbano e de longa distância; inovações em comunicações (telegrafia, telefonia) e na iluminação (elétrica, no final do século) pública e particular; urbanização das grandes cidades, com abertura de avenidas e parques e pavimentação de ruas; melhoria na saúde pública; prática do lazer (com veraneio nas praias, estações termais, desportos, viagens, turismo e passeios de fim de semana, divertimentos, como teatro, ópera, bailes, concertos e cinema); maior interesse intelectual e artístico (leitura de livros e jornais, frequência em exposições e conferências e aquisição de obras de arte) foram algumas das mudanças significativas das condições de vida da “alta burguesia” (ROSA, 2012, p. 19).

O autor destaca que a pequena burguesia formada por comerciantes mais modestos, empregados e funcionários, indiretamente, se beneficiaria desses privilégios. Já nos círculos intelectuais, artísticos e universitários, parte da aristocracia e da alta burguesia havia uma crítica e contestação desses privilégios. As mudanças foram percebidas em todas as áreas, na Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e na Cultura pelos moldes da Europa, por meio da prática do colonialismo.

Seguindo esse desenvolvimento da pesquisa científica, o irmão da Viscondessa por parte do casamento de seus pais, Constantino Machado Coelho de Castro (1851-1882), formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro defendendo a tese: “Dissertação Sciencias Medicas do uso e abuso do tabaco”⁵¹ onde estudou e fez inúmeras investigações sobre

⁵¹ Do uso e abuso do tabaco. Disponível em: <https://ia804503.us.archive.org/11/items/101563990.nlm.nih.gov/101563990.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

os malefícios do tabaco. Segundo ele, entre os males ocasionados pela falta de moderação do hábito, estão o câncer bucal e de língua, a deterioração dos dentes, a hipersecação salivar, a dispepsia, as estomatites, a esofagite, as úlceras no esôfago, a laringite crônica granulosa, a suspeita de participação na gênese da bronquite crônica e da tísica pulmonar (CASTRO, 1875):

Pelas considerações que fizemos, bem como pelas experiencias transcriptas, quando estudámos a nicotina, deve ficar fora de toda a dúvida que uma planta, que em si encerra um princípio toxico tão enérgico, necessariamente há de ser á saúde do que da tal solanea usar e o fortiori fizer abuso (CASTRO, 1875, p. 56).

Reginaldo Gonçalves e Deyse Abreu (2011) destacam em “Entre manuais e artigos: campanhas para o público leigo sobre o fumo e seus males no Brasil da primeira metade do século XX” a tese de Constantino, e citam outras obras do século XIX sobre esse tema. Os pesquisadores falam que foi na década de 1950 que chegaram os resultados das primeiras pesquisas acerca do tabagismo ligado ao câncer de pulmão: “entre os meios médicos e leigo, a problemática do tabagismo e seus malefícios à saúde já era objeto de discussão entre médicos e grupos religiosos, principalmente os Adventistas” (GONÇALVES e ABREU, 2011, p. 128).

Também advertia o político e médico Dr. Joaquim Nogueira Paranagua (1934) em seu livro “Fumo e seus efeitos no organismo humano” dos males provenientes do exagero do consumo do fumo e culpabiliza os indígenas como seres inferiores e responsáveis pela disseminação deste uso do tabaco e que era função da mulher, independente de suas atribuições no lar, reeducar os homens que não tinham temperança com o vício do fumo que fora transmitido para a sociedade pelos: “envilecidos selvagens, nus, da América” constituindo-se em um costume “verdadeiramente bárbaro” (PARANAGUA, 1934, p. 07).

A crescente incorporação do higienismo pelos homens da ciência, ou seja, de uma “ideologia da higiene” no Brasil dos oitocentos, apoiada pelas elites e com critérios que levantavam características da formação dos indivíduos, passaram a identificar quais eram os possíveis corpos doentes que representavam um risco para os sãos. Edivaldo Góis (2013) em seu artigo “Movimento higienista na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo” fala que:

Muitos “higienistas” tomavam como referência a ideia que preconizava ser a falta de saúde e educação do povo responsável por nosso atraso em relação à Europa. A situação de miséria do Brasil tinha explicações em fatores sociais, e, por esse motivo, julgavam poder cumprir, com o simples apoio financeiro do Estado, o papel de modernizadores do Brasil. Muitos deles foram atrás deste

título. O primeiro passo tomado foi criticar a situação de abandono e, depois, negar a inferioridade biológico-racial do povo brasileiro, incapacitado para o trabalho moderno por questões sociais, e não por sua condição etno-biológica (GÓIS Jr, 2013, p. 48).

Nessa questão do vício do fumo, Paranaguá (1934) foi incisivo ao apontar que só as mulheres que viviam para o lar poderiam livrar a pátria do vício do fumo.

Mas, não podemos considerar a Viscondessa de Cavalcanti uma mulher voltada, exclusivamente, para o lar, mesmo pertencendo à elite. Durante sua vida, ela soube fazer uma rede significativa de relações sociais, inclusive com membros da Família Imperial brasileira, com quem se correspondia regularmente. Em sua condição de esposa de um influente político do Império Brasileiro, ela agia com desenvoltura em várias situações dentro daquele ambiente que envolvia representantes de diferentes classes das elites. Por estar em grupos de elites, sua rede de relações era facilitada e foi essencial para organizar suas coleções.

A Viscondessa, portanto, tinha uma origem familiar proveniente das elites dos lados paterno e materno. Seu avô paterno, da família Machado Coelho, fazia parte de uma elite portuguesa, foi próspero economicamente e influente politicamente, aqui no Brasil. A família de seus avós maternos, os Ferreira Lage, era antiga e tradicional conhecida no Estado do Rio de Janeiro e em Minas Gerais, e transmitiu esse prestígio para seus descendentes. Seu tio Mariano Procópio Ferreira Lage tinha muita influência nos assuntos da cidade de Juiz de Fora, local importante após 1840 pelo plantio do café e na industrialização de 1870 a 1930 (PINTO, 2008) (FERRARI, 2010) (FASOLATO, 2020).

As duas famílias moravam no Brasil e na Europa, principalmente, e eram ligadas às ciências, às artes e à vida política do país e essas eram características de uma família de elite que ajudarão a formar a personalidade da Viscondessa e poderá explicar suas predileções que acarretaram seu interesse pela prática colecionista. Tornou-se uma mulher educada nos moldes europeus: era requintada, tocava piano, falava francês fluente, sabia se portar, se vestir e foi considerada como uma das melhores opções de casamento do Rio de Janeiro, daquela época. Principalmente, pelos laços sociais, econômicos e políticos que poderiam ser feitos a partir do casamento. J. Veiga Jr. (1937) em “Os Viscondes de Cavalcanti” se referindo ao enlace dela com Diogo Cavalcanti de Albuquerque:

Poucos homens públicos do segundo reinado foram tão felizes quanto o Visconde de Cavalcanti. [...] feliz, finalmente, porque se uniu a uma dama que era, em formosura, juventude e fortuna, o melhor e mais encantador partido do Rio de Janeiro [...] (VEIGA Jr, 1937, p. 86).

Figura 34 – Retratos da Viscondessa e Visconde de Cavalcanti



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. s.d.

Esse casamento uniu a sua família que estava entre as mais influentes na política do Império e entre os maiores proprietários das fazendas de café em Minas Gerais, com os Cavalcanti de Albuquerque, que também atuavam na política e eram proprietários de engenhos de açúcar, em Pernambuco.

O pesquisador Douglas Fasolato (2016)⁵² declarou em palestra para o Colégio Brasileiro de Genealogia que a jovem Amélia não queria se casar com Diogo pela grande diferença de idade entre eles. Mas, como muitas outras mulheres daquela época, se conformou e se casou.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 1829, em Pilar no estado de Pernambuco e faleceu em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais em 1899.

Veiga Jr. (1946, p.86) fala em “Os Viscondes de Cavalcanti” que ele foi proveniente de família humilde: “Este varão admirável, que foi Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, teve por berço modesta casa de engenho [...]”. Em contrapartida, o político e professor Oswaldo Trigueiro (1979) fala em uma conferência intitulada “O Visconde de Cavalcanti” que, muito provavelmente, pelos sobrenomes Cavalcanti e Albuquerque, é notório que fosse da aristocracia rural que socializou o nordeste brasileiro em seu litoral, a partir da Capitania de Olinda. Ideia mais adequada.

⁵² CARTA MENSAL. Colégio Brasileiro de Genealogia. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/cartamensal/138/cm138.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

Diogo, em 1854, foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador, sendo fiel ao seu partido por toda sua vida política. Foi eleito em 1857 deputado geral por Pernambuco, permaneceu na Câmara até 1864. Foi reeleito em 1869 e cumpriu seu novo mandato até 1877. Dentro desses anos, em 1871, ele e a viscondessa se casaram. Diogo Velho foi ainda presidente de três províncias: De 1859 a 1860 em Piauí, de 1868 a 1869 no Ceará e de 1870 a 1871 em Pernambuco. Em 1870, foi ministro da Agricultura, em 1875 da Justiça e em 1877 dos Negócios Estrangeiros, nesse último cargo ele permaneceu por pouco tempo, 11 meses e em 1889 foi conselheiro de Estado⁵³.

Em 28 de janeiro de 1860, Diogo Velho, em Teresina, remete uma correspondência a um Conselheiro⁵⁴ do Império (não identificado) reportando notícias da província e chamando atenção sobre a seca, que ainda hoje, se faz presente na vida de muitos nordestinos: “A Prov^{cia} vai em paes: e só mete-me medo a secca iminente D^s se lembre desta gente, e conjure o mal se não chover aniquila-se tudo [...] já pedi socorros em tempo vejam o que fazem”⁵⁵.

O marido da Viscondessa, além de Visconde, foi também Veador da Imperatriz, cargo de confiança que assegurava a sua presença, permanência e a livre circulação pela Corte. Recebeu, entre outras, as comendas Comendador da I Ordem de Cristo, Grã-Cruz da Vila Viçosa de Portugal, da Coroa Real da Prússia, Grande Oficial da Legião de Honra da França (PINTO, 2008) (FERRARI, 2010) (FASOLATO, 2020).

A Viscondessa e o Visconde de Cavalcanti tiveram dois filhos: Stella Cavalcanti de Albuquerque, nascida na França em 29 de abril de 1872 e Fernando Velho Cavalcanti de Albuquerque, nascido em 30 de maio de 1873.

Stella nascida em Paris em 1895 casou-se duas vezes, primeiro com o Marquês Valentin Mac Swiney de Mashanaglass, passando a se chamar Stella Mac Swiney, Marquesa de Mashanaglass e depois com o diplomata português Henrique O’Connor Martins. Stella faleceu aos 21 anos, em 1916, na cidade de Lisboa em Portugal. Fernando nascido em 30 de maio de 1873 se formou em Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1899 e faleceu aos 41 anos em Bruxelas, na Bélgica, no ano de 1914 (FASOLATO, 2020).

A Viscondessa de Cavalcanti, diferentemente dos seus filhos, teve uma vida longa, faleceu em 1946 aos 94 anos, de hemorragia cerebral. Perdeu antes, todas as pessoas que foram importantes na sua vida. Morava em um apartamento na Av. Rui Barbosa, na cidade do Rio de

⁵³ Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exterores/diogo-velho-cavalcanti-de-albuquerque> Acesso em 30 nov. 2021.

⁵⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial. Carta de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. I-DPP-28.01.1860 – Alb.c 1-3-P.P.PI, MFN: 01797. Cópia digital.

⁵⁵ Ibidem.

Janeiro, muito mais modesto que seu palacete na Rua Senador Vergueiro e foi enterrada no Cemitério do Catumbi, que seu avô Manoel Machado Coelho foi um dos responsáveis pela implantação. Sua certidão de óbito é categórica ao desconsiderar sua vida progressa: nele consta que era viúva do Visconde de Cavalcanti, mas, declara que sua profissão era “doméstica”⁵⁶ (FERRARI, 2010) (FASOLATO, 2020).

Todavia, vamos apresentar nessa pesquisa a Viscondessa de Cavalcanti, como ela realmente era: uma colecionadora importante do século XIX.

Primeiramente, precisamos apresentar a viscondessa como mulher de um político influente, sua função de bem receber e de trato com os convidados. O casal de viscondes tinha uma vida social condizente com a função do visconde e com a classe social do casal, então, como era o costume das elites do século XIX, eles abriam as portas, semanalmente, de seu palacete construído em 1878 para recepções que se tornaram afamadas na época. O palacete ficava no bairro do Flamengo, que com a urbanização se iniciando nos oitocentos ele era tido, como ainda o é, um bairro de classe alta, assim fala Brasil (1965, p. 254) em “História das ruas do Rio de Janeiro”: “[...] a partir de meados dos oitocentos, é que se converteu também num bairro residencial de alta categoria”.

No local, eles receberam políticos, intelectuais, artistas, cientistas, um público bastante selecionado com representantes de cada grupo. Como era de costume entre as classes mais abastadas, os convidados das recepções podiam, além de observarem o luxo dos objetos de decoração, espelhos com armações douradas, estatuetas, vasos de porcelana, viam nas paredes da casa dos viscondes as mais variadas telas de pintores importantes como o do italiano Carlo Dolci, do francês Gustav Doré e do vienense F. Hunton. Destaca Maraliz Christo (2016) no artigo sobre a coleção de do leque de autógrafos da viscondessa “A Viscondessa e seus artistas: a trajetória de um leque de autógrafos” sobre a amizade que ela tinha com personagens que frequentavam seus salões. Machado de Assis era um deles:

Machado de Assis e a Viscondessa de Cavalcanti se conheciam de longa data. Em artigo publicado na revista *Ilustração Brasileira*, de 15 de agosto de 1877, Machado de Assis comentou sobre “as quintas-feiras no palacete do casal Cavalcanti”. No leque Machado escreverá: “Neste banquete de Deuses, é de mister que haja alguém que os sirva. Aceito o ofício, Divina Juno” (CHRISTO, 2016, p. 412).

Pinto (2008) fala que é nessa época que as coleções da Viscondessa se tornaram famosas, sendo comparada às de outros colecionadores de renome. Composto o trio mais

⁵⁶ Certidão de óbito (2ª via). Cartório Catete. Livro C-115. Folha 174. Número 18936.

afamado de colecionadores do século XIX: do baiano barão de Cotegipe, dos barões de São Joaquim e da Viscondessa de Cavalcanti.

Pinto (2008) ainda destaca que essa dedicação ao colecionismo da Viscondessa pode se dever ao fato de que ela teve influência tanto da sua família, como do Visconde:

Em relação ao colecionismo, a Viscondessa conheceu uma ambientação favorável não apenas pelo lado da família Ferreira Lage, mas, também, da parte de seu esposo. Historicamente a família do Visconde de Cavalcanti parece ter tido alguma tradição com o colecionismo. Os Cavalcanti tinham na família a tradição de colecionadores de longa data (PINTO, 2008, p. 152).

É preciso entender que suas coleções não eram uma acumulação de objetos, sem valor simbólico, ela não criou suas coleções porque estava na “moda” entre as elites, ela apreciava e selecionava suas peças de acordo com a época e tendências internacionais e compreendia a importância de cada uma delas.

Quem nos dá a noção e a certeza do quanto a Viscondessa era uma colecionadora importante e como era reconhecida como tal, nesse meio, é a pesquisadora Rita C. M. Santos (2020). Em sua pesquisa, Santos (2020) apresenta o Museu Volkenkunde, um dos primeiros museus etnográficos da Europa, fundado em 1837, na Holanda. Neste local estão incorporadas, desde o século XIX, objetos pertencentes à “Coleção Marquesa de Cavalcanti no Museu Volkenkunde”. Segundo a pesquisadora, há um equívoco quanto à identificação dessa coleção, que traz o título nobiliárquico de Marquesa ao invés de Viscondessa, no entanto, o texto traz a constatação da dimensão dessa mulher como colecionadora.

Inicialmente, a pesquisadora nos apresenta a coleção da Viscondessa no Museu Volkenkunde (SANTOS, 2020):

A coleção Marquesa de Cavalcanti no Museu Volkenkunde faz parte de uma coleção maior, criada inicialmente para a Exposição Antropológica Brasileira no Rio de Janeiro, realizada em 1882, e para a Exposição Universal de Paris, realizada em 1889. A criação de coleções no Brasil, destinadas a exposições nacionais e universais, consistiu em um longo processo de reunião de coleções individuais e doações privadas mobilizadas por colecionadores particulares, cientistas, diretores de museus, ministros e até pelo Imperador Dom Pedro II (1825-1891) (SANTOS, 2020, p. 352).

Sobre o colecionismo de particulares, a autora fala que, mesmo sendo o objetivo da exposição representar a nação e sua civilização, esses agrupamentos foram feitos a partir de esforços individuais. Philipp Blom (2002, p. 182) confirma esse empenho dos colecionadores:

“O objeto mais importante de uma coleção é o objeto seguinte. [...] Enquanto as mãos ainda seguram uma coisa, e enquanto a mente ainda determina seu lugar na ordem de nossos haveres, o olho faminto já olha adiante”.

Já apontei em trabalho anterior (FERRARI, 2010), que o casal fazia parte de um grupo seleto de indivíduos da sociedade imperial oitocentista, ambos foram descritos como indivíduos honrados em seus princípios, porque depois da Proclamação da República em 1889, os dois, juntamente com outras pessoas se mudaram para Paris com o Imperador D. Pedro II. Ficaram dois anos, até a morte do Imperador em 1891, e não fazendo mais sentido permanecer na França eles retornaram para o Brasil. O Visconde retorna já muito doente e diante da gravidade dessa doença, perdeu a visão. Com a morte do esposo, Amélia Cavalcanti de Albuquerque em, por volta, de 1925 começa a dispersar sua coleção e, ainda em vida, fez diversas doações (FERRARI, 2010).

Dentre alguns dos museus que receberam suas coleções, a maior parte foi para o Museu Mariano Procópio na cidade de Juiz de Fora, como também, no Museu Nacional de Belas Artes, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Museu Histórico Nacional e no Museu Nacional todos na cidade do Rio de Janeiro (FERRARI, 2010).

De forma geral, na maioria das vezes que encontramos referências às coleções pertencentes à Viscondessa, temos a designação “Coleção Viscondessa de Cavalcanti” ou “Coleção Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque” como colecionadora principal. No entanto, concordamos com Rita Santos (2020) quando ela destaca que, muito provavelmente, o Visconde tenha participado da formação desse acervo como colecionador, como também a Viscondessa tenha apoiado nas funções de político importante do Império (SANTOS, 2020):

Apesar da forte relação existente entre os membros das elites políticas e burocráticas e o interesse por formar coleções”, o fato de Diogo Velho ter-se tornado colecionador parece se originar da influência de seu casamento com Amélia Machado. Podemos, portanto, afirmar que o casamento, longe de favorecer apenas uma pessoa do casal, representou um elo que uniu forças políticas e elites altamente educadas. Enquanto Amélia apoiava Diogo por meio de suas relações acadêmicas, competência social e políticas no Sudeste do Brasil, Diogo ofereceu-lhe um importante espaço de influência, conquistado em sua própria carreira (SANTOS, 2020, p. 355).

O autor ainda destaca que não podemos afirmar quais os métodos que a Viscondessa usou para agrupar seus objetos. No entanto, encontrarmos muitas coleções com referências manuscritas pela própria Viscondessa e podemos observar o cuidado que ela tinha com suas peças. Como a planta recolhida no túmulo do filósofo Sêneca na Via Appia que foi anexada em um pedaço de papel, identificada e guardada em um envelope. Neste álbum de flores tumulares,

em que a Viscondessa recolhia flores ou plantas nos túmulos de personagens importantes na História, temos vários exemplos desse cuidado (FERRARI, 2010).

Figura 35 – Álbum de flores tumulares



Fonte: Museu Mariano Procópio. s.d.

Segundo Santos (2020) a primeira exposição de maior porte que a Viscondessa participou como colecionadora foi a “Exposição Antropológica Brasileira de 1822”. Em relação ao evento de inauguração da exposição sob organização de Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional, como nos fala Marina Vieira (2019) em “A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos”:

A Exposição Antropológica Brasileira foi inaugurada no sábado, 29 de julho de 1882 no Museu Nacional, à época localizado no Campo de Santana, na cidade do Rio de Janeiro. Houve uma solenidade de abertura às 11 horas da manhã, com a presença da família imperial, composta pelo Imperador Dom Pedro II, a imperatriz Teresa Cristina e a princesa Isabel, além de figuras ilustres da sociedade carioca. A inauguração foi programada para coincidir com o calendário das festividades do aniversário da princesa Isabel, e foi declarado feriado nacional (VIEIRA, 2019, p. 319).

O diretor do museu publica em vários jornais do país, em 1881, com autorização do Ministro da Agricultura, uma circular com intuito de pedir a contribuição pública para com a exposição. Dizia a circular que qualquer contribuição de bens seria bem-vinda para a organização da exposição e que prometiam o máximo cuidado e a certeza de que seriam devolvidas (VIEIRA, 2019).

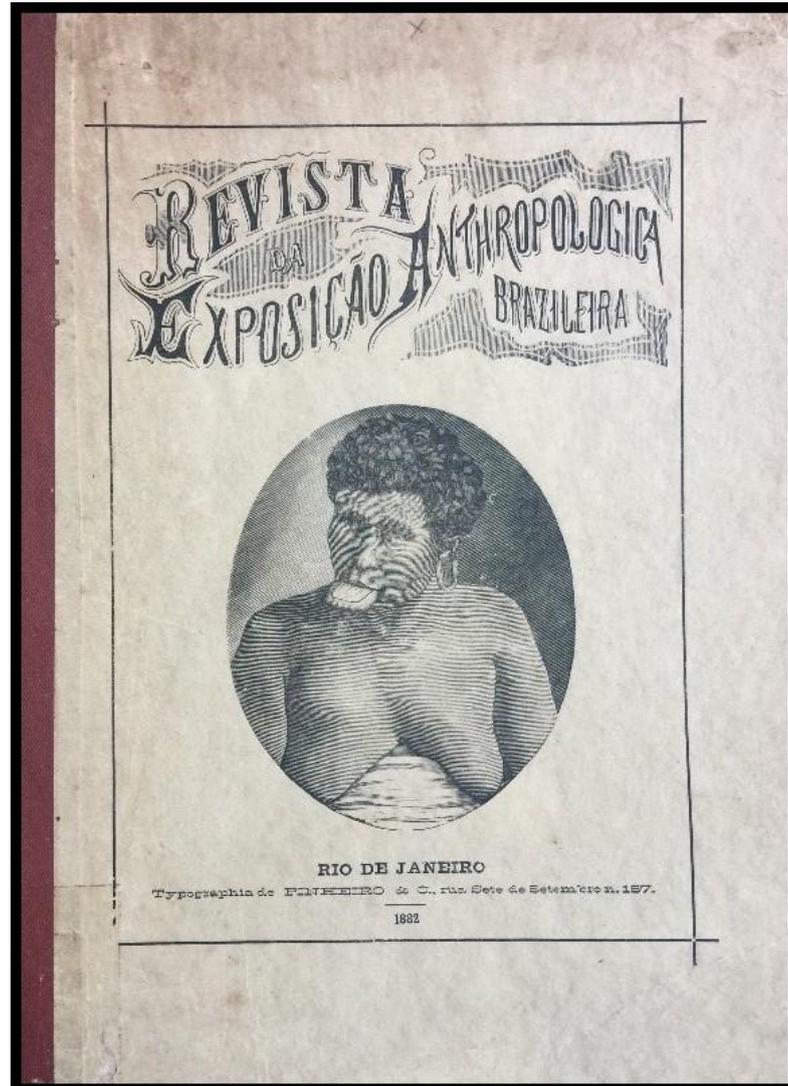
Tal como descrito na circular, as contribuições estariam separadas entre as seções de antropologia, arqueologia e etnologia, havendo o comprometimento do museu de devolver os objetos ou arquivá-los com o nome do concesso (em caso de doação), formando-se um júri para premiar os objetos enviados (VIEIRA, 2019, p. 322).

A exposição seria grandiosa com os empréstimos de coleções de lanças, múmias, colares e objetos em geral, provenientes de muitas províncias. De acordo com Vieira (2019) o presidente da província do Espírito Santo, Herculano Marcos Inglez de Souza, escreveu a Ladislau declarando que não poderia contribuir com os objetos referidos na circular, no entanto, ele enviaria uma família de indígenas botocudos do Rio Doce, acompanhados por um intérprete. O grupo era composto por sete pessoas: um homem mais velho e suas duas esposas, uma mulher mais velha, um rapaz e dois meninos de idades diferentes. Destaca na carta que as mulheres usavam o botoque, cantavam e dançavam tocando gaita pelas narinas e segue pedindo para que os tratassem bem e dessem presentes. Enganados por Herculano, os indígenas acharam que o vapor que eles tomavam os levaria para Rio Doce, mas, os levava ao Rio de Janeiro para serem expostos na Exposição Antropológica como em um zoológico humano (VIEIRA, 2019, p. 324): “Os Botocudos, além de muitas vezes citados como antropófagos, eram ainda mais importantes para a antropologia física praticada no Museu Nacional nas últimas décadas do século XIX”.

De acordo com a “Revista da Exposição Anthropologica Brasileira” a Viscondessa emprestou para a exposição, que foram exibidas na “Sala Rodrigues Ferreira” e na “Sala Gabriel Soares” vários artefatos indígenas pertencentes às suas coleções, entre eles: um arco de cacique coroadado, tacapes, zarabatanas, setas das tribos do Alto Amazonas, buzinas de diversas tribos, tambores, remos e armas de caça e guerra dos Guatós, Cabixas e Guanás de Mato Grosso, flechas de ponta de taquara lisas de todas as tribos do Brasil, coleção de colares de diversas tribos, colares de dentes humanos e de animais, ossos e sementes, rede de embira fabricada nos sertões do Piauí, embornes fabricados de algodão e de fibras vegetais⁵⁷.

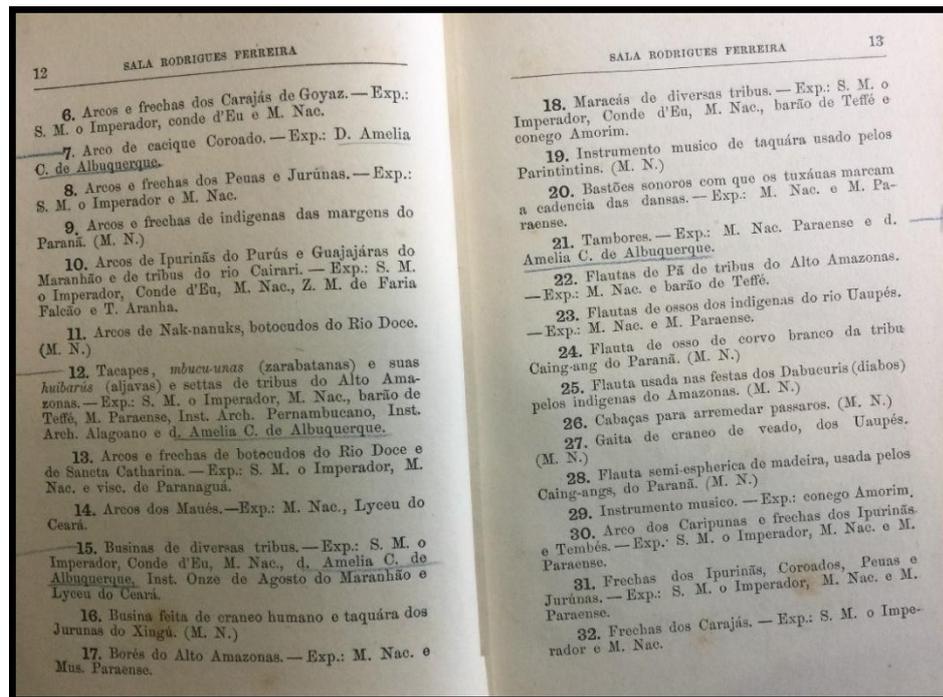
⁵⁷ Lista de artefatos indígenas emprestados pela Viscondessa de Cavalcanti para a exposição antropológica do Museu Nacional. Revista da “Exposição Anthropologica Brasileira”. 1882.

Figura 36 – Capa da Revista da Exposição Antropológica Brasileira



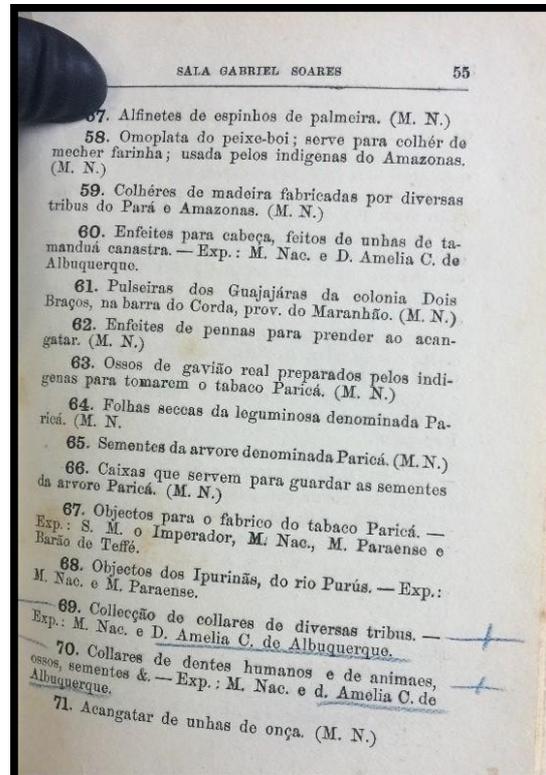
Fonte: Museu Mariano Procópio. 1882.

Figura 37 - Revista da Exposição Antropológica Brasileira



Fonte: Museu Mariano Procópio. p. 12-13. 1882.

Figura 38 - Revista da Exposição Antropológica Brasileira



Fonte: Museu Mariano Procópio. p. 55. 1882

Dentre os 20 colecionadores particulares homens que emprestaram seus objetos para exposição, a Viscondessa teve seu nome mencionado 18 vezes ao longo do guia, enquanto os

homens teriam sido mencionados menos de cinco vezes, fato que comprova a qualidade de suas coleções (SANTOS, 2020):

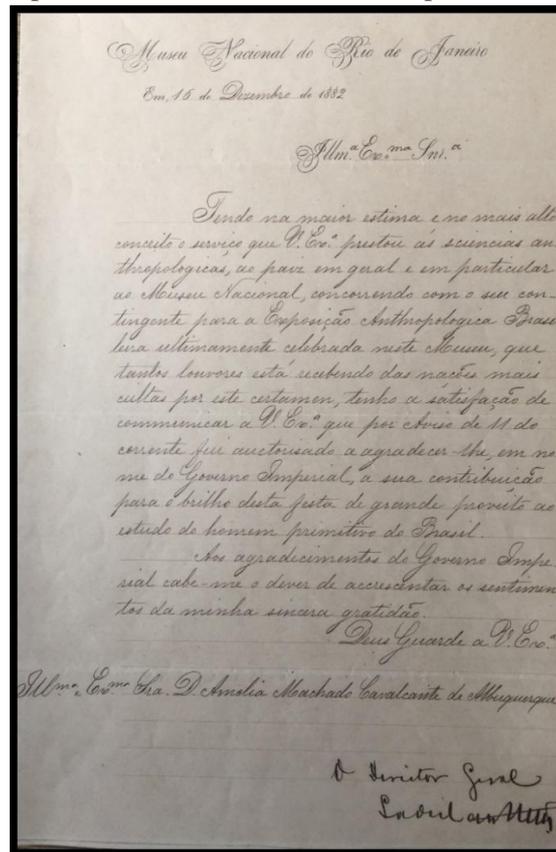
Amélia foi a única mulher mencionada entre os 20 colecionadores particulares associados à exposição. Curiosamente, embora a maioria dos outros colecionadores tenha sido mencionada menos de cinco vezes ao longo do “Guia da Exposição Antropológica”, as coleções conectadas diretamente a Amélia são mencionadas cerca de 18 vezes (SANTOS, 2020, p. 355).

As coleções da Viscondessa expostas, segundo a pesquisadora, só eram menores que as do Imperador D. Pedro II que foram citadas 42 vezes e eram compatíveis com as do Barão de Tefé citadas 24 vezes e a do Conde D’Eu com 13 referências. Também eram maiores que as de algumas colaborações de instituições como o Instituto Histórico com seis e o Liceu do Ceará com 10 referências (SANTOS, 2020).

Ladislau Netto em: “Investigações sobre a Archeologia Brasileira” comenta sobre a “rica exposição” do Museu Nacional e cita a importância dos objetos pertencentes às coleções arqueológicas da Viscondessa: “Na collecção ethnológica da Sra. D. Amelia Machado de Albuquerque, residente n’esta capital, existe um d’esses machados de aparato, em tudo semelhante ao do British Museum [...]” (NETTO, 1885, p. 489-490).

Em 1882, Ladislau Netto envia uma correspondência agradecendo a participação da Viscondessa em nome do governo Imperial. Santos (2020) fala que a forma com que o Museu Nacional deu relevância ao caráter etnográfico da exposição da “Exposição Antropológica”, lembrando que os museus do mundo seguiam uma linha de exposição de história natural, foi a partir daí que se estabeleceram relações e acordos para o empréstimo de objetos com intuito de exposição.

Figura 39 - Correspondência do Dr. Ladislau Netto para a Viscondessa de Cavalcanti



Fonte: Museu Mariano Procópio. 1882.

Outra constatação da importância das coleções da Viscondessa foi com a realização, em 1889, na “Exposição Universal” em Paris.

Segundo Heloisa Barbuy (1996) em seu artigo “O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal” o processo de industrialização na segunda metade do século XIX, foi movido pela ampliação do capitalismo, projeto centralizado, principalmente, na Europa. Sendo assim, as exposições universais eram uma vitrine de expansão capitalista para o mundo com foco no progresso e na “civilização”.

Lilia Schwarcz em “As barbas do imperador” diz que a partir de 1844, as exposições universais foram organizadas de maneira nacional em países como Bélgica, Prússia, Áustria e Espanha e no ano de 1851, começaram a ser realizadas, de fato, as primeiras exposições universais com exibições internacionais (SCHWARCZ, 1998):

Surgidas em meados do século XIX, com o capitalismo industrial, essas feiras eram a melhor expressão da força e da utopia modernistas. Sua origem data do século XVIII quando, as primeiras exposições foram realizadas na França e na Inglaterra. [...] e só a partir de 1851 que se transformam em mostras internacionais, contando com a participação de representantes europeus, americanos, orientais e africanos. Essa primeira exibição, que durou 141 dias, apresentava um tipo de estrutura que vingaria nas demais. Trinta e quatro países

aceitaram o convite, e seus produtos foram observados por mais de 6 milhões de pessoas que visitaram a feira (SCHWARCZ, 1998, p. 388).

Para que todos os países pudessem participar e contribuir com exposições individuais, a organização da feira dividiu os estandes em: manufaturas, maquinarias, matéria-prima e belas-artes e essa divisão se tornaria padrão em todas as feiras posteriores. Criadas, inicialmente por intelectuais, políticos e empresários para exibição da evolução das ciências e tecnologia, as feiras se tornaram espaços de apresentação da burguesia, vaidosa com seus avanços. Reacendendo a competição entre os países e consonância com as ideias evolucionistas, nessas feiras a evolução humana era disposta em cadeia, apresentando o mundo ocidental como o auge da civilização (SCHWARCZ, 1998).

Ainda segundo Schwarcz (1998), o Brasil participava com regularidade das exposições: em Londres no ano de 1862, 1867 em Paris, 1873 em Viena, 1876 na Filadélfia e 1889 em Paris. Sem muitos recursos financeiros, D. Pedro II, que se autodenominava um monarca “moderno, cosmopolita e cidadão” quis colaborar e comprovar nessas exposições que o Brasil era um país “civilizado”, no entanto, por mais que o país se empenha-se em apresentar suas invenções e conquistas, sempre seria reconhecido pela “floresta” (SCHWARCZ, 1998):

Participar era necessário, mas, fundos para dispendiosa tarefa não havia. É por isso que em 1867 e 1873 a presença brasileira foi ainda tímida. E só em 1876, na Filadélfia, que a qualidade da participação brasileira se altera radicalmente. Como vimos, o próprio Monarca estaria lá e era preciso fazer, nas palavras dele, uma boa figura (SCHWARCZ, 1998, p. 396).

Santos (2020) aponta que o Brasil receberia como recursos financeiros para a organização do pavilhão 950 mil francos, sendo 800 do Rio de Janeiro, 100 de Minas Gerais e 50 da Bahia.

Schwarcz (1998) fala que em 1889, a exposição seria muito maior em comparação às outras, pois era uma comemoração pelos 100 anos da Revolução Francesa. Percebida, pelos monarquistas, como uma apologia à República, monarcas europeus quiseram prejudicar a mostra. No entanto, após se aconselhar com o Visconde de Cavalcanti e Eduardo da Silva Prado, D. Pedro II resolveu participar e exibir sua posição progressista. Então, formou-se uma comissão para organizar essa participação composta pelo Visconde de Cavalcanti, Eduardo Prado e pelo jornalista Frederico de Santa Anna Nery. Durante a feira, o pavilhão ficou mal localizado, segundo o Visconde de Cavalcanti, que era muito minucioso, e se queixava que à direita da Torre Eiffel o pavilhão brasileiro ficaria desproporcional. Mas o local havia sido escolhido pelo imperador. (SCHWARCZ, 1998).

A exposição brasileira, a mais expressiva de todos os tempos, tinha 1600 expositores e os estandes exibiam seu progresso: elementos de educação; material de arte e de desenho; aparelhos de fotografia, tecidos e perfumes; produtos de caça e agrícola; máquinas e aparelhos mecânicos e materiais de ferro e arquitetura. A “arte dos selvagens” foi organizada por Ladislau Netto. A Monarquia brasileira, mesmo com todos os esforços, era reconhecida pelo caráter exótico. Schwarcz (1998) descreve a notícia saída no *Journal Exposition* de Paris de 1889, do pavilhão brasileiro em Paris:

Não perca as grandes atrações à sua espera. Correr sob um túnel de folhagem, ao longo das árvores, dessas terríveis árvores, demasiado próximas da rua todas com mangas, com as quais lhes dizem para tomar cuidado. Não ponha nem a perna e nem a cabeça para fora (SCHWARCZ, 1998, p. 405).

Pavilhões montados, as coleções da Viscondessa de Cavalcanti, mais uma vez, foram exibidas e não passaram despercebidas (SANTOS, 2020):

Nos três andares do edifício principal, foram distribuídos itens que forjariam a imagem do Brasil aos estrangeiros. No primeiro andar, foram exibidas matérias-primas como minerais, bolinhas de gude e de borracha. No segundo andar, os materiais manufaturados foram privilegiados. Nesse espaço, o visitante se deparava com itens têxteis, conservas, cerâmica, produtos farmacêuticos entre outros. Por fim, no último andar, ficavam os produtos que sugeriam uma ideia da civilização brasileira. Nesta sala, o público encontrou litografias, artes decorativas, uma coleção de insetos e uma coleção de numismática [...] (SANTOS, 2020, p. 358).

Após tantas exposições, foi para o Museu Mariano Procópio que a Viscondessa doou a maioria de suas coleções e que junto com as de seu primo Alfredo Ferreira Lage formam a maioria das, aproximadamente, 50.000 peças do acervo.

Dentre elas, uma das coleções pertencentes à Viscondessa de Cavalcanti com maior relevância histórica é, sem dúvidas, sua coleção de numismática e foi a que mais se destacou na Exposição Universal de Paris. O colecionismo de numismática se desenvolveu mais expressivamente no Brasil no século XIX. O objetivo desse colecionador é estudar as características científicas de medalhas, moedas e cédulas (FERRARI, 2010).

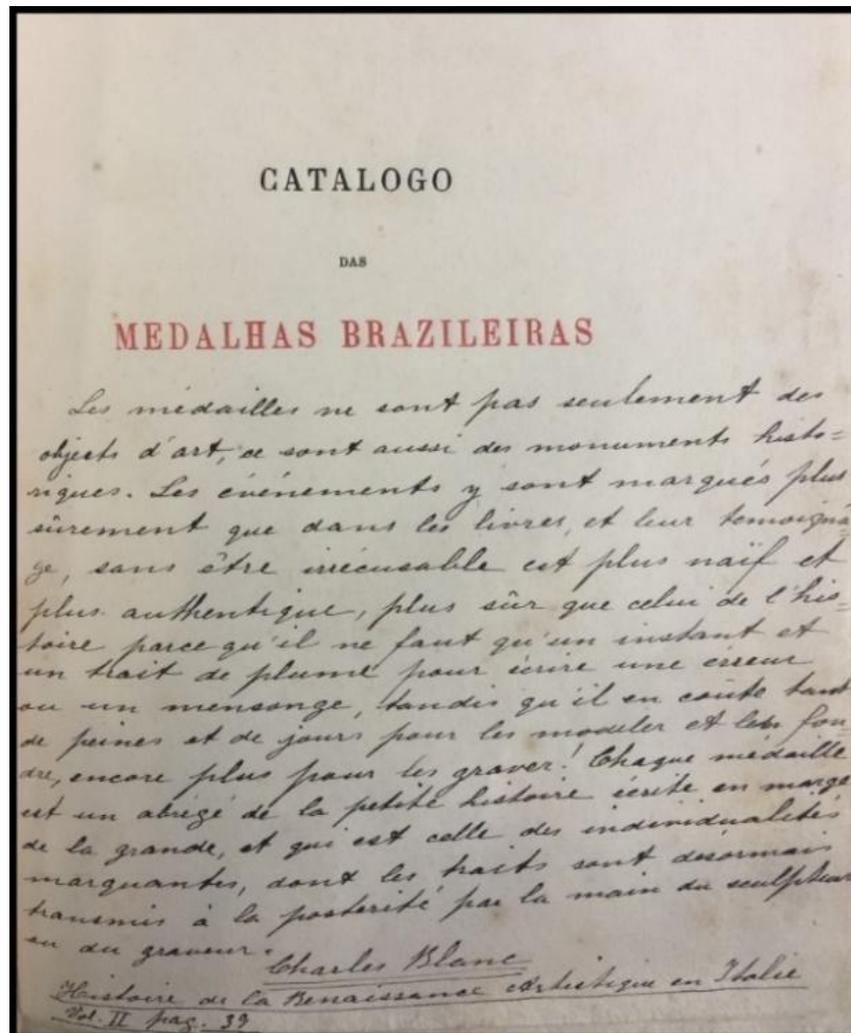
A Viscondessa, em 1889, provavelmente a partir de pesquisas feitas por ela mesma, visto as anotações feitas de próprio punho no catálogo, publicou o Catálogo de Medalhas Brasileiras e Estrangeiras referentes ao Brasil. Essa coleção possui 115 medalhas que vão desde 1596 a 1888 e foram impressos 25 exemplares, sendo dos períodos do Brasil Colonial, Domínio Português, Brasil Império, Primeiro Reinado de D. Pedro I e do Segundo Reinado de D. Pedro II. Em uma segunda edição foram acrescentadas medalhas do Brasil República, sendo de 1596 a 1903

totalizando em 294 medalhas. Essa última edição, publicada com ilustrações foi confeccionada em Paris (FERRARI, 2010) (ANDRADE, 2018).

Gomes (2020) em sua dissertação “Outra face da medalha: memória e invisibilidade de grupos sociais na coleção de medalhas do museu Eugênio Teixeira Leal em Salvador – Bahia” fala sobre o considerado “pai da numismática” que se dedicou a construir uma coleção particular com milhares de peças e propor normas e técnicas de pesquisa e classificação, sendo assim, foi ele que protagonizou o estudo numismático científico no Brasil.

O suíço Hermann Friederich Julius Meili chegou ao Brasil em 1870 e de 1875 a 1881 exerceu o cargo de cônsul da Confederação Helvética, na Bahia. Durante a sua estada em nosso país, Julius Meili reuniu uma das maiores e mais importantes coleções numismáticas brasileiras, o que o levou a produzir obras importantes como em 1890: *O Meio Circulante no Brasil*, escrita em três volumes, de 1897 a 1905. Os dois primeiros volumes são em alemão e o terceiro foi publicado em português, ambos são referentes ao Império do Brasil de 1822 a 1889. Essa foi a primeira obra de relevância publicada sobre o tema. Meili colecionou medalhas produzidas com efígies da Família Imperial, desde D. João VI até D. Pedro II, o que demonstrava uma tendência em se reverenciar personalidades da nobreza, neste período (GOMES, 2020).

Figura 40 - Anotações no Catálogo das Medalhas Brasileiras



Fonte: Museu Mariano Procópio. s.d.

Além da coleção de numismática, a Viscondessa havia emprestado itens de sua coleção de mineralogia, entre os quais, diamantes com alta pureza e pedras preciosas de diferentes províncias brasileiras, quartzo esfumado rosa, ametistas, calcedônias, ágatas, ônix e aventurinadas que somadas possuíam um alto valor econômico (FERRARI, 2010).

Santos (2020) fala que:

Dos objetos emprestados pela Viscondessa de Cavalcanti, destacam-se quatro itens nos relatórios da exposição: dois colares (um com dente de onça e outro decorado com sementes), um ornamento indígena da Amazônia e uma amostra de fibras vegetais (Império do Brasil, 1889). Embora reduzida, sua contribuição foi a terceira mais expressiva do conjunto de colecionadores, sendo menor apenas do que as contribuições do pintor e fotógrafo Alfredo Duscable, que emprestou seis pinturas de índios e mestiços brasileiros; e as contribuições de Madame Santa-Anna Nery com a mesma quantidade de itens, mas compostas

por redes de pesca, penas, máscaras do povo Tikuna e outros objetos (SANTOS, 2020, p. 359).

A Viscondessa de Cavalcanti, na exposição de 1889, recebeu uma medalha de bronze e uma de ouro. Foram concedidos nessa exposição 566 prêmios, incluindo 22 grandes prêmios, 80 medalhas de ouro, 142 medalhas de prata 170 medalhas de bronze e 152 menções honrosas. Santos (2020) afirma que dos 838 expositores brasileiros credenciados, pouco mais da metade foram agraciados, e a Viscondessa fez parte dos 10% que receberam a medalha de ouro, segunda categoria de prêmios concedidos. E a coleção numismática foi a que lhe proporcionou uma entrada no circuito particular do mercado de coleções particulares envolvendo antiquários, e a inserção no mercado dos mais importantes museus etnográficos europeus (SANTOS, 2020).

Figura 41 - Diploma de medalha de ouro da Viscondessa de Cavalcanti



Fonte: Museu Mariano Procópio. 1889.

Figura 42 - Diploma de medalha de ouro da Viscondessa de Cavalcanti



Fonte: Museu Mariano Procópio. 1889.

Acerca da exposição no Museu Volkenkunde, por meio das cartas que Santos (2020) teve acesso no Arquivo da Universidade de Leiden, observa-se a atuação da Viscondessa de Cavalcanti no que se refere à negociação da sua própria coleção, se dirigindo pessoalmente ao curador Schmeltz para negociar suas coleções e destacar o valor delas para a ciência. Essa posição da colecionadora em comercializar diretamente com o comprador só pode ser considerada se levar conta os aspectos privilegiados permitidos por sua origem familiar, classe e posição política (SANTOS, 2020).

Santos (2020) inicia seu texto falando que a introdução dessa coleção ao museu se deve à Schulman, um livreiro e especialista em antiguidades, principalmente em coleções numismáticas. O fato é que o, então, curador do Museu Volkenkund Johann Schmeltz, visualizando a oportunidade de aumentar o número de coleções pertencentes ao museu, precisaria ampliar sua rede de contatos porque, assim, facilitaria a busca de coleções que poderiam ser de interesse do museu (SANTOS, 2020).

Schmeltz já conhecendo a fama e a qualidade da coleção de numismática e também de artefatos etnográficos e arqueológicos da Viscondessa de Cavalcanti, por meio de Schulman que a conhecia, entrou em contato com ela, em nome do museu para aquisição das peças. E em 30 de julho de 1896, Schulman avisou a Schmeltz que também contactou a Viscondessa e pediu autorização para a confecção de um catálogo de sua coleção com o objetivo de uma venda com preço mais acessível, o que compensaria o valor da produção. Ainda de acordo com Santos

(2020) em 23 de setembro de 1896, a própria Viscondessa de Cavalcanti escreveu a Schmeltz se disponibilizando em enviar uma lista objetiva da coleção, na oportunidade afirmou (SANTOS, 2020):

Nesta carta, ela se disponibilizou a enviar uma lista objetiva da coleção – demonstrando assim que a conversa mencionada anteriormente por Schulman realmente acontecera – e aproveitou a ocasião para mencionar a singularidade e a beleza de sua coleção. Ela também enfatizou a dimensão científica da coleção, atestada pela publicação de Ladislau Netto sobre o machado e a ponta da flecha na Revista Arquivos do Museu Nacional - indicando o volume e os números de página, para que o próprio Schmeltz pudesse verificar as informações. Além disso, até enviou um pequeno desenho com a própria mão, indicando as medidas de um dos machados de sua coleção. O machado de pedra, segundo ela, foi obtido na província de Goiás, possivelmente entre os índios Gavião (SANTOS, 2020, p. 360-361).

Apesar das peças interessarem o curador, os recursos financeiros só foram obtidos em dois anos. Schulman ainda chegou a escrever para Schmeltz em agosto de 1898: “solicitando um adiantamento para a aquisição da coleção, em vista do iminente retorno da Viscondessa para o Brasil” (SANTOS, 2020):

[...] no mesmo período, a compra foi feita pelo preço de seis mil francos. O processo de aquisição levou alguns anos, e só foi alcançado graças ao esforço e doação de recursos por Victor Stuers, Ministro do Comércio holandês e patrocinador da aquisição da coleção. Stuers desempenhou um papel importante na expansão do Museu Volkenkunde (SANTOS, 2020, p. 360).

De acordo com a autora, a procura pelas coleções brasileiras não configurava um interesse desprezioso pelas regiões da América do Sul, mas sim, uma articulação das práticas coloniais e de colecionismo da Holanda, que se tornaram mais definitivas durante a segunda metade do século XIX.

Além da prática colecionista, ela também tinha uma vertente intelectual, foi considerada uma “mulher de letras”, entre as escritoras e tradutoras que residiram no Rio de Janeiro do século XIX. Foi a sexta mulher a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, anteriormente ingressaram: em 1901 a professora e médica Marie Rennotte; também neste ano, a jornalista, escritora e historiadora Mary Robinson Wright; em 1902 a escritora Júlia Lopes de Almeida; ainda em 1902, a aristocrata, proprietária de terras e feminista Veridiana Valéria da Silva Prado e a poetisa Ibrantina Cardona em 1905 (PINTO, 2008) (FERRARI, 2010).

Escreveu um dicionário biográfico de personalidades intitulado “Diccionario Biographico Brasileiro”. No ano de 1882, o médico e primeiro e único barão, Benjamin Franklin Ramiz Galvão escreve a ela agradecendo por tê-lo convidado a compor o dicionário e

declara que, em anexo, estão as informações pedidas.

Esse dicionário não foi publicado e parte dos manuscritos está sob a guarda do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (FERRARI, 2010).

Douglas Fasolato, em entrevista dada em 2016, comentou que ela foi uma das pioneiras na inclusão dos cegos e foi a responsável por criar o setor de braile da Biblioteca Nacional e que, por meio de sua rede de contatos criou uma ligação entre as pessoas na Europa e no Brasil para produzir livros em Braile. A biblioteca do Museu Mariano Procópio possui cinco exemplares produzidos por ela.

Então, não somente considerada uma intelectual, diante de todas essas considerações podemos fazer uma reflexão que Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque, a Viscondessa de Cavalcanti, se fortaleceu como reconhecida colecionadora em 1882 na Exposição Antropológica Brasileira, em 1899 na Exposição Universal de Paris, e entre 1896 e 1898 com a negociação de sua compra pelo Museu Volkenkunde.

A Viscondessa de Cavalcanti fazia parte de uma família que se estruturou como representante da elite que surgiu no século XIX. Casou-se com outro membro das elites tradicionais que se fortaleciam com o latifúndio e a Monarquia. Mas não ficou à sombra de seu pai e de seu marido, o que era comum naquela época, e se estabeleceu como uma representante feminina nas artes e na cultura com uma identidade que a fez ser lembrada, ao longo de quase um século após a sua morte. Sua influência como colecionadora e intelectual continua a ser objeto de admiração e modelo para outras mulheres.

É importante frisar que a Viscondessa de Cavalcanti não era a única mulher com hábitos colecionistas no século XIX e não temos o intuito de nos aprofundarmos na busca e análise dessas mulheres colecionadoras, pois, uma discussão deste porte, não faz parte dos objetivos dessa tese, todavia, vamos citar de maneira breve três mulheres e seus acervos.

Ao considerar a própria composição do acervo, elas não tiveram o interesse e o empenho em compor um colecionismo metódico, sistematizado, buscando uma estrutura que acompanhasse as tendências internacionais, diferenciando-se das coleções formadas pela Viscondessa, todavia, o agrupamento de objetos que elas se propuseram a fazer tinha um objetivo voltado à guarda e à consulta futura desses materiais. São elas: a coleção de fotografias da Princesa Isabel, intitulada “Coleção Princesa Isabel”; a coleção de acervo documental de D. Amanda Paranaguá Dória a “Coleção Baronesa de Loreto”; e a coleção de D. Maria do Carmo Mello Rego composta de artefatos indígenas e desenhos feitos por seu filho adotivo, um jovem indígena do povo Bororo intitulada “Coleção Guido Boggiani”.

Desde a vinda dos viajantes europeus, encontramos mulheres estrangeiras e brasileiras se dedicando à acumulação objetos. Mesmo que seus nomes identificassem as coleções ou fundos, percebemos que, muitas delas ficavam limitadas como coparticipes, atreladas ao nome do marido ou da família. Muitas colecionavam por algum motivo pessoal e não sinalizavam uma intenção em diversificar e consolidar seus nomes no rol dos colecionadores mais importantes da época.

Em “Conceitos-chave de museologia” de André Desvallées e François Mairesse (2013) os autores alertam que é importante deixar claro a diferença entre uma coleção e um fundo, pois em uma coleção há uma preocupação para além de reunir uma quantidade de materiais, há, também, o objetivo em propor ações para classificação, conservação e até mesmo uma exposição dos objetos que foram reunidos. Já o fundo seria apenas a intenção de acumular, sem nenhuma ideia de seleção ou objetivo de exposição para utilização particular.

A própria Princesa Isabel acumulou durante a vida mais de 1.100 fotografias como nos conta Larissa Sato (2009) em seu artigo “Tesouro Imperial: A descoberta do arquivo de fotografias da Princesa Isabel e do Conde d’Eu traz imagens inéditas e revela detalhes preciosos da iconografia oitocentista brasileira”. Estes álbuns possuem imagens diversificadas de festas e comemorações, retratos em formato *carte de visite* e *carte cabinet*, que hoje estão depositadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e é denominada como “Coleção Princesa Isabel” (SATO, 2009).

Apesar da identificação do nome da Princesa, o significativo conjunto de imagens irão coligir com a coleção de 23.000 fotografias de seu pai, o Imperador D. Pedro II, intitulada “Coleção D. Thereza Christina Maria”⁵⁸. Foi o próprio Imperador que exigiu, em termo de doação, que assim fosse nomeada.

O acervo de fotografias da Princesa Isabel, também pertencia ao seu marido, o conde D’Eu, e é composto por imagens de visitas oficiais e não oficiais feitas pelo casal às províncias, dos momentos dos períodos de sua regência, de movimentos da sociedade, de amigos, de manobras militares, principalmente da Guerra do Paraguai, onde seu marido prestou serviços, como também, de repercussões da abolição da escravatura (SATO, 2009). A autora ainda destaca que, em muitas das fotografias, há anotações do próprio Conde D’Eu datando e identificando o conteúdo da imagem. Sendo assim, apesar de compor um acervo importante para entendermos os caminhos que o casal percorreu, bem como as estratégias políticas que a levaria, supostamente,

⁵⁸ Este conjunto, composto por cerca de 23 mil fotografias, é parte integrante da biblioteca particular do Imperador e por ele doada, em testamento, em sua maior parte, à Biblioteca Nacional, denominada “*Colleção D. Thereza Christina Maria*”, em homenagem à Imperatriz. Trata-se da maior doação já recebida pela Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/colecao-d-thereza-christina-maria-albuns-fotograficos/>. Acesso em: 02 dez 2022.

ao trono, não podemos tratá-la a partir do conceito de coleção, pois não houve um rigor na seleção, na guarda e na sistematização desse acervo, há tão somente um agrupamento desses objetos.

A importância do Conde D’Eu na formação do fundo é confirmada pelo fato que seu nome aparece várias vezes no Guia da Exposição Antropológica do Museu Nacional, como responsável pela exposição dos objetos etnográficos.

A dissertação de Ivan Cruz (2018) intitulada “A serviço de sua alteza imperial: Amanda Paranaguá Dória, dama da Princesa Isabel (1849-1931)” investiga a história de vida de D. Maria Amanda Paranaguá Dória, Amandinha para a familiares e amigos. A personagem é proveniente de uma família da elite, que teve expoente ascensão social a partir do decurso da Independência do Brasil, era afilhada de Luísa Margarida Portugal e Barros, a Condessa de Barral, amiga íntima e dama de companhia da Princesa Isabel.

D. Amanda Paranaguá Dória conservou e doou, ainda em vida, seus pertences ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 2.336 documentos pessoais, manuscritos ou impressos, iconográficos como cartões postais e fotografias; periódicos; cartas pessoais; um livro de memórias de seu marido advogado e político importante no Império, Franklin Américo de Meneses Dória, o Barão de Loreto; como também os diários da baronesa que deram origem à “Coleção Baronesa de Loreto” (CRUZ, 2018):

[...]conjunto documental, cuidadosamente reunido, propondo uma reflexão sobre história e memória. Isto se fez considerando o fervor mantido por alguns monarquistas e restauradores em plena República, os quais traçaram estratégias de resistência por meio da coleção de objetos ligados ao Império (CRUZ, 2018, p. 15).

Depois de sua morte em 1931, sua irmã, D. Maria Argemira Muniz ainda fez a doação de outra parte dos documentos, que ainda estavam sob posse da família, desta vez, ao Museu Histórico Nacional contabilizando, nesta instituição, 764 itens (CRUZ, 2018).

Também não podemos chamar esse significativo conjunto de objetos como coleção, pois se tratava de um cuidado da esposa em preservar, por meio de documentos, a memória e fidelidade às convicções políticas do marido e, com isso, salvaguardar a memória do Império destituído.

E, por último, temos a escritora e viajante D. Maria do Carmo de Mello Rego, que, segundo a tese de Maria Ester Sartori (2018) “Maria do Carmo de Mello Rego: diário de uma mulher viajante do século XIX, a memória perpetuada na palavra escrita”, poucas são as

informações sobre sua vida pessoal antes de sua chegada ao Brasil. A autora afirma que ela nasceu no Uruguai e veio para o Brasil casar-se com o presidente da província do Mato Grosso, o general Francisco Raphael de Mello Rego. Segundo Rego, os casamentos entre militares brasileiros e mulheres da elite, neste caso, do Uruguai, logravam uma articulação do Império brasileiro na busca de alianças intercontinentais (SARTORI, 2018).

As três mulheres tiveram relações pessoais com a Viscondessa de Cavalcanti, todavia, D. Maria do Carmo Mello Rego vai nos trazer indícios que vão corroborar com a questão da prática colecionista voltada para a questão das coleções etnográficas.

O casal Mello Rego não teve filhos biológicos e a adoção da criança indígena chamada Piududo, do povo Bororo, foi descrita por D. Maria do Carmo em seu diário autobiográfico e em um livro de memórias de 1895: “Guido: páginas de dôr”, permeados por textos construídos por uma mulher da elite branca acerca da relação de convivência e afetuosidade pelo seu filho indígena.

O pequeno órfão Piududo (que significa beija-flor na língua portuguesa) foi adotado com cerca de sete anos de idade. Era um menino de cabelos longos, que chegou à residência do casal em 12 de junho de 1888 trazido pelo cacique Boraiaga, por intermédio do capitão Antônio José Duarte o “pacificador da tribo dos Bororós” (MELLO, 1895, p. 09) por conta de um acordo de adoção feito em 1888. O casal Mello Rego encomendou uma criança indígena para criá-lo como filho legítimo e não somente apadrinhá-lo como era costume, na época. Piududo, mais tarde, foi batizado como Guido, que era o nome de um dos santos do dia em que chegou.

Tinha os cabelos compridos. Era Piududo, o meu Piududo! Mas o que ninguém póde imaginar, foi o olhar que elle me fitou, quando o meu marido o conduziu a mim. [...] Não sabia uma palavra de portuguez; mostrava ter sete annos pois começava a mudar os dentes. Cuidava eu delle, banhava-o e muitas vezes me assentava ao chão a abanal-o com uma ventarola, por que sentia muito calor, até vel-o dormir (MELLO, 1895, p. 11-12).

Aos poucos, o menino foi aprendendo a língua dos pais adotivos, bem como seus costumes, e, após finalizado o mandato do marido no Mato Grosso, a família se mudou para o Rio de Janeiro. Perguntado se queria se despedir da sua aldeia, o menino respondeu que não e que “nunca mais se separaria de sua mãe” (MELLO, 1985, p. 14). Já no Rio de Janeiro, D. Maria do Carmo ensinou as primeiras letras e depois, Piududo foi matriculado no Colégio São Vicente de Paulo, onde começou a ter, constantemente, pequenos resfriados e febres. Mesmo acamado, revelou habilidades artísticas e passou a produzir desenhos e pinturas:

Sendo assim, como uma das formas de garantir e dar continuidade à proposta de inserção do menino índio no mundo civilizado, ela estimula nele a expressão artística, optando pelo estilo Impressionista, corrente artística iniciada na Europa no século XIX e aceita pela elite intelectual brasileira (SARTORI, 2018, p. 155).

A criança indígena de cabelos compridos foi inserida no meio social de uma família de elite como filho legítimo, e essa sociedade transmitiria a ele os valores da civilização europeia. Piududo morreu com cerca de 9 anos, no Rio de Janeiro, depois de acometido por fortes gripes, febres e pneumonia. Em seu livro de memórias, D. Maria do Carmo sofre como mãe, com a morte do menino Bororo, mas deixa subentendida a questão de “não ter conseguido prosseguir com seu projeto de inserir a criança índia no mundo civilizado”, e talvez com isso provar aquilo que ela percebesse nos indígenas e que não correspondia ao modelo que a pautava” que era a civilização dos indígenas a partir da concepção europeia de cultura (SARTORI, 2018, p. 167).

Mesmo morrendo em pouco tempo, Piududo deixou muitos desenhos e pinturas e sua mãe possuía muitas fotografias do menino em trajes indígenas e colecionava outros objetos que remetiam às origens da criança. Como D. Maria do Carmo tinha relações de amizade com o Dr. Ladislau Netto, biólogo e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, entre 1874 e 1893, ela doou àquela instituição o seu acervo.

Fiz presente ao Museu da importante coleção de artefatos de índios que colecionei e guardava para meu filho com a condição de lhe conservarem o nome onde ella fôr collocada. Um dia, perguntará algum curioso: - Quem foi esse Guido de Mello Rego? O Dr. Ladisláo Netto que a conhece e aprecia o seu valor aceitou de bom grado essa condição e lhe destina um gabinete especial. O retrato que mandei tirar também pertencerá ao Museu e a essa coleção de pois da minha morte (MATTOS, 1895, p. 42).

Ladislau Netto foi o responsável pela reforma que modernizou a instituição, e criou uma Seção de Geologia, uma Seção de Antropologia e um Laboratório de Fisiologia Experimental (WANDERLEY, 2018). Esse diretor se mostrou um incentivador de trabalhos antropológicos e de outras ciências, e com isso possibilitou o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Sartori (2018) destaca que, com o tempo, as peças que D. Maria do Carmo reuniu, poucas ficaram no Museu Nacional, muitas delas foram encaminhadas para o Museu de Berlim e outras foram para as mãos de colecionadores particulares.

O historiador do Museu Mariano Procópio, Sérgio Vicente, relata que na coleção bibliográfica da Viscondessa de Cavalcanti constam duas obras de D. Maria do Carmo do Mello

Rego com dedicatória para a Viscondessa. Em “Lembranças do Mato Grosso” de 1897 e “Artefatos indígenas do Mato Grosso” de 1899 onde, na folha de rosto, há uma mensagem manuscrita: “A muito querida Viscondessa de Cavalcanti, a sua de coração M. do Carmo”, como também, no Arquivo Fotográfico existem fotos-postais com dedicatória. Para ele, o interesse pelas coleções etnográficas e indígenas as aproximou. Cada uma delas com objetivos diferentes, mas, complementares.

Ao analisarmos o acervo da Viscondessa, que são parte significativa do Museu Mariano Procópio e a partir dos conceitos de coleção e fundo trabalhados por Desvallées e Mairesse (2013) podemos denominá-los como coleções. Acreditamos no seu prestígio e valor por três motivos relevantes: pelo fato de serem identificadas com o nome da colecionadora; por não terem, até o momento, indícios concretos da inclusão do marido na formação e catalogação dessas coleções, obviamente, que o título de Visconde e os cargos que ele ocupava como político do Império, ajudavam abrir portas; e, também, por serem escolhidas para compor importantes exposições no Brasil e no mundo.

Como já expomos durante o capítulo, os objetos das coleções da Viscondessa de Cavalcanti foram emprestados e exibidos em duas grandes exposições: No Brasil, na “Exposição Antropológica Brasileira”, realizada no Museu Nacional, em 1882; e, na França, na “Exposição Universal de Paris”, em 1889.

No entanto, vamos nos ater à “Exposição Antropológica Brasileira” para, assim, fundamentar a questão da reputação das coleções da Viscondessa de Cavalcanti dentro do ambiente colecionista.

Inaugurada em 29 de julho de 1882, aniversário da Princesa Isabel, a Exposição Antropológica Brasileira foi um dos eventos científicos mais importantes do Brasil no século XIX. O dia da inauguração foi um feriado nacional, e fogos de artifício e bandas militares abriram o evento. De um lado, a Família Imperial, composta pelo Imperador Dom Pedro II, a Imperatriz Teresa Cristina e a Princesa Isabel e as famílias das elites da sociedade carioca e, de outro, a população menos abastada e grupos de indígenas Botocudos do Espírito Santo e Xerente (atual Xacriabá) de Minas Gerais trazidos para o Rio de Janeiro para permanecerem no Museu até o final da exibição, no dia 29 de outubro do mesmo ano. Durante três meses, a Exposição Antropológica esteve aberta ao público, a imprensa indicava a presença de centenas de pessoas interessadas em conhecer os objetos indígenas expostos, como também, para assistir aos cantos e danças dos grupos de indígenas botocudos que eram os maiores representantes do pensamento indigenista da época (WANDERLEY, 2018).

A exposição contava com oito salas⁵⁹, sendo elas: a sala Vaz de Caminha, conceituada como etnográfica, expunha arcos, flechas, lanças, remos, sararacas e ralos de diversas tribos indígenas do Brasil; a sala Rodrigues Ferreira, também etnográfica, expunha coleções compostas de instrumentos de guerra, de caça, de pesca e de música; a sala Lery, de característica arqueológica, continha boa parte de fragmentos de louça antiga do Amazonas e dos sambaquis do sul; Sala Hartt, também arqueológica, foi ocupada por produtos cerâmicos antigos; Sala Lund, chamada de antropológica, continha esqueletos e crânios de indígenas Tembés, Turiuaras e Botocudos, como também, fotografias de Botocudos; a Sala Martius, chamada de antropológica e arqueológica, expunha esteiras, jamachis ou uaturás, pacarás, panacarys, urupembas e alguns produtos cerâmicos; a Sala Gabriel Soares, designada antropológica e arqueológica, expunha produtos da arte plumária brasileira, adornos, tecidos e vestes de muitas tribos do Brasil; a Sala Anchieta, caracterizada como etnográfica, expunha obras relativas à língua tupi ou guarani, quadros a óleo representando tipos de diversas tribos brasileiras, fotografias, gravuras, cromolitografias, litografias e aquarelas (WANDERLEY, 2018).

Os visitantes recebiam impresso o Guia da Exposição⁶⁰ que continha 71 páginas, onde constavam o nome da sala, um resumo da exposição e a que era destinada, logo a seguir havia indicações numéricas, em um total de 780 somando-se todas as salas, com a descrição dos devidos objetos expostos em cada número: nome do objeto; do povo a que pertencia; indicação regional de onde foi coletado; e o nome do colecionador que as emprestou. Este guia facilitava o reconhecimento dos objetos expostos pelos visitantes, mas poucos tinham alguma interpretação ou funcionalidade das peças, pois a maioria possuía apenas um caráter informativo. Dentre os expositores estavam o Imperador D. Pedro II, o Conde D'Eu, o Visconde de Paranaguá, o Barão de Teffé, o próprio Ladislau Netto e outras personalidades de várias áreas das elites do século XIX.

Entre os nomes dos colecionadores que emprestaram suas coleções para a exposição mencionados no guia, somente uma era mulher: D. Amélia Cavalcanti de Albuquerque, a Viscondessa de Cavalcanti. Neste caso, os objetos das coleções etnográficas da Viscondessa

⁵⁹ Os nomes das salas homenageavam personalidades da História do Brasil: o cronista português Pedro Vaz de Caminha (1450 – 1500), o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756 – 1815), também português; os missionários dos séculos XVI e XVII – o padre jesuíta espanhol José de Anchieta (1534 – 1597) e o pastor francês Jean de Léry (153? – 161?) –, o português Gabriel Soares (1540 – 1590), autor do “Tratado descritivo do Brasil” (1587); além dos cientistas contemporâneos – o alemão Carl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868), o canadense Charles Frederick Hartt (1840 – 1878) e o dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801 – 1880). Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=ladislau-de-souza-e-mello-netto-1838-1894>. Acesso em: 29 dez. 2022.

⁶⁰ GUIA da Exposição Antropológica Brasileira. Disponível em: <https://archive.org/details/guiadaexposioan00bragoog/page/n6/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 29 dez. 2022.

tiveram uma função de demarcação social para ela, como mulher, fazendo com que os grupos das elites colecionadoras, ou seja, os homens e suas coleções, a reconhecessem como parte deste grupo e legitimassem sua posição entre eles.

O nome da Viscondessa aparece em duas salas:

Sala Rodrigues Ferreira:

5. Arcos e flechas dos Coroados de Matto Grosso. — Exp.: S. M. o Imperador, M. Nac, d. Amélia C. de Albuquerque e major Guimarães” (GUIA, 1882, p. 11);
7. Arco de cacique Coroado. — Exp.: D. Amélia C. de Albuquerque (GUIA, 1882, p. 12);
12. Tacapes, *mbucu-unas* (zarabatanas) e suas *huibarús* (aljavas) e setas de tribos do Alto Amazonas. — Exp.: S. M. o Imperador, M. Nac, barão de Teffé, M. Paraense, Inst. Arch. Pernambucano, Inst. Arch. Alagoano e d. Amélia C. de Albuquerque (GUIA, 1882, p. 12);
21. Tambores. Exp. M. Nac. Paranaense e d. Amélia C. de Albuquerque (GUIA, 1882, p. 13);
74. Remos e armas de caça e guerra dos Guatós, Cabixás e Guanás, de Matto Grosso. — Exp.: S. M. o Imperador, M. Nac, d. Amélia C. de Albuquerque (GUIA, 1882, p. 16);
87. Flechas de ponta de taquara lisas de todas as tribos do Brazil. — Exp.: S. M. o Imperador, Conde d'Eu, M. Nac, M. Paraense, Inst. Arch. de Pernambuco, Lyceu do Ceará, d. Amélia C. de Albuquerque, barão de Teffé, major Martins Guimarães (GUIA, 1882, p. 17);

Sala Gabriel Soares:

35. Pentes dos Uaupés. — Exp.: S. M. o Imperador, M. Nac, M. Paraense e d. Amélia C. de Albuquerque (GUIA, 1882, p. 53);
60. Enfeites para cabeça, feitos de unhas de tamanduá canastra. — Exp.: M. Nac. e D. Amélia O. de Albuquerque (GUIA, 1882, p. 55);
69. Coleção de colares de diversas tribos. — Exp.: M. Nac. e D. Amélia C. de Albuquerque;
70. Colares de dentes humanos e de animais, ossos, sementes — Exp.: M. Nac. e d. Amélia C. de Albuquerque (GUIA, 1882, p. 55);
73. Pulseiras de diversas tribos. — Exp.: M. Nac. e d. Amélia C. de Albuquerque;
77. Sceptros (cetros) dos indígenas Parintintins. — Exp.: S. M. o Imperador, M. Nac, M. Paraense e d. Amélia C. de Albuquerque (GUIA, 1882, p. 56); 98. Tangas de contas usadas pelas mulheres dos indígenas Uaupés. — Exp.: S. M. o Imperador, M. Nac. e d. Amélia C. de Albuquerque;
102. Balaios de palha e de piassaba. — Exp.: M. Nac. e D. Amélia C. de Albuquerque;
104. Esteira para guardar setas hervadas. — Exp.; D. Amélia C. de Albuquerque (GUIA, 1882, p. 57);
115. Rede de embira fabricada nos sertões do- Piauí. — Exp.: D. Amélia C. de Albuquerque (GUIA, 1882, p. 58);
126. Embornas fabricados de algodão e de fibras vegetais. — Exp.: S. Majestade o Imperador, M. Nac, M. Paraense, d. Amélia C. de Albuquerque e Barão de Teffé (GUIA, 1882, p. 59);
142. Collecção archeologica pertencente e exposta pela ex^{ma}. snr.^a d. Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque. É composta de pontas de flechas de calcedonia, de sílex e de obsidiana; de tembetás de beryllo, de orthoclasia, de

obsidiana, de quartzo e de resina; machados e instrumentos de diferentes formas de quartzo, diorito, granito, fibrolitho e nephrito (GUIA, 1882, p. 60).

A exposição teve um misto de ciência e entretenimento com o intuito de trazer aos olhos do público visitante as diferenças entre o mundo “selvagem” e o “civilizado”, reforçando a concepção de ciência eurocêntrica e de uma antropologia evolucionista.

O fato de ser a única mulher colecionadora que participou de uma exposição tão importante para a época, se materializou porque suas coleções etnográficas eram reconhecidas pela diversidade e pela cientificidade, eram armas de guerra e caça, objetos de uso cotidiano e adornos, cestarias com variadas técnicas entre outros. A valiosa coleção da Viscondessa foi ser exposta juntamente com as coleções do Imperador e de outros importantes colecionadores, como podemos observar na descrição do guia. Assim, Gonçalves (2007) destaca:

Em fins do século XIX e início do século XX, na condição de “objetos etnográficos”, eles foram alvo de colecionamento, classificação, reflexão e exibição por parte de autores cujos paradigmas evolucionistas e difusionistas situavam-nos no macro-contexto da história da humanidade (GONÇALVES, 2007, p. 16)

Neste caso, a prática colecionista etnográfica da Viscondessa seguia os conceitos evolucionistas e era marcada por um tipo de ambição em saber reconhecer, recolher e catalogar objetos de culturas exóticas, um mundo diferente da sociedade em que estava inserida. Ter a oportunidade de expor essas peças na Exposição Antropológica do Museu Nacional possibilitou angariar mais prestígio, o que culminou no reconhecimento internacional quando foram disponibilizadas para outras grandes exposições, como a de Paris, e depois, para compor as exposições do Museu Volkenkunde.

O seu colecionismo estava atrelado ao seu nome: “Coleções Viscondessa de Cavalcanti”, o que trazia status para si e para sua família, bem como se alinhava com a busca por ser lembrada no futuro.

8 OS OBJETOS DA SALA D. PEDRO II COMO SÍMBOLOS DA NOBREZA E DO PODER DAS ELITES DO SÉCULO XIX

Mobiliários, objetos de decoração e de uso doméstico, estandartes, pinturas, esculturas, medalhões, bustos e os fardões do Imperador compõem a sala, rememoram e divulgavam a presença da Família Imperial brasileira para os visitantes do museu. O discurso desse ambiente, idealizado por Alfredo Lage, explica a estrutura social do Império e das famílias das elites do século XIX por meio da exposição dos objetos que irão corroborar com a intenção de preservar a mentalidade monarquista.

Inicialmente, das 62 peças que estão no arrolamento de 1944 e compõem a sala D. Pedro II, iremos examinar sete delas: duas peças que fazem alusão ao Monarca: o busto do Imperador confeccionado pelo escultor Rodolfo Bernardelli e a “Mão da Justiça” moldada pelo escultor Marc Ferrez; outras duas que aludem à imagem de sua sucessora direta ao trono brasileiro, sua primogênita, Princesa Isabel: o busto da Princesa, também confeccionado pelo escultor Rodolfo Bernardelli, e a estatueta em prata “Isabel, a redentora” de autoria não identificada. E ainda, os três fardões.

E esses últimos são peças de maior relevância desta sala: três indumentárias utilizadas em cerimônias oficiais por D. Pedro II: o Fardão da Maioridade, o Fardão do Casamento e a Veste da Coroação. Com alto valor simbólico, únicas e repletas de significados e com uma história de incessante busca por Alfredo Lage para resgatá-las e protege-las do risco de serem negociados com outros países.

Dentre os outros que compõem a sala, escolhemos esses objetos porque poderão traduzir as transformações surgidas no século XIX em relação à sociedade, principalmente, aquelas ligadas ao café, que ganhavam prestígio social com os títulos de nobreza concedidos pelo Imperador, ainda que fosse uma sociedade que conservasse traços coloniais: elitista e escravocrata. Também as transformações econômicas, pois, foi durante o período imperial que o Brasil se firmou como agroexportador atendendo ao mercado europeu. E, ainda, as transformações políticas com a disputa dos dois partidos, o Partido Conservador e Partido Liberal, que tinham posições diferentes, tanto ideológicas, como das classes em que se apoiavam. Apesar das disputas entre os partidos, o Imperador ainda tinha grandes poderes políticos, pois tinha em suas mãos o Poder Moderador.

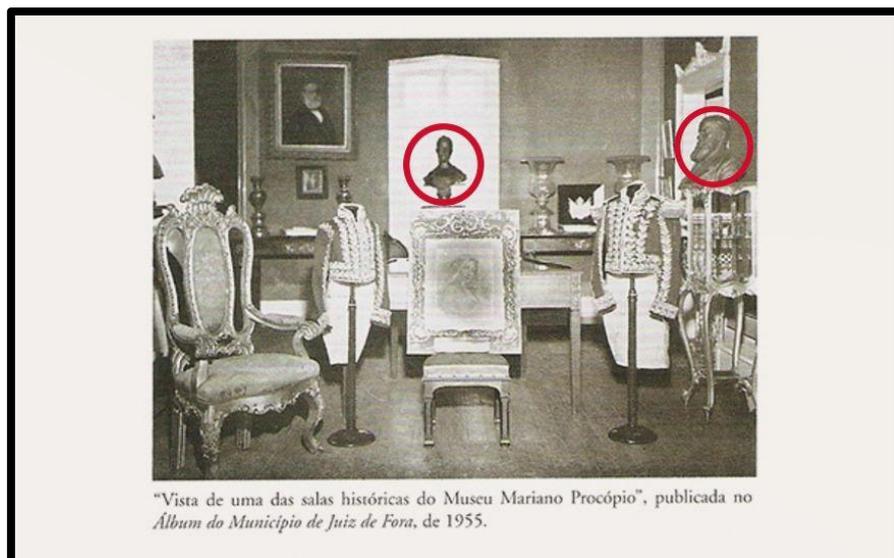
De acordo com a historiadora do museu Priscila Pinheiro⁶¹ não há documentação no Arquivo Histórico do museu que façam referência à procedência dos bustos de autoria do escultor Rodolpho Bernardelli tanto do imperador D. Pedro II quanto de sua filha, a Princesa Isabel. Entretanto, é possível observarmos o busto da princesa em imagens publicadas pela revista *Fon-Fon*⁶² de 1922 quando a Galeria de Belas-Artes da instituição foi inaugurada. E no ano de 1955, juntamente com o busto de D. Pedro II, no Álbum do Município de Juiz de Fora.

Figura 43 – Inauguração de novas galerias e quadros no Museu Mariano Procópio



Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional. Fotografia. 1922.

Figura 44 – Sala Histórica do Museu Mariano Procópio



Fonte: Catálogo do Museu Mariano Procópio. Fotografia. 2006.

⁶¹ Informações obtidas por meio de e-mail no dia 31 out. de 2022.

⁶² FON FON: Semanário alegre, político, crítico e esfuizante. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=259063&pagfis=40268>. Acesso em: 07 nov. 2022.

A historiadora continua esclarecendo que o arquivo também não possui recibos referentes à compra da estatueta de prata "A redentora" por Alfredo Lage, no entanto, ela aparece entre as peças adquiridas, por ele, no leilão da coleção de Bernardino Bastos Dias, em maio de 1929 e continua destacando que a instituição também não possui informações precisas sobre aquisição da Mão da Justiça.

Com relação aos fardões de D. Pedro II, o Arquivo Histórico conta com documentação, que será analisada nesse trabalho.

8.1 A MONARQUIA EXPRESSADA NOS BUSTOS DE D. PEDRO II E DA PRINCESA ISABEL

Os bustos são associados ao povo romano, que durante o período republicano desenvolveu técnicas e formas tão particulares, o que possibilita a identificação de seus objetos até hoje, apenas por sua forma. O Dicionário Oxford de Arte (2001) traz o verbete "busto" com o seguinte significado:

Representação da cabeça e da parte superior do corpo de uma pessoa; o termo geral refere-se ao retrato em escultura, mas é aplicado à pintura, à gravura e ao desenho. A origem da palavra é incerta; costuma-se aplicá-la como derivada do latim *bustum* "monumento sepulcral". As formas de busto variam muito; o termo abarca desde aqueles que representam apenas a cabeça, pescoço e a clavícula, aos que incluem os ombros, pescoço e até as mãos. [...] podem ser cobertas pela representação de um tecido com propósitos decorativos ou revestir-se de trajes que indicam a posição social do retratado (DOA, 2001, p. 88).

Felipe Paz (2020), em sua tese de doutorado "Bustos raciais: uma biografia das Imagens-Artefato racialistas (1862- 1930)", destaca que, antes dos romanos, os gregos já se utilizavam do estudo das cabeças e rostos. Alexandre Magno, por exemplo, escolhia seus ministros pelo semblante. O pesquisador lembra que os bustos não podem ser considerados, simplesmente, como objetos decorativos de museus, pois por sua materialidade, podem ser representações artísticas, de representantes dos Estados com uma intencionalidade política e social ou usados como estudos classificatórios raciais. Em sua pesquisa, ele relata que os bustos foram considerados como instrumentos científicos para estudos do corpo e da face por diferentes áreas, não nos esquecendo que essa "normalidade" era feita pelo olhar europeu.

Nosso intuito aqui é o de compreender a existência no museu de esculturas de bustos de diversas personalidades que representam a monarquia brasileira e personagens ligados às famílias de elites.

Particularmente na sala D. Pedro II temos: o busto de D. Pedro I; de D. Pedro II; da Princesa Isabel; de D. Theresa Cristina; do Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos - pai); do Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior - filho); e do Conde D'Eu. Dentre eles, escolhemos para análise, o busto de D. Pedro II e de sua filha e sucessora hierárquica, a Princesa Isabel, pois estavam mais ligados ao fundador do museu e guardam maiores as memórias coletivas relacionadas à Monarquia.

8.1.1 O Busto do Imperador D. Pedro II

Figura 45 – Busto de D. Pedro II



Fonte: Museu Mariano Procópio. Escultura. 1889.

O busto do Imperador D. Pedro II (1825-1891) foi confeccionado em bronze pelo escultor, Rodolfo Bernardelli, e está assentado sobre uma coluna de madeira dourada, estilo Luiz XV. A peça foi fundida pela Fundação Cavina⁶³, em 05 de março de 1889, medindo 74 cm de altura, 59 cm de largura e 41 cm de profundidade. O Imperador é representado trajando casaca de lapelas deitadas com a barreta da Ordem do Tosão de Ouro, deixando aparecer gravata, camisa e colete devidamente abotoado.

Filho de D. Pedro I (1798-1834) e D. Maria Leopoldina de Áustria (1797-1826), José Murilo de Carvalho (2007) aponta em seu livro “Perfis brasileiros: D. Pedro II” as principais diferenças entre os pais e ele:

Embora D. Pedro não tenha tido a oportunidade de conviver com a mãe, os dois se assemelhavam em muitos pontos. Era-lhes comum o amor pela ciência, especialmente, astronomia. O filho conservou um museu de história natural da mãe e o doou ao Museu Nacional⁶⁴ com o título de Coleção Imperatriz Leopoldina. Tinham também, em comum, a obsessão ao cumprimento do dever e buscavam refúgio no estudo quando atormentados pelo tumultuar dos sentimentos [...] Com o pai, D. Pedro II tinha pouco em comum por razões de temperamento e, sobretudo de educação. D. Pedro I era comandado por emoções, às vezes contraditórias, a que não aprendera impor barreira alguma. Era impulsivo, romântico, autoritário, ambicioso, generoso, grosseiro, sedutor. D. Pedro II foi educado para não se parecer com o pai. Ensina-lhe a controlar ódios e amores, a ser contido, racional, equilibrado, previsível (CARVALHO, 2007, p. 17).

Alcunhado “O Magnânimo”, foi o segundo e último imperador do Império do Brasil, governou de 23 de julho de 1840 até 15 de novembro de 1889. Reverenciado como um imperador erudito, patrocinou o conhecimento da cultura e das ciências e ganhou a admiração de estudiosos e cientistas nacionais e internacionais do século XIX.

Um dos primeiros atos de D. Pedro II como Imperador foi decretar anistia aos envolvidos nas revoltas internas da Regência. Essa seria uma das marcas de seu meio século de governo: perdão aos rebeldes vencidos. Por isso, apelidaram-no “o Magnânimo” (BUENO, 1997, p. 130).

⁶³ A Fundação Cavina foi criada, em 1915, pelos fundidores dissidentes da Fundação Indígena, Rômulo Cavina e seus filhos, seguiria a vocação de prestar serviços aos artistas dentro de um panorama histórico cada vez mais distante daquele do século XIX. Catálogo Fundação artística no Brasil. Disponível em: https://issuu.com/marinaayra/docs/fundicao_catalogo_s13_rev1_sd_issuu. Acesso em: 13 ago 2022.

⁶⁴ Segundo a Agência Brasil, após o incêndio que acometeu o Museu Nacional em 02 de setembro de 2018, a coleção completa da Imperatriz incluía cerca de 750 peças, entre objetos de bronze, cerâmica, vidro e afresco, datados do século VII a.C ao III d.C. e o trabalho de resgate conseguiu recuperar parte significativa da coleção. Segundo a equipe de resgate, pelo menos 30% das peças foram recuperadas, sendo que cerca de 100 foram encontradas inteiras. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/museu-nacional-recupera-30-da-colecao-imperatriz-teresa-cristina>. Acesso em: 15 ago 2022.

Movido pela força econômica trazida pela produção cafeeira no Segundo Reinado, D. Pedro II decidiu investir em cultura, e o Brasil passou a ser reinterpretado pelo romantismo por historiadores, pintores e literatos. Mais de 500 sessões do Instituto Histórico e Geográfico foram presididas por ele, que também enviou bolsistas para o exterior, em especial, para copiar documentos na Torre do Tombo, na cidade de Lisboa. O que mais se destacou foi Francisco Adolfo de Varnhagem autor da obra publicada, em 1854, “História Geral do Brasil” (BUENO, 1997):

Eivada de preconceitos e esgares, a obra de Varnhagem é, ainda assim e até hoje, a mais completa crônica documental da colônia, e seu autor, o pai da historiografia brasileira. Da obra de Varnhagem emerge a construção idealizada de uma nova nacionalidade: o Brasil da civilização branca (BUENO, 1997, p. 134).

Em 1889, com a proclamação da República, o Imperador e sua família foram exilados na Europa. Digno, recusou a pensão do governo republicano, mas, talvez tenha sido com o próprio dinheiro público que o Barão de Penedo se prontificou e ficou responsável por pagar todas as suas despesas, também se recusou a ter privilégios por seu grande prestígio internacional, finalmente, se dedicando aos livros que tanto prezava. Morreu em Paris, em 5 de dezembro de 1891 no modesto Hotel Bedford, cercado pela filha, netos e amigos (BUENO, 1997).

Schwarcz (2007) enfatiza em “As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos” que para o incômodo do governo republicano brasileiro, em sua morte, D. Pedro II teve tratamento e honrarias de chefe de Estado. Sadi Carnot, o presidente francês, enviou seu ajudante-de-ordem para apresentar os pêsames à família, enquanto, nenhuma manifestação oficial partira do Brasil. As cerimônias fúnebres, em Paris, durariam três dias até que o corpo seguisse para Portugal para ficar ao lado da esposa, Teresa Cristina. O “rei exilado” foi sepultado como “Imperador brasileiro”.

A autora segue esclarecendo que se multiplicavam imagens e textos nos jornais europeus, e que a imprensa internacional descrevia o Monarca brasileiro com expressões elogiosas: “um herói civilizador, injustiçado por sua gente”, “culto, patriota, gentil e indulgente”, “tinha todas as virtudes privadas, bem como as públicas” e que essa repercussão incomodou os republicanos: “Os líderes republicanos, temerosos da grande repercussão que tivera a morte do Imperador, silenciaram sobre o seu desejo de ser enterrado no Brasil” (SCHWARCZ, 2007, p. 493).

Aqui no Brasil, pessoas e instituições leais ao Imperador e ao Império iniciaram um movimento para perpetuação da imagem do Monarca. De acordo com Schwarcz (2007), o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil que, em 1891, recebeu uma valiosa coleção de livros e fotografias da coleção de D. Pedro II, passou a liderar esse movimento, e logo após seu

falecimento manteve o instituto a portas fechadas durante sete dias, em todas as sessões de aniversário eram feitas referências saudosas ao Imperador e todo dia 05 de dezembro, data da morte, a instituição fechava suas portas. Além dessas movimentações:

[...]manda celebrar uma missa solene de sétimo dia, cobre com crepe a cadeira do Monarca, oferece um prêmio para a melhor biografia sobre D. Pedro e, por fim, toma providências com vistas a obter autorização para o traslado dos restos mortais do casal imperial (SCHWARCZ, 2007, p. 496)

O estatuto de 1891 previu que, a partir daquele ano, todos os novos sócios deveriam, em seus discursos de posse pronunciar D. Pedro II. A autora aponta que, neste local, D. Pedro II era cada vez mais enaltecido por suas virtudes e esquecido em seus defeitos, seria imortalizado por meio da leitura de seus historiadores, pelas pinturas, pelas músicas e até pelo seu local preferido, a cidade de Petrópolis, que era também a escolhida para as férias de verão pelas elites republicanas. Mais tarde, por meio de homenagens imortalizadas em medalhas, esculturas, bustos, placas, associando o Imperador ao “monarca-cidadão” e “monarca-pensador” sua imagem foi reabilitada (SCHWARCZ, 2007).

A partir do pedido do instituto, em 1892, em relação ao traslado dos restos mortais dos imperadores, em 1906, é apresentado um projeto à Câmara dos Deputados e em 1916 chega às mãos do Presidente Venceslau Brás, que aprova e condiciona a formalidade para que seja feita no centenário da Independência. No entanto, vários contratemplos surgidos em uma República enfraquecida por episódios de revoltas, prejudicaria a vinda dos corpos. E o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se responsabilizou pelo traslado. Schwarcz (2007) revela que havia um misto de exaltação por parte dos fieis monarquistas e de incômodo pelos republicanos com a chegada dos restos mortais ao país, em 1922, ao som de salvas de tiros de canhões e de fuzis. Era como se o monarca, em pessoa, retornasse. No entanto, somente em 05 de dezembro de 1939 com a presença na solenidade do então Presidente Getúlio Vargas que a capela mortuária foi inaugurada em Petrópolis:

Sobre o túmulo esculpido por Leão Veloso estendiam-se os corpos de D. Pedro II e da Imperatriz, feitos em mármore. À frente, os vitrais (segundo os desenhos de Carlos Osvald) representavam a ascensão e queda do reinado. Mais ao lado o poema-lamento de D. Pedro, o qual pede “a justiça de Deus na voz da História” (SCHWARCZ, 2007, p. 513).

A autora destaca que com a revogação do banimento dos herdeiros da família real e a volta dos restos mortais do Monarca e da imperatriz para Petrópolis, consagrou a cidade como a de Pedro II. No ano seguinte, mediante decreto, em 1940, assinado por Getúlio Vargas criou-se

o Museu Imperial com o objetivo de “retratar a história da vida brasileira sob o regime monárquico” (SCHWARCZ, 2007, p. 514).

Sobre o busto, o escultor Rodolfo Bernardelli nasceu no México, em 1852, e era irmão dos pintores Henrique e Félix Bernardelli, que ficaram conhecidos como “os irmãos Bernardelli”. Em uma visão geral sobre a arte de escultura, foi no período de transição do Império para a República que houve o seu auge. Suas obras são fontes documentais importantes para uma análise antropológica e histórica, particularmente, os bustos, pois possuem uma existência social delimitada.

A veneração que o Mestre devotava à Família Imperial, em especial aos Imperantes, era por eles retribuída com amizade, e é em abril de 1889 que o grande escultor brasileiro tem a honra de esculpir o busto de “D. Pedro II”, que só para Bernardelli se dignou posar. A Imperatriz concedeu-lhe o mesmo privilégio, bem como a Princesa Izabel e o Conde D’Eu (VACCANI, 1949, p. 96).

Bernardelli seria reconhecido pela expressão que dava ao olhar em suas peças, as características das obras dele iam além da realidade, ele dava espiritualidade às formas. Vaccani (1949, p. 249) em “Rodolpho Bernardelli vida artística e características de sua obra escultórica” fala que “os olhos, que para ele são de suma importância, bem encaixados em suas órbitas apresentam um aspecto humano de grande expressão suave ou intensa, nobre, admirada, brejeira”.

O busto do Imperador foi finalizado em março de 1889, meses antes de seu banimento oficial: Decreto nº 78-A de 21 de dezembro de 1889 “Bane do território nacional o Sr. Dom Pedro de Alcantara e sua família”⁶⁵. A emoção humana esculpida por Bernardelli no busto de Pedro II é nítida: semblante entristecido e cansado, rugas acentuadas, sobrolho franzido, os cantos da boca para baixo, olhos semicerrados.

Os olhos do Imperador viam a Monarquia cair pela incapacidade de seus pares de solucionar os problemas estruturais do Brasil e pelas novas demandas que surgiam na sociedade. O Estado Imperial não obteve forças necessárias para o exercício de suas atribuições e os partidos da época, Conservador e Liberal, não encontravam soluções viáveis para as crises e as tentativas por reformas modernizadoras acabavam gerando outras crises.

José Murilo de Carvalho (2003) em “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil” esclarece que o império brasileiro, como, a própria república, importaram ideias da

⁶⁵ Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=78-A&ano=1889&ato=2540TPB9EMjRVtC1a>. Acesso em: 06 ago 2022.

Europa e da América de organização da sociedade tanto política, administrativa e judicial e tentaram adaptá-las à realidade brasileira.

Em relação ao império, o autor fala que a inspiração da organização veio do constitucionalismo inglês: um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições e imprensa livre. Na questão administrativa, os modelos eram Portugal e França com suas políticas de centralização, o direito administrativo francês era particularmente atraente para o viés estadista dos políticos imperiais e a justiça se inspirava nas anglo-americanas, como a justiça de paz, o júri e uma limitada descentralização provincial quando “o peso centralizante provocava reações mais fortes” (CARVALHO, 2003, p. 23). No início, com a propostas de ordem social e união das províncias, e somente ao final começaram a se preocupar com a formação da nação, particularmente, com as questões da escravidão e da diversidade de raças que definiriam a identidade nacional.

Diversidade que foi exposta nos romances indigenistas de José de Alencar: “O Guarani”, de 1857, que conta o romance entre a portuguesa Ceci e o indígena Peri e no livro “Iracema”, de 1865, que conta a história da índia Iracema, prometida em casamento ao guerreiro Irapuã, mas, que se apaixona pelo português Martim podemos ver essa ligação simbólica (CARVALHO, 2003).

Difícil era escolher qual seria o melhor modelo para a República que seria implantada. Para os proprietários rurais, principalmente para as províncias de São Paulo e Minas Gerais o modelo ideal seria o americano, que evitava a participação popular nos processos de implantação da República, inclusive no governo. E, principalmente, com a definição do público, eles poderiam defender seus interesses particulares com ênfase na organização do poder da ordem social e política, lembrando que eram eles que compunham as elites de proprietários de escravizados. Carvalho (2003) destaca que:

O modelo americano, em boa parte, vitorioso na Constituição de 1891, se atendia aos interesses dos proprietários rurais, tinha sentido profundamente distinto, daquele que teve nos Estados Unidos[...] Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder (CARVALHO, 2003, p. 25).

A socióloga Angela Alonso (2009) em seu texto “Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual Brasileiro na primeira década republicana” fala que somando-se à crise de Estado houve, também, a crise dos partidos e da representação política. São Paulo, economicamente, já era o principal estado do Brasil, mas, politicamente, sua representação era muito pequena em relação a outros estados com economias decadentes, como Bahia, Pernambuco

e o próprio Rio de Janeiro. Isso mobilizava as elites políticas paulistas na exigência de maior participação.

Mas, este modelo americano de república não era bem visto para um outro setor urbano: os pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes que eram mais atraídos pelos “apelos abstratos da liberdade, igualdade, da participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados” (CARVALHO, 2003, p. 26). Eles eram contra a monarquia, mas não contra o Estado, porque só com ele conseguiriam seus objetivos, então, o modelo positivista seria a saída com um Executivo forte e intervencionista.

Outro grupo que estava insatisfeito com a monarquia eram os militares, pois logo após a Guerra do Paraguai, quando o Exército Brasileiro se estabelece como uma instituição profissional, os militares passaram a se organizar na defesa por seus direitos, sendo suas principais exigências: aumento salarial e melhoria no sistema de carreira; e o direito de manifestar opiniões políticas. Em seu texto “Instauração da República no Brasil” Alonso (2019) ainda destaca que:

Nas cidades, a ampliação das classes médias seguia a expansão da urbanização, o aumento da burocracia estatal e a ampliação dos serviços de imprensa, comércio e serviços. Esses novos estratos populacionais, contudo, tinham pouco ou nenhum acesso ao sistema político formal (ALONSO, 2019, p. 164-165).

Para esse grupo, a proclamação buscava apenas a posição de maior prestígio e poder a que julgava ter direito o Exército, após o esforço na guerra do Paraguai, sendo assim, se direcionaram até a casa do Marechal Deodoro da Fonseca, que se encontrava muito doente, para convencê-lo a juntar-se a eles em um movimento para derrubar o Visconde de Ouro Preto do Gabinete Ministerial. O Marechal foi convencido a aderir ao golpe acreditando em muitos boatos.

A República nasceu em meio à agitação. O fato é que a ideia do novo regime era um sinal dos novos tempos, com a perspectiva de que favorecesse a todos os grupos que tinham suas justificativas para criticar o regime monárquico. As mesmas elites que fizeram com que o Monarca subisse ao trono e que o sustentou durante tanto tempo, o abandonou, principalmente pelo fato de que não foram indenizadas quando perderam sua mão-de-obra escrava em 1888.

Mas, o Monarca não estava de todo sozinho, talvez pela simpatia que despertava, a imagem de bom pai ou que “com um ato caridoso abolia a escravidão” ou também a “imagem mais senil, tomasse um rumo diverso da sina da realeza oficial”, ao mesmo tempo, em que a monarquia caía entre batalhas políticas e ideológicas, D. Pedro II “atingia o máximo de sua popularidade” (SCHWARCZ, 2007, p.443-444).

Enfim, caía a monarquia, mas, não caía o Imperador que seria imortalizado por meio de historiadores, músicos, projetos e instituições científicas. O busto, como semióforo, serve como lembrança desses tempos e de objeto de memória para as elites. É o próprio D. Pedro II, ainda que representado por uma peça.

8.1.2 A Mão da Justiça

Figura 46 – Escultura da mão com anel de D. Pedro II



Fonte: Museu Mariano Procópio. Escultura. 1841

A simbologia dos rituais e cerimoniais da coroação do império brasileiro serviam para evidenciar o poder do soberano acerca dos seus valores, direitos políticos e de legitimidade. Nesse ritual, a imagem do Imperador personificava a representação de segurança, de soberania e de unidade territorial do Império e apresentava o retrato da Monarquia e suas relações de poder. Revelavam, inclusive, a distinção entre os grupos de elites. Era a oportunidade de mostrar a cada um qual seria o seu lugar, nos relacionamentos, no estabelecimento de relações e na troca de favores, que é o que predomina, até hoje, tanto nas relações políticas como nas sociais.

Assim, os objetos símbolos usados no ritual da coroação e sagração do Imperador caracterizavam o poder de D. Pedro II, como a autoridade suprema. Tinham, por objetivo, a

salvaguarda de direitos constitucionais, e definiam o Imperador como um governante eleito por Deus. Schwarcz (2007) fala que:

No dia 18 de julho de 1841, o Rio de Janeiro amanheceu mais uma vez em festa. A corte, vestida com o máximo rigor, aguardava pelo maior ritual já preparado no País. Sempre se dissera que D. Pedro deveria reinar como seu parente Luís Filipe de Orléans, que ao se aliar à burguesia e jurar a Constituição ficou conhecido como um monarca-cidadão. Mas, a sagração estava mais para o modelo napoleônico, ou era antes uma recuperação dos mais requintados rituais da monarquia europeia do que uma exaltação de “modernidade” (SCHWARCZ, 2007, p. 73).

A suntuosidade fazia parte deste ritual e era um elemento importante para consolidar a imagem do Monarca. Schwarcz (2007) destaca que o cetro que o Imperador usava na cerimônia media dois metros e meio o que, para um garoto de 15 anos, era muito alto. Era de ouro maciço, com dois olhos de brilhante na imagem da serpente, que era o símbolo dos Bragança (SCHWARCZ, 2007).

A espada que o Imperador usava era de prata dourada e tinha gravadas nas lâminas as armas portuguesas, uma cruz teutônica com grandes brilhantes e com o nome “D. Pedro II” gravado no punho. A espada havia pertencido ao pai, D. Pedro I, que foi entregue em uma bandeja junto com o livro constitucional com capa de veludo verde e fitão da Imperial Ordem do Cruzeiro (SCHWARCZ, 2007).

O Imperador vestia um manto verde, cor escolhida para homenagear o Novo Mundo. Esse traje possuía bordados de ramos de cacau e tabaco, importantes produtos da agricultura brasileira na época, estrelas de ouro, dragões e esferas, e era forrado de cetim amarelo, que lembrava as cores e emblemas das casas de Habsburgo e Bragança. O manto do novo representante do Império teria sido confeccionado em trinta dias, por senhoras da elite (SCHWARCZ, 2007).

Segundo a autora, o globo imperial era uma insígnia indispensável nas sagrações de imperadores. D. Pedro II usou uma esfera armilar de prata, tendo na eclíptica que é a órbita aparente do Sol na Esfera Celeste, dezenove estrelas de ouro, cortadas pela cruz da Ordem de Cristo que é um símbolo europeu, porém, foi adornado pelo céu do Brasil (SCHWARCZ, 2007).

E a coroa, feita especialmente para a ocasião, possuía altura de 31 cm, diâmetro com 20,5 cm e pesava 1,955 kg. Sua confecção foi toda trabalhada em ouro cinzelado e foram aproveitados os 639 brilhantes e um fio de 77 pérolas da coroa de seu pai D. Pedro I. A base possuía oito semiarcos encimados por um globo e uma cruz formando um *Globus Cruciger*. Depois de proclamada a República, foi guardada no Tesouro Nacional, lá permanecendo até 1943, quando foi transferida ao Museu Imperial, em Petrópolis (SCHWARCZ, 2007).

A autora lembra que esse ritual praticado nos meios mais restritos das elites e da alta hierarquia da família imperial e do seu círculo, atinge e é reproduzido pelo imaginário popular com os mesmos objetos: o cetro, a coroa, a espada e o anel. Peças que adquirem novas identidades, novas significações no âmbito de diferentes rituais: pela Festa do Divino; pela Cavallhada do rei Artur; pela Folia de Reis com os reis magos; o rei do Congo nas Congadas; na Festa do Ticumbi do rei Bamba; da “Festa do Quilombo em Alagoas, em que os caboclos roubam a rainha dos pretos” ou “do Maracatu em Recife, onde a rainha do Maracatu desfila ao lado da dama do Paço e de D. Henrique” e muitas outras festas populares em diferentes regiões do Brasil, com sua pompa e seus rituais.

No centro dessas celebrações há a figura de um rei carismático, como Pedro, reforçando a ideia de que “é como ‘homem’ que D. Pedro II cai, mas é como ‘mito’ que ele voltou” (SCHWARCZ, 2007, p. 523-525).

A escultura da “Mão da Justiça” que faz parte da sala D. Pedro II foi moldada pelo escultor Marc Ferrez, em 1841, a partir da mão direita do jovem Imperador, logo após a sagração. A mão está em uma posição apoiada, com os dedos entreabertos e o dedo anelar ostenta um anel de sinete com as Armas do Império, mede 22,50cm de altura e 13,50cm de largura. Serviu como modelo para outras cópias que foram fundidas na Casa da Moeda em bronze e bronze dourado e distribuídas aos poderosos que faziam parte das elites da Corte, que em um ato exibicionista, as expunham em suas casas como sinal de pertencimento à “boa sociedade” (SCHWARCZ, 2007).

A mão simbolizava que um rei era o primeiro juiz de seu reinado e tinha o poder de julgar, condenar e absolver. É ele que detinha o poder de justiça para fazer valer os direitos e liberdades de seu povo. No Capítulo I do Poder Moderador da Constituição de 1824⁶⁶ os Artigos 98 e 99, seguidos do inciso VIII determinavam que:

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independencia, equilibrio, e harmonia dos mais Poderes Politicos. Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolavel, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma. VIII: Perdoando, e moderando as penas impostas e os Réos condemnados por Sentença (BRASIL, 1824).

Pirola (2016) em seu artigo “Cartas ao Imperador: os pedidos de perdão de réus escravos e a decisão de 17 de outubro de 1872” diz que, nesta data, o Diretor da Casa de Correção da Corte enviou um ofício ao Ministro da Justiça questionando se os escravos perdoados pelo Poder

⁶⁶ Constituição de 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 11 ago 2022.

Moderador da pena de galés ou de prisão perpétua deveriam retornar ao domínio de seus senhores ou se estariam definitivamente livres.

Sidney Chalhoub (2003) em “Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte” diz que só no Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri, no Rio de Janeiro, existe uma documentação rica e volumosa com material a partir da década de 1870, onde leu quase 500 processos criminais e fichou 137 deles. No Arquivo Nacional, os processos, em sua maioria, eram por ações de liberdade.

Nas páginas do segundo volume da obra “Imperiaes resoluções tomadas sobre consultas da Secção de Justiça do Conselho de Estado”⁶⁷, de 1884, encontramos diversas intervenções do Imperador em favor de sentenças proferidas a escravizados e selecionamos duas delas como amostra:

Resolução de 17 de Outubro de 1872

O perdão, conferido pelo Poder Moderador, annulla a condição social dos escravos condemnados a gales perpétuas, que não podem voltar á escravidão; visto como em seu beneficio, e não no interesse do antigo senhor, cessa, por virtude da graça, a perpetuidade da pena (CONSELHO DE ESTADO, 1884, p. 1586).

O Poder Moderador não era arbitrário, antes da sentença se cumprir, todos os pedidos de “perdão” ou “graça” passavam por uma votação no Conselho de Estado.

Absolutamente “todas” as questões eram levadas ao Conselho de Estado. Para se ter noção disso, a Princesa Isabel ficou muitos anos sem conseguir engravidar, e isso era preocupante para a legitimação da Monarquia. Mesmo tendo recebido terapias impostas pelos médicos da Corte e outras alternativas, nada funcionava. Então, o casal D’Eu resolveu visitar a França para consultar especialistas, pois, no Brasil, os médicos não tinham mais capacidade de intervir nas enfermidades femininas, pois só possuíam conhecimentos teóricos. E, na França, os tratamentos médicos das mulheres eram tratados com muita seriedade.

Depois de meses de tratamento, Isabel escreveu a seu pai pedindo benção para ela e para o netinho.

⁶⁷ Imperiaes resoluções tomadas sobre consultas da secção de justiça do Conselho de Estado: desde o anno de 1842, em que começou a funcionar o mesmo conselho, ate hoje: colligidas em virtude de autorisação do Exm. Sr. Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/483>. Acesso em: 11 ago 2022.

Um detalhe é que havia um contrato antinupcial com o Conde d'Eu que tinha 22 artigos e um deles dizia que seus filhos deveriam “obrigatoriamente” nascer em território do Império, ou seja, no Brasil:

Seu obstetra francês, Dr. Depaul, alertava sobre os perigos de atravessar o oceano Atlântico e o conde D'eu tentava exaustivamente demover o Imperador Dom Pedro II da ideia do nascimento do herdeiro em solo brasileiro. Solicitou, e até mesmo sugeriu, que o bebê nascesse na embaixada brasileira. Contudo, Dom Pedro, irredutível, lançava mão do segundo artigo do contrato nupcial, que dizia que a criança tinha que nascer em território brasileiro. Devido ao receio e a intransigência do Imperador, a questão foi discutida no Conselho de Estado, e a princesa, grávida de cinco meses, embarcou para o Brasil, acompanhada do marido. Ao chegar, instalou-se no palácio Laranjeiras, então com oito meses de gravidez e ali permaneceu à espera do parto (GUIMARÃES, 2015, p. 14)

E, na madrugada de 26 de julho de 1874, 32 dias após o desembarque no Brasil, iniciaram as primeiras contrações. Com três obstetras chamados pelo Imperador, uma parteira trazida de Paris, com Dr. Saboya, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o trabalho de parto resultou em 50 horas de sofrimento e em óbito fetal, confirmado por doutor Feijó, que alegou que o que pode ter acelerado o parto foi a viagem de retorno ao Brasil. Antes da menina ser retirada do útero craniotomia de Smellee, injetaram água benta para batizar e recebeu o nome de Luísa Vitória de Orleans e Bragança (GUIMARÃES, 2015).

Essa passagem mostra que o Poder Moderador não era absoluto e que o Imperador seguia a Constituição e as leis, e que o Conselho de Estado possuía algumas prerrogativas.

Apesar do Imperador ser contra à pena de morte, por exemplo, ele agia com cautela e seguia a Constituição de 1824 porque sabia que, caso agisse com rigor, ele perderia o apoio das elites agrárias.

E em relação ao pedido para que os escravizados não voltassem para as mãos dos seus senhores, caso fossem inocentados da pena de galés, não foi diferente. Abriu-se uma votação e o primeiro voto foi dado pelo membro da Comissão da Secretaria de Estado, Cunha Figueiredo Junior, foi em favor da devolução do escravizado ao senhor, usando a alegação de que, pelo Direito Romano, o senhor conserva o domínio sobre o escravo, então, o criminoso ao receber o perdão da pena temporária ou perpétua deverá ser-lhe entregue.

O segundo voto foi do Conselheiro Relator A. Fleury que destaca que a única circunstância que pode cessar a prisão perpétua é o perdão conferido pelo Poder Moderador, e completa que o perdão é uma graça, é um favor, é um dever, que se funda na reabilitação moral presumida pela conduta do condenado. Sendo assim, a liberdade é um fato jurídico consequente

dessa graça, que cessa a perpetuidade da pena, não no interesse do senhor, mas, no interesse do condenado. Então, o escravizado perdoado se torna, de fato, liberto.

O Conselheiro de Estado Barão das Três Barras opina que a questão proposta não pode ser resolvida pelo Direito Romano, visto a diferença entre a escravidão daqueles tempos e a de hoje e dá outra recomendação: que o escravizado agraciado não volte para a propriedade do antigo senhor, mas, que fique pertencendo ao fisco, debaixo da vigilância da autoridade, para que o seu senhor não sofra nenhum prejuízo ou mesmo, injúria. E argumenta que:

Desde que a necessidade obriga a manter-se ainda a escravidão, é preciso tolerar-se os inconvenientes delia: a exagerada philantropia não prejudica menos aos proprios escravos que aos senhores. Em todas as sociedades civilizadas os homens são apreciados segundo a sua educação e moralidade; os escravos não podem ser collocados em pé de igualdade com as outras classes (CONSELHO DE ESTADO, 1884, p. 1588).

E que não concorda, nesse caso, que os escravos agraciados sejam entregues aos senhores, porém, ressalta que a escravidão doméstica é uma instituição não só tolerada, como, garantida pela lei e que, por isso, a razão aconselha e a justiça exige que os perdoados fiquem sob vigilância das autoridades incumbidas da prevenção dos crimes.

O Conselheiro de Estado Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato não declarou sua opinião, apenas destacou que seria absurda a subsistência do direito do senhor sobre o escravizado condenado a galés perpétuas, como também, não menos absurda, se a natureza da graça concedida pelo Poder Moderador fosse destinada a restituir ao cativo o réu agraciado e que “Vossa Magestade Imperial, mandará, porém, o que fôr mais justo” (CONSELHO DE ESTADO, 1884, p.1589).

E o diretor da Casa da Correção da Corte, Sr. Manuel Antonio Duarte de Azevedo expediu em 30 de outubro de 1872, e, em conformidade com a Resolução Imperial:

Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o Officio n. 134 de 23 de Abril ultimo, no qual Vmc. consultou, si o perdão concedido aos escravos condemnados a galés perpétuas, annulla a condição social délies, houve por bem decidir, conformando-se, por Immediata Resolução de 17 do corrente mez, com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, que o direito do senhor sobre o escravo desaparece pelo facto da condemnação definitiva deste a galés perpétuas, já porque com tal condemnação é incompativel a permanência do domínio, já porque assim está disposto na Legislação Romana, subsidiaria do Direito pátrio ; portanto uma vez perdoado não pôde o condemnado voltar á escravidão, visto que, em seu beneficio e não no interesse do antigo senhor, cessa por virtude da Graça a perpetuidade da pena. O que lhe communico para

sua intelligencia e fins convenientes (CONSELHO DE ESTADO, 1884, p.1589).

Outro caso de intervenção da mão do Poder Moderador foi em favor de um escravizado condenado à pena de morte:

Resolução de 30 de Outubro de 1872.

Commuta em galés perpétuas na ilha de Fernando a pena de morte, a que foi condemnado um escravo mandante do crime de homicídio na pessoa de seu senhor (CONSELHO DE ESTADO, 1884, p.1591).

O Imperador ordena que se abra uma consulta à Seção do Conselho de Estado dos Negócios da Justiça acerca do recurso da graça em favor do réu Felipe, 45 anos, escravizado, que foi condenado à morte por decisão do Júri do Termo da Bagagem, em Minas Gerais, por crime de homicídio, cometido na noite de 22 para 23 de julho de 1870, contra a pessoa de seu senhor Antônio Gonçalves Borges.

O Juiz de Direito, Virgílio Martins de Mello Franco explica que o réu Felipe, propriedade do Sr. Antônio Gonçalves Borges aliou-se a dois outros escravizados fugidos, José Paulista e Eufrazia e lhes propôs pagamento para o assassinato de seu senhor. No processo, consta que o relacionamento entre senhor e escravizado era satisfatório, mas, que por confissão do réu e que foi testemunhado por outros escravos, ele começou a se queixar de seu senhor, alegando extremo rigor e por lhe negar os domingos, proibindo de negociar e fazer passeios. Esses fatos fizeram com que o réu, secretamente, pensasse em um plano para evasão (CONSELHO DE ESTADO, 1884).

Chalhoub (2003) lembra que os cativos nas décadas finais do Segundo Reinado tinham seus critérios do que seria um cativo “justo”: suas relações afetivas mereciam consideração; seus negócios deviam ser autorizados em seu tempo livre; os castigos físicos seriam moderados e aplicados por motivos justos; e o direito de opinar no que dizia respeito à sua própria negociação.

Essas negociações aconteciam porque o fim do tráfico e as constantes mudanças na sociedade e na economia do país, impuseram restrições à oferta de pessoas escravizadas, justamente no momento em que a demanda por eles estava em seu auge por causa do aumento da economia cafeeira, o preço para se ter um cativo ficou muito alto, sendo assim, os senhores aceitavam essas “negociações” para manterem seu escravizado.

O autor continua dizendo que, na segunda metade do século XIX, em várias regiões do Brasil, existiam processos criminais de escravizados que assassinavam ou agrediam fisicamente seus senhores, familiares, feitores, ou seja, qualquer um que tivesse poder de comando sobre eles.

João Reis e Eduardo Silva (1989) afirmam em “Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista” que os escravizados não eram o tempo todo vítimas ou heróis. O cativo aparentemente submisso, em um dia, podia se rebelar em alguma oportunidade, dependendo das circunstâncias.

Continuando a história, o réu Felipe, conheceu José Paulista e Eufrazia, há uns dois anos e os manteve escondidos em uma mata próxima à propriedade de seu senhor para, em momento oportuno, fugirem juntos. Nesse local, o réu lhes propôs o assassinato de seu senhor prometendo pagamento; combinaram o plano, em que o réu se encarregaria de facilitar-lhes a execução. Segundo depoimentos, mas sem nenhuma prova confiável José e Eufrazia relataram que o réu foi o mandante do crime, mas, os fatos parecem demonstrar que foram José Paulista e Eufrazia, que deliberaram o crime e a ideia foi acolhida pelo réu, que concorreu diretamente para sua execução, como se vê pelo desenvolvimento do plano (CONSELHO DE ESTADO, 1884).

José se colocou em uma varanda da casa do assassinado para, de emboscada, e com o favor da noite, o matar a machadadas. O assassinado, por ser prejudicado por furtos que faziam em seu celeiro à noite, tinha por hábito, ao ouvir o latido dos cães, se levantar. A participação da ré no delito era provocar os cães, ao latirem o assassinado se levantou e foi para a varanda que dava para o quintal, e foi surpreendido pelo assassino José Paulista, que desferiu quatro machadadas sobre o crânio, que resultou em sua morte, dias depois. Os réus se evadiram, menos o acusado Felipe, porém todos foram capturados (CONSELHO DE ESTADO, 1884).

José, pela promessa de 100\$000, penetra na casa do ofendido, se esconde, espera e o fere mortalmente é condenado a galés perpétuas, Eufrazia que concorre direta e essencialmente para a execução do crime, e é condenada a 400 açoites. Algumas testemunhas do processo, muito vagamente e por meras suposições, atribuíram o crime ao réu Felipe e o Juiz de Direito e o Presidente da Província optam para o réu, pela pena de morte. O Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo destaca que:

Quanto à pena de morte, quando mesmo ella deva existir, e emquanto existe, a alta razão do Estado manda, que para não deixar ella de ser exemplar, e não tornar-se odiosa, a sua applicação seja rara, e só quando além da certeza possível da prova do crime, se der a incorrigibilidade do agente. A verdade é que a estatística das condemnações de morte

pronunciadas, comparadas com as condennações de morte executadas, mostra um progresso constante no numero das graças concedidas em todos os paizes (CONSELHO DE ESTADO, 1884, p.1596).

Ressalta que o Conselheiro Diretor Geral deduziu as palavras do Art. 1º da Lei de 1835, onde esse artigo só compreende os escravizados que matarem, os que mandarem matar ficam sujeitos ao direito comum, isto é, ao julgamento conforme o Código do Processo, e fora da Lei de 10 de Junho (CONSELHO DE ESTADO, 1884).

Assim declara que, livre ou cativo, o mandante está fora do regime especial da Lei de 10 de Junho de 1835. E finaliza, acatando a graça requerida pelo Imperador, fazendo a comutação da pena de morte do réu Felipe à de galés perpétuas na Ilha de Fernando de Noronha.

Sidney Chalhoub (2003) explica que D. Pedro II tinha o costume de, em datas especiais ou santas, comutar as penas de morte por penas de galés perpétuas. Essas comutações eram registradas nos jornais da época, e que entre 1850 e 1875 registraram 195 graças imperiais nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

A pena de galés inserida no Código Criminal de 1830 perdurou por todo o século XIX, era a pena mais severa depois da pena capital, exclusivamente masculina, onde os galés deveriam ficar presos na cadeia da cidade e sair diariamente para prestar serviços públicos acorrentados pelos pés. Foi extinta em 1890 com o Código Penal Republicano, juntamente com a de morte e de açoites.

Alguns estudiosos falam que D. Pedro II pode ter sido influenciado pelas ideias do escritor francês, crítico da escravidão e da pena de morte, como aponta Ricardo Westin (2016):

Há várias hipóteses para a aversão do Imperador às execuções. Uma das mais plausíveis é que ele foi influenciado pelas ideias do escritor francês Victor Hugo, crítico ferrenho da escravidão e da pena de morte. Dom Pedro II foi recebido duas vezes em Paris pelo autor de O Corcunda de Notre-Dame. [...] De fato, depois dessa viagem, ninguém mais no Brasil foi para a forca (WESTIN, 2016, n.p.).

As elites escravocratas passaram a reclamar dessas intervenções do Imperador pela “graça” sendo chamado de “filantropo” que agia às custas da honra das famílias dos proprietários e longas discussões faziam parte das sessões do Senado. Westin (2016) conta que, em 1879, o senador de Minas Gerais Ribeiro da Luz bradava que não era possível que por conta de filantropia, eles ficassem sobressaltados e à mercê da foice ou da enxada dos escravizados e, nessa mesma sessão, lembraram o caso de um cativo que assassinou seu senhor, o único médico da cidade de Itu, em São Paulo, e que centenas de pessoas tentaram entrar na delegacia para

linchar o criminoso, mas que foram contidas pela polícia. Já o presidente do Conselho de Ministros, Cansação de Sinimbu, vai em favor do Imperador, dizendo que o Poder Moderador não pedia a clemência por bondade, mas, por haver falhas nos processos judiciais. E continua destacando que, quando o processo era perfeito, sem nenhum tipo de questionamento que o escravizado tivesse cometido o crime, o Imperador engavetava o pedido de clemência. Mesmo assim, não autorizava que o criminoso fosse para a forca, ele ficava aguardando na prisão, permanentemente, a palavra final do Monarca, algo que jamais viria.

A visão de magnânimo e justo perdura até os dias de hoje, em que Pedro II atinge um posto quase de divindade aos olhos de parte da elite monárquica. Esses valores permanecem como um dos ideais a serem cultivados e seguidos por grupos das elites.

8.1.3 O busto da Princesa Isabel

Figura 47 – Busto da Princesa Isabel



Fonte: Museu Mariano Procópio. Escultura. 1888

Outro objeto presente, e que possui sentidos de importância como semióforo, é o busto da Princesa Isabel, item que foi confeccionado em bronze com detalhes em dourado. Foi esculpido por Rodolfo Bernardelli e está assentado sobre uma coluna de madeira embutida. A peça também foi fundida pela Fundição Cavina em 25 de fevereiro de 1888, medindo 70cm de altura, 46,50cm de largura e 28,50cm de profundidade.

A Princesa foi representada na escultura como as mulheres casadas da sua época, com discrição. Não usa nenhuma joia e os cabelos estão presos para trás em um coque baixo. O único detalhe que remete ao romantismo é a gola franzida ombro a ombro, o mesmo vestido da estatueta “Princesa Isabel, a Redentora” e similar ao traje que usou para a assinatura da Lei Áurea exposto no Museu do Traje e do Têxtil, na Bahia.

Isabel Leopoldina de Bragança e Bourbon (1846-1921) era filha de D. Pedro II e de D. Thereza Christina (1822-1899). Seus irmãos mais velhos D. Afonso e D. Pedro, que pela Constituição do Império estavam à frente dela na linha de sucessão à Coroa, faleceram ainda meninos, e com isso, ela tornou-se a herdeira presuntiva⁶⁸, a Princesa Imperial do Brasil e sucessora imediata de seu pai.

Fundamentamos parte desse subcapítulo por meio do livro dos historiadores Maria de Fátima Moraes Argon e Bruno da Silva Antunes de Cerqueira (2019): “Alegrias e tristezas: estudos sobre autobiografia de D. Isabel do Brasil”. Os pesquisadores analisaram por mais de duas décadas um conjunto de documentação primária e trabalhos de outros estudiosos em relação às interpretações da vida e das obras da Princesa Isabel Cristina.

Argon (2019) escreve seus textos a partir de pesquisas em correspondências trocadas pela Princesa Isabel e membros da Família Imperial e, também, com outras pessoas de seu círculo social, destacando sua formação, personalidade e atuação como herdeira do trono e por ter sido Regente do Império em três oportunidades.

Já Cerqueira (2019) analisa as memórias da Princesa a partir de dois documentos: “Memória para meus filhos” (1889-1890) e “Alegrias e tristezas” (1908). Esses dois textos relatam a visão de Isabel acerca dos acontecimentos que levaram o Brasil à República.

Em relação à educação formal, Isabel, assim como sua irmã mais nova Leopoldina, tiveram acesso ao conhecimento dentro do espaço doméstico, o que era uma situação comum entre as meninas, filhas de famílias de elites daquela época. Nesses grupos sociais, o espaço que os meninos e meninas iriam ocupar na sociedade já era bem demarcado desde cedo: enquanto os meninos estudavam em escolas para receberem uma educação formal com intuito de participarem da vida social, política e econômica do país, as meninas, até meados do século XIX, eram preparadas nas próprias residências para o papel de boas esposas, boas mães e, também, para a desenvoltura nos salões quando acompanhadas de seus pais ou seus maridos. Explica Ana Maria Mauad em “A vida das crianças de elite no Império” (2002): “Os meninos da elite iam para a

⁶⁸ Se tornou definitivamente a herdeira presuntiva do Império após a morte prematura de seus dois irmãos homens: o primogênito D. Afonso Pedro, falecido aos 2 anos, e D. Pedro Afonso, com pouco mais de 1 ano. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/cem-anos-da-morte-da-princesa-isabel-a-regente-que-reinou-alem-do-machismo>. Acesso em: 15 ago. 2022.

escola aos sete anos e só terminavam sua instrução, dentro ou fora do Brasil, com um diploma de doutor, geralmente, advogado” e que “Na corte imperial, das meninas da alta sociedade, exigia-se perfeição no piano, destreza em língua inglesa e francesa, e habilidades no desenho, além de bordar e tricotar” (MAUAD, 2002, p. 152, 154).

Isabel, como herdeira do trono do Brasil, além de aprender as formalidades do lar e as obrigações religiosas, teve um regime de estudos muito mais rigoroso que o das meninas de sua idade, com aulas distribuídas em seis dias da semana, das 7h às 21:30h, com pequenos intervalos, ministradas por mestres especializados em suas respectivas áreas⁶⁹ e sob a supervisão da preceptora, Condessa de Barral, e de sua auxiliar Mlle. Victorine Templier. A Princesa teve aula de:

Língua Portuguesa com gramática, redação, composição de poesias, línguas estrangeiras como o francês, latim, inglês, alemão, italiano e grego, Literatura Portuguesa e Francesa, Política, Economia, Diplomacia, História do Brasil, de Portugal, da França e de outras nações europeias, História Sagrada, Geografia, Geologia, Botânica, Astronomia, Química, Física, Geometria e Aritmética, Música, Pintura e Desenho, bordados, fotografia etc (BND, 2022).

D. Pedro II cuidava da formação formal das filhas pessoalmente, e era quem detinha o poder de autoridade sobre determinadas decisões educacionais e, inclusive, fazia questão de corrigir seus cadernos, cabendo a mãe, D. Thereza Christina, colaborar na organização do tempo e divisão de tarefas. Argon (2019, p. 46) salienta que a menina, aos nove anos, já sabia distinguir o papel dos pais como função pública e privada, como atestou em uma carta 03 de novembro de 1855, em que a Princesa escreve para sua mãe: “A Sua Magestade A Imperatriz do Brasil. Minha Cara Maman” e “Eu sei que Papae não tem tempo”, ou seja, ciente das obrigações do pai.

Argon (2019) aponta alguns protocolos sobre a questão dos relacionamentos sociais das princesas. Em relação aos pais, o autor afirma que mesmo morando com eles no Paço de São Cristóvão, elas não podiam circular sozinhas pelo palácio e muito menos viam os pais diariamente. A comunicação com o Imperador e a esposa se dava por meio de bilhetes ou cartas. Em relação às visitas de outras crianças eram determinadas pelo pai, nos dias e horários que ele determinasse e nunca sozinhas. O círculo de amizades delas era pequeno e formado por filhas de

⁶⁹ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL: Isabel, a princesa que não chegou a reinar. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/isabel-regente-do-imperio-mae-e-mulher-a-princesa-que-nao-chegou-a-reinar/infancia-formacao-casameinfancia-formacao-casamento-vida-politica-isabel-regente-do-imperio-mae-e-mulhernto-vida-politica/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

membros das elites ligados ao Imperador, a única presença masculina constatada foi de Dominique, filho da Condessa de Barral.

Faziam parte deste grupo social, as filhas do mordomo-mor da Casa Imperial do Brasil e deputado pela província de Minas Gerais, Paulo Barbosa da Sylva; do Marechal do Exército e Conselheiro de Guerra e Chefe do Estado-Maior de Caxias, Visconde da Penha; de Félix Émile Taunay, pintor francês, professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes do Brasil, principal responsável pela efetivação do projeto de ensino acadêmico proposto pela Missão Artística Francesa; de Francisco Ferreira de Abreu, Barão de Teresópolis, médico do Imperador, pesquisador e professor, condecorado com a cruz da Legião de Honra Francesa; do militar, senador do Império do Brasil e deputado brasileiro às Cortes de Lisboa pela Província do Rio de Janeiro, Marquês de Paranaguá; do Barão de Ubá, articulador político no Rio de Janeiro, senhor de engenho e sargento-mor de milícias; da família de militares Lima da Silva cujo principal ascendente foi Francisco de Lima e Silva, barão de Barra Grande e brigadeiro do Exército Imperial; Verna Magalhães Coutinho, a Condessa de Belmonte, camareira-mor do Primeiro Reinado do Império do Brasil que foi a responsável pelos estudos iniciais de D. Pedro II; do marquês Carneiro Leão: Marquês do Paraná, representante de Minas Gerais na Câmara dos Deputados e diplomata e magistrado brasileiro; de Vieira de Carvalho 1º barão, 1º conde, 1º marquês das Lajes e Senador do Império do Brasil, foi defensor da maioria de D. Pedro II, recebendo a Grã-Cruz da Imperial Ordem de Avis e da família do comércio negreiro, os Cerqueira Lima cujo principal ascendente foi José Cerqueira de Aguiar Lima, brigadeiro do Exército e governador (ARGON, 2019).

Essa rede de sociabilidades entre as crianças era valorizada, tanto para a família imperial que precisava manter o apoio político que vinha das famílias das elites, como também, para essas famílias que, a partir desses laços de amizade das filhas com as princesas seria possível a manutenção ou, até mesmo, a conquista de novas posições naquela sociedade hierarquizada.

O sociólogo Norbert Elias (2001) em “A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte” trata da diversidade dos sujeitos que fazem parte dos grupos das elites. Dentro dessas relações, eles se diferenciam e, ao mesmo tempo se completam, tanto nas relações de família, quanto políticas e econômicas. Na perspectiva do autor, os indivíduos dependem de uma rede de relações que são estabelecidas, muitas vezes, antes de seu nascimento e, assim, sua posição na sociedade dependerá desses laços familiares e de sua classe social:

Entretanto, todos esses grupos, e ainda alguns outros, estão divididos internamente. Indivíduos de diferentes grupos e patamares associam-se entre si.

[...] Todas as pessoas que pertencem a esse grupo trazem consigo os traços da camada de onde provêm, traços que compõem o caráter pessoal de cada uma delas. Entretanto, as relações, a importância e sobretudo a ascensão do indivíduo dentro do próprio grupo central não são determinadas primordialmente a partir do nível social, válido até então para a esfera de poder mais ampla, nem por meio da aura que o homem singular obtém daí, mas sim por determinadas qualidades individuais que correspondem à tarefa e à situação específicas do grupo central. A posse de qualidades, assim, também é decisiva para a escolha do próprio soberano ou líder. Ela determina sua relação com os outros membros do grupo central num grau mais intenso do que qualquer nível social herdado ou conquistado anteriormente (ELIAS, 2001, p. 134, 138).

Isabel, apesar da pouca idade, pela rigidez da educação formal que estava recebendo, mesmo não participando diretamente das questões políticas concernentes ao Império, deixava claro nas correspondências trocadas por ela que já tinha noção da importância do jogo político predominante naqueles grupos, que envolvia formalidades, respeito à posição do pai, dos nobres que comandavam o País e dela própria, como futura monarca. Argon (2019) cita duas cartas onde a Princesa demonstra essa noção: uma quando recebe um pedido para que avisasse à sua tia Januária da chegada de um parente do Marquês de Itanhaém à Nápoles. Nessa correspondência, ela omite o nome da pessoa que pede o favor e ressalta o nome do tio, destacando o status do senador titular do império: “O sobrinho do Marquez d’Itanhaen veio hontem e nos pediu que escrevêssemos por ele à Titia Januária [...]”.

Aos 13 anos, Isabel já demonstrava interesse pelos assuntos do Império, reforçando a importância dela como intercessora em relação ao Monarca: “No outro dia o Felyx Taunay mandou pedir a Condessa para nos pedir que intercedêssemos perto de Papae para que não canalizem a cascatinha da Tijuca [...]” (ARGON, 2019, p. 50).

O casamento fazia parte das “obrigações” das mulheres, na maioria das vezes, esses enlaces eram provenientes de acordos políticos com intuito de construção ou manutenção de vínculos entre as famílias de elites. “No século XIX, os casamentos na realeza, na nobreza e mesmo entre comuns tendiam a ser arranjados pelos pais. Os filhos não tinham direito de escolher seus parceiros” (ARGON, 2019, p. 53).

Os acordos para o casamento de Isabel começaram na infância:

As tratativas para o casamento de D. Isabel tiveram início em 1855, quando ela contava somente nove anos de idade, por meio de correspondência trocada entre D. Pedro II e seu cunhado, D. Fernando II, viúvo de D. Maria II de Portugal, sobre uma futura união com D. Luiz, filho do casal (ARGON, 2019, p. 53).

Inicialmente, o Imperador não queria que o assunto fosse exposto e cuidou dessas negociações em âmbito familiar, o que demonstra uma rede de manutenção de vínculos familiares nas famílias das elites. Sua madrasta Amélia, sua irmã Francisca e seu cunhado, o Príncipe de Joinville, se envolveram ativamente nesse processo de busca de um pretendente à altura da sucessora do Monarca. No entanto, essa ação acabou sendo descoberta pela imprensa (ARGON, 2019).

Depois de vários ajustes, acordos e desacordos, o Príncipe de Joinville sugere os nomes de seus sobrinhos: Ludwig August von Sachsen-Coburg para o enlace com a Princesa Isabel e Louis Philippe Gaston d'Orleans para Leopoldina. Em 1864, na abertura da sessão parlamentar, D. Pedro anunciava o casamento das duas filhas, para aquele mesmo ano (ARGON, 2019).

Todavia, D. Pedro II, apesar de deixar claro que não abandonaria sua autoridade de pai e monarca em relação à escolha dos futuros maridos, se comprometeu com as filhas de que a escolha definitiva só seria outorgada depois da chegada dos príncipes ao Brasil para que elas tivessem a oportunidade de conhecê-los pessoalmente.

A Princesa Isabel casou-se aos 18 anos de idade, em 15 de outubro de 1864, com o príncipe francês Gastão de Orleans, o Conde d'Eu, em cerimônia realizada na Capela Imperial do Rio de Janeiro e sua irmã Leopoldina com o príncipe alemão Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota, em 15 de dezembro do mesmo ano. A autora diz que o motivo da troca de casais, a partir dos relatos de Isabel, foi de que “Pensava-se no Conde d'Eu para minha irmã e no Duque de Saxe para mim. Deus e nossos corações quiseram diferentes” (ARGON, 2019, p. 55) e pelas narrativas do Conde d'Eu, a troca foi de ordem prática, onde prevaleceriam os interesses políticos, apesar do Conde admitir que tivesse tido mais simpatia por Isabel do que por Leopoldina.

E Isabel, como as outras mulheres da época, passa da “proteção” do pai para a do marido, o que lhe exige novas posturas como a de assumir o seu sobrenome. Suas cartas, em solteira, eram assinadas como Isabel Christina ou com suas iniciais I. C., com o casamento passa a assinar: Isabel Condessa d'Eu (ARGON, 2019).

Com a educação formal finalizada e com pátrio poder sob responsabilidade do marido, como era o costume da época, ainda assim, o Imperador continuou tendo influência e presença constante no que se referia à continuidade da preparação de sua sucessora ao trono. Sendo o Imperador um leitor ávido, cobrava da filha assiduidade nas leituras de jornais e revistas para se manter informada do que acontecia no Brasil e no mundo, além de traduções de língua estrangeira. O Monarca costumava pedir opinião sobre variados assuntos com intuito de desenvolver o raciocínio da sucessora.

Argon (2019, p. 59-60) comenta que “Havia uma constante preocupação de D. Pedro II quanto ao fato de que D. Isabel não ficasse ociosa; para ele, o tempo bem aproveitado chegava para tudo, ainda que parecesse sempre faltar.”

Sua primeira viagem internacional com o Conde aconteceu em 1865, para conhecer a família do marido e para visitar as repartições públicas de Portugal, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Áustria e Espanha, que seriam um complemento dos ensinamentos recebidos ao longo da vida, um aprimoramento de sua formação formal. Sendo assim, ela escrevia ao pai relatando tudo o que via sobre o desenvolvimento das indústrias e agricultura daqueles locais. Essa apresentação pública da princesa imperial no exterior, preocupou os príncipes de Joinville que temiam que ela não fosse bem recebida, pois as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra (1863-1865) estavam rompidas pela Questão Christie. A Princesa foi recebida em um almoço pela Rainha Victoria, prima da mãe do Conde d’Eu, na qualidade de sobrinha e não em caráter oficial, mas, deixou impressões pessoais elencadas pelos membros da corte inglesa: “serena, modesta e espontânea”; “ela não é bonita, mas é boa [...] conversa muito bem e não faz alarde de sua educação que recebeu” (ARGON, 2019, p. 70).

Uma questão que angustiava Isabel era a dificuldade de engravidar: “Como mulher sofria a dor e a decepção de não se tornar mãe, e como futura imperatriz, a pressão por parte da sociedade e da classe política para gerar o herdeiro, a quem caberia dar continuidade à Monarquia” (ARGON, 2019, p. 71). Enquanto sua irmã Leopoldina, depois de se casar no mesmo ano que sua irmã, teve quatro filhos homens: Pedro Augusto em 1866, Augusto Leopoldo em 1867, José Fernando em 1869 e Luiz Gastão em 1870, fatos que acumulavam mais pressão sobre a herdeira do trono. Depois da primeira gravidez de uma menina que nasceu natimorta, a Princesa teve três filhos: Pedro em 1875, Luís Maria, em 1878, e Antônio Gastão em 1881.

Outra questão que a Princesa tinha que administrar eram os conflitos entre seu marido e seu pai, que iniciaram em 1856, quando o Conde d’Eu foi ao Rio Grande do Sul se encontrar com D. Pedro II e com o marido de Leopoldina, o Duque de Saxe, que se encontravam no local por conta da invasão das tropas paraguaias. O Conde d’Eu queria participar ativamente das ações nos campos de batalha, porque era militar, frequentou a Academia Militar de Segóvia, seguiu carreira e se engajou nas forças espanholas que lutaram na Guerra do Marrocos, ganhando o posto de capitão de cavalaria e a medalha da Ordem de São Francisco. Mas, D. Pedro II não permitiu (CASCUDO, 1993).

Fiz todo exfôrço possível para conseguir do Imperador que me permitisse acompanhar o Exercito que ia transpor o Uruguai e invadir o territorio

paraguaio. Foi debalde, assim como também o Governo Imperial sempre se legou a annuir aos instantes pedidos que, em 1866, 1867 e 1868 successivamente formulei para ser auctorizado a ir juntar-me ao Exercito que combatia no Paraguai, com qualquer posto que se me designasse. Só em fim de fevereiro de 1869, achando-me em Petropolis, fui repentinamente convidado por carta do Imperador a ir tomar o commando do Exercito paralizado depois das brilhantes victorias do mez de dezembro anterior e da occupação de Assumpção (CASCUDO, 1993, p. 71).

A partir desse mal-estar, várias outras adversidades permearam a relação entre genro e sogro.

Não obstante, os problemas pessoais de uma futura monarca não poderiam interferir em suas obrigações para com o país. Na ocasião em que houve a indisposição entre seu pai e seu marido, o casal pensou em viajar para a Europa, mas ficou resolvido que iriam visitar várias províncias do Império com o intuito de dar visibilidade à Princesa e continuar a prepará-la para o cargo que viria. Escolheram Minas Gerais como primeira visita por dois motivos: com a intenção de conquistar apoio político e financeiro para a realização de projetos e porque iriam visitar a estação aquífera, famosa por suas águas curativas na busca da cura para a infertilidade.

D. Pedro, como sempre, recomendava que ela observasse tudo o que poderia ser vantajoso para o Brasil e que D. Isabel formasse sua própria rede de alianças e sociabilidades. Era importante esse contato com as elites locais porque esses grupos é que tinham recursos para financiar os empreendimentos que viriam:

As cidades se preparavam para recebê-la e as autoridades locais e a população prestavam-lhe homenagens que serviam de oportunidade para D. Isabel se apresentar a seu povo e ampliar a rede de sociabilidades. Além das festas, jantares e saraus, o roteiro incluía visitas a fábricas, usinas, hospitais, orfanatos, asilos e escolas (ARGON, 2019, p.73).

A cada local que passava, algumas situações indicavam os sinais de prestígio da Princesa e a preocupação com a educação. Em Minas Gerais, D. Isabel avaliou o ensino do colégio do Sr. Franco, em Cantagalo, e constatou que o aprendizado das alunas se dava por meio da memorização, da repetição, e que essa didática, com o tempo, faria com que elas não soubessem responder que “a capital da Turquia é Turim” (ARGON, 2019).

A Princesa tinha noção de que esse método de memorização e repetição não daria certo, pois, faria com que mais tarde, as alunas se esquecessem das lições aprendidas.

A partir da sua própria educação formal e com o exemplo de seu pai, sabia que a instrução como valor simbólico permitiria que o sujeito tivesse uma maior compreensão da vida e domínio

de códigos culturais presentes em diversas áreas. Tanto que o Imperador incumbiu a Princesa de pedir apoio financeiro e político na cidade de Porto Alegre para um projeto de uma escola para meninas, a Escola Santa Tereza:

A Escola Santa Teresa era uma escola para meninas, fundada por D. Pedro II como homenagem à Imperatriz Teresa Cristina. A edificação foi projetada pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, que havia chegado ao Brasil em 1816 com a Missão Artística Francesa, tornando-se o principal arquiteto do império até sua morte, em 1850, e um dos responsáveis pela difusão da arquitetura neoclássica no Brasil, contribuindo para o abandono das velhas soluções coloniais. O colégio foi um dos dois únicos prédios projetados por Montigny fora do Rio de Janeiro. A construção foi feita por etapas, tendo iniciado em 1846. Foi concluída apenas em 1864 pelo Padre Cacique, que empenhou-se na conclusão das obras, inaugurando ali uma escola para meninas órfãs (ARGON, 2019, p. 72-73).

Já se falava sobre escolarização na primeira Constituição Brasileira de 1824 (BRASIL, 1824)⁷⁰, no Art. 179, inciso XXXII: “A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” e na lei de 15 de outubro de 1827 em seu Art. 1º que tratava: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” e que cada legislação sobre a instrução elementar ficaria por conta das Assembleias Provinciais.

No entanto, para além da letra da lei, surgiram diversos fatores que iriam interferir nesse “direito a todos”. O fato é que as crianças das elites continuavam a ser as únicas com condições de frequentar as escolas, as crianças das famílias pobres, que pela necessidade, continuavam voltadas para o trabalho, continuariam sem instrução.

Cynthia Veiga (2010) em seu texto “Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX” trata da questão de quais crianças tiveram acesso ou frequentaram as aulas de instrução elementar pública a partir da Lei nº. 13 de 1835 da província de Minas Gerais. Não vamos nos prolongar no assunto, pois não é o foco da nossa tese, mas, é importante pensarmos em como se dava a escolarização na sociedade daquela época. Vejamos os artigos 11 e 12 da Lei:

LEI 13, DE 28/03/1835
REGULA A CRIAÇÃO DAS CADEIRAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, O
PROVIMENTO, E OS ORDENADOS DOS PROFESSORES.
Art. 11 Somente as pessoas livres podem frequentar as Escolas Públicas,
ficando sujeitas aos seus Regulamentos.

⁷⁰ BRASIL, Constituição (1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.

Art. 12 Os pais de famílias são obrigados a dar a seus filhos a instrução primária do 1º grau ou nas Escolas Públicas, ou particulares, ou em suas próprias casas, e não os poderão tirar delas, enquanto não souberem as matérias próprias do mesmo grau.

A infração deste Artigo será punida com multa de dez a vinte mil réis, uma vez que aos infratores se tenham feito três intimações no espaço de seis meses, e não tenham eles apresentado razões, que justifiquem o seu procedimento, ou as apresentadas tenham sido julgadas inatendíveis pelo Governo, à vista de informações dos Delegados. Nas reincidências a multa será dobrada. Considera-se reincidência a continuação da falta dois meses depois da condenação.

Art. 13 A obrigação imposta no Artigo precedente aos pais de famílias começa aos oito anos de idade dos meninos; mas estende-se aos que atualmente tiverem quatorze anos de idade.

Em relação ao artigo 11 que define que só os cidadãos livres poderiam frequentar as escolas públicas. Precisamos lembrar no início do século XIX a Província Mineira concentrou a maior população de escravos do Império, no entanto, em 1855, a província já tinha mais pessoas livres do que escravizadas: 984.392 habitantes livres (75,6%) em relação a 317.760 habitantes escravizados (24,4%) (HALFELD e TSCHUDI, 1998). Veiga (2010) fala que a população desta província é composta por negros livres, mestiços de negros com brancos e de brancos e negros com índios, o que envolve todos os tipos de mestiçagem dessas três raças entre si, só uma fração pequena da população é de brancos. A autora ainda destaca que pelos relatórios estudados por ela:

Outro dado pode ser observado no relatório apresentado pelo inspetor geral da instrução em 1876. Leônidas Sena afirma que, na província, havia uma população de 1.440.000 e 205.714 crianças em condições de frequentar a escola, mas apenas 23.974 o faziam. Desse número, foi descontado um terço de crianças que recebiam instrução doméstica. Assim, conclui-se que de cada 60 crianças livres, apenas uma frequenta a aula pública, assim considerável número fica sem o “batismo da educação”. [...] Na pesquisa, foi possível detectar claramente que o grupo denominado desfavorecido pertencia à classe pobre, incluindo-se brancos pobres, além de negros e mestiços. [...] Os próprios escravos têm seus mestres. Não é raro encontrar-se nas tabernas das estradas, nas lojas de sapateiros e alfaiates 2, 3, 4, e mais meninos aprendendo a ler” Por outro lado, na documentação, foi possível concluir que as famílias mais abastadas, em geral, não enviavam seus filhos aos mestres públicos, preferindo a aprendizagem no domicílio ou em aulas particulares (VEIGA, 2010, p. 274).

Então, para as elites políticas e intelectuais:

[...] a obrigatoriedade da frequência à instrução elementar seria uma estratégia para que se produzisse uma sociedade civilizada. E nessa visão elitista, uma sociedade só será civilizada a partir da escolarização da infância, ou seja, “numa característica peculiar do tempo, a produção da criança civilizada” (VEIGA, 2010, p. 264).

O artigo 12 fala da obrigatoriedade da frequência nas aulas elementares e multa para as famílias infratoras por meio da Lei, mas, não ofertou os instrumentos necessários para a participação das crianças na escolarização preconizada pelas elites do Império: ausência de material escolar, livros, bancos, além da falta de prédios escolares apropriados. Para as famílias mais abastadas não havia problema, pois, em sua maioria, continuavam preferindo a aprendizagem no domicílio ou em aulas particulares, ao invés dos mestres públicos (VEIGA, 2010).

A popularização da escolaridade era uma das questões defendidas por D. Isabel e pelo Imperador como condição para o progresso, no entanto, ao determinar que cada província teria sua legislação e fiscalização próprias, essa padronização do ensino para o progresso, não foi possível.

A Princesa Isabel prestou seu juramento como herdeira do trono brasileiro em 20 de fevereiro de 1871 e exerceu o cargo de regente, por três vezes, durante as ausências do Imperador D. Pedro II. Pela Constituição de 1824, ela teria o direito de pertencer ao Conselho de Estado quando completasse 18 anos, em 29 de julho de 1864, mas, essa questão não foi um processo tranquilo para ela, sua condição feminina foi um entrave, pois em uma sociedade dominada por homens, uma mulher atuando com posição de comando político era indesejável e inaceitável. A primeira vez como regente foi de 25 de maio de 1871 a 31 de março de 1872, quando D. Pedro II viajou para a Europa. A Princesa não tinha experiência com negócios públicos, mas conhecia bem as reformas que o pai queria implementar (ARGON, 2019).

Em 27 de maio de 1871, o projeto da Lei do Ventre Livre foi proposto pelo gabinete conservador presidido pelo Visconde do Rio Branco. Antes disso, depois de grandes controvérsias no Parlamento, os deputados dos partidos Conservador e Liberal discutiram a proposta por vários meses. E em 28 de setembro de 1871, a Lei nº 2040 após ter sido aprovada pela Câmara também foi aprovada pelo Senado, representando um passo para a abolição que viria posteriormente. A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou: "Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data

desta lei, libertos os escravos da Nação e outros e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e, sobre a libertação anual de escravos” (PLANALTO, 1871)⁷¹.

As questões políticas e sociais como as da escravidão eram frequentes nas correspondências entre as mulheres que faziam parte do círculo pessoal do Imperador, D. Francisca, D. Thereza Christina, D. Isabel, D. Leopoldina Thereza e da Condessa de Barral, que o alertavam e aconselhavam (ARGON, 2019).

A segunda vez, também por motivo de viagem de D. Pedro II, foi no dia 26 de março de 1876 e permaneceu até 1877. Nesse período, a Regente escrevia ao pai dizendo que gostaria muito de contribuir para o desenvolvimento do Brasil com “estradas de ferro”, “colonização”. A crise da seca no Nordeste exigiu grande mobilização de recursos, e o governo não achou por bem o Brasil participar da Exposição Universal de Paris de 1878. A Regente, para angariar fundos em auxílio das vítimas da seca, promoveu um concerto e um bazar que obtiveram bons donativos (ARGON, 2019).

E em 1886, a Princesa assumiu a regência pela terceira vez, quando Dom Pedro II precisou viajar para Europa para tratamento da saúde. E os jornais já especulavam que ele poderia não retornar ao Brasil pela gravidade da enfermidade, e isso significaria o Terceiro Reinado Brasileiro, quando então iniciaram um processo de críticas pesadas à Regente: “Infelizmente tudo se achará mudado no dia em que o trono passar às mãos débeis da princesa imperial” (ARGON, 2019, p. 96) afirmaram.

No dia 13 de maio de 1888, a Regente Isabel assinou a Lei Áurea, que determinava que a partir daquela data ficariam libertos todos os escravos do Brasil. Desde então, Princesa passou a ser chamada de “A Redentora”.

Como o busto de Pedro II, o de Isabel permaneceu como símbolo de uma autoridade real para os membros das elites que seguiam a Monarquia, como Alfredo Lage e demais criadores do Museu Mariano Procópio. Uma personagem feminina, no entanto, é incomum em meio a tantos masculinos, o que torna a peça mais interessante e importante para esse acervo.

⁷¹LEI nº 2.040 de 28 de setembro de 1821. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 23 ago. 2022.

Em ambos os bustos, Bernardelli conseguiu capturar semblantes que vão além das figuras dos monarcas, muitas vezes tidos como imponentes e acima dos mortais. Nessas obras, Pedro II e Isabel são mostrados como pessoas comuns, com olhar preocupado, mas sereno, tão próximos de cada um de seus súditos, mesmo diante das suas importâncias para a História.

A próxima peça diverge dessa imagem, mas é igualmente notável.

8.1.4 A estatueta da princesa Isabel: a Redentora

Figura 48 – Estatueta “A Redentora”



Fonte: Museu Mariano Procópio. Estatueta. s.d.

A próxima peça escolhida para análise, difere das demais no que se refere à elaboração da imagem da Princesa Isabel, e a mensagem que se pretendia passar.

Trata-se de uma estatueta em prata, feita em comemoração ao 13 de maio de 1888, data da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, homenagem do Jockey Club do Rio de Janeiro, onde está representado pelas quatro cabeças de cavalos que circundam a base da estatueta. A peça foi fundida em prata com autoria, data e nome da fundição são desconhecidas, medindo 74cm de altura, 44cm de largura e 39cm de profundidade, assentada em pedestal de mármore. A imagem representa a Princesa Isabel como Imperatriz do Brasil, oriunda da coleção Bastos Dias, a peça foi adquirida por Alfredo Lage, em leilão, no ano de 1929. Lembrando que o pai de Alfredo, o Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage foi o primeiro presidente do Jockey Club do Rio de Janeiro.

Essa alegoria da Princesa Isabel, apesar de não ter a data definida de criação, pode ter sido feita posteriormente à deposição da realeza, em 1889, tendo em vista o pouco tempo entre a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, e o último dia da Monarquia, em 15 de novembro de 1889, e assim, ter sido idealizado esse simbolismo em torno de Isabel como Redentora dos escravizados.

A alcunha “A Redentora” foi dada por André Rebouças, primeiro engenheiro negro a se formar na Escola Militar e efetivo abolicionista, ele pressionava os outros abolicionistas que fossem monarquistas ou republicanos, deveriam reconhecer a futura Imperatriz e seu papel e que, sendo negro, admitia que o Partido Republicano não representava os interesses dos antigos escravizados. Rebouças sentia admiração e respeito por D. Pedro II, inclusive na Proclamação da República embarcou para a Europa junto com a Família Real (CERQUEIRA, 2019).

O historiador Robert Daibert (2001) em sua dissertação de mestrado “Isabel, a Redentora dos escravos: um estudo sobre as representações da princesa” faz uma análise da estatueta destacando que a pretensão da confecção da peça era a de confirmar a heroicidade do ato realizado pela Princesa ao assinar a Lei Áurea, e validar sua posição como sucessora do Terceiro Reinado.

O pesquisador aponta que a peça continuamente exposta, reforça e perpetua para os visitantes do museu, a visão de uma princesa heroína que libertou as pessoas que foram escravizadas, no Brasil. E continua suas reflexões destacando e analisando detalhes da peça: o negro está à esquerda da Princesa, em uma posição que, geralmente, está ligada a elementos negativos, submisso, mas, ele tem o olhar voltado para o lado direito, diretamente, para a mão direita da Princesa que segura a Lei Áurea com a transcrição “13 de maio”.

Ajoelhado aos pés da Princesa, podemos observar, o movimento e a emoção que estão expressos no rosto do escravizado, com um olhar suplicante para que ela interceda em favor de sua liberdade e conceda um futuro mais digno para ele.

Figura 49 – Estatueta “A Redentora”



Fonte: Museu Mariano Procópio. Estatueta. s.d.

Figura 50 – Estatueta “A Redentora”



Fonte: Museu Mariano Procópio. Estatueta. s.d.

Figura 51 – Estatueta “A Redentora”



Fonte: Museu Mariano Procópio. Estatueta. s.d.

A Princesa está com a mão esquerda apoiada sobre o coração. Sua postura altiva e seu olhar para o horizonte trazem o compromisso de um futuro digno para ele: “Ali, naquele momento, coloca-se como heroína, alguém que foi capaz de proporcionar uma nova situação aos desfavorecidos que agora têm a possibilidade de olhar da esquerda para a direita, isto é, vislumbrar do inferno, o paraíso, alcançar a redenção de seus sofrimentos” (DAIBERT, 2001, p. 197).

O autor continua esclarecendo que a mão direita da Princesa que segura o documento está abaixada e o escravizado foi representado abaixo dela, o que o obriga ele a dirigir o olhar para frente e para o alto. Já a Princesa possui uma feição divinizada, altiva. Daibert (2001) fala que a representatividade está presente também na vestimenta:

As vestes da Princesa também nos apontam alguns elementos interessantes. Trazendo em suas costas um manto, ela nos apresenta sua escolha pela sabedoria. Portar-se com um manto significa “assumir uma dignidade, uma função, um papel, de que a capa ou o manto é o emblema. No caso, busca aproximar-se de sua futura função, a de uma governante digna de assumir a direção do Estado brasileiro. Esta dignidade expressa-se também através da fita, que amarrada na cintura, significa a recompensa de um “ato de coragem ou uma vida que se distingue, marca um sucesso, um triunfo, uma realização. Seu símbolo é orientado no sentido da manifestação de vitória. Esta vitória, deve ser entendida como o fim do cativo, sobre o qual Isabel deve reinar triunfante. Ao triunfar sobre aquele passado vergonhoso e obscuro, ela coloca-se como

iniciadora e ao mesmo tempo portadora de um novo tempo, o qual começa a despontar através de seu golpe fatal sobre a servidão, atitude que precisa ser perpetuada nas mentes e nos corações dos brasileiros (DAIBERT, 2001, p. 198).

O historiador Eduardo Machado (2021)⁷², a partir da análise de Robert Daibert, faz importantes reflexões expostas no vídeo: “Princesa Isabel: a construção da imagem de Redentora”.

Ele inicia citando três outros detalhes da composição da peça: um é o local em que a Princesa está em pé: três degraus cobertos por um tapete que, para o pesquisador, sugere um altar, dando a ideia de uma santa em um pedestal; o segundo é a ponta do sapato do pé direito que está apontado para frente, sugerindo um caminhar rumo ao futuro. O terceiro detalhe é que a Princesa usa a coroa, assumindo sua condição de Imperatriz do Brasil e legitimando sua regência no III Reinado.

A escravidão, antes de tudo, foi uma instituição, um regime, um sistema que organizou a realidade da história do Brasil. Era uma realidade muito complexa. Mesmo que a Princesa seja a representante oficial da Abolição da Escravatura nas fontes históricas tradicionais, não podemos deixar de lembrar que outros atores tiveram papel importante nesse processo, a historiografia contemporânea sobre escravidão e liberdade como a de Sidney Chalhoub (1990), Ronaldo Vainfas (2000), Mary Del Priore (2002), José Murilo de Carvalho (2003), Lilia Schwarcz (2007), entre outros, apresentam estudos da história dos escravizados, dos processos de socialização, de acomodação, de resistência, de seus cultos e crenças, e todos eles falam que até o culminar da assinatura da Lei de 13 de maio de 1888, houve uma rede de sociabilidades e de interesses políticos que fizeram parte do processo que culminou com a abolição: homens e mulheres; líderes abolicionistas negros e brancos; trabalhadores negros livres; e a imprensa abolicionista.

Emília Viotti da Costa (1998) na 4ª edição da obra “Da senzala à colônia”, com bibliografia atualizada, fala das implicações internas e externas da abolição, um processo que envolveu mudanças estruturais, situações conjunturais e uma infinidade de sucessão de episódios sociais. E diferencia os atores sociais que fizeram parte dessa complexa rede.

Transformações na economia implicam transformações sociais que eventualmente se traduzem em posições ideológicas e gestos políticos; por outro lado, as lutas pelo poder que resultam do confronto de diferentes grupos ou classes sociais podem dar origem a uma legislação que afeta o funcionamento da economia e interfere, em última instância, nas relações sociais etc. (COSTA, 1998, p. 31)

⁷² MACHADO, Eduardo. **Princesa Isabel: a construção da imagem de Redentora**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=shkrB1YFY0k>. Acesso em: 19 ago. 2021.

De um lado, estavam os abolicionistas que vinham das classes médias urbanas, profissionais liberais, do judiciário, membros de famílias tradicionais da elite oligárquica, brancos ou descendentes de pessoas escravizadas. Mesmo que essas ideias não fossem consenso entre seus grupos, muitos deles eram membros da chamada Confederação Abolicionista. Julio Dória (2015) fala em “A confederação abolicionista e o movimento abolicionista na Corte” que a sede da Confederação estava localizada na redação do Jornal Gazeta da Tarde, assim, os seus integrantes fizeram desse periódico o seu púlpito para discursar e criticar as ideias e projetos emancipacionistas e escravistas que surgiam, à nação. Esses integrantes eram:

Médicos, engenheiros, industriais, professores, advogados, jornalistas, escritores, artistas ou políticos profissionais. Alguns descendiam de família tradicionais de fazendeiros, outros vinham da burguesia urbana emergente. Havia ainda, entre eles, homens de origem modesta, mulatos que tiveram acesso às camadas superiores da sociedade mediante o sistema de clientela e patronagem (COSTA, 1998, p. 40).

O Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro de 1883⁷³ declarava:

Ainda é certo, o suor e o sangue da criatura, oprimida pela lei parricida, gottejam na terra que Deus formou para a existência inviolável e o trabalho livre. Cada gota, porém, que derrama é uma lágrima de humanidade e vai arrancar um grito á consciência universal. Há um remorso de povo, uma vergonha de nação. Sentem-ná os paizes, onde a escravidão e a pena de morte já não foram, além de abolidas, completamente extintas na memoria publica (MANIFESTO, 1883).

Do outro lado estavam os que eram contrários à abolição, os pequenos produtores rurais e, inicialmente, os cafeicultores, uma oposição sem dúvida muito forte, haja visto o poder econômico desses grupos. A autora ressalta alguns pontos como parte de reflexões desse processo. Primeiro, a interrupção do tráfico em 1850, apesar de não eliminar as rivalidades entre os escravizados provenientes das diferentes nações, ao menos, fez surgir algumas redes de apoio abolicionistas, uma delas, por exemplo, “as capoeiras que aterrorizavam as populações do Rio de Janeiro” (COSTA, 1998, p. 32.) Mas a lealdade por suas nacionalidades dificultou uma ação coletiva efetiva e foi papel dos abolicionistas organizarem seus protestos, que de desordenados

⁷³ Manifesto da Confederação Abolicionista de 1883. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/174454/000093757.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 ago. 2022.

foram transformados em ações políticas. Outro fato foi que os fazendeiros foram obrigados a tratar de forma menos violenta os escravizados homens, que eram sua principal mão-de-obra, porque com os altos custos não era possível substituição “em razão da balança negativa entre a natalidade e a mortalidade dos escravos”, o que levou os fazendeiros a buscarem alternativas para a escassez de mão-de-obra: (COSTA, 1998):

O tráfico interno e intraprovincial permitiu o deslocamento da população de escravos dos setores rurais menos produtivos e das zonas urbanas para as plantações de café. Enquanto os escravos afluíam para as regiões cafeeiras do sul do País, no Nordeste, onde no passado se havia concentrado a maioria dos escravos, cresceu a participação do trabalhador livre (COSTA, 1998, p. 33).

Esses fatores contribuíram para a transição do trabalho escravo para o livre, a partir de 1870. Os fazendeiros com alta produtividade encontram na Itália a oportunidade de mão-de-obra para suas plantações em virtude das transformações econômicas e sociais ocorridas na Europa. No Nordeste, por conta das secas no sertão, nas regiões Norte e Sul houve um aumento de trabalhadores livres. Dessa forma, para esses fazendeiros de alta produção, que antes dependiam exclusivamente da mão-de-obra escrava, podiam ter em mãos outras possibilidades de trabalho e, apesar de não se considerarem abolicionistas, viam com relativa indiferença a questão da Abolição (COSTA, 1998).

Essa facilidade de substituir a mão-de-obra escrava por livre, não fazia parte da realidade dos pequenos produtores rurais, então, muitos deles, na intenção de preservarem seus patrimônios, davam votos para a manutenção da ordem escravista. Especificamente os fazendeiros de café também foram, quase em sua totalidade, contra a emancipação dos escravos pelos projetos de lei entre 1850 e 1880 e conseguiram resistir à pressão até o início da década de 1880. O fator decisivo para que esses mudassem de atitude foram os protestos dos escravizados, por meio das rebeliões nas senzalas. A partir de meados dos oitocentos, os escravizados encontravam apoio da justiça, e então, começaram a denunciar abusos de seus senhores às autoridades policiais, fugas em massa, desorganização do trabalho, e mediante a maciça divulgação da imprensa, obtinham a simpatia de setores da população. Para reestabelecer a ordem, muitos fazendeiros começaram a negociar suas alforrias em troca de prestação de serviços por determinado tempo. O que era antes tido como anarquia ganhou significação política (COSTA, 1998).

Assim, Chalhoub (2003) reforça a ideia de que o 13 de maio, enquanto uma data de concessão da liberdade aos escravizados ou por um ato humanitário da Princesa ou até da classe dominante, está desmontada, pois, foi um processo longo e de muitas discussões com vários sujeitos: brancos e negros, livres ou escravizados, homens e mulheres, ricos e pobres. O processo procurou, basicamente, a liberdade dos negros por meios lícitos: pelo pecúlio, pelas alforrias por indenizações ou por prestação de serviços com prazo, pelas autorizações para negócios particulares: “Algumas pessoas ficarão decepcionadas com as escolhas destes escravos que lutaram pela liberdade, resolutamente por certo, mas sem nunca terem se tornado abertamente rebeldes como Zumbi” (CHALHOUB, 2003, p. 252).

Pelo grande número de processos que analisou durante anos, Chalhoub (2003) fala que para cada Zumbi houve um grande número de escravizados que procuraram mudar suas condições por meio de estratégias institucionais existentes naquela sociedade. Nessa obra, foram documentações e processos que dão “exemplos seguidos de sujeitos históricos que conseguiram politizar a rotina e, assim, transformá-la” (CHALHOUB, 2003, p. 253).

A tentativa de desmoralização da Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888, data da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, pela substituição do 20 de novembro de Zumbi dos Palmares, no imaginário popular, continua em curso em uma tentativa de apagamento da história: a inversão dos mitos. E uma das formas de se tentar combater um mito histórico é tentar destruí-lo em prol de sua luta:

[...] aceitando a necessidade de mitos históricos com certas características e funções, o que se faz é reforçar um outro mito que represente valores diametralmente opostos àqueles estampados no mito que queremos destruir. Esta é, sem dúvida, uma forma historicamente recorrente de conduzir lutas sociais, e implica certamente conduzir a luta num campo de possibilidades que é, em larga medida, uma criação de adversários (CHALHOUB, 2003, p. 252).

Foram as ações de muitos sujeitos históricos, inclusive da Princesa Isabel, que tentaram politizar e organizar o que estava desorganizado, e tomou forma no golpe militar que derrubou a monarquia: a República.

É difícil ficar indiferente diante desse objeto do museu. Aqueles que veem a Princesa Isabel como a grande artífice da Abolição, confirmam a alegoria como justa homenagem àquela que seria a 3ª Imperatriz do Brasil, o que talvez seja boa parte das elites que ainda no século XIX reforçaram essa visão. Todavia, há aqueles que entendem ter sido um processo longo e com vários personagens, e podem achar um exagero a imagem de redentora. E, ainda, podemos ter

peças que entendem que não houve uma libertação verdadeira nem que Isabel tenha sido, de fato, uma heroína, reforçado pelo tratamento subserviente dado ao escravizado retratado na estatueta.

Enfim, essas diferentes interpretações fazem parte do que um acervo pode oferecer a seus visitantes. Para os fundadores e demais membros das elites dos anos 1800, essa peça expõe de forma inequívoca a visão sobre a Princesa e sobre seu local na História.

As próximas peças são tão significativas quanto, pois são objetos de uso pessoal do último monarca.

8.2 AS FARDAS IMPERIAIS DE GRANDE GALA DO IMPERADOR D. PEDRO II: O FARDÃO DA MAIORIDADE, O FARDÃO DO CASAMENTO E A VESTE DA COROAÇÃO

“E o thesouro não saíu do Brasil! É o que mais importa!”
Jornal A Gazeta de Notícias, 26 de junho de 1926.

A biografia dos fardões do Imperador foi cheia de singularidades, como nos conta Clara Freesz (2015) em “A odisseia das roupas de D. Pedro II: dos guarda-roupas imperiais às arcas do Museu Mariano Procópio”.

Logo após serem utilizados, os três fardões foram doados por D. Pedro II ao seu Mordomo-mor e Conselheiro, Paulo Barbosa da Silva, como um gesto de gratidão (PINTO, 2008). É sabido que as peças ficaram sob a guarda da família Barbosa até 1871. Nascido em Sabará (MG), Paulo Barbosa foi o homem de confiança do Imperador e uma das figuras mais importantes nos anos iniciais do Segundo Reinado, ao exercer atividades nas áreas militar, diplomática, administrativa e política (FREESZ, 2015).

Em 1871, os fardões foram passados como herança para a família do Dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, que era primo do jurista Rui Barbosa. Em “Mocidade e exílio: cartas” Rui Barbosa (1934) conta que Dr. Antônio Jacobina conheceu Paulo Barbosa, em Coimbra, por volta de 1849, e iniciaram grande amizade, e na volta para o Brasil, Dr. Antônio cuidou do mordomo-mor do Imperador e de sua esposa D. Francisca como a seus próprios pais. As peças ficaram sob os cuidados de D. Francisca Jacobina até a primeira metade do século XX: “Não foram encontradas documentações que precisem a data de doação dos trajes a Paulo Barbosa,

nem ao menos a data precisa de venda, provavelmente, realizada por D. Francisca Jacobina” (FREESZ, 2015, p. 63).

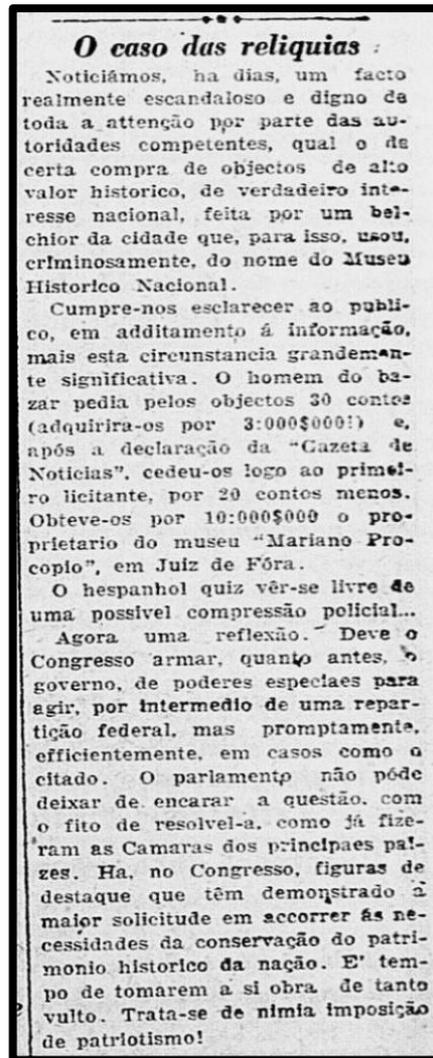
Posteriormente, os fardões foram vendidos pela viúva de Dr. Antônio Jacobina, ao antiquário G. de Miguel & Cia. do Rio de Janeiro. O fato é que G. Miguel não conseguiu revender as indumentárias para nenhum museu brasileiro porque estava pedindo um alto valor de 30 contos de reis. Ele, também, não chegou a negociá-los com museus estrangeiros:

Posteriormente, os objetos passam à posse de G. de Miguel & Cia., um mercador de antiguidades do Rio de Janeiro que começa a oferecê-las por avulta soma aos museus nacionais, que, sem recursos, não conseguem adquiri-la. Preocupados com a situação dos bens nacionais, intelectuais se reúnem na imprensa, no intuito de pressionar o mercador e o governo para que as roupas não se perdessem para museus estrangeiros (FREESZ, 2015, p. 60).

Talvez o comerciante não tenha imaginado a proporção que a tentativa de venda gananciosa de lucro dos fardões do Imperador traria para ele. O jornal A Gazeta de Notícias denunciou o fato, em 20 de abril de 1926, e pediu providências para que esse caso não se repetisse, justificando que o comerciante tentou vendê-las por um valor 10 vezes maior do que o adquirido das mãos de D. Francisca, usando como justificativa o “alto valor histórico” e o nome do Museu Histórico Nacional.

Então, Alfredo Lage, como um representante das elites mineiras que ainda tinham dificuldade de admitir a queda da Monarquia Brasileira, como colecionador obstinado por recolher todos os objetos que remetessem à Corte e ao Império, levantou 10 contos de réis e os adquiriu para que ficassem sob a proteção e os cuidados do Museu Mariano Procópio.

Figura 52 - Jornal Gazeta de Notícias



Fonte: Biblioteca Nacional. 1926⁷⁴

Em 16 de junho de 1926, o mesmo jornal noticia na primeira página “A Odysséia dos fardões” com o sentimento que pairava sobre os grupos que queriam manter as peças no Brasil:

74

Figura 53 - Jornal Gazeta de Notícias

**A ODYSSEIA DOS
FARDÕES**

Dos guarda-roupas imperiaes ás arcas do belchior!

**E do bazar ao Museu do
Juiz de Fóra**

O Dr. Alfredo Ferreira Lage, director fundador do Museu Mariano Procopio, de Juiz de Fóra, realizou a aquisição, para esse estabelecimento, dos uniformes da maioridade, da coroação e do casamento do imperador Pedro II. Comprou-os pela quantia de 10 contos de réis ao belchior que os houvera de uma descendente do conselheiro Paulo Barbosa, nas condições pouco limpas que a "Gazeta de Notícias", em tempo, denunciou estridentemente. O gesto do Dr. Ferreira Lage é digno de encomios, pois angariou para a instituição, de que é fundador, os preciosos objectos, em risco imminente de serem negociados para o estrangeiro.

As fardas imperiaes, das tres grandes épocas da vida de Pedro II, não irão mais para mãos norte-americanas ou Inglesas onde figurassem ao lado de uma cabala de mandarin e de uma tanga de hontentote. Ficam no Brasil. Pertencem á cidade de Juiz de Fóra. Incluem-se no patrimonio de um Museu florescente e rico, onde estarão bem. Acresce que o seu comprador fez confeccionar artisticos armarios, rigoroso estilo Imperio, com decorações de bronze dourado, para guardal-os.

As fardas de Pedro II são actualmente exhibidas no Instituto Historico e Geographico Brasileiro, onde podemos vê-las, conduzidos pela captivante amabilidade de Max Fleuss. Magníficas, as tres, não sabemos qual dellas seja a mais opulenta e mais formosa. A da maioridade, de velludo azul, bordados dourado e botões primorosamente broslados, com as iniciaes do soberano e a coroa, accresce o reduzido desenvolvimento da criança. Pedro II, aos quatorze annos, de hombros escaços e talhe esguio, corpulencia minguada de menino, seria como os demais rapazinhos de sua idade. A túnica cahirá como uma luva num criança de 12 a 13 annos. Também muito delicado e pobre de proporções é o esplendido fardão da coroação, de seda cor de creme, sumptuosa como as blusas das Imagens, e que já Araújo Porto Alegre retratára na tela. Inacabada, que possui o mesmo Instituto. A casaca do casamento pertence ao mocinho de 17 annos, que ainda não é o homem e já não é a criança. De todas é a mais bella e completa.

E o thesouro não sahio do Brasil!
E' o que mais importa.

Fonte: Biblioteca Nacional. 1926⁷⁵

Segundo a matéria publicada, Alfredo Lage ao adquirir os fardões tornou-se uma espécie de “salvador” das relíquias históricas, pois, nem mesmo as instituições nacionais tinham condições de arcar com as despesas da compra dos fardões. Segundo Pinto (2008), o *press-release* do Museu Mariano Procópio enviados à imprensa por ocasião da finalização do restauro dos fardões, em 2007, conta que Alfredo e Pedro Calmon, conservador do Museu Histórico Nacional e editor da Gazeta de Notícias, arquitetaram um plano para divulgar na imprensa questionamentos sobre a autenticidade das peças com o intuito do “belchior”⁷⁶ reduzir o valor e Alfredo Lage poder adquiri-las e integra-las em seu museu, pois, para os intelectuais brasileiros era inadmissível as peças históricas que vestiram o Imperador serem vendidas para o exterior.

Alfredo Lage, já com a posse das peças, mandou confeccionar armários em estilo Império com decorações em dourado para a exposição no Museu. A aquisição dos fardões tomou proporções nacionais, pois, as “relíquias” resgatadas vestiram o Imperador nos momentos mais significativos de seu reinado. Antes de expor as peças no Museu Mariano Procópio, Alfredo Lage, muito provavelmente atendendo ao pedido do amigo Pedro Calmon, autorizou a exposição no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde os visitantes poderiam “testemunhar o esplendor das vestes e o desenvolvimento físico do antigo monarca” (PINTO, 2008, p. 180). Após essa exposição, no Rio de Janeiro, os fardões históricos seguiram para a incorporação ao Mariano Procópio e à exibição em Juiz de Fora:

Em Juiz de Fora, os fardões tiveram exposição inaugurada às oito horas da manhã de sábado, 17 de julho de 1926, contando com a presença do herdeiro presuntivo do trono brasileiro, D. Pedro de Alcântara Orleans e Bragança (filho do Conde d’Eu e da Princesa Isabel), sua esposa Maria Elizabeth Adelaide Dobzensky von Dobrzenicz e seus dois filhos (PINTO, 2008, p. 182).

Além dos herdeiros presuntivos da Coroa, estiveram presentes na inauguração diversas autoridades e jornalistas. A aquisição e exposição das peças foi um momento vitorioso para Alfredo Lage e para a memória nacional, em um momento em que o governo republicano não fazia o menor empenho em preservar a história do Brasil e com essas importantes peças correndo risco de serem vendidas para o exterior (PINTO, 2008).

A seguir, iremos detalhar cada peça e porque sua importância para que as elites lutassem por sua preservação.

⁷⁶ Vendedor de peças de antiquário.

8.2.1 O Fardão da Maioridade e o Fardão do Casamento

Figura 54 – Fardão da Maioridade



Fonte: Museu Mariano Procópio. 2006

Figura 55 – Fardão do Casamento



Fonte: Museu Mariano Procópio. 2006

O Fardão da Maioridade foi o traje que D. Pedro II utilizou ainda aos 14 anos, em 23 de julho de 1840, quando da sua “Declaração da Maioridade” ou “Golpe da Maioridade” que foi um movimento planejado pelos políticos liberais com fins de limitar o poder de seus adversários do Partido Conservador. Por meio desse ato, D. Pedro II estaria em condições legais para assumir o trono. Schwarcz (2007) lembra que o ritual fazia parte do posicionamento e estabilidade nas relações dos grupos de elite da Corte e que uma parte importante desses rituais era a etiqueta e o traje.

A princípio, como mercadoria, o fardão só foi utilizado pelo Imperador na cerimônia que confirmou sua maioridade. A sessão foi presidida pelo Marquês de Paranaguá e presenciada por todos os parlamentares, momento que D. Pedro II fez seu juramento: “Juro manter a religião catholica apostólica romana, a integridade e a indivisibilidade do império, observar e fazer observar a constituição política da nação brasileira e mais as leis do império, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber” (BRASIL, 1840, p. 113)⁷⁷.

Após esse evento, o traje se tornou um semióforo, ao ser conhecido como registro de um importante capítulo da História do Brasil. Relembramos que um objeto musealizado tem um lado “visível” e outro “invisível”. O “visível”, segundo Pomian (1984), é o próprio objeto, o fardão que atendeu um motivo prático e significativo, posteriormente, passou por um processo de ressignificação que foi ampliado ao longo dos anos, como testemunho de um período que indicava o fim das regências que transformaram o Brasil, devido às revoltas e desacertos políticos e econômicos, e também, de uma nova etapa da consolidação do País, que teve início com essa cerimônia. Valor atribuído conjuntamente às outras duas vestimentas, o Fardão do Casamento e a Veste da Coroação, que são símbolos da Monarquia Brasileira e tudo o que ela representa para nossa História. Essa significação é o “invisível” a que se refere Pomian (1984).

O Fardão da Maioridade foi confeccionado em lã azul-escuro, com louros bordados em fios e lantejoulas de metal dourado que enfeitam as mangas longas, o dorso frontal e elevam-se até o pescoço. Os 15 botões são forrados e bordados também em dourado na parte frontal, punhos e abas. O status político do Imperador estava refletido no bordado dos botões: nesse fardão, por não ter sido coroado, os bordados em lantejoulas tinham os símbolos do brasão do Império, os frutos do café e as flores do tabaco e folhas de carvalho, mas, sem a inserção da coroa crucífera imperial, bordado que só foi colocado no Fardão do Casamento e na Veste da Coroação. O Fardão da Maioridade possui um forro interno feito de tafetá de seda branca e a parte frontal foi

⁷⁷ Declaração da maioridade de D. Pedro II. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242439>. Acesso em: 30 ago. 2022.

finalizada na cintura, abotoada com 12 colchetes. Então, os botões serviam apenas como decoração. A parte posterior se estende até próximo a linha dos joelhos. Esse modelo é chamado de “casaca”, onde a peça é cortada na altura da cintura com prolongamentos nas costas (FREESZ, 2015).

O Fardões da Maioridade e do Casamento de D. Pedro II com D. Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias são bastante similares, tendo como principais diferenças entre os dois os botões mais ricos e detalhados, com estrelas circundadas por lantejoulas e a presença das dragonas somente na farda do casamento, apesar dos orifícios de encaixe estarem chuleados⁷⁸ nos ombros (FREESZ, 2015).

Na sociedade imperial, as vestimentas eram formas de demarcação de lugar e prestígio dentro da hierarquia social. Nos momentos de grande cerimonial, os tarjes eram emblemas visuais importantes. Por meio deles, as posições eram demarcadas didaticamente. Havia, por isso, um tipo específico de composição de fardas para cargo ocupado, desde o mais simples camareiro até o próprio Imperador. Nos anos de sua formação educacional, D. Pedro II foi gradativamente aprendendo os meandros dessa linguagem simbólica, presentes nos cerimoniais de poder. [...] A figura do Monarca passou a simbolizar garantia de segurança e estabilidade ao também jovem País (MMP, 2006, p. 98).

Os grupos das elites precisavam se destacar perante a sociedade e perante eles mesmos. Como já citamos no subcapítulo “As Reuniões sociais”, não só as mulheres com seus vestidos bordados e apertadas por espartilhos disputavam a elegância e a diferenciação entre seus pares nos grupos femininos de elites, os cortes das roupas masculinas, da década de 1830, também foram influenciados pelo dandismo que já citamos anteriormente. Um traje bem cortado significava bom gosto, refinamento e poder aquisitivo, como também, era a demonstração que um cavalheiro não precisaria de títulos de nobreza para sobressair em ocasião oportunas. A alfaiataria é quem dita o *dress code* e o que remete à elegância e sofisticação nos eventos sociais.

Os fardões de gala de D. Pedro II apresentam algumas características do dandismo como a cor, o tecido de lã, o corte perfeito e ajustado ao corpo das casacas, o colarinho alto com a ponta das golas viradas. Freesz destaca (2015) que:

O traje de gala de D. Pedro II apresenta consonância principalmente com a moda europeia da década de 1830 de silhueta fina e arqueada, com a oposição entre as casacas escuras e as calças claras compridas, que poderiam ser presas (as calças) nos sapatos através de alças de couro e, nesse ponto, a forração em seda branca aparente das abas. [...] Não fossem as dragonas e as condecorações, algumas iconografias de D. Pedro II poderiam ser confundidas com os guias de

⁷⁸ Chuleado: coser ligeiramente a orla de (qualquer tecido) para se não desfiar. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022. p. 439.

moda da época. O colarinho virado das camisas para cima, com as duas pontas projetadas sobre o rosto sustentado pela rígida gola bordada dos fardões, parece acompanhar o efeito visual dos lenços amarrados em volta do pescoço, os chamados *plastrons*, utilizados pelos homens no dia-a-dia, outra influência do estilo dândi que, ao emoldurar o rosto, reafirmava um porte altivo (FREESZ, 2015, p. 213-214).

A autora ainda fala que em trajes de grande gala, D. Pedro II usava suas insígnias de ordens honoríficas como a Ordem do Tosão de Ouro e da Ordem da Grã-Cruz do Cruzeiro, luvas, chapéu armado com plumas, espada, o talim que é uma correia presa na cinta onde se pende a espada, com banda de tecido dourado e fiador.

Schwarcz (2007) diz que era por ocasião das cerimônias públicas da Monarquia, dos cortejos, procissões, que o Monarca e membros da corte usavam seus trajes de gala. Nesses momentos, os grupos de elite transformavam suas aparições em espetáculos e conseguiam popularidade perante outros grupos sociais que compartilhavam o mesmo espaço, era, então, uma estratégia para afirmar seu poder e distinção.

De modelo muito similar ao Fardão da Maioridade, os trajes de gala têm duas dragonas removíveis confeccionadas com a mesma lã da casaca, essas são distintivos militares que indicam o status do usuário perante as forças armadas e que podem ser utilizadas em apenas um dos ombros, com ou sem franjas, e quanto mais ornamentadas indicam altas patentes.

Arjun Appadurai (2008) designa os objetos que são concebidos para um único propósito, como no caso dos fardões, como “mercadorias terminais” que são aquelas que devido ao contexto, ao propósito e ao significado de sua produção fazem um só trajeto da produção ao consumo. E os padrões de fluxo dos objetos têm a ver com o valor, a política, economia e com o lugar das elites, ou seja, nem tudo é para todas as pessoas.

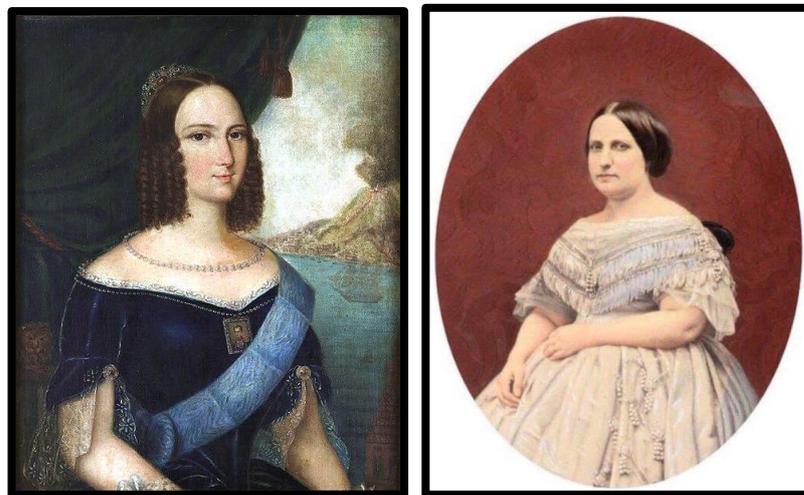
Em seguida, ainda que algumas vezes tenham eventuais usos domésticos, jamais lhes é permitido retornar ao estado de mercadoria. O que os torna desmercantilizados é, pois, uma complexa concepção de valor (na qual se unem o estético, o ritual e o social), e uma biografia ritual específica (APPADURAI, 2008, p. 39).

José Murilo de Carvalho (2007) fala que a sucessão dinástica já era uma preocupação dos grupos das elites políticas, antes mesmo da decretação da maioridade de D. Pedro II. Não foi fácil encontrar uma noiva para o Monarca brasileiro por diversos motivos: a má fama de seu pai, D. Pedro I, em relação às mulheres; a família imperial não era rica; e o Brasil era tido no exterior como um país exótico e distante. Então, as tentativas de negociações de casamento na casa da

Áustria, que eram prioridade, não obtiveram sucesso, até que o enviado brasileiro Bento da Silva Lisboa, por meio de amizade com Vincenzo Ramirez, ministro do Rei Fernando II das Duas Sicílias, conseguiu negociar o casamento de D. Pedro II com a irmã mais nova desse Rei: Teresa Cristina, vinda de um ramo menos prestigiado dos Bourbon. Mas, de acordo com o costume da época, o Monarca a conheceu por meio de um retrato de Teresa, e achou a noiva bonita. O casamento foi feito, inicialmente, por procuração em Nápoles, em 30 de maio de 1843.

O pesquisador conta que Teresa Cristina chegou ao Brasil na fragata Constituição, em 03 de setembro de 1843, para o primeiro encontro do casal. “Sua Majestade, com uniforme de almirante, chegaria a bordo na lancha imperial, enfeitada na coroa com o dragão dourado dos Bragança” (SHWARCSZ, 2007, p. 94). A decepção do Monarca com 18 anos foi visível até para Teresa, “quase quatro anos mais velha, de cultura modesta, baixinha, sem beleza e manca. Sentiu-se enganado e queixou-se amargamente a Paulo Barbosa e D. Mariana. Chorou nos ombros do mordomo e reclamou da aia: Enganaram-me Dadama!”⁷⁹ (CARVALHO, 2007, p. 52).

Figura 56 – Retratos D. Teresa Cristina de Bourbon Duas-Sicílias (infiel/fiel)



Fonte: Museu Imperial. Pintura. 186?⁸⁰

E eles tiveram que explicar que o casamento entre imperadores eram negócios e não assuntos do coração, que tivesse paciência e que o contrato não poderia ser desfeito. Não tendo nada mais a fazer, as bodas reais foram comemoradas durante nove dias.

⁷⁹ Museu Imperial. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Portrait_of_D.Teresa_Cristina.jpg. Acesso em: 30 ago. 2022.

⁸⁰ O primeiro retrato, com a aparência física modificada, foi o enviado à D. Pedro II para que conhecesse a noiva, o segundo, era o retrato com a aparência física real.

O pesquisador italiano Aniello Angelo Avella (2014) revela em seu livro “Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz nos trópicos 1843-1889” que a história oficial é pautada por uma imagem estereotipada da imperatriz com “falta de encantos físicos”, mas em compensação, era “bondosa, boa índole e submissa”. Ainda segundo o autor, ao contrário do que é mostrado nos livros, que geralmente são as biografias do marido, Teresa Cristina tinha grande interesse pela arqueologia, sendo que seus antepassados se dedicaram em escavações nas cidades italianas de Herculano e Pompéia, também tinha interesse pela antiguidade clássica, educação, música e fotografia. A Imperatriz possuía práticas próprias das elites no seu cotidiano, como praticar canto com frequência, tinha uma admiração pela Companhia de Ópera Italiana, e incentivava a vinda de dançarinos, atores e músicos em apresentações no Brasil. D. Teresa também mostrava sua aptidão para a arte, produzindo objetos decorativos nos jardins do Paço de São Cristóvão, além de ter, em seu quintal, praticamente, um sítio arqueológico com peças da Grécia (AVELLA, 2014).

Andrea Wanderley (2016) reforça, em “A imperatriz Teresa Cristina Maria, a mãe dos brasileiros (Itália, 14/03/1822 – Portugal, 28/12/1889)”, que quando ela veio para o Brasil, trouxe peças provenientes da região da Campânia, na península itálica e depois, por meio, de negociações feitas com a cidade de Nápoles, importava as antiguidades do século V a.C. em troca de obras artísticas produzidas pelas comunidades indígenas brasileiras: “patrocinou escavações nas redondezas de Roma e estabeleceu com seu irmão, Fernando II um intercâmbio entre antiguidades pertencentes ao Real Museo Borbonico e peças de artesanato indígena” (WANDERLEY, 2016, p. 01).

As coleções da Imperatriz Teresa Cristina estão preservadas em diversos museus brasileiros, entre eles, o Museu Nacional no Rio de Janeiro, que conseguiu recuperar, depois do incêndio de 2018, 30% de suas peças, coleção que era composta, segundo a pesquisadora Sandra Santos (2018) em “A Coleção Teresa Cristina do Museu Nacional do Rio de Janeiro: as possibilidades de uma coleção”, por objetos etruscos, gregos e das colônias gregas do sul da Itália, além de importantes peças do período romano, especialmente aquelas provenientes das, já citadas, cidades de Pompeia e Herculano (SANTOS, 2018); o Museu Imperial de Petrópolis abriga coleções de antiquários importados da Itália para o Brasil pela Imperatriz; a Biblioteca Nacional abriga a coleção de mais de 23.000 fotografias da biblioteca do Imperador, doadas por ele e em homenagem à Imperatriz “Collecção D. Thereza Christina Maria”.

Além de negócios culturais, a Imperatriz também era ativa, junto com seu marido, D. Pedro II, nas questões políticas dos fluxos migratórios de italianos para o Brasil, ou seja, a figura de Teresa Cristina de Bourbon, bem mais do que a esposa “sem atributos físicos” de D. Pedro II,

foi um modelo feminino que poderia ter influenciado outras mulheres da época, com sua imagem transmitida pelas fotografias, cercada de livros ou com a riqueza da flora brasileira.

Sua presença é vista de forma tão significativa que, após seu falecimento em 28 de dezembro de 1889, D. Pedro II, lamentando muito a morte de sua amada esposa e companheira de vida, a denomina em seu diário⁸¹ como: “minha santa”. Seu luto e sua tristeza são expressados de forma melancólica nas suas palavras:

Ninguém imagina a minha aflição. Somente choro a felicidade perdida de 46 anos. Nada mais posso dizer. [...] Custa-me a escrever mas preciso não sucumbir. Não sei o que farei agora. Só o estudo me consolará de minha dor. Custa-me a crer. Sempre desejei precedê-la na morte. Abriu-se na minha [vida] um vácuo que não sei como preencher. [...] Que noite vou passar! Dizem que o tempo tudo desfaz! Mas poderei viver tempo igual ao da minha felicidade? Quando puder escreverei o que faça aquilatar a minha perda? Não; não posso crer que meus patrícios talvez concorressem para a morte de quem verdadeiramente mais amei. Foi uma crueldade e eu a causa por ter me dado quase 50 anos de ventura! Quanto deverei mitigar com lágrimas essa última dor que ela quis compartilhar! Ninguém sabe como era boa e sofria mais pelos outros do que por si (D. PEDRO II, 1889).

A terceira Imperatriz do Brasil, D. Teresa Cristina, ganhou o cognome de “Mãe dos Brasileiros”, D. Pedro II finaliza seu diário do dia da morte da Imperatriz falando que “Quando puder hei de escrever sua vida para exemplo” (D. PEDRO II, 1889).

Não teve tempo.

⁸¹ DIÁRIO DE D. PEDRO II. Viagem para o exílio - 1889-1890. Vol. 29. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/VOL29.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

8.2.2 A veste da Coroação de D. Pedro II com sapatos

Figura 57 – Veste e sapatos da Coroação



Fonte: Museu Mariano Procópio.2006

O ritual da coroação e sagração de D. Pedro II foi programado com meses de antecedência. Notícias nos jornais nacionais e estrangeiros, folhetos impressos com a programação foram distribuídos com todo o roteiro do ritual majestático. Além de cada membro da corte ter funções determinadas, o Imperador também opinava quanto ao desenho de sua coroa e da utilização de seu manto imperial.

Aos 15 anos, de “hombros escassos, tralhe esguio, corpulência minguada de menino”⁸² às 11 horas da manhã do dia 18 de julho de 1841, D. Pedro II estava vestido para se tornar o

⁸² A ODYSSEIA DOS FARDÕES. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_05&Pesq=alfredo%20ferreira%20lage&pagfis=19299. Acesso em: 25 ago. 2022.

Imperador do Brasil. Suas vestes foram especialmente desenhadas por um dos alunos mais brilhantes de Jean-Baptiste Debret: Manoel de Araújo Porto Alegre.

Nos pés, ele usava sapatos que foram confeccionados em couro, forrados e cobertos por cetim de seda e bordados com fios de ouro, modelo que remetia aos sapatos usados por Napoleão. A Veste Imperial era feita em veludo de seda dourado forrada com cetim de seda, com gola dupla, inteiramente contornada por luxuosos bordados com canutilhos, lantejoulas e fios metálicos, fechada por colchetes na parte frontal com bordados em fios dourados e as mangas compridas eram finalizadas por punhos arrematados por laços com rosetas. Na cintura, uma larga faixa fechada por colchetes, com pregas horizontais por onde pendiam duas tiras de tecido bordadas e finalizadas por franjas feitas pela técnica do *macramê*, a saia era do tipo godê. A confecção com as fibras da seda, ao contrário do tecido em lã dos Fardões da Maioridade e do Casamento, permitia um acabamento que remetia à suntuosidade e ao luxo que a ocasião exigia. Freesz (2015) destaca que podemos ter uma ideia de como o Imperador se apresentou em 18 de julho pelo seu traje majestático, composto com outra veste confeccionada após 1841, que está presente no Museu Imperial (FREESZ, 2015).

Observa-se o manto imperial em veludo verde com forração de lhama e bordados em fios dourados. Por cima do manto, está a murça de plumas de papo de tucano (que pertenceu a D. Pedro I), a gravata de renda francesa, a faixa em chamalote azul da Ordem do Cruzeiro e o colar da Imperial Ordem da Rosa, este último não aparece nas descrições da sacração em 1841. De acordo com o *Jornal do Commercio* (1841), entre as duas pontas da gravata, havia uma cruz grega de brilhantes [...] No traje majestático criado por Porto-Alegre, observam-se manutenções simbólicas, como as cores patrióticas do manto, as folhas e frutos de carvalho que, atrelados aos frutos de palmeira, apresentam-se como uma alegoria à própria monarquia brasileira, fixada nos trópicos, mas que trazia consigo os mais tradicionais elementos europeus. O uso da murça, uma peça secular nos trajes majestáticos europeus, ao ser adaptada com matérias-primas nacionais, denotava o exotismo do novo império americano. (FREESZ, 2015, p. 255, 271).

O ritual da coroação e sacração de D. Pedro II foi um espetáculo pleno de significados, a começar pelo próprio tipo físico do Monarca, herança dos Habsburgo, que se destacava entre a população composta, em grande parte, por mestiços e mulatos. O Imperador era alto, tinha o queixo alongado, cabelo liso e alourado e olhos azuis (SCHWARCZ, 2007).

A capa do *Jornal do Commercio*⁸³ traz a manchete do dia: “O Imperador Pedro II no dia de sua Coroação e Sagração” acompanhada de duas imagens: a do Imperador trajado com as vestes e os objetos simbólicos da coroação e a Varanda da Coroação. A reportagem interna traz, em detalhes, todo o ritual que vai consagrar o homem mais importante da vida pública do Segundo Império, provedor das necessidades da população, centro do sistema político, detentor do poder que irá conduzir seu povo. Lembrando que esse monarca tinha apenas 15 anos.

A descrição deste ritual de coroação expõe um conjunto de práticas complexas e significativas para confirmar o poder do Imperador D. Pedro II, apenas o segundo a ser submetido a esse procedimento, que é uma reprodução dos atos de coroação europeus. A manutenção de uma tradição familiar foi importante para consolidar um *habitus* do jovem Império Brasileiro. As adaptações necessárias a esse ritual em nada distorcem do simbolismo das grandes sagrações de monarcas que os antepassados de Pedro II já seguiam por séculos.

E esse ritual repleto de significados está materializado nas peças que sobreviveram ao tempo e ajudaram a criar a memória de uma Monarquia, que permaneceu viva em grande parte das elites e até de membros mais humildes da população. Os fardões e a Veste do Casamento há muito perderam seu valor como mercadoria, e desde os dias de seus únicos usos, passaram a ter valor simbólico como testemunho de uma época.

Em museus tradicionais como o Mariano Procópio, esses trajes permanecem cumprindo o seu papel de lembrar o significado da Monarquia e manter as intenções de distinção perseguidas pelas elites brasileiras.

D. Pedro II viveu boa parte de sua infância sob a pressão de suceder um monarca que partiu para longe e nunca mais voltou. Perdeu cedo a mãe e foi criado pelos súditos mais leais. Iria assumir um império que ainda se formava e que por pouco não se fragmentou durante as regências. Crises políticas agitavam a nação e eram quase insolúveis, mesmo para os políticos experientes, e que, naquele momento, estavam muito longe da compreensão de uma criança.

Todavia, essas crises só se resolveriam quando o esperado novo monarca assumisse.

Marcus (2000) apontou que a sucessão dinástica depende do investimento no capital humano em prol daquele que assumirá as funções de líder de um grupo, família ou, no caso de Pedro de Alcântara, de um dos maiores territórios do mundo. Para o autor, a autoridade familiar sobre seu sucessor deve ser firme a ponto de fazer aflorar a imensa responsabilidade diante de

⁸³ JORNAL DO COMMERCIO. Coroação de D. Pedro II em 18 de julho de 1841. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pagfis=2100. Acesso em: 01 set. 2022.

um grande desafio. A capacidade de forjar líderes, a qual Marcus (2000) denominou estranho dinástico, é indiferente às perdas pessoais, no sentido do eu, pois o que está em jogo é a sobrevivência da dinastia e do nome da família, objetivos que relegam para um segundo nível os interesses pessoais.

Pedro II, com quinze anos, se apresentou pronto para assumir suas responsabilidades e manter a sucessão do trono, ainda que, como jovem adolescente, estivesse em um franco processo de amadurecimento.

Mas, para o Império, a hora deste jovem havia chegado.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades, em especial a brasileira que estamos nos referindo na presente tese, apresentam inúmeras desigualdades sociais que nem sempre têm as suas causas devidamente identificadas, já que são muitas variáveis que se apresentam em vários contextos em um país imenso. Somos formados por uma diversidade de ricos legados culturais e diversas visões de mundo, que muitas vezes se encontram em momentos que alternam confrontos e apaziguamento.

Em uma sociedade tão complexa, com tantas dificuldades, há grupos que se encontram em diferentes níveis de poder econômico, político, social e cultural. Há os ricos e os pobres, os governantes e os governados, os ditos cultos e incultos, e isso parece tão comum, tão parte do nosso dia a dia, que nem percebemos que isso tem motivos e que devemos e podemos compreendê-los por meio das ferramentas das Ciências.

Compreender os grupos sociais e culturais mais humildes não explicaria toda essa desigualdade. Como afirma Nader (1964), esses grupos foram e são exaustivamente estudados por outros colegas nos cursos de pós-graduação do Brasil e do mundo, então, em vista disso, o nosso trabalho se dedicou a estudar as classes dominantes, por meio de uma Antropologia das elites, a partir de suas origens mais claras, que estão no século XIX. Nosso objetivo central seguiu um recorte no tempo e no espaço bem definido, por meio de uma análise da família tradicional mineira dos anos 1800, e sua influência na formação de uma elite social.

E dentro desse recorte, escolhemos, por motivos afetivos e científicos, o Museu Mariano Procópio como campo de estudos para nosso trabalho, bem como empregamos a Antropologia e a História para angariar dados e analisar informações que nos fornecessem as evidências sobre o nosso problema de pesquisa: como as elites do século XIX se formaram como grupos seletos na sociedade, com suas estratégias, práticas e costumes?

Então, fomos aos arquivos desse museu e outras instituições de pesquisa; estudamos as histórias de seus objetos mais significativos; detalhamos as trajetórias das famílias mais importantes, inclusive da Família Imperial, grande personagem na formação das elites; e procuramos compreender as intenções e razões para práticas sociais que se tornaram parte desses seletos grupos.

Um dos primeiros pontos de análise, a partir da bibliografia utilizada, foi justamente definir o que era ser elite em nosso país, em um momento da própria formação da nação, que importava práticas e conceitos vividos em outros territórios. E encontramos que não existe uma única forma de elite, mas sim de elites. Não havia uma homogeneidade na forma de viver, de agir, de se relacionar das elites, nem havia uma definição sobre qual era o poder econômico ideal

ou qual era o poder político necessário para estar em uma das elites. Nem qual seria o status vivido por alguém por estar em alto cargo, ou qual o valor de seu capital cultural. Um membro das elites econômicas pode não ser um privilegiado culturalmente ou não possuir poder político, por exemplo. Dentro de um grupo de elites podem haver outros subgrupos, bem como podem se relacionar e se deslocar entre seus subgrupos. A mobilidade social entre as elites era rara, mas poderia acontecer diante das possibilidades existentes em um país ainda em formação e das capacidades e privilégios de um determinado grupo ou indivíduo.

Então, essa complexidade é justamente o que instiga a estudar como as elites se formaram e como podem influenciar grupos que estão à margem de seus poderes.

Em nosso trabalho, conseguimos compreender que no Brasil, antes da vinda da Família Real em 1808, já havia insipientes elites econômicas, que montavam suas pequenas fortunas com muito trabalho e estratégias para estar à frente de concorrentes e sobreviver aos impostos e obrigações estatais. O uso da mão de obra escrava e da monocultura em latifúndios também foram modos de produção que alavancaram o sucesso desses indivíduos, e, eventualmente, conseguiam cargos políticos em pequenas repartições da colônia, o que lhes dava alguma influência nas decisões que impactavam o local onde viviam. Ainda assim, quase nenhuma prática social refinada foi criada e nenhuma mudança ocorreu para as sociedades às quais estavam inseridos. Mesmos para os ricos, as condições de vida eram muito ruins para se criar refinamento.

Com a vinda da Família Real, a necessidade de ter um melhor ambiente para a nobreza trouxe um maior refinamento nas atividades sociais, na cultura, na compreensão sobre as melhorias urbanas, no entendimento que havia modos de viver com mais qualidade, e que todas as práticas trazidas da Europa poderiam ser vividas aqui, e, inclusive, adaptadas a nossa realidade.

Ao analisar a realeza, ficou claro que seu legado foi além do visível, materializado pelas construções e pompas reais. Aqueles que estavam em contato com os monarcas e nobres iriam procurar se distinguir dos mais pobres e humildes, procurando se aproximar do colonizador, ao menos em suas práticas sociais e na sua influência em relação aos colonizados. Foi uma transmissão de ritos e práticas de cima para baixo, mas com possibilidades de adaptações dentro do possível para uma colônia pobres em meios e educação.

Estudamos, por meio das famílias Ferreira Lage, onde é oriundo o colecionador e fundador do Museu Mariano Procópio, Alfredo Lage, e Machado Coelho, família de outra importante personagem das elites, a Viscondessa de Cavalcanti, como foi a trajetória de vida de seus patriarcas, a fim de compreender como puderam, em menos de 100 anos, acumular tanto poder.

Como apontado por Pina Cabral (2005) o foco no estudo das famílias enriqueceu as informações sobre o contexto vivido, onde foi possível observar melhor as mudanças e pontos de inflexão ao longo do século XIX, como a própria vinda da família real, a Proclamação da Independência, a queda da Monarquia, as novidades tecnológicas, sociais e econômicas, entre outros acontecimentos que impactaram nas relações individuais e entre os diversos grupos.

Mas é claro que o cabedal de informações foi enriquecido pelos relatos de viajantes que há mais de 200 anos são fontes para a compreensão dos diversos “brasis” existentes. A visão do estrangeiro em relação ao brasileiro, pobre ou rico, era de curiosidade, perplexidade e preconceito, o que revela que mesmo as elites presentes no topo da sociedade colonial, ainda estavam distantes do que o europeu imaginava como grupos diferenciados.

E entendemos que trabalhar e acumular recursos não seriam suficientes para obter poder, pois é necessário, e importante, estabelecer redes de sociabilidade que possibilitem ser inserido ou formar grupos que pensem de forma semelhante e se ajudem mutuamente.

Ao se firmar em algum grupo das elites, é necessário se manter, por meio de mais dinheiro e poder, é necessário, também, se distinguir dos demais, expor demonstrações de prestígio, de cultura, de influência, e assim manter um nome, reforçar os laços familiares e de sociabilidade.

As famílias Ferreira Lage, Machado Coelho, os Cavalcanti Albuquerque e outras tantas que aqui foram citadas e outras muitas existentes que não abordamos, se mantiveram como grandes representantes das elites até o fim da Monarquia, sendo substituídas por outras que mantiveram as práticas sociais que identificavam e distinguiam seus grupos: o colecionismo, a hospitalidade, as específicas práticas de recepção e reunião, a religiosidade, a solidariedade, entre outras, que enfim, permaneceram como marcas desses grupos. *Habitus* que indicavam a distinção necessária para que as elites se firmassem como diferenciadas em relação à grande maioria da população, ainda que não fossem atitudes exclusivas das elites, mas que possuíam elementos de refinamento que as distinguiam.

Eram elites que estavam em sintonia com as práticas refinadas e modernas da Europa, que queriam se mostrar avançadas no modo de vestir e de se portar, apesar de viverem sob um modo de produção escravista retrógrado e violento, onde se criava, desta forma, um paradoxo de modernidade que se equilibrava em uma sociedade rica que usufruía do capital e das benesses oriundos do modelo exploratório mais arcaico da época.

As práticas que estudamos esconderam, em parte, esse paradoxo. Coleções de arte, as ações de hospitalidade e de religiosidade, por exemplos, nem sempre tinham a presença ostensiva da escravidão e da desigualdade social, a não ser pelos relatos dos viajantes que deixaram suas impressões para a posteridade. Ainda assim, esses relatos, feitos principalmente pelos europeus,

apontavam a agressividade da escravidão, que também foi um modelo utilizado por essas nações em suas colônias e que fornecia os recursos para os lucros do comércio entre os países, e que indiretamente, fornecia os meios para suas próprias viagens.

O capital que direta ou indiretamente se formava com a exploração do escravizado era o motor que possibilitava a distinção. Era por esse meio que se adquiriam coleções, que se compravam mansões, que se organizavam festas e eventos e que se possibilitava viagens ao exterior e ações de caridade. As elites sabiam disso, e assim mesmo, levou 80 anos, desde da chegada da família real, para que a escravidão fosse abolida, após um embate entre diferentes representantes das elites.

Em relação ao nosso campo de estudo, o Museu Mariano Procópio é o que identificamos como um “Lugar de Memória”, como definiu Nora (1983), um local onde memórias se reúnem, se criam tradições, se unem pensamentos. Foi nesse local, residência símbolo do poder das famílias cafeeiras de Minas Gerais, em uma então próspera cidade de Juiz de Fora, que personagens como Alfredo Lage e Amélia Cavalcanti procuraram manter vivas as memórias mais representativas das elites, principalmente as tradições referentes à Família Real Brasileira, por meio de objetos musealizados e que, tratados como tesouros únicos daquela época, foram confiados à sociedade civil para a sua permanente exposição.

Coleções que eram mantidas há anos eram ampliadas com aquisições de peças que valorizavam o acervo que foi destinado ao Mariano Procópio. Aquisições feitas por meio de recursos próprios individuais e pela colaboração de muitos membros das elites, colaboradores que se conheciam por meio das redes de sociabilidade construídas ao longo de décadas.

O esforço em institucionalizar o Museu envolveu a elite saudosa da Monarquia, receosa com a possibilidade de ver apagada pela jovem República, a história de singular império sul-americano, que foi vitorioso ao amalgamar uma nação e um território durante os 67 anos de sua existência, e que foi encerrado de forma abrupta, ainda que pacífica.

Foi uma instituição pensada para permanecer no tempo, com acordos legais que procuravam deixar claros seus objetivos e intenções, a fim de evitar serem “deturpados” os ideais daquele grupo criador. A curadoria do Museu, que é caracterizada por sua adaptabilidade e transformações, foi idealizada no Mariano Procópio para não mudar, para ser uma fotografia daquela época, em nome da tradição as salas e as disposições de seu acervo deveriam permanecer como Alfredo Lage e seus mais próximos colaboradores pensaram. O curador, dessa forma, continua sendo Alfredo, não importa o tempo, não importa as mudanças na sociedade.

Para nosso trabalho, essa característica foi importante para que nossa observação fosse segura sobre aquela sociedade e aquela elite, pois afinal, não houve uma grande passagem no tempo em nosso campo de estudo. Ele permaneceu praticamente imutável em 100 anos.

E nos esforços daquele grupo, em doar suas coleções, em adquirir outras peças com seus próprios recursos, em doar todo um conjunto de parque e casa, no caso de Alfredo Lage, apontava para fazer seu nome se tornar lembrado durante anos, mesmo após a morte. Tornar-se eterno por meio de suas realizações e por suas coleções. Era estar ao lado da realeza, como D. Pedro II, Princesa Isabel, Conde d'Eu, era permanecer na memória das elites e se apresentar às classes subalternas, sem que fosse apagado pelas novas gerações que nunca viveram sob a Monarquia. Era tornar-se distinto dos demais para sempre.

Enquanto estivessem vivos, viveriam como na Monarquia, usando casacas e chapéus, exaltariam os monarcas brasileiros, fariam suas reuniões sociais com elegância e educação e tratariam sobre os assuntos da sociedade, segundo a visão das elites.

É importante relembrar nas considerações desta tese, que o Museu Mariano Procópio ficou fechado ao público por conta das obras em seus edifícios, que se faziam urgentes, foi reaberto para os visitantes em 2016 na gestão do diretor superintendente Sr. Douglas Fasolato (2009-2017). Fasolato com o apoio do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio e de outros profissionais da cidade, inaugurou a galeria com a exposição “Esplendor das Formas: as esculturas no Museu Mariano Procópio”, que ocupou a Galeria Maria Amália, onde as obras de restauro da claraboia e do lanternim haviam sido concluídas. Essa exposição que era prevista para durar um ano durou até 2020, onde a visitação pública ao museu, novamente, foi fechada durante a pandemia. Vale ressaltar ainda, que os pesquisadores continuaram a ser atendidos pela equipe, reduzida, mas, que se adaptou para manter o atendimento.

Isso posto, em consideração a todas as análises feitas ao longo desse trabalho, acreditamos que os objetivos foram alcançados e que a questão central, sobre como as elites do século XIX se formaram como grupos seletos na sociedade, com suas estratégias, práticas e costumes, foi plenamente respondida, pois apresentamos uma gama de evidências que apresentam as elites como caracterizadas pelos seus poderes econômicos, sociais e políticos, além de níveis mais elevados de cultura e influência sobre os demais integrantes da sociedade, e que externavam essa seletividade por meio de suas práticas e costumes.

Pela importância das coleções existentes no Museu Mariano Procópio essa tese de forma alguma foi concluída, será sempre uma obra em caráter sucessório de mudanças pela natureza em reunir informações que poderão ser complementadas ou corrigidas ao longo dos anos, na medida que novos dados, estudos e descobertas surgirem.

REFERÊNCIAS

ALGARANTI, Leila Mezan. **Em torno da mesa do rei: artefatos, convivialidade e celebração no Rio de Janeiro joanino.** Anais do Museu Paulista. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/HKMJPKJtLdpHR5kn9yzhyTR/?lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2021.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs.). **Nomes e Números: Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ALONSO, A. **Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual Brasileiro na primeira década republicana.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/nJqxKLkP53rFmt684hPr8Jq/?lang=pt>. Acesso em: 06 ago 2022.

_____. **Instauração da República no Brasil.** In: **Dicionário da República.** Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9505>. Acesso em: 06 ago 2022.

AMBIEL, Valdirene do Carmo. **Estudos de Arqueologia Forense aplicados aos remanescentes humanos dos primeiros Imperadores do Brasil depositados no Monumento à Independência.** 2013. 253f. (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-27032013-173516/pt-br.php>. Acesso em: 13 out. 2021.

AMORIN, Naiara M. **Entre fazenda Fortaleza de Sant'Anna e assentamento Dênis Gonçalves: projeto de intervenção no conjunto edificado da sede.** 2019. 368f. (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos) – Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28821>. Acesso em: 22 nov. 2021.

ANAIS do Museu Histórico Nacional. Nº 12, p. 128. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/22/Anais%20do%20Museu%20Hist%C3%B3rico%20Nacional%20v.%2012%20ano%201951>. Acesso em: 25 nov. 2021.

ANDRADE, Silvia M. B. V. de. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924).** Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas.** Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/371279350/Appadurai-e-a-Vida-Social-Das-Coisas>. Acesso em: 06 out. 2021.

ARAUJO, Katia M de. **Consumo e reconhecimento social: a valorização do morar bem entre novas elites do Recife.** 2006. 283f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/749/1/arquivo4685_1.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021.

ARGON, Maria de Fátima e CERQUEIRA, Bruno. **Alegrias e tristezas: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil**. São Paulo: Linotipo Digital, 2019.

ASSOCIAÇÃO Brasileira dos Criadores de Cavalo Mangalarga Marchador. Disponível em: <http://www.abccmm.org.br/principal>. Acesso em: 20 abr. 2021.

AUGEL, Moema P. **Os visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**. 1975. 285f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5_visitantes_estrangeiros_na_bahia_oitocentista.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

AVELLA, Aniello. **Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz nos trópicos 1843-1889**. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7nyjg>. Acesso em: 02 set. 2022.

BARBUY, Heloisa. **O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição Universal**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/YnrxPKPxnVT4jfzqf6ZyDK/abstract/?lang=ptAnais>. Acesso em 11 set. 2021.

BARBOSA, Aparecido. **Religião e Cultura no Brasil oitocentista: um estudo a partir dos relatos de viagens de Auguste de Saint-Hilarie (1808-1853)**. 2017. 149f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/1080/2/APARECIDO%20BARBOSA.pdf>. Acesso 15 out. 2021.

BARBOSA, Rui. **Mocidade e exílio**. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrrj.br/handle/doc/119>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis-RJ, Vozes: 2019.

BARTHOLOMEU, Matheus Cavalcanti. **A cafeicultura e a Estrada União e Indústria: Transformações espaciais e desenvolvimento desigual em meados do século XIX**. Revista Terra Brasilis. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/3852>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BASTOS, Wilson de L. **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia**. 2 ed. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

BAUDELAIRE, Charles. **Meu coração desnudado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BIRCHAL, Sergio Oliveira. **O mercado de trabalho mineiro no século XIX**. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/sergio-de-oliveira-birchal_2.pdf. Acesso em 23 nov. 2021.

BITTENCOURT, Renata. **Modos de negra e modos de branca: o retrato “Baiana” e a imagem da mulher negra no século XIX**. 2005. 182f. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296837872.pdf>. Acesso em 15 nov. 2021.

BLOM, Philipp. **Ter e manter: uma história íntima de colecionadores de coleções**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/343307239/BLOM-Phillip-Ter-e-Manter-completo>. Acesso em 23 nov. 2021.

BOAS, Franz. **A mente do ser humano primitivo**. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/988/o/A_mente_do_ser_humano_primitivo.pdf. Acesso em 03 set. 2021.

BOTH, Amanda Chiamenti. **A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado imperial brasileiro**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=5BlndwAAQBAJ&pg=PT14&dq=rede+sociabilidades+imperio&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiHnJH60u3rAhWJD7kGHWj3DGQQ6AEwAHoECAYQAg#v=onepage&q=rede%20sociabilidades%20imperio&f=true>. Acesso em: 16 set. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4267322/mod_resource/content/0/Bourdieu%20-%20A%20Ilus%C3%A3o%20Bibliogr%C3%A1fica.pdf. Acesso em: 02 dez. 2020.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2ed. Porto Alegre: Zouk, 2017

BRASIL. **Estatuto militar do Exército Brasileiro**. Art. 15. Brasília: EGGCF, 1980.

BROWN, Alfred Radcliffe. **The Andaman Islanders: a study in social anthropology**. Disponível em: <https://archive.org/details/TheAndamanIslandersAStudyInSocialAnthropology>. Acesso em 03 set. 2021.

BURNHAM, James. **The Managerial Revolution**. <https://ia801603.us.archive.org/11/items/in.ernet.dli.2015.17923/2015.17923.The-Managerial-Revolution.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Coleção das Leis do Império – 1810**. p. 232, Vol 1. In: Site Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-publicacaooriginal-94538-pe.html>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL, Gerson. **História das ruas do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xcnx5x1>. Acesso em: 04 dez. 2021.

BRASILEIRO, Jockey Club. **Aconteceu – GP Mariano Procópio**. 2020. Disponível em: <https://www.jcb.com.br/home/noticias/273906/aconteceu-gp-mariano-procopio-g3/>. Acesso em: 08 fev. de 2021.

BRUSADIN, Leandro. **Os paradoxos do acolhimento em Minas no século XIX de acordo com a literatura de viagem: hospitalidade e hostilidade**. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1359>. Acesso em 03 out. 2021.

BUENO, Fátima. **Machado de Assis e Eça de Queiroz: para além da polêmica**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mael/v5n10/a04v5n10.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BIRCHAL, Sergio de O. **O mercado de trabalho mineiro no século XIX**. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/sergio-de-oliveira-birchal_2.pdf. Acesso 06 em ago. 2021.

BRASIL. **Estatuto militar do Exército Brasileiro**. Art. 15. Brasília: EGGCF, 1980.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Coleção o Brasil visto por estrangeiros. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1116>. Acesso em: 02 mai. 2021.

CAIXA CULTURAL. **Catálogo da Exposição de Rugendas, um cronista viajante**. Disponível em: http://www.caixacultural.com.br/cadastrdownloads1/Catalogo_Expo_Rugendas-UmCronistaViajante_RJ.pdf. 2019. Acesso em: 30 set. 2021.

CALMON, Pedro. **O Rei no Brasil**: a vida de D. João VI. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

CAMPOI, Isabela C. **As mulheres brasileiras da elite urbana oitocentista através do diário de Maria Graham**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/amp/14355797-As-mulheres-brasileiras-da-elite-urbana-oitocentista-atraves-do-diario-de-maria-graham.html>. Acesso em: 08 set. 2021.

CAMPOLINA, Alda; MELO, Cláudia; ANDRADE, Mariza. **Escravidão em Minas Gerais**. Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo Público Mineiro/COPASA MG, 1988.

CARITA, Helder et al. **Projecto**: A Casa Senhorial, Portugal, Brasil e Goa: anatomia de interiores. Disponível em: <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casas-senhoriais/pesquisa-avancada-2/177-villa-ferreira-lage>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARIA, Pedro Paulo A. **Patrimônio e colecionismo**: algumas considerações. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view%20File/1056/619>. Acesso em: 04 dez. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/josc3a9-murilo-de-carvalho-a-formac3a7c3a3o-das-almas-o-imaginc3a1rio-da-repc3ablica-no-brasil.pdf>. Acesso em: 08 ago 2022.

_____. **Perfis brasileiros**: D. Pedro II. Disponível em: https://www.academia.edu/44220365/D_Pedro_II_Jos%C3%A9_Murilo_de_Carvalho. Acesso em: 15 ago. 2022.

CARVALHO, Ney O. R. **Jockey Club Brasileiro 130 anos**: Rio de Janeiro. Um século e meio de turfe. Rio de Janeiro: Imprinta Gráfica e Editora Ltda, 1998.

CASCUDO, Câmara. **Conde d'Eu**. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/89/1/11%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Hélio. Viabilidade econômica da escravidão no Brasil: 1880-1888. Disponível em: fgv.br <https://bibliotecadigital.fgv.br › rbe › article>. Acesso em: 08 mai. 2023.

CASTRO, Marco Vinícius. **Robert Michels e Joseph Schupeter**: duas teorias elitistas da democracia em perspectiva comparativa. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/almanaque/article/view/23673/16375>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHRISTO, Maraliz. **A Viscondessa e seus artistas**: A trajetória de um leque de autógrafos. Disponível em: http://www.cbha.art.br/coloquios/2016/anais/pdfs/3_maraliz%20castro.pdf. Acesso em 14 nov. 2021.

CORRÊA, Carolina. **Comércio de escravos em Minas Gerais no século XIX**: o que podem nos ensinar os assentos de batismo de escravos adultos. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2006/D06A003.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

COSTA, Carina M. Retalhos da memória: o Museu Mariano Procópio. In: **Catálogo do Museu Mariano Procópio**. São Paulo: Banco Safra, 2006.

COSTA, E. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 142- 143, p. 277-305, 2000. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/35780/38496. Acesso em: 10 set. 2018.

COSTA, Manuela Pinto. **Glossário de termos têxteis e afins**. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>. Acesso em 14 set. 2020.

CORRÊA, Carolina. **Comércio de escravos em Minas Gerais no século XIX**: o que podem nos ensinar os assentos de batismo de escravos adultos. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2006/D06A003.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

COSTA, E. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 142- 143, p. 277-305, 2000. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/35780/38496. Acesso em: 10 set. 2018.

COSTA, Manuela Pinto. **Glossário de termos têxteis e afins**. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>. Acesso em 14 set. 2020.

CROWLE, Roger. **Conquistadores: como Portugal forjou o primeiro império global**. 3ª ed. São Paulo: Planeta, 2016.

CRUZ, Elias Felipe de Souza. **As visitas diocesanas nas minas oitocentistas**: poder episcopal e sociabilidades na Comarca do Rio das Mortes durante a primeira metade do século XVIII. 2009. 82 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Elias-Felipe.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

CRUZ, Itan. **A serviço de sua alteza imperial**: Amanda Paranaguá Dória, dama da Princesa Isabel (1849-1931). 2018. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal

Fluminense. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25807?mode=full>. Acesso em 23 dez. 2022.

DAIBERT Jr. Robert. **Isabel, a “Redentora dos escravos”**: um estudo sobre as representações da princesa. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/75302/isabel-a-redentora-dos-escravos-um-estudo-das-representaco>. Acesso em: 19 ago. 2022.

D’AGOSTINI, S. et al. **Ciclo econômico do pau-brasil - *Caesalpinia Echinata* Lam, 1785**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259842485_CICLO_ECONOMICO_DO_PAU-BRASIL_-_CAESALPINIA_ECHINATA_LAM_1785_S_D'Agostini1_S_Bacilieri2_H_Hojo3_N_Vitiello1_MCV_Bilynskyj1_A_Batista_Filho4_MM_Reboucas1. Acesso em: 04 abr. 2021.

DEBRET, Jean Baptiste. **Funeral de crianças negras**. 1839. Viagem Pitoresca ao Brasil. (Tradução Sergio Milliet). São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989, prancha 15.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armandes Colin, 2013.

DIAS, J. **Catálogo do leilão do palacete**. Rio de Janeiro: Typographia de Miranda & Almeida. 1885.

DOMINGUES, Bruno W. B. **A cidade das aquarelas: o Rio de Janeiro nos registros de Jean-Baptiste Debret**. 2018. 208f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br>. Acesso em 09 out. 2021.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORIA, Julio C. **A confederação abolicionista e o movimento abolicionista na Corte**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dialogos/article/view/23189/16542>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DUARTE, Luiz Fernando D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Disponível em: file:///C:/Users/angel/Downloads/Da_vida_nervosa_nas_classes_trabalhadora.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Disponível em: https://www.academia.edu/30951798/Elias_norbert_a_sociedade_da_corte. Acesso em: 17 ago. 2022.

ESTEVEVES, Albino. O centenário de Mariano Procópio. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=16182>. Acesso em: 22 jan. 2021.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Social Anthropology: past and presente**. The Marett Lecture, 1950. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2794464>. Acesso: em 11 set. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-pele-negra-mascaras-brancas-frantz-fanon-em-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 14 out. 2022.

FAORO, Raimundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio.** 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 10ª ed. São Paulo: Editora Globo, 1996.

FASOLATO, Jorge Douglas. **Estrada União e Indústria: paisagem, intervenção e fotografias de Revert Henry Klumb na perspectiva de uma rota cultural.** 2020. 229f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos). Fundação Casa Rui Barbosa. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/16893/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20Jorge%20Douglas%20Alves%20Fasolato.pdf>. Acesso em 21 nov. 2021.

_____. Machado Coelho: **memória e representação.** Disponível em: <http://www.cbg.org.br/cartamensal/138/cm138.pdf>. Acesso em 18 nov. 2021.

FERRARI, Angelita. **Pinturas em miniatura: a coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio.** Juiz de Fora: FUNALFA, 2013.

FERRAZ, Rosane C. **A coleção de fotografias do Museu Mariano Procópio e as sociabilidades no Brasil oitocentista.** 2016. 402 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3670>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FONSECA, Maciel. **Websérie: Minha Pesquisa no Museu.** Youtube. 17 mai. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2SIf011zMVc>. Acesso em: 24 mai. 2022.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790 - 1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREESZ, Clara Rocha. **A odisseia das roupas de D. Pedro II: dos guarda-roupas imperiais às arcas do Museu Mariano Procópio.** Dissertação de Mestrado. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1380>. 2015. 361f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Acesso em: 07 dez. 2021.

FREITAS, Inês Aguiar de. **A Geografia dos Naturalistas-Geógrafos no Século das Luzes.** Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/376>. Acesso em: 14 out. 2021.

FREITAS, Iohana B. **Cores e olhares no Brasil oitocentista: os tipos negros de Rugendas e Debret.** Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009_Iohana_Brito_de_Freitas-S.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

FREYCINET, Rose de. **Journal du voyage autour du monde.** Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56981727.texteImage>. Acesso em: 09 ago. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 50ª ed. São Paulo: Global, 2005.

_____. **Inglês no Brasil:** aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª Ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Sobrados e Mucambos.** São Paulo: Global Editora. 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Júnia. **Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito.** Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/12203117/3593a1>. Acesso em 14 out. 2022.

GARDNER, George. **Diário de Viagem.** Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1993/1993-OsNaturalistaseoCearaIIGeorgeGardner-1812-1849.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

GASPARETTO, Antônio. **Mutualismo alemão em Juiz de Fora: o reforço da identidade em perspectiva.** Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidade. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n8/dossie/mutualismo%20alemao.pdf>. Acesso em 04 dez. 2021.

_____. **Representações da Terra Natal:** associações germânicas em Juiz de Fora. Revista Faces da Clio. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/download/28721/19644>. Acesso em 04 Dez 2021.

GEERTZ, Clifford. **The religion of Java.** Disponível em: https://monoskop.org/images/d/d9/Geertz_Clifford_Religion_of_Java_1976.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

GABLER, Louise. Estrada de Ferro D. Pedro II. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/317-estrada-de-ferro-d-pedro-ii>. Acesso em 01 dez de 2022.

GOB, André; DROUGET, Noémie. **A museologia: história, evolução e questões atuais.** Rio de Janeiro: FGV, 2019.

GÓIS Jr., Edivaldo. **Movimento higienista na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo.** Disponível em: <https://periodicos.uninove.br>. Acesso em: 24 ago. 2022.

GOMES, Plínio Freire. **O Amazonas e o Prata na mitogeografia da América.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/yLzcy9G5q9W4ChFfcgbdjgn/?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2022.

GONÇALVES, Huener; ABREU, Deyse. **Entre manuais e artigos: campanhas para o público leigo sobre o fumo e seus males no Brasil da primeira metade do século XX.** Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/995/840>. Acesso em: 02 dez. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo. Os museus e a representação no Brasil. In: **Antropologia dos objetos: Coleções, Museus e Patrimônios.** 2007.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

GRYNSZPAN, Mario. **A teoria das elites e sua genealogia consagrada.** Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-41/460-bib-41-integra/file>. Acesso em: 02 dez. 2020.

_____. **Ciência, Política e Trajetórias Sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites.** Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6779/84.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 nov. 2020.

GUIA da Exposição **Anthropologica Brasileira.** https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/guia_da_exposicao_atropologica_brazileira.pdf. Acesso em 10 dez 2022.

GUIMARÃES, Débora Cristina. **Um Estudo Sobre a Violência no Parto no Rio de Janeiro Oitocentista: O Caso da Princesa Isabel.** Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/historiabh/article/view/1778/parto>. Acesso em: 23 ago. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 21 mai. 2021.

HALFELD, H.G.F; TSCHUDI, J.J von. **A província brasileira de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=56554&codUsuario=0>. Acesso em 22 de novembro. 2022.

HERMAN, Amy. **Inteligência visual: aprenda a arte da percepção e transforme sua vida.** 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo, Companhia das Letras: 1995.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O livro fontes históricas como fontes.** In: PINSKY, Carla. Fontes Históricas. São Paulo, Contexto: 2008.

JORNAL, Gazeta de notícias. **A odyssea dos fardões.** Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_05&Pesq=alfredo%20ferreira%20lage&pagfis=19299. ed. 141. fl. 01. 1926. Acesso em: 01 ago. 2022.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo.** Disponível em: https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Mat%C3%A9rias/Sociologia%20e%20Filosofia%20da%20Arte%20I/Immanuel%20Kant_cr%C3%ADtica%20do%20ju%C3%ADzo.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

KEULLER, Adriana T. A. M. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro:** cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939). Disponível em: <https://spap.fflch.usp.br/node/41>. Acesso em: 22 jul. 2022.

KIFORDU, Henry Ani. Uma análise teórica e crítica da circulação das elites no regime democrático com comentários do contexto brasileiro. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/335-henry-19.pdf>. Acesso em: 30 Jan. 2023.

KLEIN, Vinícius. **O Visconde de Mauá e a mudança institucional:** razões para o fracasso da implantação das práticas comerciais capitalistas no Brasil Império. Disponível em: https://www.academia.edu/644114/O_VISCONDE_DE_MAU%C3%81_E_A_MUDAN%C3%87A_INSTITUCIONAL_RAZ%C3%95ES_PARA_O_FRACASSO_DA_IMPLANTA%C3%87%C3%83O_DAS_PR%C3%81TICAS_COMERCIAIS_CAPITALISTAS_CAPITALISTAS_NO_BRASIL_IMP%C3%89RIO. Acesso em: 15 out. 2020.

KLUMB, Revert H. **Doze horas em diligência.** Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/doze-horas-diligencia-guia-viajante-petropolis-juiz-fora>. Acesso em 05 set. 2021.

KNAUSS, Paulo. **O Cavalete e a Paleta:** Arte e prática de colecionar no Brasil. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/May07HQ6_MUCt_cavalete_paleta.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.

KOPYTOFF, Igor. **A biografia cultural das coisas:** a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/269965172/APPADURAI-A-Vida-Social-Das-Coisas>. Acesso em: 21 set. 2021.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas:** família, fortuna, poder e rede de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850). 2010. 507 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2010_Antonio_Henrique_Lacerda-S.pdf. Acesso em: 22 ago. 2020.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História:** novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves: 1974.

LEINIER, Piero de C. **Sobre “nomes de guerra”:** classificação e terminologia militares. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1660>. Acesso em: 14 jul. 2021.

LEITE, Gisele. **Teoria das elites ou elitismo.** Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-29/teoria-das-elites-ou-elitismo/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

LEITE, Miriam Lifchitz M. **Mulheres viajantes no século XIX**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635570>. Acesso em: 06 out. 2021.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1982. Disponível em: <https://classicos12011.files.wordpress.com/2011/03/lc3a9vi-strauss-claude-as-estruturas-elementares-do-parentesco.pdf>. Acesso em 15 nov. 2022.

LIMA, Carolina C. R. de. **Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93230>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico**. Disponível em: <https://csociais.files.wordpress.com/2019/03/malinowski-bronislaw.-argonautas-do-pacifco-ocidental.-um-relato-do-empredimento-e-da-aventura-dos-nativos-da-nova-guinecc81-melanec81sia.-preacc81cio-introduccca7acc83o-caps.-2-.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

_____. **Um diário no sentido estrito do termo**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1365>. Acesso em: 22 set. 2021.

MALTA, Marize. **Gostos ecléticos em coleções, repercussões em museus nacionais: o caso da coleção Ferreira das Neves**. Disponível em: <http://journals.openedition.org/midas/2067>. Acesso em 01 Dez 2021.

MARCUS, G. E. **Elites: Ethnographic Issues**. Disponível em: https://sarweb.org/wp-content/uploads/2020/03/9781934691335_OA_Reduced.pdf. Acesso em 01 jan. 2021.

_____. Os legados profundos da subjetividade dinástica: as ressonâncias de uma identidade familiar famosa nas esferas pública e privada. In: PINA CABRAL, João de; LIMA, Antónia Pedroso de. **Elites: escolha, liderança e sucessão**. Lisboa: Etnográfica Press, 2000.

_____. **The deep legacies of dynastic subjectiv: The resonances of a famous family identity in private and public spheres**. In: CABRAL, J. P.; LIMA, A. P. **Elites: Choice, Leadership and Succession**. Disponível em: https://www.academia.edu/1843180/Elites_choice_leadership_and_succession. Acesso em: 05 jan. 2021.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A feminilização da filantropia**. Disponível em <https://periodicos.uff.br>. Acesso em 30 nov. 2021.

MATTOS, Adalberto A. **Pela moralização do trabalho e prosperidade da Indústria Nacional: a Escola Agrícola União e Indústria (1864-1884)**. Dissertação (Mestrado em História). 2015. 167 f. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/293>. Acesso em: 19 abr. 2021.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de, 1813-1889. **Autobiografia**. Disponível em: [file:///C:/Users/angel/Downloads/000970224_Autobiografia_Visconde_Maua%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/angel/Downloads/000970224_Autobiografia_Visconde_Maua%20(2).pdf). Acesso em: 04 set. 2021.

MAUAD, Ana Maria. **A vida das crianças de elite no Império**. In: PRIORE, Mary del. História das crianças no Brasil. São Paulo. Contexto, 2002.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e antropologia**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2843910/mod_resource/content/1/Mauss_Marcel_Sociologia_e_antropologia_2003.pdf. Acesso em: 25 mai. 2021.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Disponível em: <file:///C:/Users/angel/Downloads/MICHELS,%20Robert.%20Sociologia%20dos%20partidos%20pol%C3%ADticos.pdf>. Acesso em 10 ago. 2021.

MILLS, Charles W. **A elite do poder**. Disponível em: <https://www.udc.edu.br/libwww/udc/uploads/uploadsMateriais/03062018193015mills-c-wright-a-elite-do-poder.pdf>. Acesso em 09 ago. 2021.

MORAES FILHO, Alexandre José de Mello. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6882>. Acesso em 29 nov. 2021.

MOREIRA, Erika V.; HESPANHOL, Rosângela A. **O lugar como uma construção social**. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645>. Acesso em: 18 mai. 2021.

MOSCA, Gaetano. **Elementi di scienza politica**. Disponível em: https://www.liberliber.it/mediateca/libri/m/mosca/elementi_di_scienza_politica/pdf/mosca_elementi_di_scienza_politica.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

MOSSÉ, Benjamin. **Dom Pedro II: o Imperador do Brasil (O Imperador visto pelo Barão do Rio Branco)**. FUNAG, Brasília: 2015.

MOTTA, Antonio. **“I’m not exotic, i’m exhausted” africanos no brasil, culto da elegância e consumo de luxo**. Disponível em: <http://aleph20.letras.up.pt/index.php/tae/article/viewFile/10060/9231>. Acesso em: 22 set. 2021.

MURGEL, Luciana Freire. **Hospitalidade, dádiva e comércio moderno: impasses e ambiguidades em campos da teoria antropológica**. Disponível em: NADER, Laura. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. Disponível em: <https://www.dourish.com/classes/readings/Nader-StudyingUp.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

MUSEU MARIANO PROCÓPIO. **Catálogo do Museu Mariano Procópio**. São Paulo. Banco Safra, 2006.

NADER, Laura. **Para cima, antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima**. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/44427>. Acesso em: 22 nov. 2021.

NETTO, Ladislau. **Archivos do Museu Nacional**. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/netto-1885-investigacoes/netto_1885_investigacoes.pdf. Acesso em: 04 dez. 2021.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 03 fev. 2021.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2 ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PAIVA, Melquíades P. **Os naturalistas e o Ceará II – George Gardner (1812-1849)**. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1993/1993-OsNaturalistaseoCearaIIGeorgeGardner-1812-1849.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

PARANAGUÁ, Joaquim N. **Fumo e seus Efeitos no Organismo Humano**. Rio de Janeiro. Casa Publicadora Batista, 1934.

_____. **Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do país**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/574647>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PAZ, Felipe. **Bustos raciais: uma biografia das Imagens-Artefato racialistas (1862- 1930)**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/216848>. Acesso em 05 ago 2022.

PARETO, Vilfredo. **Trattato di Sociologia generale**. Disponível em: http://www.fh-augsburg.de/~harsch/italica/Cronologia/seculo20/Pareto/par_t000.html. Acesso em: 23 out. 2021.

PEREIRA, Sonia Gomes. **Coleção Jerônimo Ferreira das Neves: uma coleção portuguesa no Museu D. João VI do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/os-franciscanos-no-mundo-portugues.-artistas-e-obras/colecao-jeronimo-ferreira-das-neves-uma-colecao-portuguesa-no-museu-d-joao-vi-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 01 dez. 2021.

PEREIRA, Vicente de Britto. **Transportes: história, crises e caminhos**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2014.

PHAROL. **Juiz de Fora, 29 de abril de 1877**. Ano XI. Nº. 33. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20caridade&pagfis=53>. Acesso em 02 dez. 2021.

_____. **Juiz de Fora, 06 de Maio de 1877**. Ano XI. Nº 35. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20caridade&pagfis=61>. Acesso em 02 dez. 2021.

PINA CABRAL, João de; LIMA, Antónia P. de. **Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3723/372340336011.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. **Recorrências antroponímicas lusófonas.** Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3723/372339156011.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

PINHO, José Wanderley de A. **Salões e damas do Segundo Reinado.** São Paulo: GRD, 2004.

PINTO, Rogério Rezende. **Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio.** 2008. 360 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

PIROLA, Ricardo. **Cartas ao Imperador: os pedidos de perdão de réus escravos e a decisão de 17 de outubro de 1872.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/xXqJRKTBsQNYwZLff4LxqYH/?lang=pt>. Acesso em 23 nov. 2022.

POMIAN, Krzysztof. **Colecção.** In: Enciclopédia Einaud. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2897806/mod_resource/content/1/Pomian%20%281984b%29.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

PRADO, João F. A. **Tomas Ender: pintor austríaco na corte de D. João VI no Rio de Janeiro: um episódio da formação da classe dirigente brasileira, 1817-1818.** Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/443?locale=es>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PRIORI, Mary Del. **Condessa de Barral: a paixão do Imperador.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

_____. Mary Del. **História das crianças no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

REGO, Maria do Carmo de Mello. **Guido: páginas de dôr.** Rio de Janeiro: Tip Leuzinger. 1895.

REIS, João e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** Disponível em: [file:///C:/Users/angel/Downloads/Reis%20%20Silva%20-%20Negocia%C3%A7%C3%A3o%20e%20conflito%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/angel/Downloads/Reis%20%20Silva%20-%20Negocia%C3%A7%C3%A3o%20e%20conflito%20(1).pdf). Acesso em: 21 nov. 2022.

REZENDE, Fernanda S. **Médicos estrangeiros em Goiás no século XIX:** Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7554>. Acesso em: 15 set. 2021.

REZZUTTI, Paulo. **Domitila: a verdadeira história da Marquesa de Santos.** São Paulo: Geração Editorial, 2012.

_____. **D. Leopoldina: a história não contada.** Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n05nsev>. Acesso em: 15 abr. de 2021.

RIZZINI, Jorge. Euripedes Barsanulfo. **O apóstolo da caridade.** [http://bvespirita.com/Euripedes%20Barsanulfo%20-%20O%20Apostolo%20da%20Caridade%20\(Jorge%20Rizzini\).pdf](http://bvespirita.com/Euripedes%20Barsanulfo%20-%20O%20Apostolo%20da%20Caridade%20(Jorge%20Rizzini).pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.

ROCHA, Alessandra; PEREIRA, Washington. **A mulher viajante: Rose de Freycinet na corte portuguesa dos trópicos.** Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522178855.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021.

RODRIGUES, Gess; ROSS, Jurandyr. **A trajetória da Cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental.** Uberlândia: EDUF, 2020. Disponível em:

http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/edufu_a_trajetoria_da_cana-de-acucar_no_brasil_2020_ficha_corrigeida.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

ROSA, Carlos Augusto de P. **O pensamento científico e a Ciência no século XIX**. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-527-historia_da_ciencia_volume_ii_tomo_ii_o_pensamento_cientifico_e_a_ciencia_no_seculo_xix. Acesso em: 03 dez. 2021.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. **Em Terras Nobres: Fragmentos do cotidiano da Fazenda da Fortaleza de Sant'Anna sob a ótica de um inventário *post-mortem* - Juiz de Fora – 1870/1888**. 2001. 298f. Monografia. (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppghistoria/programa/dissertacoes/dissertacoes/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

RUGENDAS, J. M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Disponível em: <https://bdlib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/19886>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SAGE, Mrs. Russell. **Opportunities and responsibilities of leisured wome The North American Review**. Disponível em: www.jstor.org/stable/25105484. Acesso em: 04 dez. 2021.

SAHLINS, M. **Historical metaphors and mythical realities**. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/jaro2006/SAN102/um/1108737/Sahlins_Marshall._2004._1981._Historical_Metaphors_and_Mythical_Realities.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

SALDANHA, Flávio H. D. **O império da ordem: Guarda Nacional, Coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX - 1850-1873**. 2009. 192f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista em Franca. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=149873. Acesso em: 04 fev. 2021.

SALGUEIRO, Valéria. **Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6hKN4T5Shdv7gn5w7c8RWRf/?lang=pt#>. Acesso em: 15 out. 2022.

SANGLARD, Gisele P. **Entre os salões e o laboratório: filantropia, mecenato e práticas científicas - Rio de Janeiro, 1920-1940**. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/3980>. Acesso em: 27 mai. 2022.

SANTOS, João Manuel C. M.; GIGLIO, Sérgio S. **O papel da memória na construção da identidade organizacional: a sociedade Jockey Club (1868-1932) e o desenvolvimento da riqueza pastoril**. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/10850>. Acesso em: 06 mai. 2021.

SANTOS, Maria Leonor F. de O. **A onomástica, o indivíduo e o grupo**. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/389/1/Maria_Santos_p229-242.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

SANTOS, Sandra. **A Coleção Teresa Cristina do Museu Nacional do Rio de Janeiro: as possibilidades de uma coleção**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/116341>. Acesso em: 02 set. 2022.

SANTOS, Rita. **Objetos em trânsito: Amélia Cavalcanti e o colecionismo do século XIX.** Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/index>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SARAIVA, Luiz Fernando et al. **Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora 1870-1900.** X Seminário de Economia Mineira, Diamantina, Minas Gerais, 2002.

SARTORI, Maria Ester. **Maria do Carmo de Mello Rego: diário de uma mulher viajante do século XIX, a memória perpetuada na palavra escrita.** Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1436037493_ARQUIVO_COMUNICACA_OANPUH1-2015.pdf. Acesso em 30 nov. 2022.

SATO, Larissa Ayumi. **Tesouro Imperial: A descoberta do arquivo de fotografias da Princesa Isabel e do Conde d'Eu traz imagens inéditas e revela detalhes preciosos da iconografia oitocentista brasileira.** Disponível em: <https://docplayer.com.br/28864883-Colecao-princesa-isabel-fotografia-do-seculo-xix-de-bia-correa-do-lago-e-pedro-correa-do-lago-rio-de-janeiro-capivara-p.html>. Acesso em 15 dez 2023.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo.** Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2014/04/schwarz-um-mestre-na-periferia-do-capitalismo.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

_____. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Questões de fronteira: sobre uma antropologia da História.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/tPhP3RSjMbMTQvVq5WJmwmK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. DANTAS, Regina. **O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação.** Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/34602/37340/40554>. Acesso em 01 dez 2021.

_____; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia.** 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas.** Disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2368>. Acesso em: 04 abr. 2021.

SILVA, Sandro V. **Quando o Recife sonhava em ser Paris: a mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX.** Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/14002#:~:text=Quando%20o%20Recife%>

20sonhava%20em,XIX%20%7C%20S%C3%A6culum%20%E2%80%93%20Revista%20de%20Hist%C3%B3ria. Acesso em: 13 set. 2021.

SIMMEL, Georg. **Sociabilidade:** um exemplo de sociologia pura ou formal. *In:* Sociologia. Disponível em: <https://lampeppgcom.files.wordpress.com/2018/05/sociabilidade.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

STEPHAN, Lina. **Análise das intervenções arquitetônicas nos imóveis tombados do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora – MG.** Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1121>. Acesso em: 11 mai. 2022.

SKLAI, Jessica. **Relações de segregação:** novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-08102007-142653/publico/TESE_JESSICA_B_S_SKLAIR_CORREA.pdf. Acesso em 26 nov. 2022.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil:** Disponível em: http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livros/chama_introducao.htm. Acesso em 25 nov. 2021.

TIBAU, Fernanda Borges. **A memória entre o público e o privado:** a trajetória da coleção de fotografias da família imperial brasileira. 2011. 100f. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12320/D%20I%20S%20%20E%20R%20T%20A%20%20c3%87%20%20c3%83%20O.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 01 dez. 2021.

TOLLENARE, L. F. **Notas dominicaes:** tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817, 1818. Disponível em: [https://bdlb.bn.gov.br/acervo/browse?value=Tollenare,%20L.%20F.%20de%20\(Louis-Fran%C3%A7ois%20de\),%201780-1853&type=author](https://bdlb.bn.gov.br/acervo/browse?value=Tollenare,%20L.%20F.%20de%20(Louis-Fran%C3%A7ois%20de),%201780-1853&type=author). Acesso em 09 nov. 2021.

TREVISAN, Anderson R. **Velhas imagens, novos problemas:** a redescoberta de Debret no Brasil modernista (1930-1945). 2011. 386f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10102011-083356/publico/2011_AndersonRicardoTrevisan.pdf. Acesso em 05 out. 2021.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **O Visconde de Cavalcanti.** *In:* Conferência pronunciada na Sociedade dos Homens de Letras do Brasil, 1979.

VAILATI, Luiz L. **A morte menina:** infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial.** Disponível em: <https://docero.com.br/doc/501x0e8>. Acesso em: 01 dez. 2021.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A educação doméstica no Brasil de oitocentos.** Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4463/3654>. Acesso em: 13 abr. 2021.

VEIGA, Cynthia. **Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/h6PQLRg6FkfMnyjxbWXcqwm/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VEIGA Jr, J. **Os Viscondes de Cavalcanti**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. João Pessoa: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, vol. 10, p. 85 a 92. 1946.

VICENTE, Mariano. **A transição religiosa no Brasil: 1872-2050**. Disponível em <http://www.unicap.br/estudosreligiao/a-transicao-religiosa-no-brasil-1872-2050/>. Acesso em 30 nov. 2021.

VIEIRA, Élvia R. **Aspectos econômicos e sociais do complexo agronegócio cavalo no estado de Minas Gerais**. 2011. 140f. Dissertação. (Mestrado em Zootecnia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8NGF4E/1/elvia_tese.pdf. Acesso em: 08 fev. 2021.

VIEIRA, Marina C. **A exposição antropológica brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Kyt7B78FryqpJ4pnDyJ8pqt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 04 jan 2022.

WANDERLEY, Andrea. **A imperatriz Teresa Cristina Maria, a mãe dos brasileiros (Itália, 14/03/1822 – Portugal, 28/12/1889)**. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=6798>. Acesso em: 02 set. 2022.

_____. Marc Ferrez, **a Comissão Geológica do Império (1875 – 1878) e a Exposição Antropológica Brasileira no Museu Nacional (1882)**. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=ladislau-de-souza-e-mello-netto-1838-1894>. Acesso em: 29 dez. 2022.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. Disponível em: https://www.academia.edu/36878746/_Hist%C3%B3ria_Geral_da_economia_Max_Weber_. Acesso em 08 out. 2022.

WESTIN, Ricardo. **Império usou a força para conter escravos assassinos**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/imperio-usou-a-forca-para-conter-escravos-assassinos>. Acesso em: 12 ago 2022.

VACCANI, Celita. **Rodolpho Bernardelli vida artística e características de sua obra escultórica**. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/10804>. Acesso em: 05 out. 2022.

VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil**. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009091#page/4/mode/2up>. Acesso em: 14 out. 2022.

ZENHA, Celeste. **O Brasil de Rugendas nas edições populares ilustradas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/yTJKg93t36KBQFFdwMs8VPC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 out. 2021.